



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

NATHÁLIA TAVARES DE SOUZA ALMEIDA

OLHOS DA PAISAGEM:

o monoculturar nos rastros das infraestruturas de produção e circulação de *commodities* no
Baixo Tocantins

BELÉM-PA
2026

NATHÁLIA TAVARES DE SOUZA ALMEIDA

OLHOS DA PAISAGEM:

o monoculturar nos rastros das infraestruturas de produção e circulação de *commodities* no
Baixo Tocantins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade
Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título
de Doutora em Ciências do Desenvolvimento
Socioambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcela Vecchione-Gonçalves

BELÉM-PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T231o Tavares de Souza Almeida, Nathália.
OLHOS DA PAISAGEM : O MONOCULTURAR NOS
RASTROS DAS INFRAESTRUTURAS DE PRODUÇÃO E
CIRCULAÇÃO DE COMMODITIES NO BAIXO TOCANTINS /
Nathália Tavares de Souza Almeida. — 2026.
228 f. : il. color.
- Orientador(a): Profª. Dra. Marcela Vecchione Goncalves
Coorientação: Profª. Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2026.
1. Paisagens. 2. Terra e Território. 3. Infraestruturas. 4.
Amazônia. 5. Baixo Tocantins. I. Título.

CDD 300

NATHÁLIA TAVARES DE SOUZA ALMEIDA

OLHOS DA PAISAGEM:

o monoculturar nos rastros das infraestruturas de produção e circulação de *commodities* no
Baixo Tocantins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade
Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título
de Doutora em Ciências do Desenvolvimento
Socioambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Data da aprovação: xx/xx/2026

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Marcela Vecchione-Gonçalves
Orientadora – PPGDSTU – NAEA/UFPA

Prof.^a Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue
Coorientadora – Environmental Governance and Politics Chair Group | Department of
Geography, Planning and Environment, Radboud Universiteit

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof.^a Dra. Cristiana Losekann
Examinadora Externa – PPGCS/UFES

Prof.^a Dra. Cláudia Leão
Examinadora Externa – PPGArtes/UFPA

Aos mestres que me ensinam a vi-ver e re-existir, Marcela Vecchione-
Gonçalves e Miguel Chikaoka.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às comunidades que me receberam com a mesma generosidade que criam a vida às margens do rio.

Agradeço também aos artistas que me ensinaram a ver, Paula Sampaio e Miguel Chikaoka. A inseparável vivência entre ser e criar é o que abriu caminhos que nenhum método acadêmico teria aberto sozinho. Vocês me ensinaram que ver é um gesto político.

Agradeço à minha orientadora Marcela pela paciência e generosidade em cada passo dessa jornada, à minha coorientadora, Cristina Inoue, por ser sempre gentil e me receber tão longe de casa, aos colegas do grupo de pesquisa Reexisterra, por inúmeras trocas, companheirismo e apoio, às instituições e aos grupos que me acolheram, pelos diálogos, questionamentos, desacordos e estímulos constantes.

Agradeço as colaborações tão gentis do Professor Thiago Mota que me ajudou a me situar no debate sobre paisagens após participar da banca de qualificação e norteou os desdobramentos da pesquisa.

Ao longo de seis anos, contei com a ajuda das minhas amigas e parceiras de caminhada, agradeço pela presença constante, Roberta, Ananda, Milana, Dany, Rafa, Tati.

Agradeço ao apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-Amazônia) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especialmente por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço, por fim, as mulheres do Território Agroextrativista do Pirocaba e a ASAPAP pela construção conjunta dessa pesquisa. Vê-las produzindo conhecimento diariamente e partilhando de forma generosa me ensina como é revolucionário viver. Agradeço a quem me ensinou que a pesquisa só existe porque há mundo para ela: os territórios, vivos.

*A sola tocava o chão
O chão tocava o pé
Assim nascia o conhecimento
da planta dos pés
No encontro
De duas rachaduras
falando-se
(Cecilia Vicuña)*

*Se abrissemos as pessoas,
encontraríamos paisagens
(Agnes Vardà)*

RESUMO

Esta tese se propõe a pensar o conceito de monoculturar com o objetivo de compreender processos contemporâneos de transformação da paisagem associados à expansão de infraestruturas. Mais do que para designar sistemas produtivos específicos, o termo é mobilizado como verbo, isto é, como uma atividade que simplifica, fragmenta e reorganiza relações, convertendo territórios vivos em superfícies operacionais voltadas à circulação, ao estoque e ao descarte. O foco da análise se desloca, assim, da descrição de cadeias produtivas isoladas à identificação de um *modus operandi* que se repete em diferentes contextos, atuando sobre dimensões visíveis e invisíveis. A pesquisa se ancora em um recorte situado no Nordeste paraense, especialmente na região do Baixo Tocantins, onde a paisagem se constitui como um tecido relacional em constante movimento, articulado por rios, marés, ilhas e fluxos que conectam pessoas, economias e modos de vida. A partir desse território, investiga-se como o monoculturar opera ao dissociar elementos indissociáveis como tempo e espaço, natureza e cultura, impondo ritmos, escalas e categorias que favorecem a acumulação e o controle. Esse processo produz não apenas transformações espaciais, mas também afetações na sensibilidade, alterando formas de perceber, habitar e experimentar o mundo. A análise é desenvolvida a partir de três movimentos complementares: a identificação das infraestruturas (i)materiais e suas inscrições na paisagem; o exame dos dispositivos jurídicos, técnicos e discursivos que viabilizam sua expansão; e a investigação dos efeitos dessa articulação sobre as relacionalidades locais, evidenciando a operação do monoculturar na reorganização dos fluxos, na produção de estoques e nas práticas de descarte. A tese se insere em um campo de debates que compreende a paisagem como efeito de relações em constante composição, mobilizando a noção de relacionalidade (Escobar, 2018) como eixo analítico para compreender como os mundos são produzidos, tensionados e transformados (Vecchione-Gonçalves, 2014). A partir desse enquadramento, dialoga com as abordagens críticas ao desenvolvimento e à modernização ecológica (Escobar, 2018; Shiva, 2005), entendidas não apenas como projetos econômicos, mas como dispositivos que reorganizam o espaço, o tempo e as formas de existência. Nesse sentido, ao acompanhar processos de transformação no Baixo Tocantins, a análise se aproxima de abordagens que enfatizam a fricção e a ruína como modos de apreender encontros e seus vestígios persistentes (Tsing, 2015), bem como de perspectivas que deslocam a separação entre natureza e sociedade ao considerar a coexistência de múltiplas ontologias em disputa (de la Cadena, 2015; Haraway, 2016). Ao mesmo tempo, incorpora contribuições que permitem compreender as infraestruturas para além de sua dimensão material (Cowen, 2014). Metodologicamente, a pesquisa se orienta por uma abordagem situada, que recusa a hierarquização dos saberes e reconhece o conhecimento como produzido na relação com o território. O percurso articula análise de infraestruturas visíveis e invisíveis, sejam elas materiais, jurídicas e simbólicas com práticas sensíveis de observação, escuta e criação, nas quais a fotografia se configura como linguagem e método. Como contribuição, a tese oferece uma leitura ampliada dos processos de monoculturação, evidenciando seus efeitos sobre paisagens, temporalidades e modos de vida, propondo o deslocamento do olhar. Ao compreender o monoculturar como verbo, a pesquisa explicita a atuação contínua desta ação - o monoculturar - sobre o mundo, apontando para a necessidade de reconhecer e sustentar formas de existência que resistam à sua lógica.

Palavras-chave: Monoculturar; Amazônia; Baixo Tocantins; Paisagens; Infraestruturas; Terra e Território; Infraestruturas; Fotografia.

ABSTRACT

This dissertation proposes the concept of monoculturar to understand contemporary processes of landscape transformation associated with the expansion of infrastructures. Rather than referring to specific production systems, the term is mobilized as a verb, that is, as an activity that simplifies, fragments, and reorganizes relations, converting living territories into operational surfaces oriented toward circulation, accumulation, and disposal. The analytical focus thus shifts from the description of isolated commodity chains to the identification of a *modus operandi* that recurs across different contexts, operating through both visible and invisible dimensions. The research is grounded in a situated case in northeastern Pará, particularly in the Baixo Tocantins region, where the landscape emerges as a relational fabric in constant movement, articulated by rivers, tides, islands, and flows that connect people, economies, and ways of life. From this territory, the study examines how monoculturar operates by dissociating what is otherwise inseparable such as time and space, nature and culture imposing rhythms, scales, and categories that favor accumulation and control. This process produces not only spatial transformations but also affects forms of sensibility, altering how environments are perceived, inhabited, and experienced within a broader context marked by the compression of space-time. The analysis unfolds through three complementary movements: the identification of (im)material infrastructures and their inscriptions in the landscape; the examination of the legal, technical, and discursive dispositifs that enable their expansion; and the investigation of their effects on local relationalities, highlighting how monoculturar reorganizes flows, produces stocks, and structures practices of disposal. The dissertation is situated within a field of scholarship that understands landscape as the outcome of relations in continuous formation, mobilizing the notion of relationality (Escobar, 2018) as a central analytical axis to examine how worlds are produced, contested, and transformed (Vecchione Gonçalves, 2014). Within this framework, it engages with critiques of development and ecological modernization (Escobar, 2018; Shiva, 2005), understood not merely as economic projects but as dispositifs that reorganize space, time, and forms of existence by dissociating dimensions that are experienced as inseparable. In tracing these processes in the Baixo Tocantins, the study draws on approaches that foreground friction and ruination as ways of apprehending unequal encounters and their enduring traces (Tsing, 2015), as well as perspectives that unsettle the nature–society divide by recognizing the coexistence of multiple ontologies (de la Cadena, 2015; Haraway, 2016). It further incorporates contributions that conceptualize infrastructure beyond its material dimension, emphasizing its logistical, political, and affective roles in organizing flows and territories (Cowen, 2014). Methodologically, the research adopts a situated approach that refuses the hierarchization of knowledge and understands knowledge production as emerging through relations with territory. It combines the analysis of visible and invisible infrastructures (material, legal, and symbolic) with sensitive practices of observation, listening, and creation, in which photography operates both as language and method. As a contribution, the dissertation offers an expanded reading of processes of monoculturation, highlighting their effects on landscapes, temporalities, and ways of life, while proposing a displacement of perception. By conceptualizing monoculturar as a verb, the study foregrounds its continuous operation in shaping the world and points to the need to recognize and sustain forms of existence that resist its logic.

Keywords: Monoculturar; Amazon; Landscapes; Infrastructures; Land and Territory; Photography.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Caminhada no território do Pirocaba	65
Fotografia 2 – <i>Workshop Throughout The Pinhole – Co-creating Images and Landscapes</i> ...	67
Fotografia 3 – <i>Workshop</i> realizado na Radboud University sobre métodos cocriativos	68
Fotografia 4 – Reunião com as mulheres lideranças na ASAPAP	74
Fotografia 5 – Dispositivos de armazenamento e circulação no Porto de Rotterdam	93
Fotografia 6 – Infraestrutura portuária e circulação de mercadorias no Porto de Rotterdam, Países Baixos	98
Fotografia 7 – Contêineres e sistemas de armazenamento no Porto de Rotterdam.....	99
Fotografia 8 – Silos no Porto de Rotterdam	108
Fotografia 9 – Caminhos no Baixo Tocantins	110
Fotografia 10 – Centro Comunitário Nossa Senhora do Bom Remédio	113
Fotografia 11 – Barcaça no horizonte.....	114
Fotografia 12 – Caminho para o Bom Remédio	115
Fotografia 13 – Caminhada pelo Pirocaba	116
Fotografia 14 – Caminhos em Abaetetuba	119
Fotografia 15 – Canoas no território do Bom Remédio	130
Fotografia 16 – Rede no Igarapé Vilar	131
Fotografia 17 – Placa com dizeres “Território não é mercadoria”	159
Fotografia 18 – Manifestação na praça de Abaetetuba.....	162
Fotografia 19 – Recorte do Bordado coletivo feito no território Pirocaba	176
Fotografia 20 – Construção coletiva de câmera obscura	185
Fotografia 21 – Perceber a imagem ao redor	186
Fotografia 22 – Autorretrato assistido feito pela D. Paula com câmera híbrida	187
Fotografia 23 – Pincel de luz no Pirocaba	188
Fotografia 24 – Açaí feito com pincel de luz	190
Fotografia 25 – Foto feita com a câmera imaginária.....	191
Fotografia 26 – Fotografia feita com pincel de luz	192
Fotografia 27 – Pincel de luz sobre fluxo de rio e outros seres	193
Fotografia 28 – Pincel de luz sobre o tempo	194

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Recorte da região estudada.....	120
Mapa 2 – Locais visitados durante a pesquisa.....	122
Mapa 3 – Furo Vilar e Moju.....	123
Mapa 4 – Limites municipais de Abaetetuba (PA).....	132
Mapa 5 – Conexão hidrográfica	153
Mapa 6 – Conexões e expansões logísticas projetadas.....	155
Mapa 7 – Projeção de integração de redes e baías	156
Mapa 8 – Pontos de referência no Território do Pirocaba.....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Direitos previstos na Convenção 169 da OIT e os respectivos artigos/incisos onde eles são tratados	149
Tabela 2 – Marco legal sobre consulta prévia	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	<i>Access and Benefit Sharing</i>
APP	Área de Proteção Permanente
ARQUIA	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba
ASAPAP	Associação dos Agroextrativistas, Pescadores(as) Artesãos(as) do Pirocaba
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CGEN	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CTA	Conhecimento Tradicional Associado
CURB	Contrato de Repartição de Benefícios
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PG	Patrimônio Genético
TAP	Termo de Anuência Prévia

SUMÁRIO

CAMINHOS DA PESQUISA (PRÓLOGO I)	13
1 INTRODUÇÃO AOS REFERENCIAIS EPISTÊMICO-ONTOLÓGICOS	27
2 OLHARES DA PAISAGEM: CAMINHOS METODOLÓGICOS	56
2.1 Paisagem, relacionalidade e deslocamento do olhar	59
2.2 Por um espaço-tempo do encontro confluyente: a arte de estar presente no caminho	63
2.3 Confluências no caminhar pelo território	72
3 MONOCULTURAR É UM VERBO: UMA CHAVE ANALÍTICA PARA ONTOLOGIAS DE PAISAGENS	79
3.1 A paisagem monocultural	82
3.2 Processos de simplificação e apropriação	101
3.3 Territórios que desenham o Baixo Tocantins	109
TÁBUAS DE MARÉ (PRÓLOGO II)	126
4 À DERIVA: INFRAESTRUTURAS E RESISTÊNCIA NO BAIXO TOCANTINS	127
4.1 Denúncias e anúncios em Abaetetuba	132
4.2 Consulta prévia livre e informada	140
4.3 Estratégia de cercamento das terras: conexão Santarém-Abaetetuba	151
4.4 Processos de resistência e anúncios	157
4.5 O modus operandi do monoculturar	164
5 VIVER-CONFLUIR E IMAGINAR PAISAGENS	175
5.1 Descrição das vivências imagéticas do sentir e do viver para dialogar sobre as paisagens	182
5.2 Imaginar: a arte como ferramenta para acessar mundos	188
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE	210
APÊNDICE A	210
ANEXOS	213
ANEXO A – Imagens produzidas em Cotijuba no projeto “No tempo das águas” e na oficina “Vi-ver Com que olhos” na Ilha do Marajó	213
ANEXO B – documento apresentando durante visita de campo	217
ANEXO C – título emitido pela Prefeitura de Abaetetuba	218
ANEXO D – Título Bom Remédio	219

CAMINHOS DA PESQUISA (PRÓLOGO I)

Viver a(s) Amazônia(s) é o ponto de partida deste trabalho. Nesse corpo que é vivo, existem territórios em disputa e paisagens em constante transformação, no qual múltiplos mundos coexistem e são constantemente tensionados por projetos que buscam ordenar, simplificar e controlar aquilo que, na prática, se apresenta como diverso e em movimento. Assim, ao longo desta pesquisa, busco refletir sobre o monoculturar, não o entendendo como um substantivo, mas uma forma de ver e organizar mundos com suas consequências sobre os territórios, os fluxos, os modos de vida e formas de percepção da paisagem.

Sem querer tratar a Amazônia como tema, esta pesquisa se constrói a partir de um modo de estar em relação com o território. Não se busca aqui representar paisagens ou registrar transformações, e sim pensar com elas, a partir de um corpo implicado, situado e atravessado pelos encontros que se dão no campo. Faço isso através de um corpo e o tempo do território, pois este trabalho não busca apenas falar sobre, mas produzir conhecimento com ele. Essa escolha metodológica desloca a centralidade da observação distanciada para a presença, para a relação, e, de extrema importância para o meu propósito aqui, da captura para a cocriação, reconhecendo que aquilo que se produz como conhecimento emerge da convivência, da escuta e das fricções que constituem a própria paisagem.

Faço uma escolha pela fotografia para que ela apareça menos como recurso ilustrativo ou instrumento de registro, mas sim como prática de conhecimento. Durante a leitura deste trabalho, quando me refiro à fotografia, não estou interessada em produzir imagens como produtos finais, busco um modo de estar no território que implica presença, atenção e relação. Fotografar, nesse sentido, é um exercício de escuta que se constrói na convivência e no tempo compartilhado, deslocando o olhar de uma posição de captura para uma condição de abertura ao encontro. As oficinas realizadas, centradas na experiência do olhar e da luz, constituem parte fundamental desse processo, pois não tem o propósito principal de ensinar técnicas fotográficas, elas se configuram como espaços sensíveis de diálogo, nos quais diferentes formas de perceber a paisagem emergem e se entrelaçam. A imagem, portanto, não deve anteceder a experiência, deve nascer dela, como mediação de relações já em curso. Ao assumir o olhar como situado e corporificado (Haraway, 2016), esta pesquisa reconhece que ver é sempre um ato implicado, e que a fotografia pode operar como forma de pensar com o território, e não sobre ele. Desse modo, longe de representar ou simplificar a paisagem, a prática fotográfica contribui para tornar sensíveis dimensões que escapam às abordagens analíticas convencionais, tensionando as

separações entre sujeito e objeto, natureza e cultura, análise e experiência, dicotomias as quais entendo como práticas do monoculturar.

Nesse percurso, a noção de furo emerge como uma imagem-conceito que orienta o olhar e a prática desta pesquisa. O furo é um rasgo no regime dominante (monocultura, desenvolvimento, controle) que permite que algo escape. A imaginação aparece, assim, simultaneamente como consequência e como força produtiva, pois ao mesmo tempo que nasce das fissuras do mundo dado e que se pretende universal, também atua na construção de outros mundos possíveis, tornando visíveis relações, presenças e sentidos que o monoculturar tenta apagar.

O furo pode ser compreendido como uma abertura no fluxo da monoculturação, pois tem um intervalo onde o regime dominante de percepção e organização do mundo se torna instável. Mais do que uma ruptura total, vislumbra-se uma brecha por onde outras possibilidades podem emergir. Por isso o furo não apenas revela o que foi ocultado, ele cria condições para que outros futuros sejam compostos, ativando formas de perceber e habitar que excedem a lógica do controle e da domesticação.

O furo atua aqui como possibilidade de tecer uma realidade, um presente e um futuro coletivo e livre. A paisagem é uma construção atravessada por memórias e tensões, de modo que refletir sobre suas transformações implica também refletir sobre violência territorial e processos de exploração. A pergunta mais urgente que me acompanha ao pensar em projetos que exterminam a diversidade na Amazônia é: por que este continua sendo projetado como o único mundo possível? A resposta começou a surgir em 2022, quando pisei pela primeira vez no território da pesquisa. Fui afetada pelas pessoas, pelos ventos, pelos ritmos e pelas marés. Ao tentar observar e escutar as paisagens, compreendi que não poderia falar sobre elas sem antes me dispor a ouvi-las com atenção. É nesse momento que a fotografia passa a integrar minha proposta metodológica, entendida aqui não como produção de imagens por um dispositivo técnico, mas como modo de pensamento e de presença no território.

Nada é fortuito no fato de eu me debruçar sobre este tema. Ao longo de mais de dez anos de pesquisa sobre desenvolvimento na Amazônia, fui levada ao conceito de monoculturação por compreender que ele nomeia o cerne de um processo mais amplo, aquele que acelera o tempo e o espaço e, simultaneamente, dissocia aquilo que se apresenta como indissociável. No meu percurso acadêmico, emergiu a necessidade de compreender, em termos epistemológicos e ontológicos, os fundamentos da hierarquização dos saberes, algo que se mostrava recorrente em diferentes campos. Essa inquietação se intensificou à medida que me dedicava à análise de projetos de desenvolvimento na Amazônia, reconhecendo-os como parte

de um processo historicamente marcado por formas de colonização internas e internacionais, nas quais saberes produzidos no território são sistematicamente inferiorizados, apropriados ou deslegitimados em favor de regimes de conhecimento apresentados como científicos e universais. A recorrência dessas dinâmicas me levou a questionar por que determinadas formas de conhecer se impõem sobre outras e de que maneira essa hierarquia se articula aos modos de produção, reiterando práticas de exploração e apropriação. Nesse percurso, a identificação de uma dicotomia secular, que organiza o mundo por meio de separações entre natureza e cultura, sujeito e objeto, material e imaterial, passou a se apresentar como base de um modo de operar que captura, simplifica e ordena a pluralidade dos mundos. Essa compreensão foi sendo construída gradualmente, a partir de experiências que, naquele momento, ainda não reconhecia como interligadas, mas que posteriormente passaram a compor um mesmo campo de problematização.

Minha pesquisa na graduação teve início a partir de uma inquietação que na época se expressava “como uma das regiões mais ricas em biodiversidade e conhecimento tradicional pode, simultaneamente, ocupar uma posição de subordinação econômica e simbólica?”. Essa questão se evidenciava, por exemplo, no fato de que princípios ativos originados localmente retornam sob a forma de medicamentos e cosméticos industrializados, muitas vezes importados e de alto custo, enquanto as populações locais permanecem afastadas dos circuitos de valorização desses mesmos recursos. Em vez de acessar diretamente ou valorizar os usos situados dessas substâncias, somos inseridos em cadeias que isolam, padronizam e reembalam esses compostos, transformando-os em mercadorias distantes de seus contextos de origem. A partir dessa constatação, passei a investigar os efeitos da apropriação de recursos e saberes, inicialmente em seus desdobramentos materiais e econômicos. Mais recentemente, esse percurso se desdobra em um deslocamento analítico: do exame dos efeitos dessa racionalidade e para a compreensão da racionalidade que os sustenta, isto é, dos dispositivos, discursos e formas de governo que tornam possível e legítima essa dinâmica de extração, transformação e revalorização desigual.

Minha formação é jurídica, e foi nesse campo que recebi meu primeiro treinamento (técnico) para olhar o mundo. Durante a graduação, um período de estudos na Universitat Autònoma de Barcelona me colocou em contato com um contexto no qual disputas políticas se expressavam de forma explícita no direito. Foi ali, em uma disciplina de direito ambiental com ênfase em avaliação de impacto ambiental, que me deparei, talvez pela primeira vez de forma consciente, com a fragmentação enquanto procedimento estruturante.

Ao ser provocada pela professora a apresentar o funcionamento do licenciamento ambiental no Brasil, percebi que, embora o marco normativo fosse considerado avançado, era possível autorizar grandes empreendimentos a partir de análises restritivas da área de impacto. Enquanto ela descrevia a necessidade de considerar efeitos em uma área ampliada, incluindo alternativas, compensações e projeções de longo prazo, tornava-se evidente o contraste com práticas que eu conhecia, nas quais a delimitação do impacto operava como mecanismo de redução do problema.

Essa percepção se aprofundou quando passei a atuar diretamente com temas relacionados ao território amazônico. Situações como a construção de hidrelétricas, mesmo diante do parecer de quem vivia a área de que os peixes não conseguiriam mais subir o rio, tornavam incontornável a pergunta sobre o que sustenta decisões dessa natureza. A resposta imediata apontaria para a preponderância de interesses econômicos, mas se mostrava insuficiente. Havia uma lógica mais profunda em operação, que orienta essas decisões de forma sistemática ao desconsiderar, inferiorizar e, ao mesmo tempo, apropriar conhecimentos produzidos na relação com o território.

A experiência de conhecer e conviver no rio Xingu, em 2024, tornou essa percepção ainda mais evidente. A primeira vez que se presencia a dimensão e a força desse rio produz uma abertura difícil de reverter. Passei a compreender com mais clareza a potência das lutas travadas por e com ele. Reconhecer o rio como um ser vivo, dotado de ritmo, variação e capacidade de relação, torna-se condição para estabelecer vínculos com ele. Esse conhecimento, produzido na convivência cotidiana, permite ler sinais do ambiente que orientam práticas fundamentais. Embora o Xingu não constitua o foco empírico desta tese, sua experiência evidencia que não se trata de um fenômeno localizado. A implementação da Usina de Belo Monte explicita essa operação. Ao ser transformado em reservatório regulado, o fluxo do rio foi interrompido e reorganizado segundo critérios técnicos externos, tornando-se imprevisível para aqueles que historicamente aprenderam a habitá-lo. O que antes se apresentava como um regime de variação contínua e inteligível passou a ser marcado por oscilações abruptas, comprometendo ciclos ecológicos e modos de vida.

A ruptura produzida incide também sobre o conhecimento, por meio da deslegitimação de formas de saber que já reconheciam essas dinâmicas muito antes de sua formalização técnica. Ao impor um regime de controle sobre o fluxo do rio, esse modo de operar reorganiza a paisagem material, rompe relacionais, desarticula temporalidades e produz efeitos que tornam visível a violência do monoculturar enquanto prática de simplificação e captura de sistemas vivos complexos.

Durante a pesquisa para o trabalho de conclusão de curso e para a dissertação de mestrado, ainda ancorados em ferramentas jurídicas de proteção aos conhecimentos tradicionais, comecei a identificar padrões recorrentes de apropriação. Esse movimento me levou a investigar a racionalidade que sustenta tais práticas. Nesse processo, passei a compreender a cultura não como um conjunto fixo de práticas ou representações, mas como um campo relacional no qual sentidos, valores e formas de existência são continuamente produzidos e compartilhados. Sua dimensão simbólica assume centralidade, pois é nela que se inscrevem as formas de nomear, interpretar e habitar o mundo, orientando práticas cotidianas e modos de relação entre humanos e mais que humanos.

Esse caminho permitiu perceber a indissociabilidade entre cultura e território. A apropriação de conhecimentos produzidos nesses contextos implica, em última instância, o esvaziamento de modos de existência. Quando tais processos incidem sobre esses saberes, não se trata apenas de extração de informação ou técnica, mas de uma operação que os desloca de suas condições de existência, desarticulando os vínculos que lhes conferem sentido. Ao serem traduzidos, codificados ou incorporados a outros regimes de conhecimento sem o reconhecimento de suas relações de origem, esses saberes sofrem um esvaziamento que pode ser compreendido como forma de morte simbólica. Nesse processo, não apenas o conhecimento é apropriado, mas também os modos de vida que o sustentam são deslegitimados, invisibilizados ou tornados dispensáveis. A apropriação, portanto, ultrapassa a dimensão material e incide sobre a própria possibilidade de continuidade de mundos constituídos por essas relações, evidenciando que o monoculturar atua também na esfera simbólica ao reduzir a pluralidade de formas de viver e conhecer.

Foi nesse percurso que comecei a compreender que não se tratava de falhas pontuais de design legal ou de disputas setoriais, mas de um modo de operar. Um modo que fragmenta para controlar, separa para tornar governável e acelera para produzir valor e não se limita à transformação material da paisagem, mas envolve a reconfiguração das formas de perceber, habitar e se relacionar com o mundo.

Essa compreensão se tornou ainda mais evidente no encontro com os territórios. Na Amazônia, tudo se apresenta em relação. Nesse contexto, o mapa frequentemente se apresenta como tentativa de fixar aquilo que, na prática, permanece em movimento (Stoll et al., 2019). As fronteiras operam historicamente como instrumentos de ordenamento e controle (Vecchione-Gonçalves, 2014), mas não conseguem interromper as relações que constituem a vida. Pensar a(s) Amazônia(s) apenas como região ou categoria analítica externa revela-se, portanto, insuficiente. É nesse contexto que passo a me interessar pelas definições técnicas que

se apresentam como neutras, mas que ocultam disputas epistemológicas e ontológicas sobre a organização dos mundos.

Foi a partir dessas experiências jurídicas, empíricas e relacionais, bem como discussões inseridas na parceria com o grupo de pesquisa Reexisterra (UFPA) coordenado pela Prof. Dr. Marcela Vecchione-Gonçalves que o conceito de monoculturar começou a se delinear. A intenção era nomear o processo observado, vivido e sentido que incide sobre a terra, o tempo, os vínculos e as formas de existência e, ao fazê-lo, propor um furo.

Nesta tese, portanto, parto do deslocamento de análises centradas em cadeias produtivas específicas para a compreensão de um processo mais amplo, que denomino monoculturar. Não se trata de um setor, cultivo ou infraestrutura isolada, mas de um verbo, ou seja, um processo que reorganiza os mundos ao simplificar relações, fragmentar o que é indissociável e impor uma única lógica de funcionamento sobre territórios diversos (Vecchione et al., 2020). O foco, portanto, não está na descrição de cadeias logísticas e produtivas, mas na identificação dos efeitos desse modo de operar: como ele força fluxos, produz estoques e descartes, e atua simultaneamente sobre dimensões materiais e imateriais da vida. Ao fazê-lo, o monoculturar não apenas transforma paisagens, mas altera profundamente as formas de perceber, habitar e experimentar o tempo e o espaço, produzindo um progressivo achatamento das temporalidades e das relações que sustentam a vida.

Para sustentar essa análise, dialogo com perspectivas que compreendem o mundo a partir da relacionalidade, segundo as quais os seres não preexistem às relações, sendo por elas constituídos (Escobar, 2018). Essa abordagem permite situar a monoculturação para além de uma transformação material, entendendo-a como um processo que incide sobre o próprio tecido das relações. É nesse enquadramento que passo a tratar o monoculturar enquanto verbo. Se o mundo se constitui relacionalmente, o monoculturar atua ao reorganizar essas relações, separando aquilo que é vivido de forma contínua, dissociando tempo e espaço, fragmentando territórios e impondo ritmos que não emergem das dinâmicas locais (Vecchione et al., 2020). Nesse sentido, a monoculturação ultrapassa uma transformação econômica ou espacial e se configura como uma operação ontológica que reconfigura as próprias condições de existência.

A noção de modernização ecológica é central para compreender esse processo, por propor soluções técnicas e de mercado para crises ambientais sem questionar as bases que as produzem. Sustentada por uma racionalidade científica que organiza o mundo em termos de eficiência, mensuração e controle, ela reforça a percepção do espaço e do tempo como elementos a serem geridos, contribuindo para o encurtamento das temporalidades e para a domesticação das dinâmicas que escapam a essa lógica.

A contribuição de Correa Xakriabá (2018) nesse tema permite a compreensão do conhecimento nunca como algo abstrato e descolado do território, pois evidencia que os saberes são produzidos a partir de um corpo implicado nas relações que constituem os mundos. A autora afirma que o aprendizado se dá “no corpo do território, ou no corpo-território” e nos conduz para uma epistemologia que não separa sujeito, espaço e experiência, articulando-os como condição de produção do conhecimento. Desse modo, o saber corporificado é ancorado na memória, na oralidade e nas práticas territoriais, possibilitando tensionar os regimes técnicos que buscam estabilizar e simplificar a vida em categorias administráveis. Mais do que reconhecer ou validar a existência de outros conhecimentos, trata-se aqui de compreender que existem mundos outros operantes numa lógica na qual o território não é objeto de intervenção, mas matriz ativa de produção epistemológica.

Minha motivação está na relação com o campo. Entre 2022 e 2025, estive presente nos territórios do Baixo Tocantins, especialmente em Abaetetuba, onde eventos relacionados à expansão portuária e aos projetos de REDD+ revelaram as camadas de violências, discursos e racionalidades que operam a lógica do monoculturar. Ao longo desses anos, passei da leitura ao encontro, momento em que a dúvida metodológica me levou a refletir sobre a passagem do registro técnico para o fotografar-pensar enquanto escuta.

A região do Baixo Tocantins, no nordeste paraense, constitui-se como um território diverso marcado pela confluência entre várzea e terra firme, onde o rio se desdobra em múltiplos braços, furos e ilhas antes de encontrar a Baía do Guajará. Abaetetuba, inserida nesse contexto, é formada por dezenas de ilhas interligadas por uma rede densa de fluxos hídricos, nos quais a circulação de pessoas, alimentos e saberes ocorre de forma contínua, orientada pelas marés e pelos ciclos da água. A várzea, com sua dinâmica de cheias e vazantes, condiciona os modos de vida e constitui uma temporalidade própria, na qual produção, deslocamento e convivência são indissociáveis. É precisamente essa continuidade entre água, terra, pessoas e fluxos que desafia as tentativas de estabilização e categorização impostas por infraestruturas modernas.

Ao descrever Abaetetuba como um conjunto de zonas separadas, ou ao reduzir sua complexidade a unidades operacionais, os dispositivos do monoculturar operam uma ruptura nessa relacionalidade constitutiva, na tentativa de transformar um território vivo em superfície passível de controle, circulação e exploração.

O município é composto por mais de 70 ilhas, distribuídas em uma complexa rede hidrográfica que conecta diferentes porções do território, mas também sustenta uma economia

baseada na circulação e uma organização social ancorada em vínculos de parentesco e uso compartilhado do espaço.

Essa mesma sujeição a ciclos de cheia e vazante impõe uma temporalidade não linear, na qual o uso da terra, o deslocamento e o trabalho se ajustam continuamente às variações ao redor. Ao operar por meio da estabilização, da segmentação e da imposição de escalas homogêneas, o monoculturar atua na tentativa de reconfigurar essa paisagem fluida em uma superfície legível e governável, adequada à lógica do estoque, da circulação e do descarte. A implicação desse processo não se restringe à reorganização espacial, mas alcança as próprias condições de existência no território, ao alterar ritmos, interromper fluxos e produzir dissociação. De forma espelhada, é importante destacar a realidade de Barcarena, localizada na região metropolitana de Belém, também no nordeste paraense, o município possui uma área aproximada de 1.300 km² e integra o mesmo sistema hidrográfico do Baixo Tocantins. Apesar dessa inserção em uma paisagem igualmente marcada pela fluidez, Barcarena tem sido progressivamente reconfigurada pela instalação de grandes empreendimentos industriais e portuários, consolidando-se como um dos principais polos logísticos e minerais da região. A presença de portos de grande escala, áreas de armazenamento, vias de escoamento e zonas industriais opera uma reorganização territorial orientada por critérios de eficiência, segurança jurídica e previsibilidade, transformando extensas áreas de várzea e uso comunitário em superfícies funcionais voltadas à circulação de commodities.

Nesse contexto, o monoculturar se manifesta de forma mais intensificada, pela materialidade das infraestruturas instaladas, mas também pelo conjunto de dispositivos jurídicos, técnicos e discursivos que sustentam sua operação, promovendo a fragmentação do território em zonas operacionais e a dissociação entre dimensões antes vividas como contínuas. A implicação desse processo é a produção de uma paisagem progressivamente estabilizada e controlada, na qual fluxos diversos são reordenados para atender à lógica do estoque e da circulação, ao mesmo tempo em que se expandem práticas de descarte de territórios, de modos de vida e de relações, necessárias à manutenção desse sistema.

Abaetetuba e Barcarena não se apresentam, contudo, como realidades opostas ou isoladas, mas como expressões coexistentes de regimes distintos que disputam a produção do espaço. É nesse entrelaçamento que o monoculturar pode ser compreendido como verbo e a análise tem o foco das formas fixas para os processos em curso, buscando identificar como essa operação se materializa, se legitima e produz efeitos sobre as paisagens, as temporalidades e as condições de existência no território.

Este trabalho está estruturado a partir de uma base teórico-metodológica viva, em que teoria e prática se atravessam. Inspirada por autoras e autores que propõem uma escuta anticolonial e uma crítica à razão instrumental, assumo aqui uma escrita que também é corpo, território e processo. Não há neutralidade possível quando se está diante do apagamento sistemático de modos de vida, da violência epistêmica e da imposição de um único mundo possível. A necessidade de que a câmera não estivesse a serviço da assimetria e da expropriação fez com que eu falasse de todos os processos de monoculturar através do furo da agulha e da pinhole. Para cocriar as narrativas sobre transformação das paisagens, era preciso que quem vive desde o território tivesse o protagonismo na análise das infraestruturas do monoculturar e das confluências que coexistem.

O monoculturar pode ser compreendido como um processo que busca padronizar aquilo que, por natureza, não é passível de padronização e é precisamente por isso que ele é violento. Trata-se de uma operação que incide sobre tudo aquilo que exige movimento, convivência e confluência, substituindo relações abertas por formas de controle, previsibilidade e escala. O movimento, nesse sentido, implica observação, presença e uma forma de estar no mundo que não se organiza por hierarquias rígidas. Já na monoculturação, o que se instaura é um regime de reprodução, escalabilidade e esvaziamento, no qual a presença deixa de ser relacional para tornar-se infraestrutura, isto é, condição operacional para a circulação de fluxos.

Nesse contexto, os conceitos de fluxo e estoque se tornam centrais. Compreender o monoculturar exige observar como a paisagem é reorganizada para viabilizar a circulação de terra, água, energia, conhecimento, pessoas, ao mesmo tempo em que demanda o descarte de tudo aquilo que não se ajusta a essa lógica. O estoque, nesse processo, é além de acumulação material, também fixação de sentidos, corpos e territórios; o fluxo, por sua vez, não é neutro, mas diretamente orientado por infraestruturas que selecionam o que pode ou não circular. O descarte, por fim, nunca é um efeito colateral, mas uma condição necessária e basal de funcionamento.

Retoma-se, assim, o princípio da indissociabilidade, ao falar de vida, fala-se simultaneamente de pessoas, territórios e das múltiplas espécies e relações que compõem aquele lugar.

Foi ainda no início da minha trajetória de doutorado, durante uma visita ao Território Quilombola do Bom Remédio, no município de Abaetetuba, que essa compreensão começou a ganhar forma concreta. Aquela semana, embora breve, operou como um efeito duradouro no meu modo de perceber. O percurso entre Abaetetuba e a comunidade, atravessando a baía, já anunciava um caminho. No território, as narrativas das pessoas, as travessias de barco e rabeta,

os encontros e as observações cotidianas me revelavam sinais de transformação. A área da baía já estava sendo cercada para a instalação de infraestrutura portuária, apoiada por documentos frágeis do ponto de vista jurídico, mas eficazes como instrumentos de mobilização. Mesmo antes da materialização completa do porto, os efeitos já eram sentidos: relatos sobre a presença de grãos de soja no interior dos peixes, a diminuição do camarão, a insegurança quanto à circulação nas águas. Em meio a uma conversa, a passagem de uma barcaça de grande porte interrompia o fluxo da fala e instaurava um outro tipo de presença imposta.

Esses elementos evidenciam que o monoculturar não se manifesta apenas na dimensão material plenamente instalada, mas também em seus vestígios, antecipações e efeitos imateriais. Outro ponto que essa semana me confirma é em afirmar que muito antes de se tornarem “dados científicos”, essas transformações já eram conhecidas, nomeadas e vividas pelas pessoas do território. Trata-se de um conhecimento que emerge da convivência, da escuta e da experiência, e que não depende da validação acadêmica para existir. Ao contrário, é esse conhecimento que primeiro identifica as rupturas na paisagem.

A situação observada no Bom Remédio também explicita a articulação entre estoque, fluxo e descarte. A restrição de trânsito, entrada e presença em áreas que eram de uso comum das comunidades, a alteração das rotas de circulação existentes conectando terras firme, várzeas e as ilhas, e os impactos sobre a alimentação e o cotidiano indicam um processo de despossessão em curso.. Posteriormente, ao acompanhar audiências e processos judiciais, incluindo decisões que determinavam a retirada da empresa que na época tentava se inserir na comunidade tornou evidente o papel das infraestruturas legais nesse arranjo. Não se trata apenas de normas formais, mas de dispositivos que operam, muitas vezes de forma invisível, criando as condições para que infraestruturas materiais como o porto possam se instalar e funcionar.

Nesse sentido, o monoculturar depende de uma complexa articulação entre infraestruturas visíveis e invisíveis. Documentos, classificações, licenças e categorias jurídicas atuam nas brechas, antecipando e legitimando intervenções que, posteriormente, se materializam na paisagem. O que se observava, portanto, não era apenas a implementação de um empreendimento, mas a operação de um modo de organizar o mundo, que transforma relações em recursos, territórios em superfícies operacionais e vidas em variáveis ajustáveis.

É a partir dessa experiência que se torna possível compreender o monoculturar como uma atividade contínua que reorganiza relacionais, altera percepções e produz efeitos acumulativos ao longo do tempo e não como um fenômeno isolado. Contar essa história, portanto, não é um simples relato de caso, vez que em última análise explicita o próprio argumento central desta tese: o monoculturar como verbo, como prática que atua

simultaneamente sobre o material e o imaterial, sobre o espaço e o tempo, produzindo paisagens simplificadas à custo da complexidade da vida diversa.

Antes que o conceito de monoculturar se configurasse como eixo desta pesquisa, existiu outro movimento que não se deu primeiro pela teoria, mas pela prática (ou (con)viver), pela experiência e pelo encontro. No período de finalização da minha dissertação de mestrado, quando me inscrevi, sem saber o que esperar, em uma oficina de bordado sobre fotografia na *Associação Fotoativa*¹, que esse processo começou. A partir dali, a fotografia deixou de ser uma técnica ou uma ferramenta de registro e passou a se apresentar como um campo de pensamento. Seguiram-se oficinas de impressões artesanais no *Curro Velho*², experimentações com fotografia a partir de plantas, processos de revelação analógica, nos quais o tempo do laboratório sempre lento e sensível se tornava parte constitutiva da imagem. Esse percurso foi sendo atravessado também pelo contato com a fotografia latino-americana e suas implicações políticas, aproximando cada vez mais minha prática artística das inquietações que já estavam presentes na minha trajetória como pesquisadora.

Um ponto de inflexão importante nesse caminho foi a participação como voluntária no Pinhole Day 2018 e, posteriormente, a experiência de ministrar oficinas de fotografia pinhole na Ilha de Cotijuba, em 2019. A oficina ocorreu em contexto de um projeto da própria *Fotoativa* voltado às águas e ao território. A associação, fundada por Miguel Chikaoka, traz em sua prática uma preocupação central com a arte-educação como forma de pertencimento e de construção de olhar situado. Nesse contexto a fotografia passou a se configurar, para mim, não como captura de uma paisagem já dada, mas como um campo de relação. A câmera especialmente na prática da pinhole deixa de ser instrumento de controle da imagem para tornar-se mediadora de um encontro com o tempo e com a luz, onde o exercício é perceber o entorno ativamente sem julgar a priori aquilo que se forma no suporte dado.

Essa trajetória foi fundamental para tensionar minha própria formação jurídica e acadêmica, baseada em estruturas mais normativas, analíticas e, muitas vezes, dissociadas da

¹ A Associação Fotoativa é uma organização cultural fundada em Belém do Pará, na década de 1980, dedicada à pesquisa, experimentação e formação em fotografia. Com forte atuação na Amazônia, a Fotoativa se consolidou como um espaço de produção artística e pedagógica que privilegia práticas coletivas, processos experimentais e abordagens que articulam imagem, território e educação, sendo especialmente reconhecida pelo desenvolvimento de metodologias baseadas na fotografia esteno-peica e em experiências sensoriais de construção da imagem. Nela, Miguel Chikaoka formou várias gerações de fotógrafos através da sua metodologia denominada pedagogia dos fluxos.

² O Curro Velho é um espaço cultural público localizado em Belém do Pará, vinculado à Fundação Cultural do Pará, voltado à formação e difusão de práticas artísticas. Oferece de forma gratuita e acessível a um público plural oficinas em linguagens diversas, como artes visuais, música, cerâmica e fotografia, constituindo-se como um importante polo de formação artística na cidade e de circulação de práticas culturais enraizadas no contexto amazônico.

experiência sensível. O encontro entre essas dimensões, me fez pensar no (des)propósito da separação entre arte e ciência, prática e teoria. Teóricas como Haraway (1985) também me apoiaram nessa reflexão. Assim, comecei a compreender que a paisagem não está simplesmente “lá” para ser observada, descrita ou fotografada. Ela é um campo de relações em movimento, que exige escuta, presença e disponibilidade. Fotografar, nesse contexto, não é extrair uma imagem do mundo, mas participar de um processo em que a própria paisagem também fala.

A separação entre arte e ciência, frequentemente apresentada como natural ou necessária, revela-se, ao longo deste percurso, como uma construção situada que organiza hierarquias de saber e legitima determinadas formas de conhecimento em detrimento de outras. O encontro com o trabalho de Grada Kilomba (2019) foi também decisivo para tensionar essa divisão, ao evidenciar que narrar, criar, teorizar e performar são práticas indissociáveis e profundamente implicadas nas disputas políticas do fazer mundo. Em sua obra, a produção de conhecimento não se limita ao registro acadêmico, mas se realiza também na linguagem, na imagem, no corpo e na memória, desestabilizando a ideia de neutralidade e objetividade como critérios exclusivos de validade. Nesse sentido, arte e ciência deixam de ser domínios separados para serem compreendidos como modos entrelaçados de produzir mundo. Assumir essa perspectiva implica reconhecer que toda forma de conhecimento é situada e que estar no mundo, perceber, narrar e criar são, em si, atos políticos que participam da constituição das realidades que se pretende analisar.

A minha formação jurídica, onde fui treinada a racionalizar minuciosamente cada enunciado, obedecer prazos e adequar argumentos a formas previamente estabelecidas, foi tensionada com a experiência na arte, que me permitiu mobilizar o corpo como tecnologia de pensamento. O Direito, enquanto dispositivo de controle estatal, opera muitas vezes por meio de uma racionalidade que restringe e normatiza, inclusive formando sujeitos que tendem a não questionar suas próprias bases. Já a prática artística convoca presença, implicação e ação: não deve haver passividade no fazer. Ao bordar, por exemplo, o conhecimento se dá na relação direta com a matéria, exigindo tempo, gesto e envolvimento. Assim como na escrita, há um engajamento ativo que rompe a separação entre mente e corpo, evidenciando que pensar é também um fazer situado, que se inscreve no mundo por meio do corpo.

A imagem só está de passagem, ela se forma a todo momento, só precisa da pausa para ver. É a partir dessa sensibilização, bem anterior à formalização conceitual, que esta tese se constrói. O caminho metodológico e analítico que será desenvolvido nos capítulos seguintes não parte de uma separação entre sujeito e objeto, nem entre teoria e prática, mas de uma experiência situada em que o pensamento emerge da relação.

Nesse sentido, a fotografia não ocupa um lugar ilustrativo, mas constitutivo: ela é parte do modo como esta pesquisa aprende a ver, a escutar e a pensar com as paisagens. É nessa aproximação que se delineia também a possibilidade de compreender processos como o monoculturar não apenas como uma operação técnica ou econômica, mas de fato como algo que incide sobre formas de perceber, de narrar e de existir e que, por isso, exige outras formas de atenção para ser apreendido.

Os capítulos que se seguem percorrem desde a formulação do problema até a análise dos corredores logísticos que materializam o monoculturar no Pará, passando pela centralidade das infraestruturas imateriais e das paisagens para pensar memória, conflito e resistência. O monoculturar não é o único mundo possível, e esta pesquisa é, também, um convite a escutar os mundos que resistem e persistem.

Na presente pesquisa, observo, a partir dos corpos de rio, das paisagens em transformação e dos reflexos nas águas, a expansão de infraestruturas do monoculturar. Essas infraestruturas operam na formação de corredores de escoamento de commodities que se projetam para se sobrepor outros modos de vida nas Amazônias. O monoculturar não está apenas no campo material. Ele é um verbo, apresentando capacidade de adaptação, assim como o sistema que o produziu, minando o território-espaço-tempo. A demanda por escalabilidade, estoque e descarte permanece e se renova, produzindo paisagens e extinguindo diversidades, para que fluxos diversos sejam capturados e deem espaço a um corredor de produção padrão e controlável.

Um aspecto central desse percurso é que passa a estruturar a própria metodologia da tese é o reconhecimento de que o olhar não é individual nem neutro, mas sempre situado e relacional. As imagens produzidas ao longo da pesquisa não são resultado de uma autoria isolada, mas de processos de cocriação que emergem no encontro com os seres e os territórios. Ao compartilhar práticas fotográficas, como nas oficinas e experimentações com câmeras pinhole, o intuito era que se construísse um espaço de elaboração conjunta de percepções sobre a paisagem. Nesse processo, os modos de ver das comunidades atravessados por experiências cotidianas, memórias, afetos e saberes transformam o próprio gesto de fotografar. Essa dimensão cocriativa evidencia que o conhecimento não está previamente dado nem restrito à academia, e reafirma sua produção contínua na experimentação compartilhada.

A ideia da tese é a partir da sua base teórico-metodológica contribuir para analisar como o monoculturar se consolida nas infraestruturas (legais, materiais e simbólicas) sem produzir imagens no sentido técnico ou a priori da palavra, mas de modo a revelar paisagens. As reflexões surgem aqui das experiências em campo.

Outro instrumento que aparece nas páginas seguintes são as linhas que entrelaçam histórias, pois bordar é político e a arte é uma das ferramentas mais poderosas que conheço para resistir, denunciar e anunciar afetivamente. A escolha do bordado com juta como suporte simbolizou o ato de costurar histórias em territórios marcados por denúncias de violações em diversos níveis. Essas violações ocorrem desde o planejamento, muito antes da construção e operação das infraestruturas físicas, pois as infraestruturas invisíveis operam e dão sinais.

A academia nem sempre permite esse tempo de escuta. As artes, no entanto, conseguem criar esse espaço de diálogo e participação, no tempo dos afetos. E aqui a metodologia se propõe a isso, criar um pêndulo entre teoria e afeto e entre escuta e criação.

A fotografia, nesse processo, não é apenas um registro visual. Ela é um lugar coletivo de escuta e cocriação, bem como um gesto de presença. É através do corpo que a imagem se forma. Mais do que representação, nesse sentido, a fotografia está para ajudar a sentir, ser e estar, para ao apontar, também simbolizar e denunciar como parte da reflexão. A fotografia é aqui entendida como ato de escuta, resistência e construção de sentido.

Por fim, a tese denuncia o monoculturar como forma de violência epistêmica e territorial, e afirma a necessidade de imaginar e sustentar outros mundos possíveis. Longe de operar como instrumento de registro, a imagem é mobilizada aqui como prática de atenção e implicação, capaz de produzir brechas nos regimes dominantes de percepção. Analiso os efeitos da monocultura entendida como padronização e homogeneização do espaço, consequentemente, a implicação da do processo e prática sobre o espaço, ou ainda, sobre as paisagens, os corpos, os modos de vida e os fluxos de existência.

Viver a(s) Amazônia(s) é ponto de partida e prática. Os cheiros, o vocabulário, o ritmo das curvas e inclinações da paisagem moldam a forma como vejo o mundo. E a minha pesquisa parte do desejo de desestabilizar a dicotomia natureza-humanidade e a hierarquização dos diversos modos de viver e saber.

O monoculturar, como modo de ver o mundo, informa tudo ao seu redor. Ao operacionalizar a apropriação da paisagem produz perda de sentido, desumaniza, padroniza e impede outros fluxos. Por isso, esta pesquisa deseja ampliar a visibilidade dessas infraestruturas que sustentam esse sistema, revelando o que elas tentam esconder: vidas e paisagens em disputa.

1 INTRODUÇÃO AOS REFERENCIAIS EPISTÊMICO-ONTOLÓGICOS

A presente pesquisa parte de uma inquietação central: como nomear e tensionar os processos que reduzem a multiplicidade de mundos a uma única forma de existência? A noção de monoculturação não é aqui mobilizada apenas para descrever um modelo agrícola, ela tem papel de operar analiticamente de forma a revelar um conjunto mais amplo de práticas que simplificam, estabilizam e controlam as relações que sustentam a vida (Vecchione-Gonçalves *et al.*, 2020). Monoculturar, portanto, não diz respeito tão somente à produção de homogeneidade material, mas à imposição de um regime perceptivo, temporal e ontológico que organiza o mundo a partir de uma única gramática de existência.

Esta tese propõe compreender o monoculturar como um modo de operar que reorganiza o mundo ao simplificar e fragmentar relações, convertendo territórios vivos em superfícies operacionais voltadas à circulação, ao estoque e ao descarte. Parto da noção de relacionalidade (Escobar, 2018), segundo a qual os seres são constituídos nas e pelas relações, para argumentar que a monoculturação atua precisamente sobre esse tecido relacional, dissociando dimensões que se apresentam como indissociáveis. Nesse percurso, mobilizo conceitos como fricção e ruína (Tsing, 2015), bem como a crítica à imposição de um mundo único, que apaga a coexistência de múltiplos mundos (de la Cadena; Blaser, 2018). Dialogo ainda com contribuições sobre infraestruturas e logística (Cowen, 2014), entendendo-as para além de sua materialidade, enquanto dispositivos que organizam fluxos e produzem condições para a circulação e o controle. É nesse enquadramento que proponho o monoculturar enquanto verbo, isto é, uma prática contínua que atua sobre territórios, temporalidades e modos de existência, sustentada por processos de simplificação, padronização e hierarquização dos saberes.

No interior dessa abordagem, paisagem e território não são tratados como categorias fixas ou separadas, mas como dimensões interdependentes. A paisagem é compreendida como expressão sensível e material das relações que constituem o território, sendo atravessada por memórias, conflitos, afetos e infraestruturas visíveis e invisíveis. Ela é constituída e reconstruída constantemente de forma dinâmica pelos seres que interagem nela/com ela. O território, por sua vez, não se reduz a uma delimitação espacial, correspondendo ao conjunto de relações, práticas e modos de vida que produzem e sustentam essas paisagens. Nele, também há relação com a produção de subjetividades coletivas que o compõe e a produção de uma política específica de produção de espaço, que é a territorialidade, prática social e política, produzida no entrelaçamento entre modos de vida, saberes e formas de uso (Porto-Gonçalves, 2006). Esse resultado das relações de poder e de processos históricos segue sendo

continuamente produzido e disputado. Assim, mais do que um suporte físico, o território se configura como espaço vivido, no qual se produzem sentidos.

Ao acompanhar processos de transformação no Baixo Tocantins³, a análise busca evidenciar como o monoculturar atua simultaneamente sobre essas duas dimensões, reorganizando tanto a materialidade da paisagem quanto as relacionalidades que constituem o território. Assim, este trabalho propõe um deslocamento do olhar, no qual a leitura da paisagem se torna uma via de acesso para compreender disputas mais amplas sobre existência, conhecimento e poder, oferecendo ao leitor um mapa analítico para acompanhar como esses processos se desdobram ao longo da tese.

Ao tratar das infraestruturas que conformam corredores de escoamento de commodities, esta tese considera não apenas os dispositivos materiais como portos, hidrovias, estradas, pátios de estocagem e sistemas de dragagem, mas também o conjunto de infraestruturas simbólicas, jurídicas e técnicas que tornam possível sua operação e expansão. No caso do Baixo Tocantins, a instalação de terminais portuários, a intensificação do tráfego de barcaças e a reconfiguração de rios em vias logísticas para o transporte de grãos e minérios exemplificam a materialização desses corredores. No entanto, tais transformações não se sustentam apenas pela presença física dessas estruturas, posto que dependem de licenças ambientais que fragmentam o território em zonas operacionais, de categorias como “área de influência direta” e “indireta” que delimitam o que conta como impacto. Somam-se a isso, portanto, instrumentos de planejamento urbano que redefinem usos do solo e de narrativas técnicas que apresentam esses empreendimentos como vetores de desenvolvimento. Essas infraestruturas imateriais operam como condições de possibilidade para que os fluxos de commodities se imponham sobre outros fluxos, os da pesca, do açaí, da circulação cotidiana, reorganizando o território a partir de uma lógica de eficiência, previsibilidade e escalabilidade.

Frente a esses elementos conceituais e desafios socioecológicos e jurídicos, esta introdução se organiza em torno de três eixos temáticos interrelacionados que orientam o desdobramento analítico e metodológico da tese. Em primeiro lugar, desenvolvo a elaboração de conceitos-chave, especialmente sobre o monoculturar, relacionalidade (Escobar, 2018) e infraestruturas (im)materiais (Cowen, 2014), como ferramentas de composição de mundos, isto

³ O Baixo Tocantins refere-se a uma microregião localizada no nordeste do estado do Pará, na Amazônia brasileira, caracterizada pela presença de extensas áreas ribeirinhas, ilhas, igarapés e dinâmicas territoriais fortemente articuladas aos fluxos dos rios e das marés. A microregião é composta pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará. Para além da delimitação administrativa, a aproximação feita com o Baixo Tocantins se deu por constituir um território relacional, marcado por redes de circulação, parentesco e uso coletivo que frequentemente extrapolam os limites municipais formais.

é, como operadores por meio dos quais paisagens, temporalidades e relações não apenas são descritas, mas ativamente produzidas, tensionadas e disputadas (de la Cadena; Blaser, 2018). Em seguida, situo o argumento no interior de um deslocamento mais amplo da política em direção a uma perspectiva pluriversal, que desafia a ontologia singular do chamado *one-world world* (de la Cadena; Blaser, 2018) e evidencia a coexistência de múltiplos modos de existência (de la Cadena, 2015; Haraway, 2016; Vecchione-Gonçalves, 2014). Por fim, abordo as transformações contemporâneas da paisagem amazônica como parte de um cenário mais amplo marcado por formas contínuas, ainda que frequentemente não declaradas, de conflito ou uma guerra difusa materializada por meio do extrativismo, da expansão logística e dos regimes de modernização ecológica que reorganizam o espaço, o tempo e a própria vida (Shiva, 2005; Tsing, 2015). Ao longo desses eixos, os capítulos desenvolvem uma análise do monoculturar como atividade que produz fluxos, estoques e descartes, ao mesmo tempo em que atentam para as fricções, resistências e práticas relacionais que persistem e reconfiguram mundos outros.

Ao longo dos capítulos, desenvolvo essa análise em movimentos complementares, primeiro, identificando como as infraestruturas imateriais se instalam e produzem alterações invisíveis na paisagem. Em seguida, examinando os dispositivos jurídicos e discursivos que legitimam e viabilizam sua expansão. E, por fim, analisando os efeitos dessa articulação sobre as relacionalidades locais, evidenciando como o monoculturar opera ao reordenar fluxos, produzir estoques e instituir práticas de descarte que atingem simultaneamente dimensões materiais e imateriais da vida no território.

Esse processo se articula historicamente com o projeto de desenvolvimento e com a modernização ecológica, sustentados por uma base científica que transforma territórios em superfícies mensuráveis e governáveis, reorganizando espaço e tempo segundo lógicas de eficiência, aceleração e controle. Ao fazê-lo, dissocia modos de vida de suas relacionalidades constitutivas, deslegitimando outras formas de habitar, conhecer e perceber. É nesse contexto que a paisagem se consolida como imagem, cenário ou recurso, ou seja, como um objeto disponível à captura e à gestão.

Parte-se aqui do reconhecimento de que já existe um amplo campo de estudos que analisa os efeitos da expansão do desenvolvimento, do neoextrativismo e das infraestruturas na Amazônia. A literatura da ecologia política, neodesenvolvimentismo e infraestruturas e dos estudos do desenvolvimento que demonstrou como grandes projetos reorganizam territórios, produzem conflitos e aprofundam desigualdades. No âmbito amazônico, essa discussão foi amplamente desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que evidenciaram a relação entre políticas desenvolvimentistas,

integração territorial, grandes projetos e reconfiguração das territorialidades amazônicas. Ao mesmo tempo, outro conjunto de autores deslocou esse debate para uma dimensão ontológica. Em vez de compreender os conflitos apenas como disputas por recursos ou por distribuição de impactos, autores como Arturo Escobar, Mario Blaser, Marisol de la Cadena e Isabelle Stengers demonstram que o que está em disputa são diferentes modos de compor mundos. A crítica deixa de incidir apenas sobre o desenvolvimento enquanto política econômica para alcançar a própria ontologia do desenvolvimento, isto é, a maneira como um determinado modo de existência se apresenta como universal, neutro e inevitável.

Esta tese se insere nessa interseção. O conceito de monoculturar não substitui categorias como desenvolvimento, neoextrativismo ou infraestrutura. Ao contrário, busca-se oferecer uma chave analítica para articular essas diferentes dimensões. O monoculturar designa o processo por meio do qual uma racionalidade específica produz homogeneização das relações, simplifica territórios, acelera temporalidades e reorganiza fluxos da vida para convertê-los em estoque, circulação e governabilidade. Enquanto o debate sobre infraestrutura frequentemente privilegia suas materialidades e o debate ontológico enfatiza a coexistência de múltiplos mundos, o monoculturar busca compreender como determinadas infraestruturas tornam possível a produção de uma ontologia do desenvolvimento. Por isso portos, contratos, estudos ambientais, licenciamentos, pareceres técnicos e dispositivos jurídicos aparecem como instrumentos administrativos, mas também como operadores que estabilizam um único modo legítimo de existir. Justifica-se assim, o monoculturar como um conceito que não se traduz na expansão da monocultura agrícola. Trata-se, portanto, de um modo de operar que produz monoculturação dos mundos. Seu efeito não é sentido apenas na seara econômica ou territorial, mas de forma epistemológica, ética e ontológica, pois reorganiza as condições pelas quais diferentes formas de vida podem continuar existindo e são reconhecidas.

A pesquisa precisou construir procedimentos capazes de produzir aproximação sem reproduzir as mesmas lógicas do monoculturar, quais sejam, captura, aceleração e simplificação das relações. A escolha pelas práticas cocriativas, pela fotografia, pela caminhada e pela escuta constituiu uma ética da pesquisa que não se reduziu à coleta de dados, a partir do reconhecimento de que produzir conhecimento também produz relações e que, portanto, método e teoria são inseparáveis. O monoculturar é a categoria que proponho para aproximar os debates sobre desenvolvimento e infraestrutura e o debate sobre ontologias.

O esforço feito durante a pesquisa foi de se alinhar a perspectivas que compreendem o mundo como tecido relacional, no qual humanos e mais-que-humanos se constituem mutuamente. A partir da noção de relacionalidade, tal como lecionada por Arturo Escobar

(2024), a paisagem deixa de ser pano de fundo para se afirmar como campo vivo de interdependências, onde múltiplas temporalidades e formas de existência coexistem. Essa mudança não é apenas conceitual, pois implica uma transformação nas formas de perceber, habitar e produzir conhecimento.

Por isso a fotografia é convocada por sua vez como prática situada e não mais como instrumento de representação. Em vez de reforçar a monocultura do olhar, ela pode operar como gesto de atenção e implicação, capaz de produzir furos no regime dominante. É a partir dessa imagem que emerge a noção de furo: uma abertura no contínuo da monoculturação, uma brecha onde outras relações podem se manifestar e onde a imaginação se ativa como força de composição de mundos possíveis.

Para não se ater a descrever um problema, este texto se propõe a pensar a luz, e por conseguinte, a fotografia como uma prática. O intuito é, portanto, pensar a monoculturação como verbo, a relacionalidade como condição e o furo como gesto para não apenas criticar a produção de um mundo único, mas afirmar a possibilidade de outros mundos em coexistência, pois insistir na possibilidade de mundos é também não se deixar capturar integralmente para sustentar a multiplicidade dos mundos.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), espaço reconhecido pela tradição interdisciplinar na análise das transformações territoriais amazônicas. Ao mesmo tempo, insere-se nos debates construídos pelo grupo de pesquisa ReExisTerra, especialmente aqueles voltados às relações entre ontologias, territorialidades, conflitos socioambientais e alternativas ao desenvolvimento. Inserida nesse contexto, a tese busca contribuir para o diálogo entre os estudos do desenvolvimento, a ecologia política e os debates contemporâneos sobre ontologias relacionais.

O debate ontoepistemológico nesta tese se fundamenta vez que enquanto parte da literatura sobre desenvolvimento concentra-se na distribuição de impactos, recursos ou benefícios, a perspectiva ontológica permite observar que os conflitos analisados envolvem também diferentes formas de compor mundo, produzir conhecimento e sustentar relações entre humanos e mais-que-humanos. O monoculturar é proposto justamente nesse ponto para designar mais que um modelo econômico ou produtivo, por ser uma racionalidade que produz homogeneização material, epistemológica e ontológica.

As imagens presentes nesta tese não tem a intenção de constituir um registro documental dos eventos observados. Elas têm o pressuposto de ser parte do processo de produção de

conhecimento, funcionando simultaneamente como disparadoras de diálogo e reflexão coletiva, bem como formas de elaboração de narrativas sobre o território. De modo geral, as imagens não são resultado final das discussões, apenas parte constitutiva delas, emergindo de processos coletivos de observação, imaginação e criação.

Ao serem mobilizadas como práticas relacionais, as imagens permitem deslocar separações frequentemente reproduzidas pela racionalidade do monoculturar, como sujeito e objeto, natureza e cultura, teoria e método, observador e observado. Para assim participar da construção de relações que tornam visíveis outras formas de conhecer, habitar e imaginar os territórios.

Esta pesquisa partiu de relações construídas ao longo do tempo com pessoas, coletivos, artistas, lideranças comunitárias e organizações que atuam no Baixo Tocantins. O percurso investigativo foi sendo moldado por esses encontros, de modo que as próprias relações passaram a constituir parte daquilo que a pesquisa buscava compreender. Nesse sentido, a produção de conhecimento foi cocriada com os territórios, por meio de processos de convivência, escuta, criação compartilhada e acompanhamento de mobilizações, assembleias, oficinas e práticas cotidianas. Caminhar dessa forma tem o intuito de reafirmar que a produção de conhecimento envolve e produz modos específicos de compor mundos. Por essa razão, a dimensão ontoepistêmica não pode ser uma referência teórica, ela precisa guiar a prática ética e metodológica do trabalho.

As lideranças comunitárias, pescadores, agricultores, mulheres envolvidas em iniciativas de organização territorial, participantes das oficinas de fotografia, representantes de movimentos sociais, artistas e educadores que contribuíram para a construção dos percursos metodológicos adotados são parte constitutiva das reflexões que orientaram a formulação do conceito de monoculturar e das análises desenvolvidas ao longo da tese.

A escolha dos procedimentos metodológicos esteve associada ao interesse de fortalecer relações de confiança, reciprocidade e colaboração construídas ao longo do trabalho de campo. E as oficinas, caminhadas, práticas fotográficas e atividades de cocriação eram uma forma de sustentar o tempo compartilhado e os ampliando espaços coletivos de reflexão sobre as transformações em curso nos territórios. O percurso desta pesquisa foi construído por meio de relações que antecedem e/ou excedem a formulação das perguntas de investigação. Minha aproximação com os territórios do Baixo Tocantins iniciou-se em 2022, durante atividades relacionadas aos debates sobre crédito de carbono e seus possíveis impactos nas comunidades da região. Naquele momento, o interesse inicial estava voltado para compreender novas formas de apropriação territorial e seus vínculos com agendas contemporâneas de financeirização da

natureza. Contudo, a convivência com moradores, lideranças comunitárias e organizações locais rapidamente ampliou as questões que orientavam a pesquisa.

As primeiras estadias ocorreram na comunidade quilombola do Bom Remédio, onde fui acolhida por Cleia e sua família. A partir desse período, passei a acompanhar reuniões, protocolos de consulta e processos organizativos conduzidos por associações e lideranças em Abaetetuba. Nesses momentos, as conversas ampliaram o foco que eu estava dando aos conflitos observados sem que se restringisse à implantação de infraestruturas ou aos seus impactos materiais. O que estava em disputa parecia envolver também diferentes formas de produzir conhecimento, interpretar o território, organizar o tempo e sustentar relações entre pessoas, rios, florestas e modos de vida.

A partir de 2023, minha presença tornou-se mais frequente no Território Agroextrativista do Pirocaba. Além do acompanhamento das mobilizações relacionadas à expansão de infraestruturas e aos processos de consulta, passei a participar da vida comunitária em suas múltiplas dimensões. O Pirocaba não é um local de pesquisa para mim. As relações construídas com a Day e seus familiares, que sempre me acolhem na sua casa sem nenhuma agenda, entre tantas outras pessoas da comunidade, extrapolam os momentos formalmente associados ao trabalho de campo. Compartilhamos períodos de espera durante as chuvas, conversas nas varandas e nas redes, açaí do almoço, banhos de rio, caminhadas pelos caminhos da comunidade e atividades cotidianas que não tinham qualquer finalidade de pesquisa previamente definida. Em algumas dessas caminhadas, por exemplo, eu e Mika parávamos para observar e desenhar cogumelos encontrados pelo caminho, exercitando juntas formas de atenção ao território que dificilmente caberiam nos formatos convencionais de produção de dados.

Essas experiências não são mencionadas aqui como anedotas, mas porque me aproximaram de forma gradual ao território. Ao longo do percurso, tornou-se evidente que as relações que sustentam o território não são separáveis das formas pelas quais o conhecimento é produzido. Aprender a observar os ritmos das águas, os efeitos das chuvas, os tempos, os ciclos e as narrativas compartilhadas são condição ontoepistêmica da própria investigação.

Essa compreensão dialoga diretamente com os debates sobre ontologias relacionais mobilizados ao longo da tese. O monoculturar opera por meio da simplificação das relações, da fragmentação dos territórios e da aceleração dos tempos, e a pesquisa me guiava para a necessidade de construir formas de investigação capazes de acompanhar processos relacionais sem reduzi-los a categorias previamente definidas. As escolhas metodológicas realizadas ao longo do trabalho, incluindo caminhadas, práticas fotográficas não foram concebidas apenas

como técnicas de pesquisa ou de produção quantitativa. Elas eram uma forma de construir aproximação e produzir conhecimento de maneira coerente com a crítica que esta tese dirige às operações do monoculturar.

O diálogo entre ecologia política, estudos do desenvolvimento, antropologia das ontologias, artes e práticas territoriais permitiu construir uma investigação comprometida com a compreensão de conflitos sem separar, artificialmente, teoria, método e mundos. A trajetória da pesquisa evidencia que produzir conhecimento com os territórios exige reconhecer que os territórios produzem conhecimento.

Se a monoculturação pode ser compreendida como um processo contínuo de empobrecimento das relações através de uma operação que separa, simplifica e reorganiza o mundo segundo uma única gramática de existência, então resistir a ela implica tensionar o próprio regime que a torna possível. Isso significa tensionar a centralidade de um mundo pensado como objeto de gestão para um mundo vivido como tecido relacional, onde a vida não se reduz àquilo que pode ser capturado, medido ou acelerado.

Para pensar o processo de monoculturar também é importante ter em mente a noção de confluência, formulada por Antônio Bispo dos Santos (2023), e a crítica às monoculturas da mente, proposta por Vandana Shiva (2003). Para Nego Bispo, a confluência diz respeito a modos de existência que se organizam pela coexistência, pela circulação e pela relação entre diferenças, sem a necessidade de redução a uma unidade ou padrão, um princípio que ressoa diretamente com as paisagens do Baixo Tocantins, onde rios, marés, ilhas, pessoas e outras vidas compõem um tecido contínuo e relacional. O monoculturar, nesse sentido, opera como sua negação: ao invés de confluência, impõe separação, hierarquia e rigidez no movimento. Já em Shiva, a monocultura não é apenas agrícola, mas epistemológica: trata-se de um projeto que simplifica a diversidade dos modos de conhecer e viver, substituindo-a por uma racionalidade única, orientada pela produtividade, pelo controle e pela escala. Ao articular essas perspectivas, torna-se possível compreender o monoculturar como uma prática que atua simultaneamente sobre o mundo material e sobre os regimes de pensamento, produzindo não apenas a homogeneização da paisagem, mas também o empobrecimento das formas de perceber, narrar e habitar o mundo. Assim, ao falar da transformação de territórios e paisagens, estamos lidando com a disputa entre regimes ontológicos: tendo na confluência a afirmação da multiplicidade relacional, e na monocultura, um projeto de unificação e domesticação da vida.

Nesse horizonte, a crítica ao desenvolvimento e aos cercamentos revela que não se trata apenas de perda de acesso, mas da produção ativa de uma realidade em que outras formas de existência se tornam progressivamente inviáveis. A monoculturação não elimina apenas a

diversidade biológica ou cultural, ela atua sobre a própria capacidade de perceber, imaginar e sustentar mundos múltiplos. É, portanto, também uma operação sobre a sensibilidade, sobre o tempo e sobre as possibilidades de relação.

Diante disso, a relacionalidade não se apresenta como alternativa abstrata, mas como condição concreta de reexistência. Ao afirmar que os seres são constituídos por suas relações, como propõe Escobar (2024), torna-se possível reconhecer que o mundo não é uno, ele é composto por uma multiplicidade de mundos que coexistem, se tensionam e se transformam mutuamente. É nesse ponto que a noção de comuns e o gesto de comunar, tal como elaborados por Silvia Federici (2022), também ganham centralidade. Reconstituir vínculos, partilhar a vida, reapropriar-se coletivamente das condições de existência são respostas à expropriação, mas sobretudo formas de produzir mundo. Ao mesmo tempo que a monoculturação opera pela ruptura dos vínculos, ‘comunar’ (*commoning*) é insistir na sua recomposição.

Para a autora, a expansão do capitalismo se sustenta justamente nessa destruição sistemática dos comuns, isto é, das formas coletivas de uso, cuidado e produção que articulam corpos, territórios e relações. E esses cercamentos não se limitam à terra, mas atingem também os saberes, os modos de vida que sustentam a existência cotidiana, reorganizando-os sob a lógica da propriedade, da dívida e da acumulação. Nesse sentido, o monoculturar pode ser compreendido como forma contemporânea desses processos por ser um regime que simplifica e captura a diversidade relacional dos territórios para convertê-la em valor. Ao mesmo tempo, Federici insiste que as lutas em defesa dos comuns não são apenas reativas, pois constituem práticas ativas de criação de mundo, nas quais novas formas de organização social, alianças e modos de existência emergem. Essa dimensão se constitui central para este trabalho, pois permite compreender que, diante da violência do monoculturar, os territórios não apenas resistem, mas continuam produzindo mundos, rearticulando relações e afirmando outras possibilidades de vida.

Entre esses movimentos, o furo foi escolhido como condição e gesto. Não como solução totalizante, mas como abertura no contínuo, assim através dele pode haver uma interrupção que permite que outras relações apareçam, que outras temporalidades se manifestem, que outras imaginações se ativem. O furo não desfaz a monoculturação, mas cria zonas onde ela não se sustenta integralmente. Nesse sentido, práticas como a fotografia, quando deslocadas de sua função de captura, podem operar como modos de produzir esses furos, gestos que suspendem o regime dominante e reintroduzem densidade nas relações. É possível, assim, sustentar encontros ao ativar percepções para nelas abrir espaço para que a paisagem volte a ser relação.

Em um tempo marcado pelo achatamento do espaço-tempo e pela aceleração dos fluxos, essa tarefa exige desacelerar, recompor vínculos e insistir naquilo que escapa. Não como utopia distante, mas como prática cotidiana.

A noção de extrativismo, tal como mobilizada por Marisol de la Cadena e Mario Blaser (2018), permite aprofundar a compreensão do monoculturar ao ampliar sua compreensão de uma leitura estritamente econômica para um plano ontológico. Em *A World of Many Worlds*, os autores sugerem que o extrativismo não se limita à retirada intensiva de recursos naturais, mas implica uma operação mais profunda de separação, pois ele só é possível a partir da constituição de um mundo no qual entidades como rios, florestas, montanhas são previamente definidas como “recursos”, isto é, como algo exterior às relações que os constituem.

Essa operação pressupõe a negação ou a desqualificação de outros modos de existência nos quais tais elementos não são separáveis das redes de vida que os sustentam. Assim, o extrativismo pode ser compreendido como uma prática que depende da produção de um mundo único que os autores chamam de um “*one-world world*” no qual a natureza é reduzida a matéria disponível para exploração. Ao colocar essa leitura em diálogo com a proposta desta tese, é possível compreender o monoculturar como uma extensão desse mesmo movimento: uma atividade de extração, mas também reorganiza relacionalidades, tenta dissociar o que é vivido como indissociável e produz condições para que o mundo seja continuamente convertido em estoque e mobilizado em fluxos, ao custo do apagamento de outras ontologias e formas de habitar a paisagem.

Ao articular o conceito de infraestrutura logística (Cowen, 2014) com a análise do monoculturar, esta tese parte da compreensão de que a logística não constitui apenas um conjunto técnico de operações voltadas ao transporte de mercadorias, mas um regime de organização do espaço e da circulação profundamente político. Conforme demonstra Deborah Cowen (2014), a logística contemporânea emerge da imbricação entre racionalidades militares e empresariais, operando por meio de cálculos que visam garantir a fluidez contínua dos fluxos globais. Nesse sentido, corredores logísticos, portos, hidrovias e zonas industriais não apenas viabilizam o escoamento de commodities, mas reconfiguram territórios ao subordiná-los à lógica da circulação eficiente, produzindo, simultaneamente, zonas de proteção e zonas de descarte. De fato, essa racionalidade implica uma transformação do espaço geográfico em função do movimento desse escoamento, na qual o território deixa de ser compreendido como espaço vivido para tornar-se suporte operacional dos fluxos. Contudo, o esforço é sempre feito para que as fronteiras sejam cada vez mais percebidas como lisas e contínuas, o que demanda uma grande energia nos bastidores, esforços, inclusive jurídicos, de harmonização e

previsibilidade para que a operação pareça suave. No âmbito desta tese, essa abordagem permite compreender as infraestruturas materiais e imateriais como dispositivos centrais do monoculturar: ao organizar fluxos de mercadorias, capital e informação, elas também reorganizam relacionalidades, impõem ritmos e produzem formas específicas de violência, muitas vezes invisibilizadas sob a aparência de neutralidade técnica. Assim, nos capítulos mais analíticos, examino como essas infraestruturas se materializam no Baixo Tocantins não apenas como obras físicas, mas como arranjos jurídico-discursivos e sensíveis que viabilizam o estoque e o descarte, evidenciando que o monoculturar opera precisamente na articulação entre circulação, controle e simplificação da vida.

Ao dialogar com *A World of Many Worlds*, esta tese se afasta de uma compreensão de extrativismo restrita à exploração de recursos naturais e o reinterpreta como um regime ontológico que reorganiza mundos vez que o extrativismo não opera apenas pela apropriação material da terra, mas pela imposição de uma ontologia que define o que conta como “natureza”, “recurso” e “valor”, desativando outras formas de existência que não se deixam traduzir nesses termos. Trata-se, portanto, de um processo que produz equivalências e separações entre humanos e não humanos, entre natureza e cultura, entre território e recurso que não preexistem nos mundos que ele captura, mas são necessárias para que a extração se torne possível.

É nesse ponto que o conceito de monoculturar, tal como proposto nesta tese, encontra ressonância, pois ao ser compreendido como verbo, isto é, como um processo, o monoculturar designa justamente essa atividade contínua de simplificação ontológica que transforma relacionalidades complexas em superfícies operacionais. Assim como o extrativismo, ele não apenas retira algo do território, mas reconfigura as condições de existência, convertendo mundos plurais em um único regime de inteligibilidade. A partir dessa chave, a análise desenvolvida nos capítulos evidencia como, no Baixo Tocantins, as infraestruturas e dispositivos associados à expansão logística e econômica não apenas extraem, mas produzem uma ruptura nas formas de coabitação entre humanos, águas, florestas e outras entidades, instaurando um processo de monoculturação que é simultaneamente material, epistemológico e ontológico.

As dinâmicas contemporâneas de expansão extrativista não podem ser compreendidas apenas como processos econômicos ou territoriais, mas como composições políticas que operam por meio daquilo que pode ser lido como alianças necropolíticas (de la Cadena; Blaser, 2018). Os autores indicam que projetos de mundo hegemônicos, sempre ancorados na ontologia moderna que separa natureza e sociedade, produzem arranjos nos quais a viabilização de certos modos de existência depende diretamente da despossessão, do apagamento ou da morte de

outros (de la Cadena; Blaser, 2018). Essas alianças não se restringem ao Estado ou ao mercado, mas emergem da articulação entre dispositivos técnicos, jurídicos, científicos e corporativos que autorizam intervenções sobre territórios ao mesmo tempo em que desqualificam outras formas de existência como não políticas, não racionais ou não relevantes.

E é nesse campo de disputa política que se decide quais mundos podem persistir e quais podem ser sacrificados em nome de um projeto único de realidade. Esse ponto levantado pelos autores é de extrema relevância para perceber o processo de ordenamento ontológico que institui hierarquias entre mundos e legitima a produção sistemática de zonas de sacrifício. Nesse sentido, as alianças necropolíticas operam como condição de possibilidade para a expansão de infraestruturas e regimes de valor que sustentam o monoculturar, ao mesmo tempo em que silenciam e ameaçam as relacionalidades que não se deixam reduzir à lógica da equivalência e da extração.

Outro pilar da modernidade que sustenta o monoculturar é a redução do mundo não humano a uma exterioridade objetiva, disponível à classificação, gestão e exploração (de la Cadena; Blaser, 2018). Assim, compreender montanhas, rios ou animais como sujeitos ou como “outros-que-humanos” não é reconhecido como uma proposição ontológica válida, mas relegado ao campo da crença. Essa operação não é meramente epistemológica, mas profundamente política, pois estabelece quais formas de existência podem participar do debate público e quais são desautorizadas de antemão. Ao relativizar essas outras ontologias, o pensamento hegemônico preserva para si o monopólio da definição do real. É nesse gesto que se funda a possibilidade de intervenção sobre territórios, uma vez que aquilo que não é reconhecido como existente em termos plenos pode ser apropriado, transformado ou eliminado sem que isso configure, no regime dominante, uma violência. Tal redução opera diretamente nas condições de possibilidade do extrativismo e da expansão infraestrutural, pois legitima a conversão de mundos vivos em recursos, ao mesmo tempo em que silencia as relacionalidades que sustentam outras formas de habitar e significar a paisagem. Nesse sentido, essa formulação ilumina como o monoculturar, enquanto atividade, depende de uma ontologia que previamente esvazia a densidade do mundo, tornando-o passível de simplificação, fragmentação e controle.

Os mesmos autores evidenciam como práticas contemporâneas, inclusive aquelas formuladas sob a retórica de “salvar o planeta”, continuam a operar como dispositivos de destruição e o extrativismo aparece como continuidade da lógica de terra nullius, não porque encontre espaços vazios, mas porque os produz ativamente como tais, esvaziando-os de suas relacionalidades constitutivas e tornando ausentes os mundos que ali existem.

Essa operação é central para compreender o monoculturar enquanto atividade: trata-se de um processo que não apenas transforma materialmente a paisagem, mas que atua ontologicamente ao tornar invisíveis, e, portanto, retoricamente descartáveis, as formas de vida que não se alinham à lógica do mundo único. É justamente nessa fricção que se revela o caráter violento do monoculturar: ao tentar estabilizar um único regime de realidade, ele precisa continuamente apagar, traduzir ou neutralizar aquilo que insiste em existir de outro modo.

O monoculturar é uma atividade que afeta relacionais no tempo-espaço e com isso leva ao genocídio, não como evento isolado, mas ao longo do tempo. Entendê-lo como processo, isto é, uma prática contínua que atua sobre territórios, temporalidades e modos de existência, permite perceber os outros processos que o sustentam, quais sejam, os de simplificação, padronização e hierarquização dos saberes.

A atividade de monocultura tenta fragmentar a indissociabilidade entre material e imaterial, o tempo e o espaço a partir de seus instrumentos de estoque e descarte para controlar o espaço, expandir espaço, dissociar pessoas, culturas e relacionais, os quais também encontram expressão na modernidade ecológica.

Antes de avançar, é necessário explicitar o que se entende, neste trabalho, por fluxo e estoque, uma vez que esses conceitos estruturam a análise proposta. O fluxo não é compreendido aqui como mero movimento físico ou circulação neutra, mas como um regime orientado, produzido e forçado por infraestruturas que definem o que pode circular, em que ritmo, sob quais condições e a serviço de quais interesses. Nesse sentido, dialoga com abordagens que pensam circulação, logística e mobilidade como dimensões políticas e materiais do capitalismo contemporâneo, nas quais o movimento é continuamente organizado para garantir a extração e a valorização (Cowen, 2014). Já o estoque refere-se àquilo que é fixado, acumulado e estabilizado para tornar-se legível, mensurável e apropriável, sejam terras, corpos, conhecimentos ou mesmo o tempo, como se observa nas dinâmicas de crédito e compensação ambiental. Fluxo e estoque, portanto, não são categorias opostas, mas coconstitutivas, uma vez que o fluxo depende do estoque para se organizar, enquanto o estoque só adquire valor ao ser mobilizado em fluxos. Ambos operam articulados por meio de dispositivos que implicam necessariamente práticas de descarte, isto é, a exclusão ou desvalorização daquilo que não se ajusta a essa lógica. A centralidade desses conceitos para esta tese reside justamente na possibilidade de compreender o monoculturar como uma atividade que reorganiza paisagens ao produzir e controlar fluxos e estoques, dissociando dimensões indissociáveis da vida e impondo uma racionalidade que simplifica a complexidade relacional dos territórios.

Essa articulação é central para compreender o monoculturar como atividade, isto é, como um modo de operar que reorganiza paisagens ao produzir simultaneamente circulação e fixação, sempre acompanhadas de práticas de descarte. Os diferentes regimes de gestão territorial e de fronteiras implicam formas específicas de organizar a vida e suas mobilidades, tensionando e transformando relacionalidades existentes (Vecchione-Gonçalves, 2014). Assim, mais do que descrever cadeias produtivas específicas, é importante a identificação de um *modus operandi* que atua sobre dimensões materiais e imateriais, dissociando elementos indissociáveis como tempo e espaço, natureza e cultura, e produzindo paisagens orientadas pela lógica da simplificação, da escala e do controle.

Desse modo, apresento o conceito de monoculturar com o objetivo de provocar uma reflexão crítica sobre os processos de mobilização de estoque e descarte que ocorrem a partir da transformação da paisagem, analisados a partir de um recorte localizado no nordeste paraense. Os termos propostos são forjados a partir de uma base teórico-metodológica que busca, sobretudo, não hierarquizar, ou ao menos apontar as hierarquias reproduzidas, sobre os saberes em diferentes lugares, inclusive no ambiente acadêmico. A captura das paisagens para que fluxos do capital possam dominar é analisada aqui por meio da expansão de infraestruturas visíveis e invisíveis, físicas e imateriais, jurídicas e simbólicas. Nesta abordagem, a fotografia é utilizada como linguagem para propiciar uma brecha(ou um furo) para pensar novos mundos.

O imaginário colonizado projeta uma contraposição entre tecnologia e natureza, como se fossem antagonistas. Contudo, essa dicotomia é informada por um sistema que os separa para poder controlar e dominar. Frente a essa problemática, a proposta da presente tese é analisar a sobreposição e o encurtamento das temporalidades que sustentam as estruturas do *monoculturar*.

Em Abaetetuba, nordeste paraense, a chegada dos colonizadores europeus a partir do século XVII, exploradores e missionários portugueses, iniciou processos intensos de ocupação e colonização da Amazônia. Abaetetuba se consolidou dentro das estratégias coloniais de controle territorial e exploração dos recursos naturais da região, ao longo do século XVIII e XIX, o município experimentou transformações econômicas significativas, influenciadas pelo ciclo da borracha, que impulsionou a integração do território às redes econômicas globais, ao mesmo tempo em que aprofundou relações assimétricas e impactos socioambientais. O desdobramento desse processo no território foi aqui investigado a partir da análise de infraestruturas jurídicas, acompanhando audiências judiciais, oitivas e mobilização de direitos dos territórios.

A região do Baixo Tocantins é onde o rio começa a se abrir com braços, furos e ilhas antes de encontrar a Baía do Guajará. As águas e pessoas ali não encontram fronteiras nítidas entre os municípios ou comunidades, pois o território é composto por outros fluxos e neles encontram sua continuidade. As marés sobem e descem e nelas as embarcações traçam pontes, os parentes se distribuem entre ilhas e margens. Nessas linhas o açaí circula, o peixe migra e os ventos sempre anunciam as mudanças. Todas essas imagens estão em um tecido só. O tecido de um território está na relação, e prescinde de linha reta ou de linha de produção.

Foi convivendo com pessoas nesse território, ouvindo, caminhando, navegando que comecei a entender como as empresas constroem uma narrativa que tenta fragmentar aquilo que, na prática, é completamente integrado. Como veremos mais adiante, torna-se fundamental explicitar as relações que estruturam o processo analisado. No caso de Abaetetuba, a tentativa de implantação e operação do terminal da empresa Cargill não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve ser situada em relação ao complexo industrial de bauxita-alumínio instalado em Barcarena, especialmente às operações da *Hydro Alunorte/Albras*. Trata-se de um arranjo territorial articulado por infraestruturas logísticas que conectam diferentes pontos da região, integrando fluxos de commodities, energia e circulação.

Essa relação evidencia que os empreendimentos não operam como unidades independentes, mas como partes de um sistema mais amplo, no qual portos, hidrovias, plantas industriais e dispositivos jurídicos se reforçam mutuamente. É nesse sentido que o processo pode ser compreendido como simultaneamente integrado e desintegrador. Integrado, porque articula infraestruturas e fluxos em escala regional e global, e desintegrador, porque, ao fazê-lo, fragmenta territórios, rompe relacionalidades locais e reconfigura modos de vida. Tornar visível essa conexão é, portanto, imprescindível para compreender a operação do monoculturar, não como um evento pontual, mas como um processo que se expande por meio de redes que reorganizam a paisagem e o território de forma contínua. Se uma empresa classifica o território em “zona urbana”, “área industrial”, “área portuária”, “unidade operacional”, e cada uma dessas categorias é usada como se fosse separada, como se Barcarena fosse um mundo apartado, Abaetetuba outro, e as ilhas outra realidade à parte, necessariamente, existe um propósito para esse ordenamento. Mas quem navega pelo Baixo Tocantins sabe que essa separação não existe.

É nessa diferença entre como o território existe e como a empresa o descreve que o processo de monoculturação começa a se tornar visível. A monocultura não está apenas nos cultivos de uma única espécie, ela está principalmente no gesto de simplificar um mundo que é feito de diversidade. Está na tentativa de controlar o que é vivo e que se move com a operação de transformar lugares interligados em peças estanques.

A seguir, descrevo os momentos de visita para depois costurar essa descrição aos processos de monoculturação e à crítica ao discurso fragmentado das empresas.

O Terrotório Quilombola do Bom Remédio não foi o primeiro lugar que visitei, mas ali comecei a perceber as nuances e um processo de entender a região. Bom Remédio é uma comunidade que vive da maré, da pesca, do açaí e da mobilidade pelos rios que ligam tudo. A vida segue esse ritmo da água e as suas práticas que dependem da vazante e da cheia começaram a me anunciar como os projetos de morte já se aproximavam cada vez mais e já se materializavam na paisagem. Na vida marcada pelo tempo sempre atento à várzea, os projetos extrativistas começavam a cercar espaços de lazer e cultura, e também já se materializavam nas entranhas dos peixes. Essa proximidade material e imaterial causava ali apreensão a todos os moradores que eu conversei e a pesquisa (e a pesquisadora) precisou se transformar para acompanhar.

Estar no território me fez entender que ele não é dividido, como aparece nos documentos das empresas. As pessoas têm parentes em outras ilhas, circulam entre Barcarena e Abaetetuba com naturalidade, manejam o ambiente de forma coletiva. A conversa com as famílias, a circulação entre barcos e rabetas, assim como a observação das rotinas apontava para as diversas formas de viver e as relações com o entorno e essa multiplicidade me permitiu enxergar o processo de simplificação em curso.

Bom Remédio me ensinou a olhar a água, olhar as relações que se formam a partir dela, sem restrições. O monoculturar começa exatamente no ponto em que a empresa decide transformar essa ligação em fronteira. Por isso, a minha análise não poderia ficar adstrita a documentos sem confluência e convivência.

Abaetetuba é uma cidade linda em meio a confluência de águas, onde as embarcações chegam e saem o tempo todo de ilhas, de furos pequenos para abastecer o mercado de açaí, as feiras, mostrando um território que se move, nunca um território fixo.

As camadas de monoculturar se complexificam na medida em que a operação não apenas intervém sobre a matéria, mas reorganiza os próprios circuitos de circulação que sustentam a vida. Dos ciclos cosmológicos às infraestruturas contemporâneas de extração e circulação, a matéria se constitui em movimento, em fluxos contínuos de transformação e redistribuição (Mendes, 2015). No entanto, os processos modernos de exploração introduzem uma inflexão nesse regime: ao invés de participar desses ciclos, passam a capturá-los e redirecioná-los segundo lógicas de valorização capitalista. A extração mineral, por exemplo, não apenas retira elementos do território, mas reconfigura suas trajetórias, convertendo-os em infraestruturas técnicas e, posteriormente, em fluxos abstratos de informação e capital. Feito

isso, a materialidade se torna progressivamente invisível e apropriável, ao mesmo tempo em que seus efeitos (contaminação, exaustão e ruptura ecológica) se intensificam nos territórios. O monoculturar pode, assim, ser compreendido como essa operação que interrompe a circularidade dos fluxos para inscrevê-los em cadeias lineares de extração, circulação e descarte, subordinando a diversidade de processos vivos a um regime unificado de valor.

A monoculturação em Abaetetuba aparece na tentativa de converter essa circulação viva em corredores logísticos e a lógica portuária tenta transformar rios de uso múltiplo em vias de transporte de carga. A várzea, que sempre foi esse espaço de plantio e circulação, passa a ser tratada como área de risco ou como terreno “irregular”, onde a vida ribeirinha passa a ser classificada como informalidade, não como economia legítima. As empresas, quando falam de Abaetetuba, fingem tratar de um ponto neutro no mapa, como se a cidade não fosse profundamente ligada a Barcarena e ao rio. Assim como toda Amazônia, Abaetetuba respira a partir da água.

Barcarena é onde o monoculturar aparece mais (de forma física ou material ou visível), porque a lógica industrial já conseguiu engolir uma parte da paisagem. Os portos, “fábricas de açaí”, as dragagens, as estradas, os tanques de rejeito criaram uma projeção do “servir à produção mineral”. Essa mesma lógica já produziu inúmeros crimes na última década, sem responsabilização e com certa naturalização. Mas mesmo em Barcarena, a vida continua circulando. O peixe continua vindo de lugares que não são “industriais”, as pessoas continuam navegando por furos e as marés continuam subindo e descendo sem pedir licença às cercas ou aos limites das empresas.

Barcarena não se resume ao distrito industrial, ainda é mangue, várzea, rio, ilhas, pesca, tudo segue vivendo o ritmo da água. Apesar da monoculturação tentar simplificar, os igarapés, furos e ilhas são um tecido em movimento e mesmo que o discurso corporativo tente apagar para acumular, neles existem caminhos de água que só quem vive ali reconhece e compõem fluxos que atravessam a fronteira municipal. São territórios de circulação, troca, parentesco, pesca e manejo, onde a vida é organizada pelas águas em movimento.

Nenhum desses lugares aparece nos relatórios formulados por empresas que dividem o espaço em zona portuária, zona industrial, zona urbana, zona rural, ou quando aparecem é para isolar e afirmar o vazio⁴. Não existe espaço no discurso da monocultura para os lugares de

⁴ O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Terminal de Uso Privado (TUP) recorre à caracterização da área como “vazia” ou pouco ocupada, mobilizando uma gramática que remete à noção de terra nullius. Tal enquadramento não apenas desconsidera as formas de ocupação e uso existentes, como também opera ativamente na produção de ausências, ao invisibilizar territorialidades e modos de vida que não se enquadram nos critérios técnico-administrativos adotados. Nesse sentido, a construção discursiva do “vazio” pode ser compreendida como

conexão, pois a fragmentação é a estratégia. Dividir é a estratégia das empresas para tentar controlar, e assim, monoculturar.

A tentativa de implantação do terminal da *Cargill* em Abaetetuba deve ser compreendida no interior de uma articulação mais ampla de infraestruturas logísticas que conectam diferentes pontos da região amazônica. O empreendimento integra o chamado corredor logístico do Arco Norte, estruturado para viabilizar o escoamento de grãos oriundos de áreas de produção no interior do país, conectando estações de transbordo localizadas em Miritituba e Porto Velho a rotas de exportação pelo Oceano Atlântico. Nesse arranjo, Abaetetuba ocupa uma posição estratégica na rede hidroviária, operando como ponto de convergência desses fluxos (Ferreira, 2021).

Essa configuração não se restringe ao agronegócio, mas se articula com o complexo industrial instalado em Barcarena, onde operam empreendimentos vinculados à cadeia da bauxita e do alumínio, como Albrás e Alunorte. No complexo Barcarena-Abaetetuba, a presença de múltiplos terminais portuários sob controle de grandes grupos empresariais evidencia a formação de um sistema integrado de circulação de commodities, no qual diferentes cadeias produtivas se sobrepõem e se reforçam mutuamente. É nesse contexto que os rios passam a ser reconfigurados como corredores de exportação, orientados pela lógica da fluidez, da redução do tempo de circulação e da integração aos mercados globais.

Ao mesmo tempo em que essa integração viabiliza a intensificação dos fluxos, ela produz processos de desintegração nos territórios, ao simplificar a paisagem, invisibilizar formas de vida e reconfigurar as relações que sustentam o uso e a reprodução desses espaços. A leitura integrada desses empreendimentos permite evidenciar que o monoculturar não se manifesta em projetos isolados, mas opera por meio de redes infraestruturais que articulam diferentes escalas e setores, reorganizando territórios de forma contínua.

Ao tentar fragmentar, forma-se a imagem do estoque, relacionado aos procedimentos que imprimem o monoculturar na paisagem. O estoque e descarte geram, portanto, valor para o monocultivo na circulação e são essenciais e inerentes a esse dispositivo. Essa movimentação é a prática do processo de monoculturar, por isso que fragmentar necessariamente faz parte do modo de operar. Esse movimento é central para explicar a atividade de monoculturação e aparece nos capítulos seguintes.

parte dos dispositivos que viabilizam a apropriação do território, ao legitimar intervenções sobre espaços previamente habitados e relacionalmente constituídos. A área, em que pese, não ser destinada para habitação, era utilizada como área de lazer da comunidade e o enquadramento técnico dado nesse caso pode ser compreendido como parte da continuidade da lógica de terra nullius, na qual a produção de um “vazio” ontológico constitui condição para a expansão de projetos que operam sob a premissa de um único mundo possível.

O Baixo Tocantins é um território de continuidade onde água liga tudo e circulação de fluxos por meio das águas e embarcações conecta parentescos, economias, histórias e narrativas de vida. Nessa continuidade reside a força para resistir e é justamente isso que o monoculturar tenta desarticular. A empresa tenta fragmentar porque, para ela, o território só funciona se for previsível. Daí também implica analisar a prece por segurança jurídica e escalabilidade.

A recorrente invocação da segurança jurídica e da escalabilidade é apresentada como condição necessária para a implementação e expansão de grandes projetos. A segurança jurídica, em termos gerais, refere-se à previsibilidade normativa e à estabilidade das regras que garantem a continuidade de empreendimentos, reduzindo riscos para investidores e assegurando a execução de contratos e licenças. Já a escalabilidade diz respeito à capacidade de reprodução e ampliação de um modelo (que pode também ser no âmbito jurídico) em diferentes territórios, mantendo sua lógica operacional e garantindo ganhos de eficiência e acumulação. No entanto, mais do que definições operacionais, ambas podem ser compreendidas, à luz da literatura crítica sobre infraestruturas e desenvolvimento, como dispositivos que produzem condições para a circulação e o controle, ao mesmo tempo em que reorganizam territórios e relações. A segurança jurídica, nesse sentido, não apenas protege investimentos, mas estabiliza determinadas interpretações do território, de forma a harmonizar entendimentos e desconsidera conflitos e modos de vida locais. A escalabilidade, por sua vez, exige simplificação e padronização, tornando replicáveis processos que, na prática, incidem sobre realidades heterogêneas. Ao longo desta tese, argumento que esses dois elementos operam como vetores do monoculturar, na medida em que viabilizam a consolidação de infraestruturas e fluxos que dependem da dissociação entre dimensões materiais e imateriais, bem como da redução da complexidade relacional das paisagens. Nos capítulos seguintes, essa análise será desenvolvida a partir da observação de como tais dispositivos se manifestam em práticas jurídicas, técnicas e logísticas, evidenciando seu papel na produção de condições para o fluxo, o estoque e o descarte.

Reitero nesta introdução que tudo que eu escrevo foi a partir do que a minha presença no território me ensinou. A forma que eu aprendi como mais relacional do que teórica, foi convivendo com as pessoas, andando nos lugares, navegando, escutando histórias e observando as rotinas. O que eu vivi forjou os conceitos que eu elegi a partir dessa experiência. Eu entendo que foi no território que o pensamento começou a ganhar corpo, porque lá consegui perceber que o esforço feito pela simplificação não é apenas técnico, é, sobretudo, político. A apropriação em curso não incide somente sobre o território enquanto superfície material, mas opera também no apagamento de relações humanas e mais que humanas que constituem esses

espaços. Nesse sentido, a diversidade não se reduz a uma característica descritiva, mas expressa modos de viver-pensar que se constroem na convivência e na interdependência. Ao buscar estabilizar e padronizar essas relações, o monoculturar atua na redução dessa multiplicidade. Cumpre ressaltar que as formas de vida emergem em meio a encontros marcados por fricções e contaminações (Tsing, 2015), nas quais a diversidade é produzida justamente pela interação entre diferenças. Ao ignorar essas “diversidades contaminadas”, esse modo de operar não apenas simplifica o mundo, mas compromete as condições de existência de arranjos relacionais que não se sustentam fora dessas interações.

O vínculo com os territórios aprofundou-se a partir de consultoria realizada para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e em parceria com o grupo de pesquisa Reexisterra (UFPA) e com a Defensoria Pública do Estado (DPE). Essa atuação ocorreu em um contexto político marcado por pressões para a implementação de projetos de infraestrutura portuária e negociações sobre créditos para o mercado de carbono, o que permitiu observar com mais clareza as conexões entre regularização ambiental, monoculturação e apagamento de diversidades. Como pesquisadora convidada, acompanhei de perto esses processos, cuja análise é desenvolvida ao longo do Capítulo 4, onde examino casos situados em Abaetetuba, articulando denúncias, estratégias de cercamento e disputas em torno da consulta prévia livre e informada.

Essas experiências são mobilizadas em diálogo com os conceitos de monoculturar, relacionalidade (Escobar, 2018) e infraestruturas (Cowen, 2014), permitindo evidenciar como dispositivos jurídicos, técnicos e logísticos operam na reorganização dos territórios. Dessa forma, o percurso empírico não aparece como ilustração, mas como parte constitutiva do argumento, tornando visível a operação do monoculturar na articulação entre fluxos, estoques e práticas de descarte.

Nesse projeto, ao me deparar com as infraestruturas do carbono, observei como a ideia de estoque como ficção (do futuro) e um dispositivo de monoculturação se apresentam, e a “simples” presença da linguagem do carbono já começou a causar diversos efeitos no território. A linguagem do crédito de carbono se apresenta como uma forma de monetarizar e estocar os recursos naturais, bem como fluxos de vida. A “captura de carbono”, “crédito de carbono”, ou “compensação via crédito de carbono” já guardam em si uma ontologia sobre natureza, tempo e valor. Faz parte assim de um arranjo infraestrutural, no qual o carbono se converte em instrumento de dissociação e alienação da realidade dos territórios.

Essa lógica é necessariamente conectada a ideia de monoculturação, operando como se houvesse um só tempo e um só modo de vida. Os projetos de compensação podem ser

entendidos como novas formas de ocupação territorial, com efeitos de captura sobre os modos de vida, as paisagens e os conhecimentos das comunidades que podem ser vistas não mais como titulares de um território, mas como “caseiros” dos próprios quintais. As florestas, rios, mangues e corpos são capturados por essa infraestrutura invisível que permite que a partir de documentos projetados para o futuro e dispositivos técnicos como drones, mapas de satélite e imagens indexadas haja um trânsito para se sobrepor aos saberes do corpo, os ritmos da maré, os nomes dos rios que não constam no mapa. O crédito de carbono, nesse contexto, engessa o presente e captura o futuro, tornando-se um viés de monoculturar, reordenando o território e modos de vida a partir de valores que não se engajam com os modos de vida que ali já resistem e existem.

Essa gramática do carbono se ancora em sensores, satélites, sistemas de verificação e auditorias, mas também em dispositivos contratuais que operam uma dissociação entre pessoas, modos de vida e território. Ao converter a terra em ativo e estoque, esses arranjos imobilizam a biodiversidade e reconfiguram o território segundo critérios de mensuração e valorização. Nesse mesmo movimento, produzem a desmobilização das populações que nele vivem, deslocadas para a posição de excedente ou descarte, à medida que suas formas de existência deixam de ser reconhecidas como parte constitutiva daquele espaço. Na lógica do estoque/fluxo/descarte, o carbono é uma expressão de estocar o tempo e a vida, como forma de administração do risco produzido pelo capital. A falsa neutralidade de carbono reproduz um tempo linear, acumulativo, onde as paisagens devem absorver as assimetrias produzidas pelo sistema e nele os fluxos (da maré, dos saberes, da floresta, da vida) são vistos como ameaça, ruído e instabilidade. O estoque de carbono se conecta com as outras formas de estoque (da terra, do saber, da imagem) e reforça o projeto de um mundo único, gerido por uma racionalidade globalizante, mas diante desse projeto, nas brechas abertas pelo fluxo, continuam a emergir práticas de resistência e de convivência.

O trânsito entre mundos, ontologias e tempos é interditado pelo carbono, que impõe uma uniformidade que impede a coexistência e a mutualidade. Nesse sentido, as ontologias plurais (de la Cadena, 2015; de la Cadena; Blaser, 2018), permitem que diferentes sistemas de conhecimento coexistam e operem em paridade epistemológica (Inoue e Moreira, 2016), em processos continuamente produzidos por meio de relações, disputas e circulações (Vecchione-Gonçalves, 2014). Ao assumir esse trânsito, a análise se afasta de uma leitura linear do tempo e do espaço, reconhecendo que diferentes temporalidades coexistem e se entrelaçam. Por isso, ao pensar as infraestruturas do carbono, não se trata apenas de uma crítica técnica, mas de uma denúncia ontológica: o carbono como operador de uma nova colonialidade.

Analisar as infraestruturas visíveis e invisíveis do monoculturar, que se alinham para fazer correr o fluxo do valor do capital e captar os fluxos diversos pré-existentes, implicou perceber como o estoque e o descarte, feitos a partir de dispositivos coloniais (Foucault, 1979; Ferdinand, 2022), aprisionam a diversidade, esvaziando e consolidando o monoculturar enquanto processo.

Observar a paisagem submetida a uma função de ordem colonial e a insistência ocidental em não ser natureza nos leva a questionar quais paisagens queremos construir e quais imagens de futuro já se anunciam. Para territorializar esse debate, e demonstrar a análise que nasce do que vivi e li, fiz a escolha por espinhos, linhas e tecidos para corporificar essa discussão através da fotografia.

Neste trabalho, proponho articular o conceito de monoculturação com seus desdobramentos na metodologia adotada, entendida como uma abordagem situada, relacional e sensível, já anunciada no prólogo e aprofundada no capítulo metodológico. Essa metodologia se constrói a partir do encontro com o território, articulando práticas de escuta, observação e criação, nas quais a fotografia não opera como registro, mas como modo de pensar e de se relacionar. Ao deslocar o foco de uma coleta de dados para uma atenção às relacionalidades que constituem a paisagem, o percurso metodológico se orienta pela recusa da separação entre sujeito e objeto, incorporando também dimensões cocriativas com as comunidades e reconhecendo o conhecimento como produzido na relação.

Essa abordagem também se sustenta na compreensão da pesquisa como uma prática criativa, construída a partir da observação de mundo, ou melhor, de mundos. Pesquisar implica um modo de pensar e uma forma de ver, uma lente que orienta aquilo que se torna visível, dizível e relevante. Nesse sentido, a prática de pesquisa está sempre implicada nas relações que a constituem e não pode ser compreendida como neutra.

Não há pesquisa que parta do vazio ou de uma página em branco. O corpo é memória, atravessado por experiências, encontros e observações acumuladas ao longo do tempo. É a partir desse corpo situado que se constroem perguntas, escolhas metodológicas e formas de interpretação, o que exige reconhecer que todo conhecimento é produzido em relação. Nesse sentido, a metodologia não apenas orienta a forma de investigar, mas participa diretamente da construção do argumento, ao permitir apreender o monoculturar em sua dimensão processual. Ao privilegiar o acompanhamento de fluxos, infraestruturas e seus efeitos sobre os territórios, essa abordagem torna visível como a simplificação, o estoque e o descarte operam não apenas como categorias analíticas, mas como práticas que se materializam e se inscrevem na paisagem.

No campo da epistemologia feminista, Donna Haraway questiona a noção tradicional de objetividade na ciência, associada a um poder colonial, patriarcal e capitalista, e vinculada à ilusão de neutralidade. A objetividade técnica, portanto, é uma ferramenta de dominação que ignora as especificidades de localização e contexto (Haraway, 1988). Para se afastar de uma pretensão de neutralidade ou de uma visão totalizante, o conhecimento é sempre parcial, localizado e responsável pelas relações que estabelece. Assumir essa perspectiva implica reconhecer que ver é também um ato político, atravessado por escolhas, limites e implicações, e que a objetividade não se constrói pela negação do corpo, mas pela explicitação das condições a partir das quais se observa. Nesse sentido, a prática de pesquisa aqui adotada se ancora na responsabilidade de situar o olhar, reconhecendo-o como parte constitutiva dos mundos que busca compreender. A análise aqui feita se debruça sobre a forma como o capital se territorializa a partir da expansão de infraestruturas visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, jurídicas e simbólicas, que moldam a paisagem e operam apagamentos. A abordagem metodológica parte da recusa à hierarquização dos saberes, propondo um caminho que reconhece os conhecimentos situados como legítimos modos de produção de mundo, inclusive (e sobretudo) no interior da academia.

A escolha da metodologia parte da preocupação de não reproduzir o monoculturar nessa tese, vez que a academia reproduz o monoculturar na medida em que opera, muitas vezes, segundo a mesma lógica de hierarquização que estrutura os modelos coloniais de conhecimento.

Ao privilegiar determinadas epistemologias como únicas formas legítimas de produção de saber (frequentemente eurocentradas, abstratas, disciplinarizadas e orientadas por métricas de produtividade), a monocultura acadêmica opera uma dupla violência: simplifica mundos para torná-los compatíveis com seus formatos e descarta modos de saber que não se deixam traduzir em seus protocolos. Trata-se de um processo de monoculturação epistemológica que produz paisagens de conhecimento empobrecidas, nas quais a diversidade de práticas, temporalidades, sensibilidades e ontologias é comprimida para se adequar às exigências institucionais de produtividade. Esse processo se sustenta por meio de uma compartimentalização do saber e de uma certa linearidade do pensamento, que fragmenta o que é relacional e contínuo, reduzindo a complexidade a categorias estáveis e operacionais. Ao fazê-lo, aproxima-se daquilo que Stengers (2005) critica como a produção de uma ciência que se pretende universal ao custo de silenciar outras formas de conhecimento, e do que Latour (1994) identifica como o “trabalho de purificação” da modernidade, responsável por separar domínios que, na prática, permanecem imbricados. Neste enquadramento, a monoculturação epistemológica não apenas organiza o conhecimento, mas atua ativamente na exclusão de outras

formas de existência, ao estabelecer quais saberes podem ser reconhecidos, legitimados e circulados.

Essa operação é sutil e se passa por neutra, mas replica a mesma lógica que, nos territórios, transforma florestas em commodity e águas em corredor logístico. Por isso, a academia, quando não se interroga, pode tornar-se aliada involuntária do monoculturar, naturalizando formas de ver e fazer que excluem outras epistemologias e reproduzem a violência da simplificação, marginalizando saberes que não se dobram à temporalidade acelerada da produtividade acadêmica. Com isso, a universidade corre o risco de tornar-se um espelho epistemológico da monocultura: rica em citações e em publicações e estéril nas escutas e relações. Ao tomar distância dos territórios, a academia repete, sem perceber, a mesma violência de abstração que permite às corporações fragmentar realidades integrais para convertê-las em projeto. O monoculturar, dentro e fora dos muros universitários, é sempre um projeto de simplificação: suprimir complexidade para tornar o mundo escalável.

Os encontros com seres humanos e mais que humanos escapam a gramática do carbono. Ao mesmo tempo, os gestos tecidos ao longo da pesquisa através do bordado, da escuta, da construção da câmera obscura, dos pigmentos são compreendidos como práticas metodológicas que envolvem presença, percepção e experiência. Essas práticas permitem reintroduzir na análise dimensões sensíveis e relacionais, contribuindo para a compreensão da cocriação de mundos.

O contraste evidenciado nas atividades voltadas à compreensão das transformações da paisagem, a partir de uma leitura territorial, permitiu problematizar o que se entende por monoculturação. A pergunta orientadora “o que monoculturar pode significar?” foi introduzida a partir da análise de imagens produzidas ao longo da pesquisa, com o intuito de não serem meros registros, e ingressarem como dispositivos analíticos capazes de tornar visíveis certas operações sobre o território.

O monoculturar pode ser compreendido como um modo de operar que transforma fluxos vivos em estoques, reorganizando o território a partir de uma racionalidade que privilegia a acumulação e a extração de valor.

Para nortear os próximos capítulos, o conceito de saber-fazer, mobilizado nesta tese, se refere a uma prática relacional e situada de conhecimento. Esse saber-fazer é uma forma de perceber, viver e agir no mundo que escapa às codificações formais e se ancora em modos plurais de vida (de la Cadena, 2015; Tsing, 2019). Relaciono-o à proposta metodológica de “deslocamento do olhar”, entendida como um exercício de estranhamento e abertura para outras ontologias, outras paisagens, outros tempos que busca suspender categorias previamente

estabilizadas para abrir-se a outras formas de existência, percepção e relação com o mundo. A “Arte de Notar” (Tsing, 2022), ilumina esse gesto: é ao notar o detalhe, o que escapa e o que resiste, que podemos perceber os sinais de mundos em disputa. Esse deslocamento implica reconhecer que a paisagem, neste trabalho, não pode ser compreendida como um dado estático ou como uma superfície neutra a ser observada. A paisagem é entendida como uma configuração relacional, historicamente constituída, na qual se entremeiam dimensões materiais, simbólicas e políticas. Trata-se de uma paisagem viva e vivida, que não apenas expressa processos de transformação territorial, mas constitui a própria condição de existência das comunidades que a habitam.

Nesse sentido, a paisagem não é exterior aos sujeitos, mas coproduzida nas práticas, nos usos e nas formas de relação estabelecidas com o território, incluindo também relações com seres não humanos e dimensões consideradas sagradas. Existe uma diferença entre essa paisagem que me relaciono viva e sagrada e uma paisagem formada para ser monocultural morta. Operacionalmente, isso implica analisar a paisagem como um campo de disputa e produção de sentidos, no qual diferentes regimes de conhecimento e formas de vida se confrontam. Assim, ao invés de tratar a paisagem como representação, este trabalho a mobiliza como evidência e como processo: um testemunho simultaneamente constituído e constituinte das lutas que atravessam o território. Desse modo, os modos de ver a paisagem são inseparáveis dos modos de produzi-la, de forma que os “olhos da paisagem” correspondem também aos olhares daqueles que a constroem e a habitam.

A fotografia, enquanto linguagem sensível e prática corporal, surge então como lugar de escuta e deslocamento. Não se trata apenas de registrar imagens, mas de pensar com a luz, de observar com o corpo, de cocriar mundos a partir do olhar sensível partilhado da memória e do imaginar. A arte, nesse contexto, é entendida como gesto político e poético, ou seja, uma prática de criação que produz e sustenta formas de existência. Não se busca aqui uma representação do mundo, mas de um modo de fazer mundo, que opera na abertura de possibilidades e na recomposição de relações. Nesse contexto, a arte constitui uma forma de resistência à monoculturação, na medida em que reintroduz multiplicidade, sensibilidade e indeterminação em contextos marcados por processos de simplificação e captura.

O uso do tecido, da linha e do bordado acompanha essa perspectiva sensível de produção de conhecimento, ancorada na presença e na relação com o outro. Neste trabalho, o bordado é lido como prática metodológica, entendido como um modo de atenção e de construção de sentido que se dá no tempo, por meio de gestos coletivos, da escuta e da relação. Não priorizo apresentar a técnica, mas somente utilizar como procedimento que permite acompanhar

processos, registrar encontros e elaborar experiências de forma situada. Essa abordagem será desenvolvida ao longo da descrição metodológica da pesquisa, na qual o bordado aparece como modo de estar juntos e produzir conhecimento em relação com o território.

Os capítulos desta tese são dedicados à compreensão da dinâmica rítmica e temporal da região estudada, marcada por flutuações, cheias e vazantes, nas quais a instabilidade se apresenta como modo de ser. Trata-se de um território no qual múltiplos mundos coexistem e se entrelaçam, incluindo humanos, rios, florestas, encantados e saberes. As águas encontram troncos, bancos de areia, redemoinhos e bifurcações, e nesses encontros produzem-se também ontologias, evidenciando a fricção entre regimes de conhecimento e a constituição de paisagens que escapam às representações cartográficas convencionais.

Segue o fio que organizei os capítulos de modo a refletir o percurso teórico-metodológico trilhado. No capítulo “Olhares da Paisagem: Caminhos Metodológicos”, apresento as escolhas que orientaram a pesquisa, sustentadas na recusa de uma separação rígida entre teoria e prática. Essa recusa constitui uma decisão metodológica e política, pois a manutenção dessa divisão implicaria reiterar formas de simplificação e hierarquização próprias do monoculturar, inclusive no âmbito da produção acadêmica. Nesse sentido, a pesquisa foi conduzida por meio de uma imersão progressiva no território, na qual o conhecimento foi produzido a partir da relação, da escuta e da participação em práticas locais. As atividades desenvolvidas, incluindo processos artísticos, registros sensíveis e interações cotidianas com as comunidades, foram incorporadas como parte constitutiva do processo de investigação. Isso implicou construir o conhecimento de forma situada, acompanhando os ritmos do território, ajustando as perguntas de pesquisa ao longo do percurso e reconhecendo os sujeitos locais como participantes ativos na produção das interpretações.

Ao adotar esse caminho, busquei evitar a imposição de categorias analíticas prévias e permitir que os encontros orientassem a construção conceitual, incluindo a formulação do conceito de monoculturar, que emerge das transformações observadas nas paisagens e dos relatos de quem as habita e participa de sua produção. As articulações iniciais sobre a chegada ao território, seus modos, tempos e finalidades, tornam-se fundamentais, pois explicitam que o conhecimento aqui produzido se constitui a partir de um processo relacional que configura simultaneamente o método e o objeto de análise.

A investigação, portanto, estrutura-se a partir de quatro capítulos. No primeiro, apresento a abordagem metodológica da pesquisa, baseada no deslocamento do olhar a partir do furo e no saber-fazer. Discuto a relação entre teoria e prática, e o papel da arte, da fotografia e do corpo como instrumentos de pesquisa e escuta. O estoque aparece na forma de uma

denúncia: é a história do cercamento da terra, da epistemologia monocultural e da política que exclui a alteridade em nome da escala. A crítica à modernidade colonial revela os dispositivos que sustentam esse estoque: o Estado, a ciência, o direito e até mesmo a arte, quando esta é cooptada por padrões estéticos e mercadológicos.

Em seguida, passo a desenvolver o conceito de "monoculturar" como um *modus operandi* territorial e epistêmico, analisando como infraestruturas físicas, jurídicas e simbólicas produzem estoques e descartes. E examino o caso de Abaetetuba como ponto central de análise. O estoque e a especulação gerada no caminhar do monocultivo, se sobrepõe fisicamente, bem como a partir de suas narrativas, as quais têm implicações práticas. Em muitos implicam no cercamento e marcam o avanço do processo de expulsar e, conseqüentemente, a transformação da paisagem e aniquilação de modos de vida.

Estigmatizar a paisagem como violenta, poluída, pobre, por exemplo, faz com que se legitime que a terra pode ser apropriada, por ser vazia e abandonada. Nesse processo de apropriação e fragmentação, tentei me inspirar em um pensamento confluyente já que normalmente se apresenta desassociado do território.

O monoculturar se torna então o centro do processo de análise e se desdobra em cada capítulo. É a partir do estoque que se especula valor e, no processo de monoculturar, isso é feito com a terra, com as pessoas, com as relações, com o tempo. Na fragmentação realizada para controlar, uma forma que essa imagem de estoque pode aparecer são as formas de fazer no licenciamento quando não lida com o território todo. Importa ressaltar que isso advém também de deixar de considerar outras formas de ver o mundo, experimentar e percebê-lo, por isso entendo que precisa ser uma preocupação metodológica, uma vez que a base dessa fragmentação é ontológica.

Com base nessa reflexão, o capítulo seguinte "À deriva" apresenta a espacialidade dessa expansão exemplificada em revisões jurídicas com enfoque em analisar as estratégias e conexões com o *modus operandi* em outra região do Pará que aconteceu (e segue ocorrendo) com atores em processo espelhado. Neste capítulo, para além das denúncias, busco apresentar os muitos anúncios que explicitam a diversidade na região como o "Grito das águas", Cadernetas agroecológicas, regularização dos assentamentos, Protocolos Comunitários através dos quais mobilizam-se temporalidades e processos vários para garantir que outros tempos e outros mundos persistam, bem como tivessem seu valor e prioridade assegurados.

Neste capítulo, navego pelos processos de denúncia e anúncio que emergem como estratégias fundamentais diante do avanço do monoculturar em contextos marcados por intensos cercamentos territoriais. Compreendo essas práticas não apenas como formas de

comunicação ou mobilização, mas como ações que incidem diretamente sobre os dispositivos que sustentam o monoculturar, como a produção de estoques, a organização de fluxos e a geração de descarte. As denúncias tornam visíveis os mecanismos que operam na captura, fragmentação e expropriação dos territórios, evidenciando seus efeitos sobre os modos de existência que ali se constituem. Os anúncios, por sua vez, afirmam outras formas de viver, narrar e habitar, abrindo espaço para a continuidade de relações que escapam à lógica produtivista. A partir das experiências observadas, argumento que denúncia e anúncio operam como estratégias de proteção não apenas da sociobiodiversidade, mas dos próprios mundos que o monoculturar tenta reduzir ou apagar. Ao fazê-lo, tensionam as infraestruturas materiais e imateriais que sustentam esse processo, contribuindo para compreender tanto sua reprodução quanto as possibilidades de sua contestação.

Apresento ainda princípios básicos da consulta prévia, por ser um dos instrumentos jurídicos mais relevantes no tema, fundamentando inclusive uma das denúncias das quais analiso durante este trabalho. A tentativa aqui também seria de se opor a fragmentação que dificulta formar uma imagem de quais são os direitos e como acessá-los. Contudo, sugiro ainda que o design legal não é o problema, pois existem instrumentos suficientes para garantir os direitos aqui debatidos.

O capítulo seguinte foca na experiência sensível e artística da pesquisa: a construção de câmeras manuais, o uso do bordado como prática metodológica, e a coconstrução de imagens com as comunidades, revelando percepções sobre a paisagem e a monoculturação. Concentro-me nas práticas experimentais de campo, desenvolvendo uma análise sensível das proposições artísticas realizadas durante o processo de pesquisa. As experiências com fotografia, câmera obscura, bordado, pigmentos naturais e escrita são tratadas não como ilustrações, mas como modos legítimos de pensar-fazendo. A arte surge como linguagem e a pedagogia dos fluxos é mobilizada, recusando o estoque de sentidos pré-estabelecidos e se abrindo à presença, à coautoria e à invenção de novos mundos.

Esta tese é uma tentativa de escutar o que monoculturar significa para quem vive e resiste no Baixo Tocantins. Através da mobilização de imagens, afetos, relatos e territórios, busco mapear não apenas os efeitos da monoculturação, mas sobretudo os anúncios de outros mundos possíveis, que se constroem na costura de práticas, temporalidades e modos de vida diversos. Para deslocar o olhar, abrir o corpo e cocriar imagens, convido à percepção de outras paisagens sensíveis e insurgentes.

Proponho, portanto, uma análise crítica dos processos de transformação da paisagem a partir da noção de monoculturar, entendida como uma infraestrutura epistêmica, política e

estética que atua promovendo o apagamento de outras formas de vida, tempo e existência. Para sustentar esse argumento, mobilizo o binômio estoque e descarte como eixo interpretativo central: se, por um lado, o monoculturar se manifesta pela fixação de sentidos, corpos, paisagens e tempos (estoque) para que haja especulação e descarte, por outro, os movimentos de resistência e de proposição ontológica insurgem na fluidez, nos encontros e na experimentação (fluxo). Esta chave teórico-metodológica atravessa toda a dissertação, sendo aprofundada e tensionada ao longo de dos capítulos interligados, que buscam problematizar o monoculturar no pensamento e nas paisagens, bem como notar outras formas de perceber e se relacionar com o mundo.

2 OLHARES DA PAISAGEM: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresento a abordagem teórico-metodológica adotada, articulando teoria e prática a partir da vivência nos territórios das ilhas de Abaetetuba. Argumento que a observação das paisagens e a pesquisa com seres humanos e mais que humanos não podem ser feitas de forma estanque, mas exigem uma interligação indissociável entre teoria e prática. Essa premissa é fundamental para problematizar o conceito de monoculturação, tema que será aprofundado no capítulo seguinte. Aqui, discutirei os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a percepção das transformações das paisagens e as práticas aplicadas no campo. Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos que estruturam esta pesquisa, situada entre teoria e prática, sem hierarquizar uma em relação à outra.

A partir da experiência vivida nos territórios das ilhas de Abaetetuba, enfatizo a necessidade de superar a dicotomia tradicional entre sujeito e objeto, natureza e cultura, teoria e prática, compreendendo essas separações como parte de um binômio colonial que organiza e hierarquiza formas de conhecer e habitar o mundo. Esse binômio estrutura modos de classificação que dissociam aquilo que, nos territórios, se apresenta de forma relacional e indissociável, limitando a compreensão das transformações que atravessam os espaços pesquisados. Reconhecer essa base permite avançar na construção de uma abordagem que considere as interdependências entre seres, práticas e saberes. Este posicionamento metodológico dialoga diretamente com a problematização do fenômeno da monoculturação, tema aprofundado no capítulo seguinte, cujo enfrentamento demanda uma abordagem que evite a reprodução das infraestruturas de controle e uniformização próprias à lógica monocultural.

O presente capítulo sistematiza os fundamentos conceituais e as práticas experimentais que guiaram o processo de pesquisa, destacando a importância do engajamento sensível e colaborativo com os seres, humanos e mais que humanos, que compõem as paisagens investigadas.

A pesquisa aqui apresentada parte de um exercício de deslocamento do olhar como gesto teórico-metodológico fundamental. Inspirada na proposta de Anna Tsing (2015) sobre a “Arte de Notar”, esse deslocamento seria além de um mero reposicionamento técnico do observador, mas uma transformação ontológica que implica escuta, presença e engajamento com os mundos que insistem em existir à margem das lógicas coloniais e do capital de extração, recentralizando o olhar pautado na observação e sensibilização dos sentidos anestesados. Abordo aqui o saber-fazer enraizado na relação com o território, com o tempo do que é vivo e se move, e com as dinâmicas sensíveis que constituem as paisagens. Esse saber-fazer, tal como se apresenta nas

interações com seres-terra e na convivência com os modos de vida em Abaetetuba, em uma coabitação ontológica, onde humanos e não-humanos partilham agências, afetos e práticas políticas (de la Cadena, 2015). O deslocamento do olhar, nesse contexto, não se refere apenas a ver de outro lugar, mas a se deixar afetar por outras formas de vida e existência que convocam diferentes modos de atenção. Trata-se, portanto, de uma abertura epistemológica e sensorial ao que escapa à organização moderna da paisagem como recurso, instaurando a possibilidade de pensar e viver a paisagem como um entrelaçamento de histórias, resistências e relações. Esse fio atravessa a metodologia adotada nesta pesquisa para provocar um movimento de descentralização do olhar e do saber para escutar a paisagem e não representa-la.

Durante as vivências aqui narradas no Território do Pirocaba, os encontros foram se desdobrando ao longo do tempo de pesquisa, permitindo acompanhar, de forma situada, as transformações do território. Nos primeiros momentos, a escuta dos relatos sobre a contaminação evidenciaram preocupações recorrentes entre as comunidades. À medida que a permanência no campo se aprofundava, a observação da presença e da expansão de grandes empreendimentos logísticos passou a ganhar centralidade, revelando dinâmicas que atravessam o território de maneira material e cotidiana.

Esse percurso, construído de forma progressiva, possibilitou tensionar o que é enunciado pelo discurso oficial com aquilo que é vivido e percebido pelas comunidades. Ao descrever, discutir e elaborar essas experiências ao longo do capítulo, busco falar dos encontros de forma a evidenciar como as análises emergem das próprias vivências e das relações estabelecidas no território.

Este capítulo se ancora nas experiências de campo realizadas no Baixo Tocantins, especialmente em Abaetetuba (PA), a partir das quais se articulam imagens, relatos, escutas e práticas artístico-metodológicas. Esses elementos não são mobilizados como recursos auxiliares, mas como parte constitutiva do processo de conhecimento, na medida em que ativam os sentidos e envolvem os corpos na construção da análise. Ao longo do capítulo, essas práticas são apresentadas como formas de narrar, sentir e responder aos efeitos da monoculturação, permitindo acompanhar como esses processos são vividos, percebidos e elaborados nos territórios.

Ao incorporar a ideia da paisagem, gostaria de chamar atenção a necessária imbricação entre metodologia e objeto nessa ideia dos anúncios. No presente trabalho, não há o intuito de refletir sobre uma paisagem geodelimitada de forma estrita e exclusiva, o fato proposital de uma investigação localizada não em um só caso, mas almejando um alcance maior do que

compõe o monoculturar em termo de atividades e como é que isso se materializa transformando a paisagem, e, conseqüentemente, os próprios afetos e afetações com relação a essa paisagem.

Cada um dos lugares visitados compõem o baixo Tocantins, a partir da chegada do Tocantins na baía, tem-se a continuidade de fluxos e interrelacionalidades entre esses vários lugares. As empresas sempre falam de forma fragmentada de cada localidade, eu quero falar de cada uma na relação com o processo de monoculturação e como compõem uma realidade integrada que o monoculturar busca fragmentar.

A partir das comunidades e histórias específicas, nas imagens e palavras, eu estive nos lugares para ouvir. Esse processo de interação implicou na relação e avaliação que faço aqui, como os conceitos se formaram na minha cabeça e como escolhi me relacionar. Esse vínculo culminou nesse projeto teórico-metodológico a partir da interação e vivência no bom remédio, no igarapé vilar, no pirocaba, no médio itacuruçá. Nesses território pude entender a variedade de processos de simplificação.

Esses processos de monoculturação puderam ser observados a exemplo das audiências acompanhadas no curso do processo judicial da Ação Civil Pública 0800766-13.2018.8.14.0070 (Justiça Estadual), agora sob o nº 1043377-41.2021.4.01.3900 na Justiça Federal, bem como em documentos decisórios e oitivas. Através deles, pude observar as infraestruturas que asseguram o processo e reafirmam a paisagem do monoculturar. Essas infraestruturas podem ser materiais como hidrovias, ferrovias e rodovias, mas também são o discurso governamental, institucional e jurídico que permite a circulação desses fluxos e cercamento de outros já existentes.

Nos seguintes itens abordo a metodologia refutando o seu entendimento como um conjunto de procedimentos neutros, e reafirmando-a como um modo situado de conhecer, implicado nas relações que constituem os territórios. Parte-se da recusa da separação entre teoria e prática para afirmar uma abordagem que articula corpo, percepção, arte e convivência como formas legítimas de produção de conhecimento.

O capítulo está organizado em três tópicos. No primeiro, são apresentados os fundamentos teórico-conceituais que sustentam a noção de paisagem adotada no trabalho, compreendida como relacional, viva e em constante transformação, bem como o deslocamento do olhar como operação metodológica. Em seguida, discute-se a construção de um espaço-tempo do encontro, enfatizando a presença, a escuta e a dimensão sensível como condições para a produção de conhecimento no território. Por fim, aborda-se a caminhada metodológica, destacando as confluências entre diferentes sujeitos, saberes e mundos que emergem na

experiência de pesquisa, evidenciando a dimensão cocriativa e situada do processo investigativo.

2.1 Paisagem, relacionalidade e deslocamento do olhar

A paisagem foi tradicionalmente pensada como representação e não vivo ou relacional e isso é um dos desdobramentos do que estou chamando de monoculturar. A paisagem como algo que se vê separado de quem vê, reduzido a recorte de imagem que não é sentida, vivida e experienciada. Esse modelo organiza o mundo a partir de um regime óptico dominante que é também colonial.

A preocupação com a captura de carbono é um ótimo exemplo para pensar isso. A preocupação em comprar créditos para se afirmar como neutro ou net zero, sem nem reduzir emissões das operações ou fazendo operações violentas mostra o único enfoque em marketing para parecer sustentável. Quando falo da monocultura do olhar ou olhares, não estou falando de uma preocupação puramente estética, mas epistemológica. Ainda que eu acredite que a estética esteja cumprindo um papel, além de informar.

O pensamento de Silveira, Cardoso e Godoi (2022) oferece como alternativa uma ideia de paisagem como relação e não representação, aprofundando o conceito de paisagens como “emaranhado de relações” envolvendo humanos e mais-que-humanos. Nesse mesmo pensamento, deriva-se a fundamentação para falar da paisagem como processo e não cenário fixo e imutável. Especialmente, quando falamos de paisagens amazônicas a mutabilidade e variabilidade se tornam ferramentas de vida (Stoll *et al.*, 2019). E ao olhar para paisagens como uma constante “em movimento” e que necessariamente são “produzidas”, difere entendê-las como algo dado e estático, de algo que acontece.

Outrossim, os autores chamam atenção outro ponto nodal para pensar paisagens, elas derivam em uma relação multiespécie, tendo, por conseguinte, cosmopolítica própria. Assim, a paisagem é por princípio, campo de negociação entre seres. Não existe ali apenas a percepção humana e no presente trabalho esse ponto será abordado através da fotografia como prática de escuta e atenção, para que não haja no encontro o intuito de captura, mas de estar com, ou seja, relacionar-se.

Falar de olhares da paisagem implica abandonar a percepção que separa sujeito/objeto. E isso importa para afirmar que não somos os únicos que olham a paisagem. Os olhos da paisagem também falam, ou seja, a paisagem também percebe, ativamente responde e agencia.

A paisagem não pode ser percebida exclusivamente através de uma mapa, ela sempre demanda presença e em que pese na fotografia haver histórico de ser uma das principais tecnologias de monoculturar a paisagem, ela aqui se propõe como ferramenta de desestabilização, como furo.

Argumento aqui que observar a paisagem exige uma metodologia que esteja em fluxo com ela, aberta a ouvir sua resposta, não como objeto a ser interpretado de fora, mas como território relacional que convoca o corpo, o gesto, a presença. Ao acompanhar os territórios das ilhas de Abaetetuba, as formas de monoculturar tornaram-se visíveis não apenas por meio de mapas ou documentos, mas na própria experiência de estar ali, nos rastros deixados pelo extrativismo e pela tentativa de homogeneização.

A prática do estoque com as metodologias positivistas, distanciadas, que produzem conhecimento como produto a ser armazenado é confrontada com a prática do fluxo: a escuta sensível, a abertura às confluências, a se deixar afetar entre arte, ciência e política. A pesquisa se dá na beira entre saber e fazer, corpos e paisagem, na imagem formada a todo momento ao nosso redor.

Este capítulo aprofunda a dimensão ontológica da disputa pela paisagem, articulando as contribuições de Marisol de la Cadena, Nego Bispo, Isabelle Stengers e Anna Tsing. A paisagem é aqui compreendida como território de mundos em conflito, e o monoculturar se expressa como recusa da alteridade ontológica. Trata-se de impor um único mundo possível, anulando a existência de seres-terra, cosmopolíticas e modos de vida que não se encaixam na narrativa moderna ocidental.

As comunidades tradicionais, os seres-terra e as práticas artísticas aparecem como fontes para introduzir ritmos e desentendimentos produtivos nas infraestruturas de controle. Esse capítulo analisa como esses “furos ontológicos” abrem espaços de convivência e de resistência, e como o gesto de permanecer com o problema (Haraway, 2023) permite habitar a incerteza.

As práticas desenvolvidas propõem uma ética do encontro, na qual o conhecimento não é acumulado, mas ativado na relação com o outro humano e mais que humanos. A noção de estoque aparece aqui como o que deve ser desfeito. Os fluxos, de outro modo, estão na experimentação com os materiais, na atenção ao gesto, no corpo como lugar de saber e constituinte de memória e cultura.

Utilizar como categoria analítica o movimento de estoque e descarte para especulação e os fluxos permite costurar os capítulos de maneira transversal, fazendo com que os conceitos

e capítulos se apresentem não como uma sequência linear, mas como um corpo em movimento, poroso, que se afeta com os temas e territórios que atravessa.

O fluxo para o campo ontológico mostra como as disputas pela paisagem não se dão apenas em termos de propriedade ou uso, mas de existência. A monocultura tenta estocar mundos inteiros: quando define o que é ou não natureza, quem é ou não sujeito político, o que pode ou não ser reconhecido como conhecimento. A insurgência se dá no furo ontológico, ou seja, aquilo que escapa às traduções coloniais e insiste em permanecer como presença incompreensível (de la Cadena, 2015). O fluxo, neste capítulo, é também ruído, desentendimento e abertura. O fazer-mundos se dá pela arte não como ilustração, mas como gesto epistêmico. O bordado, a fotografia artesanal, os pigmentos naturais não são ornamentos: são modos de estar e de saber que não passam pela lógica do estoque, mas pela abertura à presença, à experimentação e ao erro. A arte aqui é ato e gesto de observação, não apenas entre disciplinas, mas entre mundos. É no gesto sensível que se revela a política do encontro.

Ao compreender os modos pelos quais o monoculturar opera e os modos como ele é tensionado, se o estoque representa o esforço moderno-colonial de ordenar o mundo, os fluxos podem ser a força que insiste em escapar, mais do que como caos, mas como possibilidade de outra ordem, outra lógica, outro mundo.

Harvey (1989) destaca que a produção do espaço é inseparável da reprodução das relações de poder, e a construção de hidrovias, ferrovias e rodovias materializa essas relações, configurando territórios de extração. Nesse diapasão, as políticas ambientais e fundiárias funcionam como mecanismos que legitimam o cercamento e a privatização.

Essa proposta teórico-metodológica não tem como objetivo substituir um regime de verdade por outro, mas abrir brechas no presente para que formas outras de vida, de tempo e de relação possam emergir. Ao articular pensamento, corpo e gesto, ao escutar os seres-terra e experimentar outras formas de pesquisa, a pesquisa se coloca como uma tentativa de confluência, e pela não reprodução daquilo que já foi estocado.

Assim, pensar os fluxos é também um gesto ético: é aceitar a indeterminação, habitar a borda, recusar o controle. É, sobretudo, um chamado à atenção para o que ainda pulsa, mesmo em meio as ruínas deixadas pela monocultura (Tsing, 2015). Este trabalho, então, caminha junto a essas condições: escutando, tecendo, fotografando, e, sobretudo, pensando.

Ao praticar o furo como exercício metodológico, me afasto das lógicas hegemônicas que tratam a paisagem como um cenário neutro ou uma infraestrutura produtiva, abrindo espaço para um engajamento em espaços onde múltiplos modos de vida, temporalidades e ontologias se entrelaçam e se transformam mutuamente. É nesses entrelaçamentos que se revela a potência

do saber-fazer situado: um conhecimento que emerge da convivência, do contato, da escuta e do tempo compartilhado com os territórios e seus habitantes, humanos e mais-que-humanos. Nesse sentido, o trabalho se alinha também à crítica ontológica proposta por Marisol de la Cadena (2015), para quem a paisagem é composta por mundos em disputa que não podem ser reduzidos a uma ontologia única, moderna e antropocêntrica.

Assim, o conceito de monoculturar se apresenta como operador crítico da pesquisa, compreendido aqui como um processo de captura e homogeneização da vida, sustentado por infraestruturas materiais e epistemológicas que operam por meio da lógica do estoque e descarte. O estoque representa a contenção, o acúmulo, a fixação de sentidos, corpos e territórios como uma tentativa de congelar (ou acelerar) o tempo e a vida em categorias estáveis, passíveis de controle e de uso. Uso esse que funciona na chave da aceleração e do escoamento acelerado, extraindo valor ao transitar rapidamente por paisagens e corpos de modo a comprometer qualquer outro fluxo. Ambos se articulam na produção de um mundo monocultural, que pretende eliminar as pausas, os desvios e os tempos próprios dos seres e territórios.

A monoculturação, assim, não se limita ao campo agrícola ou econômico: ela se manifesta como um regime ontológico que desautoriza outras formas de vida, de saber e de tempo. As infraestruturas que sustentam esse regime como a financeirização do carbono, as narrativas de transição energética ou os dispositivos de monitoramento ambiental operam segundo essa lógica. Em nome da sustentabilidade, o que se produz é a conversão de paisagens vivas em unidades de medida, compensação e controle. Tais processos, como observa Escobar (2018), fazem parte de um projeto de modernidade global que necessita homogeneizar o mundo para que ele se torne gerenciável. Ao seguir a trilha desses dispositivos e seus efeitos nos territórios das ilhas de Abaetetuba, torna-se evidente como a monoculturação atua não apenas sobre o ambiente, mas também sobre os modos de perceber, narrar e existir com a paisagem.

Desse modo, a proposta metodológica desta pesquisa, a partir da convivência com os territórios, das práticas artísticas como o bordado, a fotografia artesanal e a escrita sensível, e da interlocução com os sujeitos e os seres que habitam essas paisagens, procura ativar um modo de investigação que não separa teoria de prática, nem corpo de pensamento. Stengers (2018) alerta para o risco das teorias que pretendem dizer o que algo “é” ou como “deve ser”, em vez disso, ela propõe uma política do pensar que desacelera, que cria condições para que os problemas apareçam de outro modo. Este é o caminho trilhado aqui: não oferecer respostas, mas criar situações de contato que possam transformar o olhar, deslocar as premissas e abrir para o desconhecido.

Assim, ao pensar com os fungos, com os rios, com os gestos, com os seres-terra e com as pessoas que habitam as ilhas, a pesquisa se inscreve em um movimento de recusa às dicotomias modernas e à redução da vida àquilo que pode ser quantificado. A “Arte de Notar”, nesse sentido, é uma técnica de atenção, mas também uma ética do encontro (Tsing, 2015). Ela permite que outras realidades se façam visíveis não por simples representação, mas pela convivência. O deslocamento do olhar pode ser aqui uma estratégia metodológica, bem como um posicionamento político e ontológico para recusar a captura da monocultura e insistir na multiplicidade dos mundos.

Com isso, o que significa monoculturar a partir do olhar e da percepção de quem vive no baixo Tocantins? Essa questão instiga uma busca por imagens, entendidas aqui como relações e percepções das paisagens e não mero registro ou arquivo, que possam revelar as múltiplas dimensões desse processo. Monoculturar não se reduz à instalação de monoculturas físicas, como as grandes propriedades com monocultivo de soja ou as infraestruturas visíveis a exemplo das barcaças e seus impactos ambientais, é um processo que se configura também como uma mobilização estratégica de fluxos materiais, sociais e simbólicos que atravessam o território. Esses fluxos, que perpassam os relatos dos sujeitos locais, constituem um movimento de controle, cerceamento e reorganização dos modos de viver e das paisagens.

Contudo, a monoculturação não opera de forma passiva, ao contrário, é preciso compreender que os processos de monoculturar implicam uma mobilização deliberada que cerca, direciona e transforma fluxos previamente autônomos, já bordados em tramas de convivência e múltiplas temporalidades. Por isso, a mobilização política e de direitos que emergem no território podem ser entendidos como práticas de resistência que buscam desviar, desalinhar ou “bubuiar” esses fluxos para evitar a completa derivação em monoculturação.

Esse exercício de notar sensivelmente as paisagens, as ontologias e as relações políticas é fundamental para perceber as nuances da monoculturação e para delinear os caminhos de resistência e reconfiguração dos espaços. Por essa razão, a compreensão teórico-metodológica de uma mobilização implicada e crítica dos fluxos será apresentada para fundamentar o entendimento dos processos de monoculturação que atravessam este trabalho.

2.2 Por um espaço-tempo do encontro confluyente: a arte de estar presente no caminho

A reflexão ontológica sobre os modos de viver e se relacionar com os seres que compõem as paisagens parte da ideia dos Seres-Terra (de la Cadena, 2015), seres que são agentes políticos e com quem os humanos coexistem de forma inseparável, rompendo com a

dicotomia tradicional entre natureza e cultura. Esse enfoque revela uma pluralidade ontológica onde diferentes mundos coexistem e entram em conflito, especialmente em contextos de disputa por territórios e direitos, desafiando a visão antropocêntrica e colonial da política, propondo uma cosmopolítica que inclui seres mais que humanos na esfera das decisões coletivas (De La Cadena, 2015).

Outrossim, os argumentos de Nego Bispo (2023) relacionam o colonialismo ao monoteísmo e à separação entre humanidade e natureza, o que ele chama de cosmofofia, um medo da natureza que justifica o controle e a exploração. Para ele, a resistência passa por um modelo de biointeração, baseado em relações orgânicas com a terra e pela busca de confluência entre saberes diversos, em oposição à monoculturar que impõe uniformidade.

Fotografia 1 – Caminhada no território do Pirocaba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A metodologia se aprofunda na dimensão sensível e artística da pesquisa, valorizando o saber-fazer e o corpo presente. Tsing, ao pensar com os fungos e a vida multiespécies, aponta para a importância dos encontros imprevisíveis e das redes invisíveis que conectam os seres, propondo um olhar que abandona o progresso linear e abraça a coexistência.

A pesquisa incorpora práticas artísticas como bordado, desenho, fotografia e construção de câmera obscura como formas de estar presente e notar os gestos e as sensações da paisagem, promovendo uma reeducação do olhar e do corpo, rompendo com padrões eurocêntricos e

valorizando o fazer do corporal e criativo. Ao incorporar a prática do bordado a intenção era que houvesse um chamamento para o lugar presente, para costurar tudo que se vê na região, o que está na paisagem, que assim como o bordado, criamos. As linhas são lugares de afetos e o bordado tem o poder de expandir essas linhas.

Esses materiais e práticas são escolhidos intencionalmente para promover conexões com o lugar e com os seres ali presentes, sendo documentos de encontro e diálogo, que materializam o conhecimento produzido de forma fluida, aberta e não hegemônica.

A intenção na metodologia escolhida para dar enfoque a arte e percepção é que por meio de mesas de trabalho e de interações multiespécies, “ultrapassamos as simples denúncias, julgamentos ou comunicações generalizadas que caracterizam os meios de comunicação do Antropoceno”(Aranha; Dias, 2024).

Aranha e Dias (2024) propõem as mesas de trabalho como método e intervenção artística, articulando uma prática de comunicação e escuta multiespécie baseada na simbiose, no afetar e ser afetado e na construção de responsabilidades compartilhadas. Inspiradas em autoras como Donna Haraway e Anna Tsing, as autoras apontam para a necessidade de imaginar formas de coexistência não hierárquicas, capazes de sustentar modos de habitabilidade diante dos desafios do Antropoceno. Nesse sentido, trata-se de um convite a “nos enxergarmos como parte de uma rede de interações multiespécies” (Aranha; Dias, 2024, p. 210).

Paralelamente, justifico a vontade de trabalhar a várias mãos no campo como na vida para aprender sobre as transformações das paisagens que pretendo observar e assim vislumbro que a discussão teórica aparece de forma indissociada dos métodos que desejo empregar. A transformação da paisagem e as percepções sobre isso devem se dar por meio da arte, para observar no sentido do afeto que mudam e refletem. Portanto, chamo atenção que objetivo com a minha pesquisa que não haja separação rígida entre a metodologia e teoria, de modo que o fazer se torna o objeto da reflexão.

No Baixo Tocantins, essa vitalidade aparece nas práticas ribeirinhas que se rearticulam frente ao avanço das infraestruturas, nas narrativas de afetação que persistem diante da linguagem técnica, nas assembleias comunitárias que deshierarquizam saberes, nos protocolos que retomam o protagonismo temporal, e na arte que devolve à paisagem sua densidade de relações. A fotografia se apresenta como método para reinscrever mundos e devolver visibilidade àquilo que o monoculturar tenta transformar em ruído. Aqui como método de investigação permite prolongar o tempo. Esses aspectos serão desenvolvidos ao longo dos capítulos seguintes, especialmente na análise das práticas realizadas em Abaetetuba, nas quais essas dimensões se manifestam de forma situada.

A oficina de construção de câmera obscura (imagem 2), na qual a produção da imagem se dá de forma coletiva, a partir de dispositivos simples e da experimentação compartilhada evidencia a prática metodológica que orienta esta pesquisa.

Fotografia 2 – *Workshop Throughout The Pinhole – Co-creating Images and Landscapes*



Fonte: Elaborado pela autora. Nijmegen, 7 de dezembro de 2023. Radboud University.

Durante o período de doutorado sanduíche na Radboud University, em dezembro de 2023, fui convidada a conduzir um momento de reflexão metodológica na pesquisa, demonstrando para os alunos da universidade a proposta metodológica durante uma manhã de neve. O workshop, estruturado a partir da construção coletiva de câmeras obscuras e do exercício de observação da luz em silêncio, operou como prática de suspensão dos automatismos perceptivos e de reorientação do olhar. Ao substituir a centralidade da linguagem verbal por gestos e pela atenção ao corpo, a experiência evidenciou que conhecer não se reduz à interpretação de dados, mas envolve uma implicação direta com os fenômenos, na qual sentir, fazer e pensar se constituem conjuntamente. Nesse contexto, a fotografia deixa de operar como técnica de captura e passa a funcionar como dispositivo de relação, capaz de instaurar modos não extrativistas de produção de imagens e narrativas, baseados na copresença e na abertura ao inesperado.

A construção da câmera obscura, realizada com materiais simples e a partir do próprio corpo, tornou visível o caráter processual e não controlável da imagem, produzida pela incidência da luz e não pela imposição de uma forma pré-definida. Esse gesto desloca a noção

de método como instrumento de domínio e a reinscreve como prática de atenção e de composição com o mundo. Ao isolar uma fração de luz, torna-se possível perceber que a imagem não é produzida pelo sujeito, mas emerge de uma relação entre corpos, materiais e ambientes. Tal experiência permite reconhecer a paisagem não como objeto a ser representado, mas como campo de forças em constante transformação, no qual o conhecimento se dá como acontecimento.

Essa inflexão metodológica também evidencia uma recusa em relação a abordagens tecnocráticas e hierarquizantes, ao privilegiar práticas que não buscam extrair informações, mas compor com os sujeitos e territórios envolvidos. Ao propor exercícios que partem da memória, do desenho e da escuta, sem impor formas prévias de resposta, o workshop instaurou um espaço de cocriação no qual narrativas emergem a partir da relação e não da captura. Nesse sentido, a metodologia aqui mobilizada se articula como prática ética e ontológica, ao reconhecer a pluralidade de mundos e a impossibilidade de reduzi-los a uma única gramática de interpretação.

Fotografia 3 – *Workshop* realizado na Radboud University sobre métodos cocriativos



Fonte: Elaboração dos participantes do workshop

Por fim, essa experiência auxiliou a compreender que a observação não é etapa preliminar da análise, mas condição contínua de produção de conhecimento. Em um contexto

marcado pela saturação de imagens e pela aceleração dos fluxos, a atenção à luz, ao silêncio e ao tempo configura-se como gesto político, ao reabrir espaços de percepção e de pensamento que escapam à lógica da captura e da mensuração. Por isso chamo atenção novamente ao fato de que a presente pesquisa não se propõe a produzir imagens que representem a transformação das paisagens, tendo o intuito de construir condições para percebê-las a partir de outras sensibilidades, nas quais o corpo, o tempo e a relação ocupam lugar central.

Após reflexão sobre a abordagem metodológica no contexto do workshop, que derivou também de um esforço de entender os impactos de escalas globais e locais no território, entendo que houveram desdobramentos nas formas de aproximação com os territórios amazônicos, em especial em Abaetetuba. Ao chegar às ilhas e comunidades do Baixo Tocantins, o exercício de suspender automatismos perceptivos e de deslocar o olhar se tornou condição para a própria entrada em campo. A pesquisa passou a se orientar pela escuta atenta, pela observação situada e pela construção de relações no tempo do território. Nesse sentido, as oficinas realizadas, centradas no olhar, na luz e na produção compartilhada de imagens, não se configuram como instrumentos de coleta de dados, mas como espaços de encontro nos quais narrativas, percepções e conhecimentos emergem a partir da relação.

Em Abaetetuba, esse modo de proceder tornou visível que a paisagem não pode ser apreendida como cenário ou objeto de análise, mas como processo vivido, atravessado por memórias, conflitos e práticas cotidianas. A atenção à luz, aos ritmos das águas e às formas de habitar o território permitiu acessar dimensões que escapam às leituras técnicas e cartográficas, evidenciando que o conhecimento se produz na interação entre corpos, ambientes e temporalidades. Assim, a fotografia, compreendida como modo de estar e não como técnica de registro, tornou-se prática de abertura para essas relações, permitindo acompanhar como as transformações da paisagem são percebidas, sentidas e narradas por aqueles que a coconstroem.

Essa abordagem também possibilitou evidenciar os efeitos do monoculturar não apenas em sua dimensão material, mas nas formas pelas quais ele reorganiza o sensível e redefine o que pode ser visto, dito e reconhecido como conhecimento legítimo. Ao contrastar os discursos técnicos sobre desenvolvimento, infraestrutura e regularização com as experiências vividas pelas comunidades, torna-se possível perceber que o monoculturar atua também como regime de visibilidade e legitimidade. Nesse contexto, deslocar o olhar não é apenas uma escolha metodológica, mas um gesto político que permite tensionar essas hierarquias e abrir espaço para a emergência de outras formas de perceber e narrar a paisagem.

Ao mesmo tempo, essa abordagem permite tensionar diretamente os efeitos da monoculturação. Nesta pesquisa, faço o esforço de falar da percepção da fotografia como um

gesto relacional e uma prática possível contra a monocultura do olhar. Contudo, se a monoculturação opera também como um regime perceptivo que estabiliza a paisagem como imagem e separa quem vê daquilo que é visto, a fotografia não pode ser pensada como um dispositivo neutro. Historicamente, ela foi uma das principais tecnologias desse regime, hierarquizando sujeitos e objetos desde o seu acesso, reiterando a lógica e a posição de um sujeito observador distanciado. Nesse sentido, fotografar esteve frequentemente implicado em processos de captura, classificação e disponibilização do mundo como uma extensão do próprio dispositivo do desenvolvimento e de suas formas de controle.

No entanto, ao ser deslocada para o campo da relacionalidade, a fotografia pode operar de outra maneira. Em vez de instrumento de representação, ela se torna prática situada, um gesto que emerge no interior das relações e que participa daquilo que registra. A câmera não precisa ser um aparato de extração de imagens, pois no momento de construção da câmera obscura passa a ser um mediador de encontros, onde ver não é separar, pois demanda sobretudo implicar-se. Fotografar, nesse contexto, não fala de um mundo exterior, pois atravessa os envolvidos em compor com ele em um exercício de atenção que reconhece a paisagem como campo sensível e ativo.

A paisagem assim como a luz está o tempo todo em movimento. Recebemos feixes de luz de forma contínua formando imagens ao nosso redor. E a fotografia é olhar com cuidado e com atenção, é cuidar do tempo que tomamos para observar essas imagens e pensá-las. Não existe fotografia sem algo a dizer, sem compor o que se sente e sem dizer de onde vem.

Isso exige também uma transformação na própria posição de quem fotografa. Não há um sujeito isolado diante de um objeto, mas uma rede de relações em que ambos se constituem mutuamente, então o ato fotográfico passa a envolver uma ética da presença. Em que pese haverem contextos em que essa relação se constitui de forma extrema e assimétrica, o exercício que se propõe é desacelerar, sustentar o tempo do encontro e recusar a lógica de produção excessiva de imagens que caracteriza a lógica contemporânea de conteúdo e do resultado. As práticas que foram propostas não estavam direcionadas a resultados, mas ao processo.

Estamos vivendo o achatamento do espaço-tempo e a aceleração dos fluxos, e, em contrapartida, fotografar pode se tornar um gesto de resistência, pelo aparente simples ato de pausa, na medida em que reintroduz espessura temporal e abre espaço para outras formas de percepção. Ao invés de reforçar a monocultura do olhar, a fotografia pode contribuir para a multiplicação de sensibilidades, tornando visíveis, ou melhor, perceptíveis, as relações que sustentam a vida e que frequentemente são apagadas pelos regimes dominantes de representação. Não se trata de dar voz ou visibilidade no sentido moderno, mas de criar

condições, ou espaço, para que outras presenças se manifestem, reconhecendo que a imagem não é apenas produto, mas parte de um processo relacional mais amplo. Assim, fotografar deixa de ser um ato de captura para se tornar um modo de habitar o mundo. E viver e criar são indissociáveis. Nesse deslocamento, a fotografia não apenas documenta, mas participa ativamente da produção de outras possibilidades de vida, operando como uma prática de atenção, de escuta e de composição com a paisagem.

Para fazer tais associações precisamos ter corpo porque nele vivem as memórias, só sentimos com e através do corpo. O corpo é a própria memória. E por isso existe o convite de colocar o corpo à disposição da vida, na fotografia.

As práticas propostas nesse trabalho se pautam no furo como uma abertura para outras possibilidades, futuros e imaginações. Sem imaginar, não há futuro, e é preciso espaço para imaginar.

Na obra Hagakure Chikaoka (2003) intervém na própria superfície da imagem, evidenciando sua materialidade como campo de inscrição sensível. Acredito que o mesmo gesto aproxima-se da proposta metodológica aqui adotada, na medida em que a fotografia deixa de ser instrumento de captura para tornar-se prática de implicação, onde ver não é registrar, mas entrar em relação. Em diálogo com suas experiências pedagógicas em fotografia estenopeica, nas quais o processo importa mais do que o resultado e cada etapa é uma escolha situada, a imagem passa a ser compreendida como construção relacional, atravessada por corpo, tempo e território. Por isso, fotografar constitui um modo de conhecer que não separa sujeito e mundo, mas reinscreve a paisagem como campo vivo de interação.

O trabalho de Paula Sampaio (2018) confronta diretamente o imaginário da Amazônia como território vazio, disponível para ocupação e exploração, desmontando o que sustenta, em termos práticos, a lógica da *terra nullius*⁵. Ao percorrer as estradas e registrar nelas as vidas, suas imagens evidenciam a densidade de relações, histórias e formas de existência que foram sistematicamente invisibilizadas pelos discursos desenvolvimentistas.

⁵ O termo *terra nullius* é um princípio jurídico colonial que designa territórios considerados “de ninguém”, isto é, espaços denominados a partir de uma ficção jurídica como supostamente desocupados ou não submetidos a formas legítimas de organização social. Esse conceito, historicamente, foi mobilizado para justificar a apropriação de terras, desconsiderando a presença, os modos de vida e as formas de relação com o território de povos indígenas e comunidades tradicionais. É um vetor de negação de outras formas de existência e de territorialidade, permitindo a transformação desses espaços em objeto de ocupação, exploração e controle. Essa negação da existência de povos e territorialidades que não se enquadram nos critérios de reconhecimento estatal viabiliza processos de expropriação e disponibilizando o território para exploração.

Ao contrário da narrativa que reduz a região a espaço de potencial econômico, suas fotografias revelam territórios já habitados, trabalhados e significados por aqueles que ali vivem, desmontando a ficção necessária para legitimar projetos de ocupação e extração.

A vivência e prática da artista sustenta um deslocamento epistemológico na medida em que torna visível aquilo que foi previamente desqualificado como inexistente. Ao integrar imagem e relato, Sampaio restitui a presença onde o Estado e o capital operaram historicamente apagamentos, evidenciando que o vazio não é uma condição do território, mas um efeito produzido por regimes de poder que precisam apagar mundos para poder administrá-los.

2.3 Confluências no caminhar pelo território

Adotar uma abordagem metodológica que recuse o molde da separação teoria-práxis implica reconhecer que há saberes que se dão no corpo, na sensibilidade, na escuta e no convívio. É ressaltar que o conhecimento institucionalizado não é o único nem superior. Busquei operar um deslocamento metodológico que se abre para o que emerge no encontro, no gesto, no tempo do território e na escuta dos seus habitantes humanos e mais-que-humanos.

A relação entre materialidade, prática e percepção atravessa tanto a arte quanto a produção de conhecimento, ainda que frequentemente sejam tratadas como esferas distintas. Na fotografia, por exemplo, a matéria é a própria luz, e o gesto do artista consiste em aprender a ver, em cultivar uma sensibilidade capaz de perceber o que não se apresenta de imediato.

Cada artista vê de modo distinto porque cada corpo se relaciona de forma singular com o mundo, carregando em si essa visão. O corpo é memória e isso implica que todo corpo vê o mundo com uma lente diferente.

Em mundo capturado, isso implica reconhecer que há práticas de apropriação estética que se valem de territórios e comunidades sem responsabilidade ou reciprocidade.

Foi nesse contexto que a proposta de desenvolvimento de oficinas e vivências com a Comunidade Agroextrativista do Pirocaba, em Abaetetuba, foi realizada respeitando os protocolos de consulta livre, prévia e informada construídos pela própria comunidade. Antes da realização das atividades, apresentei a proposta por escrito às representantes da ASAPAP, expondo os objetivos do projeto, a intenção de coconstrução, os retornos previstos à comunidade, e os parâmetros éticos de participação.

Ao solicitar essa autorização e dialogar sobre o interesse mútuo no projeto, já se iniciava o exercício metodológico da escuta e do acolhimento como fundamentos. A proposta era realizar oficinas de experimentação imagética com materiais simples e acessíveis (cartolina,

papel alumínio, papel manteiga), abrindo espaço para que crianças, jovens e adultos elaborassem suas próprias formas de olhar para a paisagem, de evocar memórias, sensações e modos de viver. O desejo era abrir fissuras na representação da paisagem como objeto, transformando-a em campo de encontros e possibilidades.

Esses encontros foram preparados, mas não rigidamente planejados, porque uma metodologia implicada com o território precisa permanecer aberta ao imprevisto e ao tempo próprio do lugar. Como disse uma das representantes ao sugerir a participação das crianças: “os pequenos também têm olhar”. Esse gesto, simples e decisivo, reforçou o eixo central do projeto de fazer da convivência e do olhar uma forma de relação.

A metodologia que aqui se propõe parte do movimento de observar, escutar, bordar, reunir fragmentos, abrir furos e imaginar. Trata-se de experimentar um saber-fazer que se tece no cotidiano dos encontros com pessoas, lugares, materiais, imagens e sons. Nenhuma prática é neutra, mas buscou-se implementar de forma comprometida, cuidadosa e com respeito, com a coabitação e com a delicadeza como forma de resistência. Essa imagem atravessa toda a metodologia: furar a superfície da paisagem como dado para encontrar nela os sinais de uma vida compartilhada, ameaçada, mas ainda insurgente.

O caminhar, por exemplo, torna-se gesto metodológico fundamental, um tempo de abertura, de se deixar afetar pelas presenças, movimentos e sentidos que emergem no encontro com o território. Na visita à Comunidade Agroextrativista do Pirocaba, as caminhadas se transformaram em momentos de criação de imagens e escuta, nos quais a observação sensível e o registro fotográfico artesanal se tornaram maneiras de compor com a paisagem e suas múltiplas camadas.

No dia 22 de fevereiro, apresentei a proposta das experiências à ASAPAP (Associação dos/as Agroextrativistas do Pirocaba), explicitando a intenção de realizar atividades de criação coletiva ancoradas em práticas artísticas, a partir de uma escuta atenta às necessidades e modos próprios de cada território. Nesse mesmo momento, discuti a importância de seguir os parâmetros estabelecidos pelo Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada da Comunidade Agroextrativista do Pirocaba, elaborando em conjunto com seus membros uma proposta de coprodução do projeto. A intenção era construir com e a partir do território, evitando reproduzir lógicas que hierarquizam saberes ou instrumentalizam comunidades a partir de moldes exteriores.

Fotografia 4 – Reunião com as mulheres lideranças na ASAPAP



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse posicionamento, busquei destacar a centralidade da consulta, do consentimento e da reciprocidade nos processos de conhecimento. No lugar de uma metodologia pré-fixada, o percurso se moldaria a partir dos encontros e suas demandas, essa escolha de abertura exige uma postura de escuta e disposição para não saber de antemão e poder construir junto, inclusive os modos de ver e nomear o que se vive (de la Cadena, 2015), de modo situado (Haraway, 2016), ao reconhecer que o saber emerge da relação e da posição, e não de uma exterioridade neutra.

A oficina não foi concebida como uma etapa instrumental ou ilustrativa da pesquisa, mas como um dispositivo metodológico central para a produção de conhecimento situado. Seu planejamento, inicialmente estruturado em etapas e exercícios, foi progressivamente reelaborado a partir das interações no território, de modo a privilegiar a abertura ao encontro, à

escuta e à cocriação. Mais do que aplicar uma técnica, tratou-se de construir um espaço-tempo no qual diferentes formas de perceber e narrar a paisagem pudessem emergir, tensionando a separação entre sujeito e objeto de pesquisa. Nesse sentido, a oficina operou como uma infraestrutura relacional, na qual imagem, corpo e território se articularam na produção de sentidos sobre as transformações em curso. As práticas desenvolvidas a partir do uso de câmeras artesanais, experimentações com luz e materiais orgânicos, e a construção coletiva de imagens permitiram acessar dimensões sensíveis da paisagem que escapam às abordagens analíticas convencionais, ao mesmo tempo em que evidenciaram a potência dos saberes locais na leitura dos processos de monoculturação. Assim, o planejamento da oficina não se limita a uma organização prévia de atividades, mas constitui parte integrante do desenho de pesquisa, na medida em que define as condições de possibilidade para o encontro e para a emergência de conhecimentos que são, simultaneamente, analíticos e relacionais.

As oficinas desenvolvidas nos dias 14 e 15 de março, fruto da escuta com a ASAPAP, incorporaram práticas artesanais de fotografia com materiais disponíveis no território, como papel manteiga, cartolina e folhas. A intenção era abordar as paisagens vividas, não aquelas classificadas ou quantificadas, mas as percebidas, sensíveis e múltiplas, a partir dos próprios modos de ver e sentir. A presença das crianças, sugerida espontaneamente pelas representantes da comunidade, abriu ainda mais os sentidos da experiência. Observar, coletar, inventar dispositivos ou improvisar imagens são atos que resgatam a autonomia do imaginar.

Ao longo desses encontros, busquei construir uma metodologia que não se reduz a técnicas, mas que se configura como saber-fazer implicado. Inspirada por Donna Haraway (2016), Isabelle Stengers (2018), Arturo Escobar (2018) e Anna Tsing (2015), entendo que observar é também um ato de composição. Observar com as paisagens é resistir à sua redução, por isso, o deslocamento do olhar se torna aqui um princípio metodológico. Deslocar o olhar é abrir fissuras nas práticas hegemônicas de conhecimento que operam a partir da separação entre sujeito e objeto, entre teoria e prática, entre o pesquisador e o campo.

A arte de notar, como propõe Tsing (2015), inspira este gesto metodológico. Notar os pequenos sinais, as derivas do vento, o tempo da maré, o deslocar das pedras, é o que cria a disponibilidade para o encontro, mesmo que ele desestabilize. Ao mesmo tempo, esse gesto dialoga com a proposta das paisagens de Marisol de la Cadena (2015), para quem os mundos não são dados, mas constituídos nas relações, e estas, por vezes, são ontologicamente diversas. Nessa perspectiva, a metodologia torna-se espaço de tradução e cuidado: traduzir, não no sentido de converter, mas de colocar em relação, permitindo que os mundos falem sem serem capturados por categorias externas.

Ao elaborar esse saber-fazer, também compreendi que deslocar o olhar é mais do que uma metáfora, mas é também uma recusa ativa ao monoculturar. Não se trata aqui apenas da monocultura física, mas do processo de mobilização de fluxos (de capital, informação, energia) que tornam homogêneos os modos de vida e reduzem a diversidade a uma linguagem funcional. A monocultura opera pela captura e controle dos fluxos, impondo infraestruturas logísticas que escondem a violência de sua fluidez. Deborah Cowen (2014) mostra como essa fluidez é construída por meio de vocabulários técnicos, que naturalizam cercamentos e exclusões em nome da eficiência.

A própria produção de conhecimento pode se tornar parte da engrenagem da monoculturação, por isso, falamos sobre saber-fazer, práticas que emergem do chão comum do território, nas bordas entre mundos.

Ao narrar as visitas e encontros com as comunidades do Baixo Tocantins, especialmente em Pirocaba e Bom Remédio, mobilizo esse saber-fazer. A metodologia, portanto, não é anterior à pesquisa, mas se constrói no caminhar, no bordado coletivo das experiências, dos afetos, dos gestos e dos silêncios.

A partir disso, cada momento vivido com as comunidades se transforma em ato de pesquisa. As anotações visuais e sensíveis, os deslocamentos do olhar, as conversas com crianças e os mais velhos, os gestos silenciosos das marés e do tempo: tudo isso compõe o método. Porque, como diz Tsing, “sem ruínas, não há futuro” e talvez, sem fissuras, não haja pesquisa que se pretenda verdadeiramente ética e relacional.

O modo como essa relação se constrói entre vivência, escuta, experiência e reflexão crítica é também uma escolha ética e epistemológica. Evitei deliberadamente a separação entre teoria e prática, pois compreendo que reproduzir essa cisão seria repetir a lógica da monocultura, cuja marca é, justamente, a simplificação e o controle dos fluxos de saberes, corpos e paisagens.

Ao longo das vivências, escutei relatos e presenciei situações que revelaram os efeitos do processo de monoculturação na paisagem e nas relações. Como mostrou Deborah Cowen (2014) ao analisar as infraestruturas logísticas globais, existe uma lógica que busca homogeneizar os territórios por meio de corredores “fluídos”, ocultando os conflitos e apagando a diversidade. Em Abaetetuba, essa fluidez se materializa nas infraestruturas como barcaças, terminais portuários e corredores de escoamento, que promovem uma reconfiguração da paisagem física, sensível e política. A monocultura não se resume à produção em escala de uma mesma cultura agrícola, ela se expande como lógica que cerca, nomeia e define o que conta como vida, como trabalho, como natureza e como futuro.

Assim, este capítulo não descreve um protocolo fechado de pesquisa, mas um caminho que se constrói ao caminhar, a partir de uma escuta radical do território e de suas formas próprias de produzir conhecimento. Ao tensionar os procedimentos formais da pesquisa acadêmica e os protocolos institucionais (como o licenciamento ambiental, que traduz a paisagem em métricas e compensações), o trabalho propõe outro tipo de protocolo: aquele que emerge do convívio, do reconhecimento de alteridades e da disposição em se deixar afetar. Uma metodologia que, ao recusar o monoculturar, aposta na multiplicidade como condição de existência.

Imagens de barcas carregadas de grãos, rios contaminados, fluxos logísticos que exigem silenciamento das vozes e dos tempos locais são sinais materiais de um processo contínuo de monoculturação. A monocultura opera por meio de uma lógica dual: estoque e descarte. Em sua forma técnica e administrativa, essa lógica se desdobra em licenciamentos ambientais fragmentados, em relatórios que apartam cultura de natureza, gente de rio, floresta de saber. Como observa Cowen (2014), a capacidade de um país participar do fluxo logístico global passou a ser medida por sua eficiência em eliminar "atrasos", ou seja, resistências locais. O território torna-se corredor, e tudo que nele vive e convive é convertido em obstáculo ou recurso.

A barcaça que corta o rio carrega não apenas soja ou minérios, mas também uma gramática de mundo. O container como imagem remete ao campo como depósito e ao território como espaço de extração. As infraestruturas não são apenas estruturas físicas, mas tecnologias de homogeneização que apagam a complexidade relacional e afetiva da paisagem. E, por isso, tradução do monoculturar como prática hegemônica.

Se as palavras criam mundos, o verbo monoculturar é uma tentativa de nomear um processo que atua sobre corpos, rios, florestas e modos de vida. Monoculturar é cercar a diversidade e delimitar o que pode e o que não pode existir. A linguagem, neste contexto, é tanto ferramenta de dominação quanto potência de criação. É pela palavra e pelas imagens que dela emergem que podemos abrir fissuras nas monoculturas do olhar. Nas oficinas realizadas com comunidades, a coleta de folhas, sombras, pedras e memórias foi uma forma de construir uma outra gramática: sensível, corporal, coletiva. Fotografar com papel manteiga, desenhar com a maré, ouvir o tempo das plantas, tudo isso é gesto contra-hegemônico, pois o sensível abre caminhos. As imagens que surgem nesses encontros não são apenas documentos. São dispositivos de escuta, que tensionam o visível e o invisível, o que é permitido ver e o que é silenciado.

Monoculturar é um verbo que implica relação de poder. Mas também é uma palavra que, ao ser dita, pode perder o monopólio do seu uso. É justamente ao nomeá-lo como verbo que abrimos espaço para desobedecer sua ordem. O gesto de caminhar, observar, bordar e criar com o território é um contramovimento ao apagamento, uma recusa ao nivelamento da vida.

Assim, nas práticas sensíveis junto ao território, a ideia era de estabelecer não apenas o monoculturar como conceito, mas como campo de disputa. O modo como os estoques, descartes e corredores logísticos operam nas paisagens do Baixo Tocantins é também o modo como operam as epistemologias. Reconhecer esse movimento é o primeiro passo para reconfigurar o olhar e criar condições de existência para outras formas de vidas, saberes e futuros.

Tal como Shiva propõe a ciência participativa, enraizada nas práticas locais e nos saberes femininos, comunitários e ecológicos, este trabalho propõe uma ciência sensível, que se constrói no chão, nas margens, nas dobras da paisagem. Ao recusar a neutralidade e assumir uma postura ética comprometida com os territórios e os sujeitos que os habitam, esta pesquisa se posiciona contra a lógica extrativista do conhecimento.

Assim como Vandana Shiva denuncia que a monocultura é sustentada por uma ideia de “progresso” que desconsidera os custos humanos e ecológicos da modernidade, esta pesquisa evidencia que o monoculturar é um processo de expulsão da terra, da linguagem, do direito de narrar e de existir.

O baixo Tocantins chega na baía em continuidade de fluxo e interrelacionalidade entre esses vários lugares e as histórias específicas que pude ter contato compõem a realidade complexa que a empresa busca fragmentar. Assim, a mobilização de direitos e mobilização das imagens ajuda a pensar um encontro confluyente já que forma recorrente é feito de forma fragmentada. Proponho a seguir, analisar como as paisagens foram monoculturadas, falar de cada um dos lugares, como eles compõem a paisagem.

Este capítulo apresentou os caminhos metodológicos e a fundamentação teórica que orientam esta pesquisa, fundamentando o diálogo entre múltiplas ontologias e saberes, e valorizando a dimensão sensível e artística do método. A partir dessa base, a pesquisa busca transcender dicotomias tradicionais e construir novos modos de perceber, fazer e habitar as paisagens, em confluência com os seres humanos e não humanos.

3 MONOCULTURAR É UM VERBO: UMA CHAVE ANALÍTICA PARA ONTOLOGIAS DE PAISAGENS

O verbo monoculturar é uma proposta de operador conceitual para pensar as transformações de territórios e paisagens frente à expansão de infraestruturas logísticas e imateriais no avanço de processos extrativistas e normativos. Com base em experiências de campo no Baixo Tocantins, especialmente em Abaetetuba (PA), articulam-se imagens, relatos, escutas e práticas artístico-metodológicas que mobilizam os sentidos e os corpos para narrar, sentir e resistir aos efeitos da monoculturação. A partir do contraste entre o olhar de quem vive o território e os discursos técnico-burocráticos, a exemplo do licenciamento ambiental, propõe-se uma crítica à fragmentação e às lógicas de estoque e descarte como modos de governar vidas e paisagens. O verbo monoculturar, portanto, se oferece como chave para pensar a colonialidade das infraestruturas e a potência de mundos que persistem.

A monocultura não é apenas uma prática agrícola. Não se restringe ao cultivo extensivo de uma só espécie, tampouco a um campo isolado. Ela é, sobretudo, uma operação ontológica e epistêmica. Ao observar o Baixo Tocantins, em especial Abaetetuba, compreendi que monoculturar é um verbo, um modo de operar o mundo, de organizar o espaço, de relacionar-se com o tempo. Esse verbo desdobra em práticas de ocupação, mas também em estruturas de pensamento e linguagem. E, como todo verbo, monoculturar é uma ação que acopla seus efeitos visíveis ou não, sutis e intangíveis.

A promessa corporativa que organiza a ação dos projetos de carbono exige uma simplificação radical da Amazônia (Vieira, 2025). Para que esse território se torne um “estoque de carbono”, ele precisa ser convertido antes em uma superfície plana, calculável e monitorável. Esse processo exige apagamentos contínuos: de práticas de manejo, de variações sazonais, de relações recíprocas entre humanos e não-humanos, de cosmopolíticas que atravessam o território. A Amazônia que entra nos relatórios corporativos não é a Amazônia que se move, mas é feita de uma imagem de estabilidade que jamais existiu (Stoll et al., 2019).

O monoculturar age como tecnologia, operando através de instrumentos que prometem neutralidade, métricas, satélites, curvas de abatimento, modelos de previsão, que, na prática, são mecanismos de exclusão ontológica.

O estoque não é apenas depósito, é a condição para que o mundo se torne circulável na forma de ativos. O monoculturar é, portanto, uma técnica de desposseção. Ele opera retirando diversidade para produzir equivalência, esvaziando relações, convertendo territórios em matéria passível de transação financeira. Esse esvaziamento é mascarado por narrativas e

promessas vazias de futuro sustentável funcionando como dispositivo que reorganiza expectativas e legitima a simplificação. Ao transformar futuros incertos em gráficos ascendentes de redução de emissões, por exemplo, o monoculturar cria a ilusão de controle.

No entanto, essa operação encontra limites no próprio território. A água traz a força que denuncia a artificialidade da escala monocultural. A fluidez dos rios, a variação das marés, as mudanças de curso, os remansos, as ressacas e as vazantes produzem uma ontologia que contradiz a necessidade de estabilidade dos instrumentos globais. Os cálculos e inventários exigem continuidade, contudo, o rio e suas margens se movem no próprio ritmo sem garantias.

Habitar conforme a cheia e a vazante, no manejo coletivo das terras, no cultivo que não se separa do território, só o compreende como processo demonstra o viver ribeirinho na negociação plurirrelacional. Para aceitar o monoculturar, seria preciso suspender as relações que mantêm o território vivo. Mas essas relações não são opcionais, são seu próprio fundamento, aquilo que garante vida, alimento, circulação, história. A estética das paisagens amazônicas é indisciplinada e inconformada, irrepresentável em sua totalidade, sempre incompleta e borrada. O monoculturar exige completude, síntese, precisão. Esse encontro entre exigência de completude e oferta de indeterminação produz a fricção que organiza a política climática hoje.

A operação de estoque reforça essa impossibilidade. Transformar árvores, rios e comunidades em reservas de valor depende de uma linearidade que o território recusa. E usar do descarte para especular, produz efeitos devastadores: práticas de manejo são classificadas como degradação, movimentos sazonais são interpretados como desordem e variações hidrológicas são vistas como ameaças ao investimento. O monoculturar, ao não reconhecer a multiplicidade viva do território, transforma-a em problema.

O monoculturar tenta apagar todos os caminhos da diversidade, o movimento da água, a migração dos peixes, a alternância das várzeas, o deslocamento das margens e os caminhos que desaparecem e reaparecem em outros lugares. O território é vivo e tem saberes que se transmitem sem arquivo, na memória das marés, o conhecimento do vento, pelo manejo do solo que não pode ser apreendido em gráficos.

A escalabilidade (Tsing, 2019) do monoculturar exige estoque e descarte como léxico e o território para ser vivo exige impossibilidade do monoculturar. Resta reconhecer que o monoculturar é uma forma de violência epistemológica que se camufla sob a promessa de eficiência, segurança jurídica e legalidade. A política climática global falha também quando pretende governar a partir da estabilidade, enquanto os mundos amazônicos vivem de variação. E nessa existência, sempre em variação, que reside a possibilidade de uma política que não se

organiza pela lógica do estoque, mas pela lógica da circulação, do coletivo, que reconheça a multiplicidade se opõe a estabilidade.

Ao longo do capítulo, busco acompanhar como a introdução dessas infraestruturas e projetos reorganiza relações, redefine usos do território e produz formas de estoque e descarte, permitindo explicitar as implicações desse modo de operar nas paisagens e nos modos de vida que nelas se sustentam.

Durante o trabalho de campo, tornou-se evidente que a implementação dos projetos não se inicia com a materialização das infraestruturas, mas com a atuação prévia de dispositivos de mediação que operam na produção de consentimento e na reorganização das percepções locais. Empresas contratadas para realizar levantamentos na área, incluindo organizações apresentadas como independentes, atuavam junto às comunidades sem explicitar sua vinculação com os interesses empresariais, mobilizando estratégias de convencimento e pacificação. Esse processo envolvia o uso de imagens e registros sem autorização, a circulação de materiais informativos que anunciavam projetos ainda não aprovados e a difusão de narrativas que afirmavam a inevitabilidade da implementação, reforçando a ideia de que a decisão já estaria tomada em instâncias superiores.

Ao mesmo tempo, os relatórios técnicos produzidos nesses contextos revelavam uma leitura profundamente inadequada do território, ao desconsiderar formas coletivas de ocupação e uso da terra, classificando áreas como desabitadas mesmo quando eram amplamente utilizadas para trabalho, circulação e reprodução da vida. Esse descompasso evidencia a operação de uma racionalidade que reconhece como existente apenas aquilo que se encaixa em critérios jurídicos e administrativos formais. Comunidades não tituladas, embora plenamente inseridas nas dinâmicas territoriais, permanecem invisibilizadas nos estudos, o que contribui para legitimar intervenções sobre esses espaços. Ao mesmo tempo, a presença de agentes armados nas proximidades das áreas em disputa, os impactos psicológicos relatados pelas famílias e os deslocamentos já em curso indicam que os efeitos da expansão se manifestam antes mesmo de qualquer autorização formal. A transformação do território, portanto, começa como expectativa e ameaça, reconfigurando relações, produzindo insegurança e alterando decisões de permanência.

No caso dos projetos de carbono, essa dinâmica assume contornos ainda mais complexos. A lógica da adicionalidade, que sustenta a valoração dos créditos, depende da projeção de cenários de degradação, de modo que o valor do ativo aumenta à medida que a ameaça se intensifica. Isso produz um cenário no qual a própria possibilidade de destruição se converte em ativo econômico, inserindo os territórios em circuitos financeiros que operam à

distância. A ausência de informação, o não acesso a documentos e a realização de abordagens sem anuência das comunidades configuram uma violação direta dos princípios da Convenção 169 da OIT, ao mesmo tempo em que revelam como a consulta é esvaziada de seu sentido quando inserida em processos já orientados por decisões prévias.

Esse conjunto de práticas evidencia que a expansão de infraestruturas e de projetos associados à chamada bioeconomia reorganiza o uso da terra, mas também redefine o que pode ser apropriado. Elementos anteriormente partilhados, como espaços de pesca, lazer e convivência, passam a ser progressivamente controlados ou restringidos, indicando um processo de privatização do comum.

A tentativa de restringir a consulta às áreas diretamente afetadas, observada durante audiência de instrução e julgamento em 2023, reforça essa lógica ao desconsiderar a extensão dos impactos e ao fragmentar o território em unidades administráveis. Nesse contexto, foi possível observar um *modus operandi* que não se restringe a implantação de um empreendimento específico, mas diz respeito a consolidação de um modo de intervenção que antecede a própria obra e que atua em diferentes territórios de forma a aparentar que não existe relação entre eles.

Na área escolhida para o estudo estão muito presentes quintais, redes coletivas de pesca, agroflorestas e outros modos de uso compartilhado, nos quais residem o que faz daquela região ser diversa como é. Ainda que o caso escolhido tenha por vezes menor ênfase, foca-se nos anúncios. Portanto, nos anúncios residem o que as comunidades fazem para coconstruir a sociobiodiversidade e tudo que acontece de maneira compartilhada que faz aquela várzea ser diversa.

3.1 A paisagem monocultural

A noção moderna de paisagem esteve historicamente vinculada a um regime visual que a reduz àquilo que pode ser visto ou representado. Como apontam Silveira, Cardoso e Godoi (2022), essa compreensão a posiciona como pano de fundo ou imagem, reiterando divisões como sujeito e objeto ou natureza e cultura. Tal operação, que se pretendia neutra, institui uma monocultura do olhar, na qual a paisagem se torna uma superfície disponível à captura. Ao deslocar a paisagem para o campo das relações multiespécies e dos processos em movimento, a paisagem emerge como campo sensível e ativo, constituindo um plano onde também se produzem olhares.

A paisagem é apresentada pelos autores como uma categoria conceitual em disputa, historicamente situada entre diferentes regimes de conhecimento. Na tradição ocidental que a entende ora como dado material ora como representação, e, portanto, ancoradas em dualismos têm sido progressivamente tensionadas pela antropologia contemporânea. Nesse deslocamento, a paisagem deixa de ser concebida como pano de fundo ou imagem estática e passa a ser entendida como uma realidade processual, relacional e multiespécie, constituída por interações entre humanos e outros seres, práticas, memórias e forças materiais. Assim, mais do que algo que se observa, a paisagem se configura como um campo de relações em contínua produção, no qual dimensões sensoriais, políticas e ontológicas se entrelaçam.

A partir desse ponto, é possível situar a noção moderna de paisagem como profundamente atravessada por um projeto de modernização ecológica que depende de uma base científica específica para organizar a percepção de espaço e tempo. Nesse regime, a paisagem é convertida em objeto mensurável, passível de cálculo, planejamento e intervenção técnica, sendo lida em escalas abstratas, sejam eles mapas, diagnósticos e outros indicadores, que produzem uma experiência de mundo linear, progressivo e cumulativo. Em que pese aparentar uma temporalidade neutra, na prática, sustenta processos contínuos de controle, ordenamento e domesticação dos territórios e de seus modos de existência. Ao estabilizar a paisagem como cenário passivo e ao submeter sua complexidade relacional a modelos científicos universalizantes, esse paradigma não apenas reduz a multiplicidade de temporalidades e agências presentes, como também legitima intervenções que silenciam outras formas de conhecimento e de relação com o espaço-tempo. Nesse sentido, a crítica à paisagem como representação é epistemológica e política, pois certas formas de ver/produzir o mundo operam como dispositivos de gestão, disciplinamento e captura da vida.

Em contraste, a perspectiva da relacionalidade (Escobar *et al.*, 2024) explica redes de relações que constituem os próprios seres. Nesse sentido, a paisagem deixa de ser um cenário externo e passa a ser entendida como um campo vivo de interdependências, onde humanos e mais-que-humanos coproduzem existências, temporalidades e sentidos. Nessa interseção é possível vislumbrar um contraponto para a monocultura do olhar e afirmar outras formas de habitar e perceber o mundo, nas quais o controle dá lugar à negociação e coexistência.

O conceito de Escobar importa para que nesse trabalho não se sustente apenas a observação de uma cadeia específica ou apenas sua dimensão logística, mas o interesse de compreender o conjunto de relações que tornam possível a própria existência desses fluxos. A monocultura, aqui, não é tratada como um modelo produtivo isolado, é um verbo, que estrutura

ação e pensamento, pois estamos tratando de um processo ativo de monoculturar, que opera através de infraestruturas não apenas materiais, mas também sensíveis, cognitivas e temporais.

Estradas, portos e sistemas de escoamento são inseparáveis de dispositivos que organizam percepções, ritmos e formas de atenção, forçando fluxos e estabilizando certos modos de existência enquanto inviabilizam outros. Assim, as atividades que compõem a monocultura produzem afetações tanto materiais quanto imateriais. Essas atividades transformam a paisagem, enquanto e ao modo que modulam a sensibilidade, alterando a maneira como se percebe o ambiente, a vida e o passar do tempo em um progressivo achatamento do espaço-tempo, no qual distâncias são encurtadas e temporalidades diversas são comprimidas em favor de uma lógica de aceleração e eficiência.

Pensar a monocultura a partir da relacionalidade permite, portanto, evidenciar que esses processos não são apenas econômicos ou técnicos, mas sobretudo ontológicos, vez que eles reconfiguram o campo das relações possíveis, empobrecendo a multiplicidade de mundos ao impor uma única gramática de conexão, produção e percepção.

A crítica de Escobar ao desenvolvimento permite aprofundar essa análise ao evidenciar que a modernização ecológica não é apenas um conjunto de soluções técnicas, mas um dispositivo que reorganiza profundamente as relações entre espaço, vida e conhecimento. Sob a promessa de eficiência, sustentabilidade e progresso, o desenvolvimento opera como uma tecnologia de expansão e controle territorial, convertendo territórios em superfícies disponíveis à intervenção e à circulação de fluxos. Nesse processo, modos de vida, saberes e relacionalidades que não se alinham a essa lógica são progressivamente dissociados, deslegitimados ou captados.

Cumprе ressaltar que a modernização ecológica, ao incorporar o vocabulário da conservação e da gestão ambiental, não rompe com essa racionalidade, ao contrário, a reconfigura, atualizando mecanismos de ordenamento que continuam a separar humanos e não humanos, cultura e natureza, enquanto promovem formas de ocupação e uso do espaço orientadas pela padronização e pela escalabilidade. Assim, o desenvolvimento se expressa como uma gramática dominante que não apenas organiza infraestruturas e economias, mas também redefine o que conta como mundo possível, restringindo a emergência de outras formas de habitar, perceber e se relacionar com a paisagem.

O processo de monoculturação não é isolado, mas especialmente sustentado por uma arquitetura institucional e infraestrutural que viabiliza a expropriação de territórios, a contaminação de águas e solos e o cercamento de comunidades.

A noção de cercamento dos comuns permite aprofundar a compreensão da monoculturação como um processo contínuo de expropriação das condições que sustentam a vida. Como argumentam Dardot e Laval (2016), os comuns não devem ser entendidos apenas como recursos compartilhados, mas como práticas coletivas de coatividade e formas de produzir e sustentar o mundo em relação. Nesse sentido, o cercamento não está adstrito apenas à privatização da terra ou dos bens materiais, mas à captura das próprias práticas, à interrupção das dinâmicas de partilha e à imposição de uma lógica que separa sujeitos, territórios e temporalidades.

O cercamento pode se dar, por exemplo, no exercício de controle e não puramente através da propriedade e expropriação. No contexto amazônico atual, esses processos se atualizam em territórios marcados pela expansão de fronteiras extrativas, onde infraestruturas, dispositivos legais e regimes de conhecimento operam conjuntamente para desarticular formas de vida baseadas na interdependência. Assim, o cercamento pode ser compreendido como uma tecnologia central da monoculturação: ao romper vínculos e reorganizar relações segundo critérios de produtividade e controle, ele não apenas restringe o acesso ao comum, mas produz ativamente um mundo no qual a própria possibilidade de comunar é continuamente ameaçada.

Nesse sentido, monoculturar é a produção ativa de um mundo empobrecido em suas relações, no qual os fluxos são forçados e padronizados para escala, e as diferenças são suprimidas para que a possibilidade de outras formas de existência sejam progressivamente inviabilizadas. Ao articular esse processo com a perspectiva da relacionalidade, torna-se possível compreender a monoculturação como um verbo que atua sobre o tecido das relações reconfigurando não apenas territórios, mas também sensibilidades, temporalidades e possibilidades de vida (Aguiar e Bonfim, 2023).

A monocultura do olhar, responsável por estabilizar a complexidade dos territórios em imagens legíveis e governáveis, se articula diretamente com o projeto de modernização ecológica, que se ancora em uma base científica específica para organizar a percepção de espaço e do tempo. Ao converter territórios em unidades abstratas sejam elas mapas, indicadores, zonas de uso, esse paradigma produz uma temporalidade linear, cumulativa e orientada pela ideia de progresso. Trata-se de uma operação que, sob a aparência de neutralidade técnica, sustenta práticas contínuas de controle, ordenamento e domesticação. A paisagem, nesse processo, deixa de ser um campo de relações para se tornar uma superfície de intervenção, onde fluxos são planejados, acelerados e forçados. A aceleração é uma forte estrutura desse pensar e voltaremos a ela mais a frente.

O monoculturar opera como uma tecnologia de expansão e controle do espaço, redefinindo territórios a partir de critérios de produtividade, eficiência e escalabilidade. Ao fazê-lo, dissocia pessoas, culturas e modos de vida de suas relacionalidades constitutivas, deslegitimando outras formas de existir que não se alinham à sua lógica. No desenvolvimento, mesmo quando incorporado ao discurso ambiental, como no caso da modernização ecológica, essa racionalidade não é superada, mas atualizada: a gestão da natureza passa a coexistir com sua intensificação como recurso, mantendo intactas as estruturas de separação e hierarquização. A modernização ecológica, para tentar apaziguar tensões sociais, foca em soluções simultâneas entre economia e meio ambiente, como se fosse possível, apresentar soluções a priori neutras (sem ser possível, uma vez pautada na técnica que nunca é imparcial) baseando-se na tecnologia, eficiência e regulação para superar a crise ecológica. Tenta, portanto, mascarar problemas estruturais para que o sistema dominante se perpetue. Escobar não nos deixa olvidar como esse projeto é imperialista. E propõe descolonizar o conhecimento e valorizar ontologias plurais ou o pluriverso, vez que essa vertente que busca coadunar desenvolvimento e meio ambiente ignora saberes locais e perpetua a colonialidade da natureza, sem olhar para a necessidade de transformações sistêmicas, focadas no comum.

A monoculturação é um processo central, maior que um modelo agrícola, ela se configura como uma operação relacional que reorganiza simultaneamente ecologias, economias e formas de vida. A expansão de grandes cultivos homogêneos implica não apenas a erosão da biodiversidade, mas também a destruição de modos de existência interdependentes, afetando profundamente comunidades humanas e mais-que-humanas. Fisicamente sustentada por infraestruturas materiais como estradas, portos, sistemas logísticos, bem como por dispositivos legais, institucionais e financeiros, a monoculturação viabiliza processos de expropriação, contaminação e cercamento, frequentemente associados a dinâmicas de ecocídio, genocídio e epistemicídio (Aguiar e Bonfim, 2023).

Por isso, compreender a monoculturação apenas em sua dimensão material é insuficiente. Trata-se também de um processo que atua sobre o campo da sensibilidade, modulando percepções, ritmos e formas de atenção. As infraestruturas que sustentam esses sistemas não apenas escoam mercadorias, mas forçam fluxos e reorganizam a experiência do espaço e do tempo, produzindo um progressivo achatamento do espaço-tempo. Distâncias são encurtadas, temporalidades diversas são comprimidas e a vida passa a ser orientada por uma lógica de aceleração contínua. Por isso, monoculturar é também produzir um mundo perceptivo homogêneo, no qual a multiplicidade de relações é substituída por uma única gramática de aceleração.

A monoculturação, então, pode ser entendida como a intervenção sobre esse tecido relacional (Escobar et al., 2024): um processo que empobrece, simplifica e reorganiza as conexões que sustentam a vida. Pensá-la como verbo, monoculturar, permite evidenciar seu caráter ativo e contínuo, destacando que não se trata apenas de um estado, constituindo uma prática que produz mundos. A compreensão dos cercamentos pode ser ainda expandida quando observada a partir das infraestruturas e dos regimes de circulação que sustentam a produção contemporânea do espaço.

Nesse sentido, o cercamento não apenas retira o acesso ao comum, mas reconfigura as próprias condições de percepção e relação, impondo ritmos, escalas e temporalidades que favorecem a extração e a circulação. Articulado à monoculturação, esse movimento evidencia que infraestruturas não são apenas suportes materiais, mas dispositivos ativos de produção de mundo ao forçar fluxos e estabilizar conexões, elas participam da construção de uma realidade homogênea, onde a diversidade relacional é comprimida em favor da eficiência e do controle. Assim, o cercamento contemporâneo delimita espaços e captura relações, operando simultaneamente sobre territórios, corpos e sensibilidades.

Compreender a paisagem como um campo vivo de relações (Silveira, Cardoso e Godoi, 2022) permite percebê-la em contínua transformação e romper com os dualismos que sustentaram a noção moderna de paisagem abrindo espaço para conceber o território como algo que não preexiste às relações, mas que é constantemente produzido por elas. Essa permeabilidade é primordial para abandonar as dualidades e hierarquias natureza/cultura e sujeito-objeto.

Essa abertura para a pluralidade implica também reconhecer a dimensão cosmopolítica das paisagens. Pensar a paisagem a partir dessa perspectiva significa reconhecer que humanos não são os únicos agentes na produção do mundo. Nesse sentido, a paisagem pode ser compreendida como um plano de composição onde se entrelaçam forças heterogêneas sendo biológicas, geológicas, espirituais, técnicas que desafiam qualquer tentativa de simplificação.

O território não é apenas um recorte geográfico, mas uma construção que envolve parentesco, memória e dinâmica ambiental (Alencar, 2002). A autora evidencia que a paisagem não pode ser reduzida a sua materialidade visível, pois ela se forma na articulação entre relações sociais, transformações ecológicas e trajetórias históricas. Ao afirmar que o espaço existe no tempo e que ambos se conjugam pela paisagem, Alencar contribui para uma compreensão processual e essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta deste trabalho ao permitir compreender que as transformações observadas em Abaetetuba não se limitam a alterações

físicas do território, mas nos modos de habitar e nos sistemas de conhecimento que constituem os mundos em disputa.

A análise do monoculturar como operação político-epistêmica importa em ampliar a compreensão estrita como prática agrícola de plantio extensivo (e excessivo) de uma única espécie, essa é a imagem inicial para compreensão, mas abarca uma racionalidade que a excede em que pese também a justifique. Nas configurações contemporâneas de governança climática e ambiental, o monoculturar se apresenta como tecnologias de mensuração, infraestrutura de dados, instrumentos legais, protocolos de certificação. Não se fala aqui apenas de uma modalidade cultivo extrativista da terra, mas também uma forma de governança da vida pela redução da diversidade para reduzi-la a uma unidade controlável. O monoculturar importa na operação da escala como paradigma e não apenas um efeito colateral da agricultura industrial moderna.

A monocultura como processo opera com pretensa neutralidade como mecanismo discursivo para criar fragmentação entre territórios e projetos que estão interligados, criar adesão e organizar a temporalidade dos projetos. Ela se interpõe entre o presente e o futuro como mediação estabilizando valores e produzindo sentido, transformando territórios em superfícies passíveis de administração e controle como condição necessária para que o monoculturar opere.

Essa operação se materializa através do estoque e descarte, categorias fundamentais para entender a política da escala. O estoque é aquilo que, por ter sido simplificado e enquadrado, pode ser incorporado às redes globais de valor: carbono, hectares preservados, indicadores de biodiversidade reduzidos a métricas, práticas territoriais convertidas em “serviços ecossistêmicos”.

Já o descarte é utilizado quando é preciso criar escassez e especular aquele valor. O estoque e o descarte se unem para “valorar” ou especular o valor. O monoculturar, portanto, opera o valor em circulação e produz o que se torna ameaça, ruído ou desvio. A transformação do que é vivo em risco é uma vertente inerente do monoculturar e resolve como problema técnico.

Transformar uma floresta viva em estoque de carbono requer dissolver relações sociais, apagar os vínculos entre humanos e não-humanos, desarticular cosmologias e práticas que não se alinham à temporalidade do investimento. Este capítulo se inicia a partir das experiências vividas nos territórios de Abaetetuba e ilhas, acompanhando situações concretas que atravessam o cotidiano das comunidades. Entre elas, destacam-se a expansão de empreendimentos logísticos, como a construção de infraestruturas portuárias, e o crescente fomento de projetos

relacionados ao mercado de carbono. Essas iniciativas, frequentemente apresentadas sob a linguagem do desenvolvimento e da sustentabilidade, introduzem transformações que incidem diretamente sobre o território, suas formas de uso e seus modos de vida.

Ao acompanhar relatos, observar mudanças na paisagem e participar das dinâmicas locais, tornou-se possível perceber como essas intervenções operam para além de seus enunciados formais. As narrativas das comunidades, especialmente aquelas relacionadas à contaminação dos rios, às restrições de acesso e às mudanças nos ciclos ecológicos, evidenciam efeitos que não são plenamente capturados pelos discursos institucionais. É nesse descompasso entre o que é anunciado e o que é vivido que começa a se delinear o problema analítico deste capítulo.

As dinâmicas recentes no Baixo Tocantins evidenciam um processo intensificado de territorialização do capital que se materializa tanto na expansão de projetos de carbono quanto na implantação de grandes infraestruturas logísticas voltadas à exportação de commodities, como o Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill em Abaetetuba. Conforme analisa Ferreira Reis (2025), tais empreendimentos não operam apenas no plano econômico, mas reconfiguram profundamente os territórios ao incidir sobre rios, florestas e modos de vida, frequentemente por meio de estratégias que invisibilizam populações tradicionais e seus sistemas produtivos. No caso do Pirocaba, essas transformações se expressam na ameaça direta à pesca, ao transporte fluvial e à produção agroextrativista, colocando em risco a permanência das comunidades em seus territórios. Paralelamente, a crescente ofensiva do mercado de carbono sobre a Amazônia, evidenciada nos materiais documentais analisados pela mesma autora, reforça uma lógica de mercantilização da natureza que reduz a floresta a ativos negociáveis e aprofunda processos de expropriação simbólica e material. Nesse contexto, configura-se um padrão de reorganização territorial marcado pela homogeneização das relações com a natureza, aqui compreendido como um processo de monoculturar, que simplifica a diversidade ecológica e sociocultural em favor de racionalidades externas, rompendo vínculos históricos entre comunidades e seus territórios e os reordenando segundo as exigências do capital global.

A partir dessas experiências, passo a explorar como esses processos podem ser compreendidos à luz do conceito de monoculturar. Em vez de partir de uma definição prévia, o conceito é aqui construído de forma situada, emergindo das próprias dinâmicas observadas. A lógica ribeirinha de territorialidade não busca se ater a estabilidade. A paisagem nos mostra como a palafita não precisa resistir à cheia, ela pode se deslocar com ela. O plantio na várzea nunca negou a cheia, é feito em relação com ela. O território não está ali para ser uma superfície, ele é o tempo, o ritmo e repetição. Assim, essa forma de territorialidade não apenas desafia a

escala monocultural, ela expõe a inadequação estrutural do monoculturar para compreender mundos que não se organizam como superfície de operação.

No esforço do monoculturar em fazê-lo ainda assim que aparece com maior clareza a categoria de escala. O discurso da escala carrega uma ontologia. A escala global requer equivalência e para impor essa equivalência, o monoculturar reduz a diferença como disfunção. O problema, portanto, não é que o território não se ajusta às métricas, é que as métricas foram inventadas para suprimir aquilo que o território é. Esse processo produz duas formas de violência. A primeira é a violência material e a segunda é a violência epistemológica com o apagamento sistemático de mundos que não aceitam ser traduzidos. Essa segunda forma de violência é particularmente grave porque esconde-se sob a linguagem da neutralidade e legitimidade ambiental, aprofundando processos de colonialidade.

Ao se apresentar como universal, ela produz o efeito de inevitabilidade: os modelos parecem neutros, as métricas parecem naturais, as certificações parecem inevitáveis. Esse efeito de inevitabilidade mascara o fato de que por trás da neutralidade há escolhas ontológicas que definem o que é mundo e o que não é. A Amazônia, convertida em ativo climático, perde não apenas sua materialidade, mas sua capacidade de fazer mundo.

O monoculturar deve ser compreendido como verbo de operação que não vai se contentar em medir o território, ele vai redesenhá-lo. Sua eficácia depende de sua capacidade de alterar a própria condição de existência do território, de torná-lo previsível, mensurável e, sobretudo, convertível. A maior parte das intervenções ambientais contemporâneas não busca proteger a floresta, busca garantir que ela se comporte conforme as expectativas dos modelos de mercado.

Para projetar esse modelo de futuro, é preciso suspender a temporalidade ribeirinha e ignorar suas ontologias. O monoculturar não pode se adaptar à diversidade, porque a multiplicidade desestabiliza sua infraestrutura lógica. E a multiplicidade amazônica não pode ser reduzida à homogeneidade, porque sua sobrevivência depende da diferença.

A água é irreduzível à lógica do estoque, o seu movimento que impede a captura total do território. Este capítulo pretende demonstrar que o monoculturar não é apenas um erro epistemológico, mas um projeto político de redução de mundo. Em última análise, criticar o monoculturar também se refere a utilização de métricas que naturalizam inequidades e escalas que despolitizam conflitos, todos processos que mascaram expropriações. E, sobretudo, uma crítica a modelos que insistem em “salvar a floresta” transformando-a em ativo circulável.

A força do monoculturar torna-se mais evidente quando se analisa sua relação intrínseca com a ideia de escala. A escala, no vocabulário das ciências ambientais e da governança

climática, é frequentemente apresentada como requisito técnico. Contudo, como observa Blaser, a escala é também um dispositivo de poder, uma forma de produzir mundo. Produzir escala é produzir uma forma particular de ver, ordenar e intervir no território. No contexto amazônico, essa produção se torna um mecanismo de dissonância: a escala do monoculturar não conversa com a escala do rio.

Para produzir escala, é preciso apagar ritmos e silenciar variações. É nesse sentido que o monoculturar não é apenas um método, mas um gesto colonial: ele impõe uma linearidade sobre territórios que se organizam por circularidades e descontinuidades. A produção de escala seleciona o que deve ser ampliado e decreta o que deve ser ignorado. E aquilo que é ignorado é frequentemente o que sustenta a vida local, pois são as práticas de manejo, temporalidades de uso, redes de reciprocidade, modos de habitar.

A categoria de estoque se torna, então, indispensável. O estoque é a unidade operacional da lógica da escala por ser o que permite acumulação, transferência, securitização. Mas o estoque é também a forma mais intensa de fixação. Para que a floresta se torne estoque de carbono, ela precisa ser estabilizada como uma entidade mensurável e permanente. Essa estabilização, no entanto, é ilusória. A floresta amazônica é instável por definição, não por falha, mas como princípio ontológico. Sua existência depende de ciclos de cheia e seca, de derrubadas naturais, de recomposição contínua. Transformá-la em estoque é transformá-la em ficção.

Essa ficção produz efeitos materiais que se territorializam na forma de monitoramentos constantes, vigilância institucionalizada e restrições ao uso tradicional da terra. Para garantir o estoque, é preciso impedir que o território realize sua própria dinâmica. O estoque exige contenção, disciplinamento, vigilância. Assim, práticas fundamentais para a reprodução da vida ribeirinha, seja abrir clareiras, colher madeira morta, plantar na vazante passam a ser reinterpretadas como riscos para o projeto. A própria vida torna-se ameaça, e, por conseguinte, infração.

O descarte, por sua vez, não é a antítese do estoque, é apenas seu complemento. A produção de descarte é, portanto, produção de valor.

A Amazônia não é composta apenas de recursos naturais, mas de redes de agência que envolvem árvores, águas, animais, espíritos, encantados, ventos, solos e seres humanos. Ao impor uma ontologia da equivalência, o monoculturar não vai apenas ignorar essas presenças, ele tenta invalidá-las. Essa invalidação é uma das formas mais profundas de violência colonial: ao desautorizar esses agentes, o projeto climático global desautoriza também as relações que deles dependem.

A incoerência é que o futuro prometido é sempre futuro para outros e o presente de quem vive o território é constantemente suprimido.

A água se torna protagonista por rearranjar as margens, profundidades, caminhos, modificar as velocidades, criando e apagando espaços. A água como agente impede a captura e frustra as expectativas de estabilidade, por exigir movimento. A convivência com a água faz reconhecer que o mundo não é objeto de controle, mas campo de relação. A paisagem não perde força ao se desfazer.

A análise do monoculturar revela que a crise climática não é apenas crise ambiental, mas crise ontológica. Não é apenas o clima que está em disputa, são os modos de existir. O projeto de estabilização global exige que certos territórios abandonem a diversidade que lhes permite sobreviver.

O monoculturar opera pela pretensão de universalidade e na tentativa de controlar, precisa apagar outros fluxos. A conclusão inevitável é que o monoculturar não oferece respostas para a crise climática, mas ele a cria e se retroalimenta dela, aprofundando vulnerabilidades. Cumpre assim abandonar a ficção da equivalência e reconhecer que a política climática deve ser reorganizada a partir dos regimes ontológicos do território.

Fotografia 5 – Dispositivos de armazenamento e circulação no Porto de Rotterdam



Fonte: Acervo da autora, registro realizado durante doutorado sanduíche na Radboud University, Department of Geography, Planning and Environment (2024).

A monoculturação só se sustenta porque opera sobre uma matriz ontológica que define quem e o que pode existir. Não se trata apenas de um sistema produtivo, nem apenas de uma forma de ocupação territorial: trata-se de uma ontologia, de um regime de realidade. A ontologia do estoque é o fundamento silencioso da monoculturação, pois cria o mundo conceitual e político no qual tudo aquilo que resiste à escala, ao estoque e à aceleração pode ser tratado como resto. O monoculturar, portanto, não elimina apenas árvores, rios ou práticas, ele produz não-existências.

A estrutura portuária visitada em Rotterdam (imagem 5) permitiu a visualização da transformação do movimento em estoque e a governança dos fluxos globais, mostrando de forma evidente e física a lógica de padronização e mensuração dos mesmos.

No Baixo Tocantins, essa ontologia opera com precisão. Em Barcarena, vê-se a transformação do rio em corredor logístico. Nos pareceres ambientais, ele aparece como “rota navegável”, “corpo receptor”, “via de acesso aquaviário”, nunca como ser vivo, tampouco como parte de uma teia cosmopolítica onde humanos, peixes e águas se encontram. No discurso técnico, não existe vida que não seja mensurável como impacto secundário ou mitigável. O rio é reduzido a meio.

Em Abaetetuba, a lógica se repete de outras formas. As ilhas, constantemente redesenhadas pela maré e pela circulação de sedimentos, tornam-se descritas como “áreas instáveis” que dificultam a logística. O que para as comunidades é mobilidade para a ontologia extrativista é obstáculo. Essa incongruência ontológica é do próprio dispositivo do monoculturar: transforma em problema aquilo que constitui o modo de vida ribeirinho. Nos relatos de Bom Remédio, a monoculturação aparece como intervenção gradual: primeiro o projeto de porto, depois as barcas, modificam rotas tradicionais de pesca e cercam áreas antes utilizadas para o lazer. Nada disso aparece como impacto significativo nos relatórios. A ontologia do monoculturar trabalha silenciosamente: se o conhecimento e o impacto não é escrito em linguagem técnico-ambiental, ele não existe, pois para existir, é preciso se ajustar à forma.

A monocultura não é apenas uma plantação homogênea, mas a imposição de uma escala única de mundo. Quando a Cargill avança com seus projetos no Baixo Tocantins, ela precisa transformar territórios fluídos, sazonais e relacionais em unidades calculáveis: hectares, perímetros, buffers, zonas de influência. A diversidade ontológica do lugar é, antes de qualquer infraestrutura física, simplificada nos documentos. Há uma monocultura da própria realidade.

É nesse sentido também que a monoculturação age de forma imaterial: o saber-fazer da pesca é tratado como informal, a memória da maré como “percepção empírica” e a territorialidade das ilhas como “ocupação irregular”. As rotas não cartografadas tornam-se ilegíveis e, portanto, elimináveis. A monoculturação retira do mundo as condições que tornam vivo o modo de vida ribeirinho. Assim, o que denomino aqui como morte simbólica da cultura não se refere ao desaparecimento imediato dos grupos ou de suas práticas, mas ao processo pelo qual essas práticas perdem as condições materiais, territoriais e relacionais que sustentam sua existência e reprodução. Trata-se de um esvaziamento de sentido que ocorre quando a paisagem que dá suporte a modos de vida é transformada, fragmentada ou apropriada, comprometendo

os vínculos entre pessoas, saberes e território. Nesse sentido, mais do que uma morte consumada, o que está em curso é uma ameaça contínua de desarticulação desses mundos, ainda que atravessada por processos de resistência que insistem em mantê-los vivos. Assim, a morte simbólica da cultura ocorre quando a prática perde sua paisagem de realização e reprodução. Desse modo, os processos de esvaziamento simbólico podem ser compreendidos como processos de desarticulação das relações que sustentam modos de vida, afetando a continuidade de conhecimentos, práticas e formas de existência. Esse esvaziamento pode não permanecer restrito ao plano simbólico, se materializando na medida em que a perda de vínculos com o território compromete as condições de reprodução da vida. Nessa passagem, observa-se não apenas a erosão de referências culturais, mas também a progressiva inviabilização de modos de viver, o que pode culminar, em última instância, em formas de desaparecimento físico de práticas, coletivos e existências.

Comunidades relatam que áreas onde sempre se pescou, deixaram de encontrar peixe após a intensificação do tráfego. Mas esse relato não entra nos estudos porque não corresponde a variáveis controláveis. A ontologia da monocultura transforma perda ecológica em “variabilidade natural”. Da mesma forma, o aumento da turbidez em períodos não relacionados à cheia, associado ao tráfego de barcas, é registrado como “dinâmica esperada da estação”. Lavram-se relatórios que confirmam a hipótese técnica, e o que as pessoas sabem desaparece da realidade institucional.

A monoculturação opera por três movimentos simultâneos: simplificação, aceleração e apropriação. Simplifica os mundos, acelerando ritmos que antes eram marcados pelas tábuas de maré, e apropria os fluxos para garantir seu uso prioritário. É o que se observa na tensão entre o tempo do rio marcado pela cheia, vazante e ritmos da maré e o tempo logístico marcado pela necessidade de manter o corredor de exportação sempre ativo. O primeiro é lento, circular, o segundo é linear, urgente, orientado ao lucro.

No contrafluxo, o saber-fazer ribeirinho não é apenas conhecimento técnico local, mas uma composição ontológica que recusa o monoculturar. Os protocolos comunitários, as cadernetas agroecológicas, o Grito das Águas são formas de reinstituir mundos que o monoculturar tenta apagar.

Ao integrar arte, política e ontologia, torna-se possível recusar a premissa central da monoculturação: a de que o mundo é simples ou simplificável. Os exemplos do Baixo Tocantins mostram que o mundo é confluyente.

A monoculturação opera como uma máquina global de simplificação ontológica, e reorganiza territórios e possibilidades de existir. O capitalismo é uma força de destruição de

mundos que, paradoxalmente, depende de “zonas de arruinamento” para continuar existindo (Tsing, 2019). Esse arruinamento, portanto, não é acidente, é infraestrutural. O capitalismo industrial produz ruínas para, sobre elas, extrair novas formas de vida e valor. Tsing também mostra que, nas ruínas, surgem interdependências inesperadas, alianças multiespécies que insistem em viver, apesar dos desastres. Os fungos decompõem o que parecia morto e fazem assim as relações se infiltrarem onde deveriam permanecer ausentes.

Para compreender o Baixo Tocantins, é preciso perceber que a monoculturação ali opera transformando rios, ilhas e territórios inteiros em plataformas logísticas. Mas essa mesma transformação, ao produzir ruínas (ecológicas, culturais, territoriais), evidencia zonas de sobrevivência que resistem por insistência de mundos que não cabem na ontologia da escala.

A insistência como gesto cosmopolítico (Krenak, 2019): a terra, para Krenak, é um organismo vivo que produz mundos e relações continuamente. O monoculturar, ao tentar interromper essas relações, opera como máquina de morte simbólica ao desqualificar saberes, ritmos e modos de vida. “Adiamos o fim do mundo” quando recusamos a cisão entre humanos e natureza e reconhecemos que a vida é feita de vínculos sensoriais, espirituais e ecológicos.

Quando as barcaças alteram a dinâmica do saber-fazer dos pescadores, o tempo de lançar rede, o tempo de esperar, se desestabiliza. Esse saber-fazer não é apenas técnica, é um campo de sensibilidade, um modo de estar com o rio.

A monoculturação tenta impor sua gramática de aceleração fazendo a interdependência entre corpos, luas, ventos e águas se tornar obsoleta, mas essa obsolescência não é natural e sim fabricada. O monoculturar produz obsolescências ontológicas para justificar sua expansão. A cultura torna-se obsoleta quando o território que a sustenta é tecnicamente redescrito como ineficiente.

Krenak reforça essa ideia ao afirmar que os povos da floresta e das águas sempre viveram com a consciência da impermanência, mas não da eliminação. Com uma diferença fundamental, já que a impermanência é fluxo e a eliminação é projeto. A monoculturação transforma o fluxo da vida em obstáculo. O rio, que sempre mudou de forma, torna-se problema quando sua instabilidade atrapalha o escoamento do grão. A ilha, que sempre se moveu, passa a ser classificada como risco geotécnico. O mangue, que sempre absorveu nutrientes, torna-se área impactada contida por compensação financeira. Nessa conversão, o que era vida vira mero dado.

Os termos não estão mobilizados de forma arbitrária, pois sustentam a compreensão de que essa violência ontológica incide diretamente sobre as condições de existência e continuidade dos mundos que se tecem no território. Trata-se de um processo que não atinge

apenas práticas ou representações isoladas, mas desarticula as relações que tornam possível a reprodução da vida, comprometendo saberes, vínculos e modos de habitar. Nesse sentido, o que está em jogo não é apenas uma perda no plano simbólico, mas a erosão das próprias condições de existência desses mundos⁶. A monoculturação, ao romper vínculos, mata simbolicamente, mesmo quando não mata fisicamente. Em Barcarena e Abaetetuba, vê-se essa morte simbólica na necessidade de negociar a própria rotina com a presença permanente do corredor de exportação.

É nesse ponto que Tsing e Krenak convergem, ambos recusam a ideia de que a vida é um recurso. Para Tsing, a vida é contaminação, convivência, improviso, para Krenak, a vida é parentesco, sentido, encantamento. A monoculturação destrói justamente essas dimensões pois remove a contaminação (ao impor um único modo de vida), remove o parentesco (ao dissociar humanos da terra) e remove o encantamento (ao reduzir tudo a função).

Por isso, o combate à ontologia do monoculturar não pode ser apenas jurídico ou técnico, precisa ser cosmopolítico. E é aqui que a arte opera como método epistêmico-ontológico. A fotografia não é registro documental, mas forma de estar no mundo e pensar as relações ao redor.

Ao afirmar que a natureza não está a serviço da especulação, reafirma-se o que Krenak repete: a terra não nos pertence, nós pertencemos a ela. A floresta, longe de ser recurso, é fruto de co-construção entre espécies, elementos, espíritos e temporalidades. A monoculturação sequestra esse movimento ao transformar a floresta em passivo territorial ou ativo econômico.

No Baixo Tocantins, essa insistência se materializa nas lutas comunitárias, nas práticas de resistência cotidiana e na arte. As ruínas produzidas pelo monoculturar não são fim, mas terreno fértil para o florescimento de confluências multiespécies.

⁶ Aqui substituí o uso do termo "Cultura" por ser um termo carregado pela matriz moderna e pode, em certos contextos, reduzir aquilo que quero enfatizar como relação viva, situada e não separada do mundo. Ao me ancorar em ontologias relacionais, desloco o termo para algo que não reforce a separação entre natureza e sociedade. O ponto central não é "cultura" como domínio separado, mas a condição de existência de mundos.

Fotografia 6 – Infraestrutura portuária e circulação de mercadorias no Porto de Rotterdam, Países Baixos



Fonte: Acervo da autora, registro realizado durante doutorado sanduíche na Radboud University, Department of Geography, Planning and Environment, 2024.

As imagens do porto de Rotterdam permitem refletir, em escala ampliada, a materialização dessa lógica de estoque e circulação que conecta territórios locais a cadeias globais de comércio (Inoue, 2003). A infraestrutura portuária organiza fluxos, mas também os interrompe, traduzindo-os em unidades mensuráveis, padronizadas e governáveis. Contêineres, silos e corredores logísticos condensam essa racionalidade ao converter movimento em estoque, diversidade em equivalência e tempo em produtividade. Nesse sentido, o que se apresenta como fluidez do comércio global depende, paradoxalmente, de operações contínuas de fixação e controle. Essa mesma lógica, quando deslocada para contextos como o Baixo Tocantins, opera na transformação de territórios em ativos, apagando fluxos, relações e modos de ocupação que não se ajustam a essa gramática. Nas Fotografias 3, 4 e 5, vemos e falamos de escalas (locais-globais) que atuam pressionando os territórios, mas que se distanciam para aliená-los por meio do comércio.

Fotografia 7 – Contêineres e sistemas de armazenamento no Porto de Rotterdam



Fonte: Elaboração da autora, registro realizado durante doutorado sanduíche na Radboud University, Department of Geography, Planning and Environment (2024).

A noção de estoque busca interromper o movimento para que tudo se torne mensurável, representável, governável. Esse gesto está na base do monoculturar: estoca-se terra (pela propriedade), saber (pela epistemologia hegemônica), linguagem (pela gramática normativa), imagem (pelo padrão estético) e até mesmo o tempo (pela cronologia ocidental). No campo, isso se revela, por exemplo, nos mapas que apagam os fluxos dos rios e igarapés não navegáveis ou nas delimitações fundiárias que desconsideram os modos de ocupação e circulação tradicionais.

Para entender o monoculturar, entendo que existem infraestruturas invisíveis (não estruturais ou físicas) que moldam o modo como se percebe, se sente e se conhece o mundo, mas que também a antecede para que ela possa chegar. O desafio, então, não é apenas identificar essas estruturas, mas sistematizar o modo de operação que é feito sempre em meio de parecer desarticulado e causando a desinformação.

Vandana Shiva denuncia os efeitos devastadores de um modelo civilizatório baseado na homogeneização dos saberes, da natureza e da vida, ao propor a noção de “monocultura da mente” como expressão de um regime que reduz a complexidade do mundo a uma lógica única de produtividade, eficiência e controle. Essa crítica se coaduna com o pensamento de Anna

Tsing, Isabelle Stengers e Marisol de la Cadena, que, a partir de diferentes trajetórias, apontam para a existência de múltiplos mundos e para a necessidade de levar a sério formas de vida e de conhecimento que escapam à racionalidade moderna. Em comum, essas perspectivas evidenciam que o que está em disputa não é apenas a validade de diferentes saberes, mas as próprias condições de existência de mundos diversos. A monocultura, nesse sentido, se configura como um regime epistêmico e ontológico que opera por meio da exclusão, do silenciamento e do epistemicídio, ao deslegitimar e apagar formas de conhecer e de habitar que não se alinham à matriz moderna ocidental.

Ao observar os corredores logísticos construídos para o escoamento de commodities como soja e dendê no nordeste paraense, percebe-se que o monoculturar opera em camadas que vão além da superfície agrícola. Ele mobiliza infraestruturas materiais, como portos, rodovias e hidrovias, mas também infraestruturas imateriais, como leis, discursos técnicos, procedimentos institucionais e narrativas desenvolvimentistas. Essa lógica, como argumenta Shiva, pressupõe que há uma única forma legítima de produzir, conhecer e habitar o mundo, fundada em uma racionalidade industrial, produtivista e universalizante, historicamente consolidada no Ocidente e amplamente associada à modernidade. Embora se manifeste de forma mais evidente no capitalismo contemporâneo, essa racionalidade não se restringe a ele, atravessando também outros projetos de organização social que compartilham a centralidade da industrialização, do controle técnico da natureza e da padronização dos modos de vida.

Na Amazônia, essa monocultura da mente atua através de dispositivos coloniais de estoque e descarte, que classificam o que deve ser mantido, extraído, acumulado, e o que pode ser descartado, invisibilizado ou eliminado. O monoculturar, nesse sentido, é um operador colonial que não apenas cultiva uma única planta/espécie, mas também impõe uma única forma de mundo possível, uma única linguagem válida, uma única paisagem permitida. Isso se expressa nas práticas de planejamento territorial que precedem qualquer diálogo real com as comunidades, nas audiências públicas meramente formais e na tentativa constante de tornar controlável o que é fluido, plural e relacional.

O monoculturar é uma manifestação territorial e sensível da monocultura da mente no esforço de apagar a diversidade em nome da escalabilidade (Tsing, 2019), da governança e da tecnicidade.

O monoculturar, o processo pelo qual modos de vida, paisagens, fluxos diversos e territórios são capturados, padronizados e tornados controláveis pela lógica da produção e do capital, opera tanto sobre as infraestruturas materiais quanto sobre as infraestruturas imateriais (discursos, leis, subjetividades). No contexto da presente pesquisa, o monoculturar pode ser

visto como a materialização desse pensamento: a forma pela qual as infraestruturas (sejam desenvolvendo soja ou dendê) e dos corredores logísticos na Amazônia tornam-se expressão dessa racionalidade que elimina a pluralidade, captura os territórios e transforma fluxos diversos em circuitos previsíveis e rentáveis.

O monoculturar opera esse apagamento de modos de viver, saberes tradicionais, invisibilizados ou descartados. Antes de construirmos portos, hidrovias ou monocultivos físicos, construímos “portos” simbólicos, ou seja, modos de imaginar o mundo, conceitos de natureza, humanidade e progresso. Esses são dispositivos invisíveis que tornam possível a racionalidade do monocultivo.

Shiva propõe a diversidade como cura (“turn to diversity for healing”) e a semente como símbolo da vida. Krenak propõe que contar histórias, manter conexões com a terra, redescobrir pluralidades são formas de adiar o fim. Neste trabalho, a metodologia baseada em escuta, arte, costura narrativa e presença no território se apresenta como prática de resistência a esse modelo vez que não há separação entre humanidade e natureza (“Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza Krenak, 2019”) e nesse entendimento busco tensionar diretamente a lógica do monoculturar que trata rios, florestas, corpos ribeirinhos como “infraestrutura” ou “corredor logístico”.

A racionalidade que valoriza “escalabilidade”, “estoque” e “descarte” são na articulação desses autores base para análise das infraestruturas físicas (portos, rodovias, terminais) e complementadas por uma análise das infraestruturas simbólicas, dos discursos, concepções de natureza, da “humanidade” hegemônica, que possibilitam a reprodução da lógica do monoculturar.

O conceito de monoculturar permite compreender com profundidade as transformações das paisagens, dos corpos e dos modos de vida no Baixo Tocantins. Assim, abrir-se à pluralidade, à escuta e à reescrita de narrativas torna-se não somente método, mas também política do território.

3.2 Processos de simplificação e apropriação

Os processos de simplificação e apropriação, que constituem o monoculturar buscam uma prática contínua de transformação e controle territorial marcada pela redução da complexidade ecológica, social e cultural em prol de uma lógica produtivista e excludente.

Os processos de territorialização envolvem tanto a fixação quanto a destruição de territórios, produzindo espaços que são simultaneamente produtivos e excludentes (Deleuze e

Guattari, 1980). Nesse sentido, o monoculturar pode ser entendido como um movimento de desterritorialização e reterritorialização, que homogeniza e reduz a diversidade. A simplificação implica a redução da complexidade multifacetada seja biológica, social, cultural a elementos padronizados e controláveis. Essa dinâmica é destacada por Escobar (2014), que alerta para a “colonização da natureza” via tecnologias e saberes científicos que ignoram saberes locais e a biodiversidade.

O caráter processual do monoculturar destaca sua natureza dinâmica, mas também revela como as infraestruturas são centrais para a reprodução do modelo monoculturar. O “habitar colonial” e suas estruturas persistem na atualidade, moldando a produção do espaço (Ferdinand, 2020). Ao evidenciar como a modernidade colonial se estrutura a partir de uma dupla fratura que separa, de um lado, natureza e cultura e como essa separação não constitui apenas um enquadramento conceitual, mas organiza materialmente formas de habitar a Terra, produzindo rupturas nas relações que sustentam a vida, essa ideia situa o monocultivo de soja, por exemplo, como uma manifestação contemporânea dessas lógicas. Aqui cumpre identificar quais os padrões das infraestruturas que monoculturam a paisagem nesse movimento contínuo de desassociar para apropriar e a repetição para escalar que se transpõe e traduz o monoculturar.

Ao analisar a formação do mundo colonial a partir da lógica da plantation e da política do porão, Ferdinand demonstra como esse regime institui uma forma de existência baseada na hierarquização e na dissociação, rompendo vínculos entre humanos, não humanos e territórios. Essa ruptura de relações, que transforma a Terra em recurso e desarticula modos de vida situados, encontra ressonância no que denomino monoculturar, entendido como um modo de operar que simplifica, separa e reorganiza a diversidade relacional em função da acumulação e do controle. Nesse sentido, a crítica de Ferdinand permite situar o monoculturar como parte de uma continuidade histórica do habitar colonial, no qual a fragmentação ontológica e a captura das relações constituem condições para a produção de valor e para a reprodução de um mundo que se afirma como único e possível.

Explicar o conceito de monoculturar é analisar um verbo, um processo. O cercamento de fluxos e a privatização do que é comum opera em todas as escalas e extingue o conviver, o partilhar e o diverso. Confluir é o oposto de monoculturar.

Por isso também é preciso abordar as infraestruturas legais e físicas que são construídas para transformar a paisagem em um território de extração e a criação de processos de infraestruturas para que o monoculturar se territorialize, para assim apresentar a essência da monoculturação. Outrossim, relacionar com o que Abaetetuba representa no Baixo Tocantins para justificar a escolha do campo. A ideia de monoculturar está presente nas infraestruturas

analisadas e na racionalidade conectada. O monoculturar como verbo produz espaços e a premissa da presente pesquisa é que com a produção de olhares e produção de vivências, haja um disparo de diálogo emergente e insurgente sobre o que é a monoculturação impressa na paisagem, incluso aqui as relações.

A ocupação monocultural frente aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais age seguindo uma forma de atuação, ela age com estratégia e com signos conhecidos. E para falar delas é preciso envolver as paisagens observadas e descrever detalhadamente sobre os momentos que mostraram um cenário de monoculturar amplo.

Marisol de la Cadena (2015) explora as percepções da paisagem a partir da perspectiva dos povos indígenas dos Andes e investiga como essas comunidades entendem e se relacionam com as montanhas, os rios e outros elementos da paisagem, que não são vistos apenas como recursos naturais, mas como seres com agência própria, ou seja, como "seres-terra".

A partir dessa percepção da paisagem, a autora discute *cosmopolítica*, a forma como os seres humanos e não humanos (como as montanhas e os rios) coexistem e interagem nas paisagens andinas. Para as comunidades indígenas, as montanhas, chamadas *Apus*, são entidades vivas e poderosas que desempenham um papel central nas práticas sociais, espirituais e políticas. As montanhas e outros elementos naturais são agentes ativos nas vidas das pessoas, fazendo parte da paisagem física, mas também seres com os quais os humanos devem se relacionar de maneira respeitosa. Essas entidades são capazes de influenciar eventos e decisões.

A autora examina como as práticas agrícolas, rituais e espirituais estão profundamente interligadas com a paisagem. A terra é cultivada não apenas para produzir alimentos, mas também como uma forma de manter uma relação equilibrada e harmoniosa com os seres-terra. As cerimônias e oferendas são práticas essenciais para assegurar a benevolência dessas entidades. A paisagem não é vista de forma objetiva ou distante, mas como um espaço relacional, onde as interações entre humanos e não humanos são contínuas e dinâmicas. De La Cadena destaca que essa percepção desafia as noções ocidentais de natureza e cultura como esferas separadas, propondo uma visão onde a paisagem é cocriada através dessas interações.

Malcolm Ferdinand, ao apresentar o conceito de "habitar colonial" para descrever a maneira como as práticas e mentalidades coloniais continuam a influenciar as sociedades pós-coloniais explora como o colonialismo não é apenas um evento histórico, mas um sistema de dominação que persiste na forma de estruturas e relações sociais, econômicas e culturais.

Ferdinand argumenta que mesmo após a formalização do fim do colonialismo, muitas ex-colônias continuam a "habitar" essa herança colonial, manifestando-se em práticas de exclusão, desigualdade e dominação que refletem a lógica colonial. Ele sugere que entender

esse “habitar colonial” é necessário para ruir as estruturas persistentes e avançar para uma emancipação e justiça social. A relação entre o monocultivo de soja e o conceito de “habitar colonial” de Malcolm Ferdinand pode ser entendida através da análise de como práticas contemporâneas refletem e perpetuam lógicas coloniais e também como o monocultivar como verbo é habitado pelo colonialismo no seu tempo e escala.

O monocultivo de soja, especialmente na América Latina e em outras regiões, frequentemente envolve a expropriação de terras de comunidades tradicionais e indígenas. Essa prática reflete uma continuidade das dinâmicas coloniais de desapropriação e exploração de recursos naturais, bem características no colonialismo europeu.

O monocultivar atua sobre a paisagem não apenas ao promover desmatamento e simplificação ecológica, mas ao desarticular os modos de existência que a constituem. Mais do que uma perda de biodiversidade ou de “diversidade cultural”, trata-se de um processo que incide sobre os próprios mundos que se fazem nas relações entre humanos e mais que humanos. A noção de cultura, tal como herdada da modernidade, revela-se insuficiente para dar conta dessa complexidade, uma vez que pressupõe separação entre natureza e sociedade que não se sustentam nos territórios analisados. Nesse sentido, o monocultivar pode ser compreendido como uma dinâmica do chamado one-world world (mundo-único), que opera ao impor uma única forma legítima de existência e, ao fazê-lo, apaga, deslegitima ou torna inexistentes outros mundos possíveis⁷.

O cultivo de soja para exportação se alinha com interesses econômicos globais que priorizam lucro e crescimento remanescente colonial, em que os recursos de ex-colônias são extraídos. O monocultivar passa então a não apenas transformar práticas culturais, mas substituindo modos tradicionais de cultivo, ou seja, modos de usar a terra e modos de viver em estilo de vida e os valores impostos por interesses econômicos externos, materializando uma forma moderna de imposição cultural que ecoa a lógica colonial em um novo ciclo de etnocídio.

O conceito de “habitar colonial” de Ferdinand destaca as estruturas coloniais nas práticas contemporâneas e o monocultivo de soja pode ser uma manifestação desse “habitar” com as mesmas lógicas coloniais determinando como os recursos são controlados, como as

⁷ Este trabalho adota um esforço deliberado de tensionamento da linguagem, reconhecendo que categorias como “natureza” e “cultura” são produtos históricos da modernidade ocidental e operam a partir de uma lógica de separação que não se sustenta nos contextos aqui analisados. Nesse sentido, busca-se desnaturalizar tais categorias e evitar sua reprodução automática, na medida em que elas podem obscurecer a relacionalidade constitutiva dos mundos e modos de existência em questão. Esse exercício não implica a recusa total desses termos, mas seu uso crítico e situado, atento aos limites que impõem e às hierarquias que podem reiterar. Trata-se, portanto, de um posicionamento metodológico e ontológico que procura abrir espaço para outras formas de nomear, perceber e descrever a realidade, em diálogo com perspectivas que reconhecem a coexistência de múltiplos mundos e a inadequação de uma gramática única para descrevê-los.

populações são tratadas e como o ambiente é gerido/controlado. Portanto, a conexão entre o monocultivo de soja e o “habitar colonial” reside na continuidade das práticas de exploração e controle que perpetuam desigualdades históricas e estruturais herdadas do colonialismo. Assumo aqui que essa herança do colonialismo tem origem ontológica.

Uma paisagem de monoculturação é caracterizada pela predominância de uma única cultura agrícola em uma grande área de terra, o que pode ter profundas implicações ambientais, sociais e econômicas. Mas a característica de uma única espécie de planta cultivada em grandes extensões de terra, a exemplo, de uma paisagem de monocultura de soja, traduzida em uma uniformidade visual não surge no vácuo. A paisagem tende a ser visualmente uniforme, com campos extensos que se repetem em padrão regular, sem variação significativa na cobertura do solo, mas essas estruturas demandam outras como sistemas de irrigação, silos para armazenamento, e estradas de acesso adaptadas para maximizar a eficiência da produção da “cultura” do monocultivo que surge para atender um tempo específico. A necessidade de controlar “pragas e doenças” que afetam a cultura implica em uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos. E a diversidade de plantas e animais é reduzida, já que a monocultura substitui habitats naturais e ecossistemas outrora sociobiodiversos.

A dependência que a monocultura traz também é inerente ao seu processo que impõe uma economia dependente dos preços e da demanda do mercado para a cultura específica cultivada, frágil em períodos de flutuação de preços ou crises econômicas. Não estar sensível a transformações é um ponto que será retomado. Outrossim, as práticas tradicionais de cultivo são abandonadas com o deslocamento de pequenos agricultores e alteração nas estruturas sociais para dar vazão à expansão de grandes monoculturas, a qual em sua paisagem também incorpora equipamentos agrícolas especializados para semeadura, colheita e processamento da monocultura. Esse ponto atende a uma característica norteadora do monoculturar que é a possibilidade de escala. A relação com os seres-Terra é dada na chave da dominação no qual não se convive mas explora-os como recursos hídricos, havendo inúmeros exemplos dos impactos nos lençóis freáticos e alterando os padrões dos cursos d'água. A substituição de vegetação natural por monoculturas pode eliminar habitats dos seres e reduz a diversidade de espécies.

A gestão da monocultura orienta políticas relacionadas ao uso da terra, ao controle ambiental e à definição de práticas consideradas adequadas para mitigar seus impactos. No entanto, esse processo não se limita a instrumentos técnicos, envolvendo disputas sobre os próprios critérios de regulação e sobre o que é reconhecido como impacto, risco ou dano. No plano local, isso se evidencia na implantação de infraestruturas portuárias e logísticas em

Abaetetuba, onde relatórios técnicos e estudos de impacto ambiental⁸ tendem a fragmentar o território em áreas de influência delimitadas, desconsiderando os fluxos que estruturam a vida ribeirinha. Documentos de licenciamento frequentemente operam com a noção de áreas “disponíveis” ou de baixa ocupação, produzindo, na prática, uma leitura de vazio⁹ que permite a conversão desses territórios em espaços de intervenção. Ao mesmo tempo, os relatos de contaminação da água, alteração dos regimes de circulação e restrição de acesso ao território, presentes em estudos e pesquisas conduzidas na região, evidenciam que os impactos extrapolam as categorias técnicas mobilizadas nesses processos (Ferreira Reis, 2025; Ferreira, 2021).

Em escala mais ampla, essas dinâmicas se articulam a transformações normativas que buscam acelerar o licenciamento ambiental, flexibilizar critérios de avaliação e ampliar mecanismos de regularização fundiária em terras públicas. Instrumentos como o licenciamento por fases, a redefinição de áreas de preservação e a expansão de mercados ambientais, incluindo projetos de carbono, operam como dispositivos que reconfiguram o território ao transformá-lo em ativo, estoque e potencial de valorização futura. Nesse contexto, a regularização ambiental e fundiária deixa de atuar apenas como ferramenta de ordenamento e passa a integrar uma gramática que legitima a expansão de territórios de expropriação, ao mesmo tempo em que estabiliza narrativas que tornam invisíveis os modos de vida e as relações que não se enquadram nos parâmetros técnicos dominantes.

Uma paisagem de monoculturação é definida pela predominância de uma única cultura e essa palavra é empregada aqui no seu sentido mais amplo. De fato implica não em impor uma cultura se abandonarmos a chave da diversidade cultural, e sim em impor um fazer-mundo em detrimento de tantos outros. Para repensar e recriar paisagens forjadas na lógica do monoculturar, apenas o fazer-viver é capaz de afetar paisagens e lugares, por isso aqui me

⁸ Nos documentos de licenciamento ambiental analisados, especialmente no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente ao Terminal de Uso Privado (TUP) em Abaetetuba, observa-se a recorrência de descrições que caracterizam determinadas áreas como pouco ocupadas, subutilizadas ou disponíveis para implantação de empreendimentos. Esse tipo de enquadramento técnico opera uma leitura de “vazio” que não corresponde às formas de uso, circulação e relação estabelecidas por populações ribeirinhas, invisibilizando práticas territoriais que não se enquadram nos critérios formais de ocupação. Ao traduzir territórios densamente habitados em termos relacionais como espaços disponíveis, esses documentos contribuem para legitimar intervenções que reconfiguram o uso da terra e restringem modos de vida historicamente constituídos.

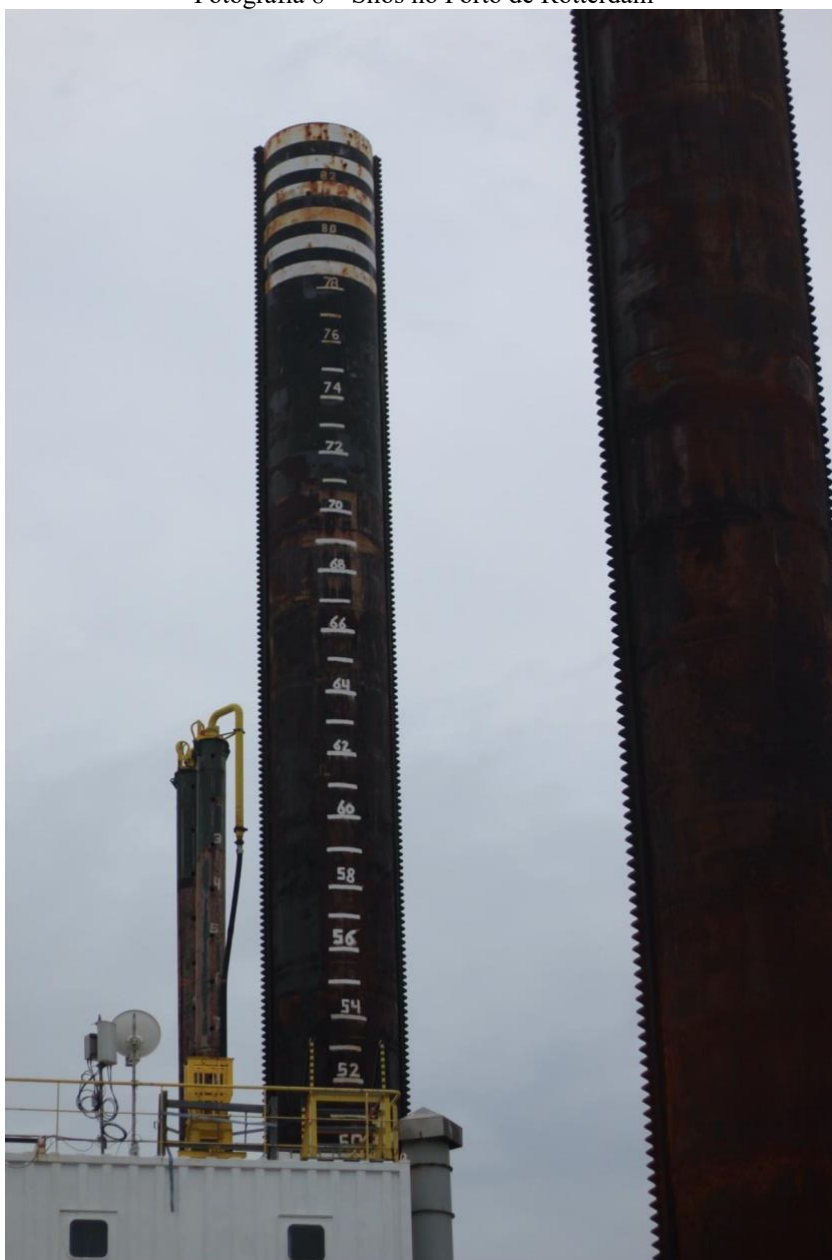
⁹ Essa produção de “vazio” pode ser compreendida em continuidade com a lógica da *terra nullius*, segundo a qual territórios são considerados disponíveis para apropriação quando não reconhecidos pelos critérios dominantes de uso e ocupação. No contexto contemporâneo, esse mecanismo se articula ao que Marisol de la Cadena e Mario Blaser denominam como ocupação ontológica, isto é, a imposição de um mundo único que redefine o que existe e o que pode ser reconhecido como real. Ao desconsiderar ou traduzir de forma parcial as relações que constituem outros modos de existência, esse processo não apenas viabiliza a apropriação material dos territórios, mas também atua no apagamento dos mundos que lhes dão sentido (de la Cadena; Blaser, 2018, p. 3).

dedico a compreender como os as histórias e vivências se articulam para reconstituir seus lugares de vida-vivos em um ambiente de constante transformação e tensão de mundos.

As paisagens são processos dinâmicos construídos pelas interações entre humanos e outros que humanos. Todos fazem mundos e estes emergem no esforço de viver, existir, sobreviver às transformações. Os anúncios são resistência e a resignificação feitas a partir das paisagens. Assim, os anúncios são o contraponto feito pelas populações ao interagir com as transformações nas paisagens em interações entre humanos e não humanos, e as implicações dessas mudanças.

A relação dinâmica entre os seres e as paisagens, mostra como esses espaços em constante transformação moldam e são moldados de modo recíproco pelas práticas, extrapolando as dicotomias tradicionais entre natureza e cultura, estática e de sentido único do processo monocultural, pois enfoca nas dinâmicas que conectam seres como um lugar.

Fotografia 8 – Silos no Porto de Rotterdam



Fonte: Acervo da autora (2024).

Os silos no Porto de Rotterdam (Fotografia 8) são expressão material do monoculturar, onde fluxos diversos são capturados e reorganizados como estoque, e converte-se vida em valor e movimento em controle para viabilizar harmonização e escala. De outro modo, as ruínas produzidas pelo capitalismo logístico, como lembra Tsing, não são vazios, são terrenos vivos onde espécies, saberes e relações emergem, muitas vezes em ritmos que escapam às métricas do desenvolvimento. Para Krenak, esse reaparecimento não é acidente, mas um gesto cosmopolítico, pois a terra recorda sua vitalidade através dos vínculos que a monoculturação tenta romper.

A monoculturação, ao buscar impor uma única racionalidade sobre territórios complexos, produz ruínas. Mas essas ruínas não são o fim, são o início de outras formas de coexistência. O Baixo Tocantins, longe de ser espaço passivo, surge como território ativo de confluências, não apenas humanas, mas multiespécies. E é essa confluência que desafia o monoculturar, reafirmando que nenhum território é mero suporte.

Quando comunidades reivindicam consulta, tempo, ritmo, participação, integridade territorial, não pedem apenas direitos, reivindicam a pluralidade de mundos que compõem seu território. Reivindicam a continuidade de suas próprias ontologias. Ao fazer isso, abrem espaço para imaginar futuros que não dependem do colapso e são pautadas na coconstrução de futuros nos quais a floresta não é recurso, mas relação.

Assim, a conclusão que emerge é dupla. De um lado, torna-se evidente que a monoculturação opera como dispositivo de estoque de territórios, tempos e vidas com efeitos devastadores para a diversidade ontológica da região matando de diversas formas simbólicas os saberes-fazeres locais. De outro, mostra-se que, apesar dessa violência, os territórios continuam produzindo mundos. Essa dupla dimensão será sustentada ao longo do próximo capítulo por meio de diferentes registros produzidos na pesquisa, incluindo relatos, imagens, práticas artísticas e experiências vividas no território, que evidenciam tanto os mecanismos de captura e expropriação quanto as formas pelas quais esses processos são tensionados e reconfigurados no cotidiano. Neles se renovam as relações, criam-se alianças, faz brotar modos de existir e é nessa persistência que se abre a possibilidade de imaginar e construir outros mundos, que não se dá de forma abstrata, mas como prática cotidiana de resistência, cuidado e confluência.

3.3 Territórios que desenham o Baixo Tocantins

A paisagem amazônica não é pano de fundo para conflitos socioambientais, mas protagonista teórica e prática, na medida em que participa ativamente da produção das relações que estão em disputa. Mais do que um cenário onde processos se desenrolam, a paisagem é condição e expressão desses processos, envolvendo humanos e mais que humanos em uma rede de relações que não se deixa reduzir à separação entre natureza e sociedade. Nesse sentido, ela tensiona as categorias modernas que a tomam como objeto passivo e se aproxima de uma perspectiva cosmopolítica, na qual diferentes mundos se encontram, se sobrepõem e entram em disputa. Reconhecer a paisagem como protagonista implica, portanto, compreender que ela não apenas reflete os conflitos, mas os produz, os sustenta e também abre possibilidades para outras

formas de existência e de relação. Por vezes inviabiliza as tentativas de captura promovidas pelos projetos de carbono e pelos regimes globais de governança ambiental. Os rios, margens, casas e caminhos compõem uma espacialidade que se refaz incessantemente, guiada por ritmos hidrológicos que desarrumam a tentativa de fixação. A variabilidade amazônica é modo de ser, e não problema a ser corrigido, ele opera segundo um regime de variação que desafia a própria lógica dos projetos.

Fotografia 9 – Caminhos no Baixo Tocantins



Fonte: Acervo da autora (2024).

Uma paisagem congelada produz efeitos violentos ao se impor como forma legítima de representação, deslocando e desautorizando a paisagem vivida. Nesse processo, práticas e

relações que constituem o território passam a ser traduzidas em abstrações que não capturam sua complexidade. O mapa tende a se sobrepor à trilha, assim como o satélite se afirma como instância privilegiada de leitura em detrimento do corpo e da experiência situada. No entanto, essa substituição nunca se completa. Ao reduzir a paisagem a uma forma estável e legível segundo critérios externos, produz-se um vazio epistemológico, entendido aqui como a incapacidade desses regimes de conhecimento de reconhecer, sustentar ou sequer perceber as relações que continuam a existir fora de seus parâmetros. Esse vazio não indica ausência de vida ou de conhecimento, mas revela os limites de uma gramática que, ao tentar estabilizar o mundo, torna invisíveis outras formas de conhecer, habitar e se relacionar com o território. O vazio epistemológico não é ausência, é efeito de um modo de conhecer que não reconhece o que não consegue capturar. A paisagem organiza vínculos, memórias e práticas, e sua manutenção depende de um esforço contínuo de cuidado, circulação e reciprocidade. Essa concepção desafia frontalmente os regimes de governança que buscam transformar o território em superfície regulável. A paisagem não é administrável porque não é um objeto, está em constante movimento que garante a sobrevivência de mundos.

Os mercados de carbono dependem de categorias que sejam intercambiáveis e auditáveis, e tais categorias só podem existir se desconsiderarem as especificidades locais. Governar globalmente implica errar localmente e o resultado lógico de um regime global é só poder funcionar apagando as ontologias territoriais amazônicas.

A paisagem produz conhecimento ao expor a insuficiência dos instrumentos técnicos, revelando que políticas climáticas baseadas em abstração e estabilização são incompatíveis com mundos que dependem da oscilação, da fluidez e da variação como condições de existência. Essas paisagens-amazônia são uma forma de pensamento. A paisagem, portanto, não é apenas alvo, mas agente da fricção que mantém vivos os conflitos e, paradoxalmente, preserva a condição de existência dos mundos que estão sendo ameaçados. A paisagem amazônica, então, se revela como campo epistemológico que desafia as políticas contemporâneas e, ao mesmo tempo, oferece pistas para outras formas de pensar o mundo.

Ela é principal para pensar como os lugares e as paisagens em si foram monoculturas, portanto, como as paisagens são monoculturas em Barcarena e Abaetetuba, e não o são apenas por grandes empreendimentos econômicos, mas por um conjunto de práticas que transformam territórios ribeirinhos, quilombolas e urbanos em superfícies simplificadas, onde fluxos são convertidos em infraestruturas, vidas são convertidas em mão de obra ou vulnerabilidade, e paisagens são convertidas em “zonas de interesse estratégico”.

Barcarena tornou-se, nas últimas quatro décadas, um dos exemplos mais contundentes de como o monoculturar opera por meio de megaprojetos industriais, sobretudo da cadeia bauxita–alumina–alumínio. Aqui, o monoculturar atua pela zona industrial com a implantação sucessiva de grandes projetos da Alunorte, Albrás, Hydro, Vila do Conde que reordenou o território segundo uma única racionalidade: a industrial-mineral. Nela, os mangues foram aterrados, furos e igarapés foram canalizados, florestas secundárias foram suprimidas e as comunidades foram removidas ou encapsuladas entre muros industriais com intuito de transformar o território em infraestrutura.

As águas de Barcarena foram reconfiguradas como “vias logísticas” para que os rios se tornassem corredores de exportação, pois na lógica do monoculturar o rio tem que cumprir uma função.

Em Barcarena, o risco é administrado como se fosse resíduo ou externalidade, pois as empresas enquadram vazamentos e episódios de contaminação como “eventos pontuais”, transformando toxidade sistêmica em problema isolado lido como estatística ou passivo ambiental.

A paisagem é recoberta por discursos de “progresso” e “desenvolvimento”, que silenciam conflitos, despolitizam danos e estabilizam a presença corporativa. Abaetetuba, embora menos industrializada que Barcarena, vive outro tipo de monoculturar na reorganização da paisagem para atender exigências logísticas, extrativistas, urbanas e imobiliárias, sem reconhecer o modo de vida ribeirinho que sustenta o território. Na tentativa do monoculturar em transformar o rio como corredor logístico, nos últimos anos, Abaetetuba tem recebido propostas de projetos de terminais portuários, áreas de transbordo, circulação intensiva de balsas, dragagens e aprofundamento de canais. A paisagem ribeirinha é substituída por uma paisagem voltada ao fluxo de cargas. O monoculturar transforma rios múltiplos (cenário, alimento, trânsito, vínculo, memória) em infraestrutura hidroviária.

Fotografia 10 – Centro Comunitário Nossa Senhora do Bom Remédio



Fonte: Acervo da autora (2022).

Abaetetuba vive, hoje, uma pressão crescente para converter o extrativismo familiar, a pesca artesanal, a cultura de açaí, e vida no trapiche em atividades mais “eficientes”, “reguláveis”, “escaláveis” a exemplo dos contratos de crédito de carbono. Projetos que prometem desenvolvimento urbano e expansão logística criam um futuro idealizado com mais portos, carga, circulação, mercado. Só que esse futuro, para existir, precisa apagar o futuro ribeirinho.

A localização de Abaetetuba representa um ponto estratégico no qual seria possível facilitar o escoamento de grãos do oeste paraense, bem como a conexão com a ampliação da Hidrovia Tocantins-Araguaia configurando um dos principais troncos viários do corredor Centro-Norte brasileiro. Quando projetos de integração se territorializam, eles muitas vezes se traduzem em não ouvir a consulta ou em invasões de territórios na região. Ambos se constituem em cercamentos de direitos territoriais.

Fotografia 11 – Barcaça no horizonte



Fonte: Acervo da autora (2022).

Após seis anos de pesquisa, essa imagem do dia em que visitamos o PAE Santo Afonso permanece como uma das mais significativas (Fotografia 11). A barcaça atravessa o horizonte poucos minutos após nossa chegada à praia, enquanto conversávamos sobre a presença das empresas na região e seus interesses na expansão das infraestruturas. No dia anterior, já havíamos escutado relatos sobre o assoreamento e sobre a presença de grãos de soja encontrados no interior dos peixes. A fotografia, nesse sentido, não captura apenas um momento, mas condensa camadas de afetação que articulam circulação, extração e transformação do território, tornando visível uma dinâmica que se impõe mesmo quando não é imediatamente nomeada. Na mesma tarde, nos informaram sobre organizações que tentavam se aproximar do território sem vincular a Cargill e o título de trespassse que pendia de análise de validade (Anexo B).

A emissão desse documento pela prefeitura demonstra a precariedade que operam as governanças frente ao monoculturar. Um documento sem previsão legal e sem competência adequada emitindo um título que gerou inúmeras repercussões nocivas ao território em prol da empresa para desestabilizar e desmobilizar direitos.

Fotografia 12 – Caminho para o Bom Remédio



Fonte: Acervo da autora (2022).

Os Territórios específicos e diversos que compõem o Baixo Tocantins nascem da conexão do rio que nasce no cerrado e vem sendo abatido nas monoculturações, chegando nesse território megabiodiverso que tem conexão foz do Tocantins com a baia que tem 23 assentamentos. Toda essa sociobiodiversidade reflete na mobilização política e territorial. Nos olhares e como isso compõe o todo.

O avanço de infraestruturas sem consultar com inúmeros erros processuais e científicos, aproveita-se do racismo ambiental para legitimar-se. O desmatamento associado à especulação imobiliária fomentada impacta as águas e as matas. As grandes barcas na paisagem das ilhas de Abaetetuba assinalam um futuro de desmatamento de florestas e matas ciliares, a invasão de territórios tradicionais acompanhada da especulação imobiliária e a destruição da fauna aquática.

Fotografia 13 – Caminhada pelo Pirocaba



Fonte: Acervo da autora (2022).

O cercamento de pessoas “vindas de fora” foi sinalizado por pessoas das comunidades das ilhas de Abaetetuba, bem como assinalaram os impactos já experienciados com a transformação da paisagem em curso decorrente da antecipação do projeto. O tema tem sua presença corporificada na comunidade gerando ansiedade e conflitos com a falta de informação. O escoamento portuário de grãos e a construção de um terminal portuário de escoamento são

uma parte da infraestrutura a qual me refiro, não apenas. Os lugares de escoamento e construção de lugares de escoamento são a parte que podemos alcançar visualmente, mas conectados ao escoamento é necessária uma infraestrutura que permita vendas e aquisições de terras criando um mercado de terras.

Outrossim, a infraestrutura jurídica se adequa conspirando novos tipos de contrato e formas de propriedade, criando instrumentos de apropriação de terra. Os serviços jurídicos desempenham forte papel na circulação do capital, não sendo a expansão de infraestruturas apenas física. Aqui, portanto, busca-se explorar a infraestrutura como vetor de transformação profunda de paisagens e alimentado da operacionalidade e legitimação que se traduz, em última análise, em produção/expansão de infraestrutura.

Exemplos disso incluem os contratos vinculados a projetos de crédito de carbono, que estabelecem restrições de uso e mecanismos de monitoramento sobre áreas tradicionalmente manejadas coletivamente, flexibilização de instrumentos da seara ambiental, que, ao mesmo tempo em que regulam, organizam juridicamente a viabilidade dos empreendimentos. Esses dispositivos operam como formas de antecipação do território, criando condições legais para sua apropriação antes mesmo da materialização. A infraestrutura jurídica se reconfigura, de modo a viabilizar a apropriação e o controle territorial de forma também normativa.

Aqui as desigualdades, violências e mudanças na relação com a paisagem têm origem muito além da regularização fundiária ou falta dela. Outrossim, cumpre salientar que controle e posse diferem de propriedade. Outro aspecto que adiciona complexidade aos efeitos sociais profundos dessa atividade de monoculturação sobre territórios, águas e cosmologias é a desvalorização dos mundos que estão na base do racismo.

A descrição dos territórios (Bom Remédio, Abaetetuba, Barcarena, ilhas, furos, várzeas) e a análise do monoculturar são o próprio caminho metodológico abarcado. Não existe separação entre o que você vive e o que analiso. Um produz o outro. O território vivido revela o mundo e o território calculado tenta ocultá-lo. O Baixo Tocantins, enquanto território hidrodinâmico, desafia qualquer tentativa de separação rígida. Os lugares não se apresentam como unidades discretas, mas como partes de uma mesma superfície movente, organizada por marés, ventos, ilhas, parentescos, atividades sazonais e caminhos de água que só existem na prática. As empresas, ao contrário, tentarem descrever esse território por zonas estanques: “área de influência direta”, “zona industrial”, “zona urbana”, “território portuário”. A fragmentação é o método, não apenas uma descrição.

A minha experiência me mostrou o oposto: aquilo que a empresa divide, a vida ribeirinha vai costurar. O que nos relatórios aparece como compartimentos isolados, no mundo

vivido se apresenta como uma rede contínua de conexões ecológicas e sociais. É essa continuidade que o monoculturar tenta apagar, porque a continuidade produz variação, e a variação é indisciplinável.

A partir da convivência com as pessoas de Bom Remédio, entendi que no território não me caberia mapear lugares, mas acompanhar relações. E é justamente nessa convivência que surge a chave analítica do monoculturar, ele quer fragmentar relações. Ele separa porque só assim consegue produzir a legibilidade necessária para operar. O monoculturar vai precisar produzir fronteiras, mas o território produz fluxos.

Os “impactos em áreas específicas” não condiz com o efeito que uma dragagem tem nas marés, um porto que é lido como sem relação, mas impede a pesca, o vazamento químico em Barcarena que afeta o sustento de famílias de Abaetetuba. A empresa precisa fragmentar o território para o dano parecer menor. O rio não reconhece essas divisas. O monoculturar aparece como processo que tenta converter um mundo em movimento em um mundo de peças fixas. A presença, todas as idas ao território, os caminhos de barco foram a metodologia capaz de revelar essa operação. A simplificação não pode ser neutra, ela é o projeto agindo não somente sobre a transformação da paisagem, mas no regime de relação que sustenta toda a vida do Baixo Tocantins.

Assim, é no encontro com as pessoas, na escuta, na sensação do tempo da maré, na observação das casas, do habitar, a água que muda de direção, mas antes faz uma pausa, no estar entre uma ilha e outra, que os conceitos se formam. A análise só existe porque vivi essa continuidade.

Fotografia 14 – Caminhos em Abaetetuba



Fonte: Acervo da autora (2024).

A dominação do espaço perpassa, portanto, na anulação do espaço pelo tempo¹⁰, de forma que o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada de maneira a expandir a acumulação progressiva do capital em escala.

O relatório do Rabobank (2016) aponta que o escoamento das commodities agrícolas implica no aumento do volume produzido nas áreas. Como consequência dessa análise, existe a probabilidade de ampliação da produção de soja com a expansão portuária, a qual interessa para o nosso objeto de estudo, por ser uma das áreas cotadas para tal expansão.

¹⁰ A disputa política sobre regimes de temporalidade chamou minha atenção durante uma das audiências que acompanhei. A audiência de instrução e julgamento acompanhada no caso envolvendo a Cargill demonstrou que o conflito não se dá apenas sobre o território, mas sobre as temporalidades. Durante a sessão, a insistência da defesa da empresa em destacar o “atraso” que o processo representaria para o empreendimento desloca o foco da ilegalidade que motivou a ação, a ausência de consulta prévia, livre e informada, para uma narrativa de urgência e prejuízo econômico. A preocupação reiterada com o tempo não aparece como elemento neutro, mas como estratégia discursiva que busca comprimir o processo, constranger os ritmos da escuta e deslegitimar o tempo necessário à consulta e à deliberação coletiva. Nesse contexto, a audiência revela a existência de regimes temporais inconciliáveis. De um lado, a temporalidade empresarial, orientada pela aceleração, pela previsibilidade, pela segurança jurídica, escala e operacionalidade, bem como pela necessidade de garantir a fluidez dos fluxos de capital. De outro, as temporalidades territoriais, que demandam tempo para a escuta e para a construção de decisões coletivas. Ao insistir na urgência, a empresa não apenas reivindica celeridade, mas busca enquadrar o próprio processo jurídico dentro de um regime que naturaliza a compressão do tempo como condição para o desenvolvimento. Esse movimento evidencia que a consulta prévia, tal como prevista normativamente, é convocada dentro de um campo já tensionado por assimetrias temporais. Disputando não apenas a realização da consulta, mas também a legitimidade do tempo que ela requer. A tentativa de reduzir esse tempo a um entrave revela como a aceleração se torna um dispositivo e condição de funcionamento das infraestruturas que se pretendem implantar.

Em uma primeira etapa, ocorrida em agosto de 2022, foi realizada uma pesquisa exploratória em algumas localidades do nordeste paraense, afetadas por projetos de infraestrutura logística: Região Metropolitana de Abaetetuba, Território quilombola Bom Remédio, Assentamento extrativista Santo Afonso. O tratamento dispensado à terra enquanto ativo propriamente dito e esse redimensionamento da terra enquanto objeto de valorização do capital, e, por conseguinte, dinâmica de financeirização das infraestruturas está associada à financeirização das cadeias globais de commodities agroalimentares, típica do regime alimentar corporativo.

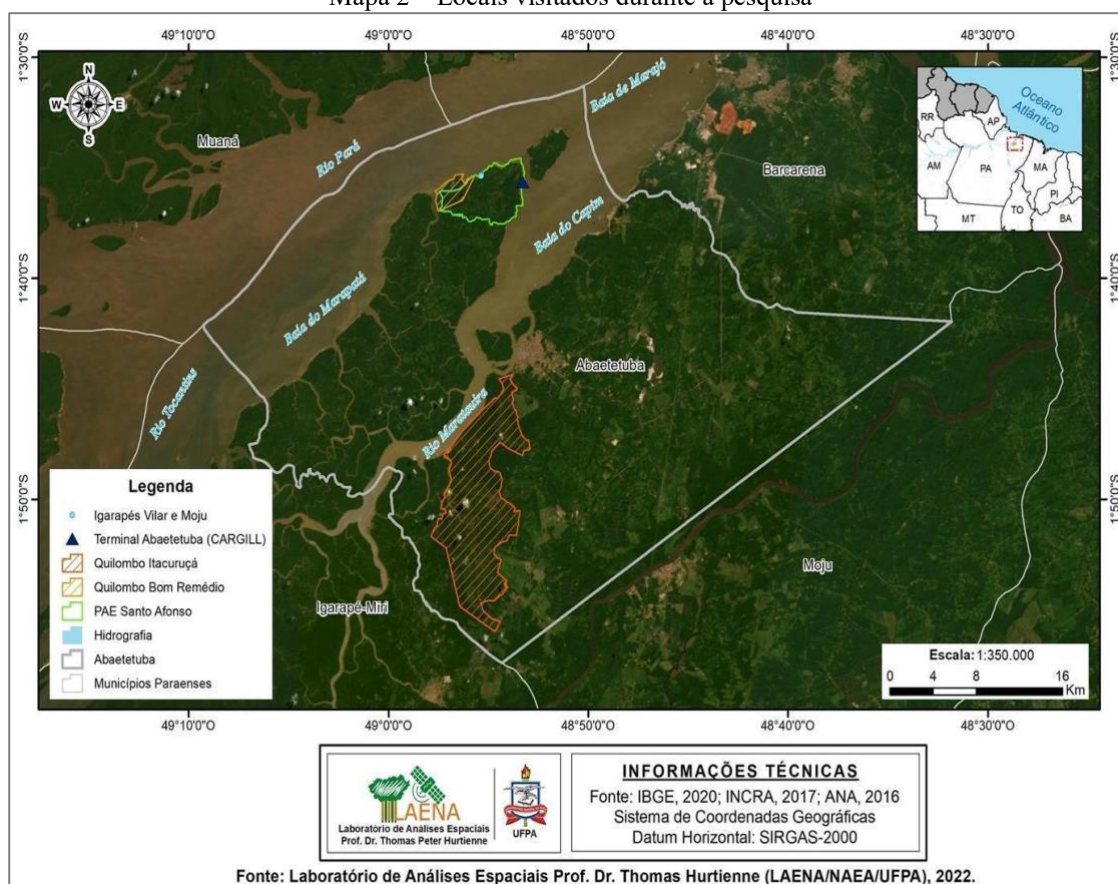
Sobreposta a essa dinâmica, insere-se o avanço dos projetos de crédito de carbono. O caso emblemático, em que pese não exclusivo, de Abaetetuba, e sua conexão com processos de avanço do mercado de crédito de carbono guarda profunda relação com a indústria extrativa, em sua versão minerária, agropecuária, infraestrutural ou financeira.

A implantação de grandes projetos na região dá margem para que outras empresas também se interessem na região, a exemplo do mercado de crédito de carbono, e alguns moradores já foram sondados sobre o tema conforme relatos colhidos in loco. Contudo, até o momento não houve por parte dos moradores acesso a informações detalhadas sobre um possível contrato de crédito de carbono ou se um debate sobre ele está em curso. Houve relatos de abordagens sobre o tema e as comunidades da região começaram a se sentir pressionadas e até ameaçadas.

De modo geral, observam-se iniciativas privadas de projeto de carbono sendo apresentadas às comunidades, especialmente àquelas já regularizadas, como uma alternativa para seu desenvolvimento de forma autônoma, tendo como mote apresentado aos moradores esclarecer que, de qualquer forma, o estado desenvolverá mais cedo ou mais tarde tais projetos.

Em ambiente de escassez de recursos e dificuldades de acesso às políticas públicas específicas para realização de atividades agroextrativistas, as comunidades têm sido bastante pressionadas. Ao seguir os processos institucionais, percebeu-se os padrões que informam as tentativas das empresas de expandir no local e em casos correlatos. Contudo, deve-se ressaltar a dinamicidade dos mapas, pois uma imagem estática não poderia ilustrar o fluxo de vida contraposto ao fluxo de balsas e cargas que se projeta para a região. Deve-se fazer o esforço de entender como afetaria o modo de vida existente a projeção estimada de balsas e toneladas de grãos a serem transportados.

Mapa 2 – Locais visitados durante a pesquisa



Fonte: LAENA (2022).

As infraestruturas do monocultivar no Baixo Tocantins não se limitam às estruturas físicas como portos, canais dragados, silos, estradas, píeres, balsas, usinas de beneficiamento, zonas industriais. Elas são também infraestruturas epistêmicas, jurídicas e temporais que organizam quem pode dizer o que é território, quem pode interpretar o rio, quem tem legitimidade para decidir o que constitui impacto, risco ou dano. O monocultivar, enquanto processo que simplifica a complexidade para torná-la administrável, depende não apenas da transformação material da paisagem, mas da produção de hierarquias de saber que autorizam determinadas formas de conhecer e silenciam outras. Esta operação é tão fundamental quanto o porto, o silo ou o canal dragado: sem a infraestrutura “cognitiva” a partir da hierarquia dos saberes, a infraestrutura física não se sustenta.

Mapa 3 – Furo Vilar e Moju



Fonte: Elaborado por LAENA (2022).

Essa dimensão se materializa em instrumentos como contratos, pareceres técnicos, estudos de impacto ambiental, mapas e relatórios que sob manto neutro descrevem o território, quando na verdade produzem versões legitimadas sobre ele. São esses dispositivos que definem o que conta como evidência, quem pode falar e quais formas de conhecimento são reconhecidas como legítimas. Nesse sentido, a infraestrutura cognitiva produz as condições de inteligibilidade e legitimidade necessárias para a implementação das demais cartil.

A capacidade de uma empresa como a Cargill de impor sua lógica territorial repousa sobre essa articulação entre materialidade e epistemologia. No Baixo Tocantins, as afirmações técnicas que definem o que conta como impacto, o que é ambiente, o que é risco aceitável, o que é circulação legítima, o que é economia produtiva, o que é informalidade, o que é território e o que é apenas “zona de influência”. Antes de qualquer diálogo, a empresa estabelece o campo do possível. Esse movimento antecede a própria consulta, pois define a gramática na qual a consulta será lida. Trata-se de uma infraestrutura epistemológica que antecede a política.

Nesse sentido, as infraestruturas do monoculturar produzem uma hierarquia entre modos de saber. Os conhecimentos locais construídos pela relação entre corpo, água, maré, cheiro, cor, fluxo, vazante, época, plantio, pesca e circulação são tratados como “percepções”

ou “relatos”, categorias menos legítimas do que as métricas produzidas por consultorias. A empresa estabelece uma verticalidade do conhecimento: no topo, os saberes técnicos padronizados e abaixo, os saberes considerados imprecisos, subjetivos ou locais. Essa hierarquia tem efeitos materiais. Quando uma comunidade afirma que a água mudou ou que o igarapé vai desaparecer, essa observação pode ser descartada como insuficiente, porque não corresponde ao parâmetro técnico do Estudo de Impacto Ambiental. A hierarquia do saber, assim, legitima a continuidade da operação. Ela permite que o monoculturar opere como se fosse racionalidade neutra, quando é, na verdade, processo ativo de marginalização de mundos.

O que se desfaz aqui, no Baixo Tocantins, é o mundo relacional em que rio, gente e território constituem um só corpo. As infraestruturas industriais dependem de uma operação simbólica que antecede a intervenção física, sem essa operação, não seria possível tratar a água como superfície logística. O monoculturar requer que o território deixe de ser sujeito para se tornar utilidade.

Anna Tsing (2021, p. 61), ao analisar paisagens afetadas por monoculturas e ruínas industriais, afirma que o capitalismo opera criando “condições simplificadas onde apenas certas formas de vida podem prosperar”. No Baixo Tocantins, as infraestruturas portuárias e industriais materializam essa simplificação. Elas tornam a paisagem legível a partir da lógica tecnológica do porto: profundidade mínima, largura de canal, zona de amortecimento, limite de carga, velocidade permitida. Esses critérios produzem uma versão do território que cabe nos mapas técnicos, assim criando uma paisagem racionalizada, estável, e o que escapa a essa lógica seria obstáculo, ruído ou “risco”.

A modernidade produz distinções rígidas entre natureza e cultura, tratando como “crenças” aquilo que não se ajusta à ontologia dominante, impedindo que esses conhecimentos sejam reconhecidos em sua complexidade. O resultado é a exclusão sistemática de modos de saber que poderiam, se considerados, alterar a forma como impactos e riscos são avaliados.

A hierarquização dos saberes produzida pelas infraestruturas do monoculturar é, portanto, um dispositivo de poder. Ao privilegiar modos técnicos de conhecer, o monoculturar cria as condições epistemológicas para sua própria expansão. A empresa pode alegar que não há impacto significativo se os indicadores técnicos não o capturarem e pode fragmentar o território em “áreas de influência” para alegar que comunidades vizinhas não são afetadas, pois pode negar transformações percebidas pelas pessoas ao reduzi-las a “relatos subjetivos”.

Quando uma dragagem modifica a correnteza que alimenta uma área de pesca, essa alteração só importa se couber em determinado parâmetro técnico. Quando o barulho de rebocadores afugenta espécies sensíveis, essa mudança só é reconhecida se entrar na categoria

de impacto sonoro mensurável. A materialidade da infraestrutura e a epistemologia que a legitima funcionam juntas para tornar certos danos invisíveis.

A paisagem, contudo, não é uma superfície estável, mas um conjunto dinâmico de relações. A água que sobe e desce, o mangue que respira com a maré, o açaí que amadurece em ritmos distintos, o peixe que migra conforme a temperatura, tudo isso compõe a unidade territorial que o monoculturar tenta separar em departamentos.

Assim, as infraestruturas do monoculturar são regimes de produção de verdade que estabilizam o mundo para torná-lo administrável. A resistência territorial das comunidades ribeirinhas emerge exatamente na fissura desse regime, afirmando que o território é mais do que aquilo que a infraestrutura permite ver. E nesse reconhecimento reside a possibilidade de imaginar mundos que escapem à lógica da simplificação onde o rio, a maré, o vento sejam novamente parte da política, e não apenas dados ou variáveis de projetos.

TÁBUAS DE MARÉ (PRÓLOGO II)

Queria encontrar uma palavra para nomear o instante em que a água para antes de mudar de direção. Talvez essa palavra só exista estando nela, uma vez imersa, respirando com ela, escutando o silêncio. Há algo quase imperceptível, e ainda assim absolutamente presente, no modo como a mudança se anuncia. Parece um intervalo. Uma suspensão. Um quase absurdo: o movimento já está acontecendo antes mesmo de ser visível.

Já ouvi relatos de espanto de quem não tem convivência com a maré. Ouvir o silêncio da água é um privilégio, ainda que a água, em si, não precise ser contemplada para existir.

Depois de seis anos, sendo quatro deles pisando nesses territórios com atenção ao movimento, compreendo que não foi apenas um exercício de observação, mas de inscrição. Foi pelo corpo, o meu, o da água, o das mulheres, o das outras espécies, que aprendi a estar. Essa presença não se deu como método previamente definido, foi algo que foi se desenhando no encontro. Assim como a caligrafia das minhas anotações de campo, que não obedece a uma forma rígida, mas curva, inclinada e se desvia, também o percurso da pesquisa foi se constituindo como uma cartografia sensível. Uma cartografia que me guiou antes mesmo de ser plenamente consciente.

Chego aos territórios tanto pela rua quanto pelo rio. Na primeira vez, paramos na feira de Abaetetuba e hoje isso me parece um retorno. Meu trabalho de conclusão de curso na graduação, minha primeira materialidade como pesquisadora, havia sido sobre outra feira. A feira não é uma abstração, ela promove aquele encontro de saberes, de alimentos, de práticas, de sementes, de corpos. Um espaço de fricção, que emerge no imprevisto, na negociação, na tradução contínua.

Cresci em um sistema de ensino que pouco falava das histórias da Amazônia. A Cabanagem não era central nos currículos, enquanto aprendíamos repetidamente sobre Esparta e Atenas. Ainda assim, havia brechas: professores que criavam caminhos extracurriculares para falar do Tucunduba, das águas que correm sob a cidade, da cobra que habita debaixo dos nossos pés. Essas narrativas, muitas vezes tratadas como mito ou folclore, são outras formas de conhecimento e modos de compreender o território que escapam à linearidade histórica ensinada oficialmente.

4 À DERIVA: INFRAESTRUTURAS E RESISTÊNCIA NO BAIXO TOCANTINS

Acompanhar mundos que existem, mundos que insistem e mundos que resistem é permite examinar a produção de processos do monoculturar. Outrossim, convocando alianças conceituais e poéticas com Ailton Krenak, Isabelle Stengers, Donna Haraway, Marisol de la Cadena, Edith Derdyk e Nêgo Bispo, podemos pensar o que emerge quando o território deixa de ser solo e passa a ser lugar de convivência e confluências.

O carbono tornou-se uma linguagem universal para falar de crise, solução e futuro. No entanto, essa linguagem constitui uma ficção política global que simplifica mundos e redistribui responsabilidades. Ao transformar florestas em reservas de carbono e comunidades em salvaguardas de projetos ambientais, cria-se um campo de manobra onde corporações, certificadoras, ONGs e governos negociam não apenas emissões, mas narrativas, temporalidades e formas de vida.

Esse empobrecimento ontológico produz efeitos concretos, pois desconsidera a floresta como território de relação, reduz a complexidade de uma sociobiodiversidade a um número compensatório e obscurece os modos como comunidades amazônicas se reconhecem como parte constitutiva da paisagem.

Donna Haraway (2023), ao ensinar a "ficar com o problema", desafia justamente esse impulso de resolver o planeta por meio de soluções universais. Paralelamente, o mercado de carbono cria um mundo altamente conectado, mas um mundo onde corporações distantes podem se legitimar politicamente a partir de narrativas que afetam corpos e territórios que desconhecem. Assim, Nêgo Bispo (2023) lembra que a política não pode ser dissociada dos "modos de fazer". De modo que o território é uma construção coletiva e não existe sem os gestos que o sustentam. A colisão entre modos de fazer produz coerções que são jurídicas, mas também ontológicas, interferindo nos modos de existir, plantar, circular e significar o mundo.

Aqui, Derdyk (2024) nos oferece uma imagem para entender essa disputa: a linha como corpo, como gesto que traça e habita. Os processos de monoculturar tentam traçar linhas sobre o território a partir de limites, zonas, polígonos, mapas, mas as linhas que fazem a vida não são retas, nem cartesianas.

Assim, pensar o carbono como ficção política não é negá-lo, mas situá-lo. É compreender como essa ficção opera, quais mundos ela autoriza e quais ela obscurece. E, sobretudo, é perceber que essa ficção não é apenas narrativa: ela produz realidade, materialidade, coerção.

Um território não é apenas espaço físico, é um feixe de temporalidades e relações atravessadas. De la Cadena ressalta que territórios são compostos por mundos que não cabem na gramática moderna, ao passo que Bispo ensina que território é vivo e feito de práticas, parentescos, roçados, cantos, navegações e gestos cotidianos. Essa sobreposição de mundos, portanto, exige cautela, lentidão e diplomacia. A pressa para medir, certificar e vender créditos opera como força de achatamento, comprimindo modos de vida que resistem a ser traduzidos em quilotoneladas de CO₂. As disputas aqui não estão adstritas em documentos ou contratos, ainda que assim mesmo criariam significados materiais. Elas se inscrevem na vida cotidiana das comunidades nas restrições de circulação, na chegada de agentes externos, nas dúvidas sobre informações ou fala delas em reuniões, nos silêncios produzidos por assimetrias de poder. A coerção é jurídica, mas também operacional e narrativa.

Haraway ensina a pensar a partir dos "tentáculos" com conexões que não são lineares e Krenak aponta que a crise climática é também uma crise de imaginação. O pensamento empresarial projeta um futuro de governança ambiental monetizada, enquanto a imaginação ribeirinha insiste em futuros que preservam a continuidade dos vínculos com a floresta, como sugere Nêgo Bispo, não se estrutura pela lógica da propriedade, mas da lógica de estar, cuidar, circular, alimentar-se e ser alimentado pela terra.

Neste capítulo, navego pelos processos de denúncia e anúncios que emergem como estratégias fundamentais para a proteção da sociobiodiversidade em contextos marcados por intensos cercamentos territoriais. A partir das diferentes formas de mobilização e comunicação observadas, abordo como essas práticas revelam e contestam os mecanismos que ameaçam modos de vida tradicionais, impondo formas de controle e exclusão.

Abaetetuba é um território emblemático para compreender as disputas em curso sobre a sociobiodiversidade. Nesse percurso, encontrei não apenas vozes que denunciam os impactos ambientais e sociais, mas também manifestações de resistência e afirmação cultural por meio dos anúncios.

Além das manifestações explícitas, também explorarei as “infraestruturas imateriais” fluxos de informação, desinformação e narrativas institucionais que atravessam e condicionam essas disputas, modelando os sentidos e as possibilidades de ação dos diferentes atores envolvidos. Essa análise contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas que mantêm e, ao mesmo tempo, desafiam a monoculturação da paisagem e a apropriação dos territórios.

As promessas de investimento, promessas de regularização fundiária, promessas de acesso a benefícios futuros funcionam como condicionante e tecnologia política: desloca o foco

do presente para um futuro sempre adiado, sempre condicionado, sempre dependente da aceitação das regras impostas por atores externos. A promessa, então, deixa de ser possibilidade e torna-se mecanismo de controle temporal. Prende comunidades a uma espera que compromete sua autonomia e sua capacidade de imaginar outros horizontes.

As empresas comunicam que não há outro caminho e que o carbono é a única solução, que a floresta só será preservada se for medida e creditada. Essa retórica busca produzir paralisia para impulsionar adesão, já que se não há alternativa, resta apenas aderir. Assim, a promessa corporativa já chega carregando o peso histórico das ausências do Estado e das violências produzidas por economias de exploração. Alguns vão ver uma chance de renda, outros, uma ameaça silenciosa. A narrativa oficial é sempre aquela que tenta silenciar as outras, impondo seu vocabulário como o único legítimo. Os projetos de carbono fazem exatamente isso ao definirem quem é parte interessada, quem assina, quem valida e quem precisa apenas consentir.

Outrossim, a circulação de boatos, informações incompletas e discursos corporativos gera desentendimentos entre famílias e vizinhos. A desinformação, enquanto tecnologia de gestão, produz fragmentação. Os projetos de carbono, ao tentarem impor uma direção única para o futuro das comunidades, criam tensões que reverberam nos corpos, nos vínculos e nos modos de decidir coletivamente. Trata-se de uma coerção que se vive na pele nas incertezas sobre o que se pode ou não fazer no território.

O termo cosmopolítica, tal como o desenvolve Isabelle Stengers, convoca a ideia de que os mundos não são dados, são continuamente compostos. Para a autora, toda política que se pretende universal tende a matar mundos. As cosmopolíticas que emergem em Abaetetuba não são apenas humanas, incluem rios que impõem ritmos, florestas que fazem negociações silenciosas, peixes que indicam caminhos, parentescos que se estendem para além da espécie humana.

Marisol de la Cadena oferece a noção dos *earth-beings*, seres-terra que não se encaixam na ontologia ocidental e determinam ritmos de vida e tomadas de decisão. Quando projetos de carbono impõem que certas áreas da floresta sejam intocadas, mas ignoram seres humanos e mais-que-humanos que compõem a vida local, produzem rupturas que não são apenas econômicas, mas cosmológicas.

Krenak reforça ainda esse pensamento ao afirmar que a terra não está à disposição, ela é corpo e parentesco. Essa perspectiva desestabiliza a lógica de compensação climática, que vê a floresta como depósito de carbono. As cosmopolíticas ribeirinhas lembram que o território não existe fora das relações que o compõem, pois o rio não é água acumulada, é um caminho

que cuida de si, e aqui engloba peixes e todos os seres que se relacionam nela, nunca um estoque.

Nêgo Bispo amplia essa crítica ao propor o conceito de transfluência, uma prática política que não se fixa em categorias rígidas, mas se move conforme as necessidades da vida. Nos territórios ribeirinhos, a transfluência se manifesta nas navegações, nos plantios, nas festas, nos movimentos diários que contornam as imposições externas.

Essas cosmopolíticas não são alternativas utópicas, são práticas concretas que permitem pensar apesar das pressões globais. Para isso não é preciso abandonar o problema climático, mas colocá-lo em outros termos que respeitem a multiplicidade dos mundos e a dignidade das relações. A tentativa de impor uma linha reta e fixa sobre o território amazônico está destinada ao atrito.

A noção de confluência é uma das imagens mais potentes que o autor apresenta, pois ensina que a confluência não é fusão, nem consenso, mas um encontro entre as forças distantes que mantêm suas diferenças, ao mesmo tempo que se deixam afetar mutuamente. É o que acontece quando rios se encontram: eles não somem um no outro, se transformam, criando uma terceira água (Nego Bispo, 2023).

Fotografia 15 – Canoas no território do Bom Remédio



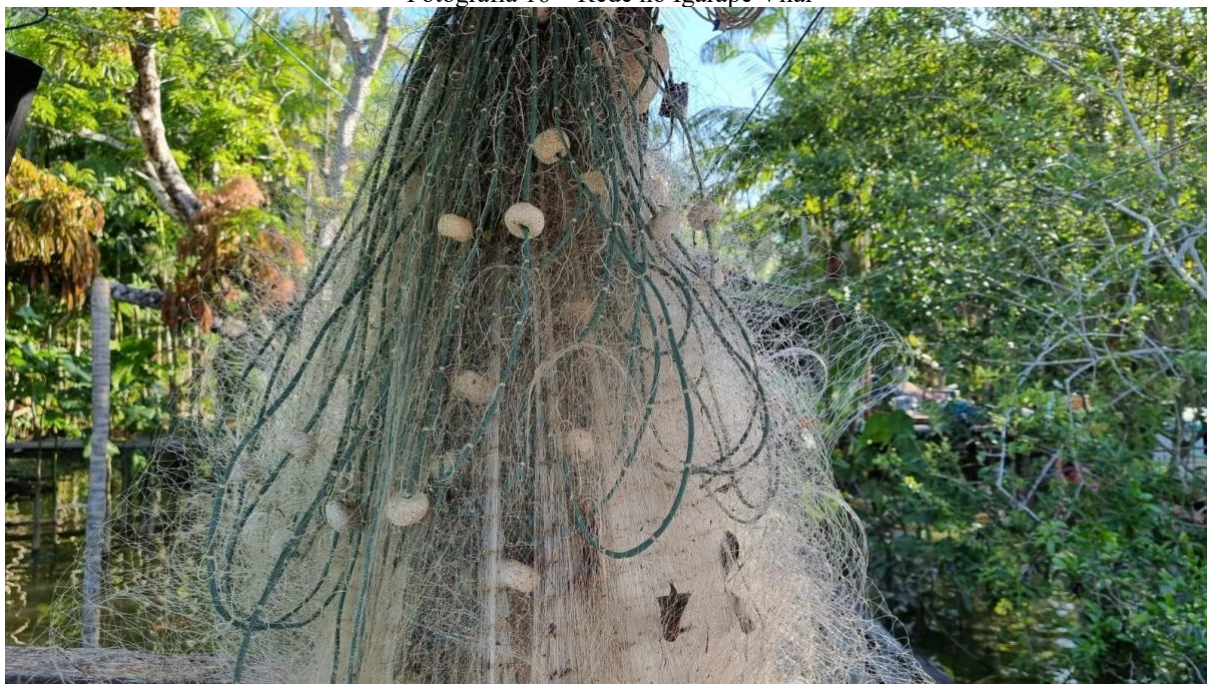
Fonte: Acervo da autora (2022).

Estar no território acompanhando as atividades, reuniões, por conseguinte, os temas e pautas mais importantes na dinâmica do território trouxeram reflexões sobre os ritmos que ali se inserem. As embarcações (Fotografias 12 e 15) acompanham o tempo das águas.

Os territórios ribeirinhos são feitos de confluências, isso inclui os gestos de plantar, pescar, circular, narrar, cantar, lembrar e sonhar produzem uma trama contínua entre corpo e território. Nêgo Bispo descreve isso como território-corpo: não existe separação entre o chão e quem o pisa. Essa ideia confronta os regimes de medição do carbono, que tratam o território como área delimitada, mapeável, substituível.

As linhas do território são vividas e abertas caminhando seja a pé, ou de casca e canoa, percepções sensíveis do tempo da terra, ritmos da maré por estar presente. Essas linhas, como lembra Edith Derdyk, não existem como abstração, são vividas no corpo, são corpo.

Fotografia 16 – Rede no Igarapé Vilar

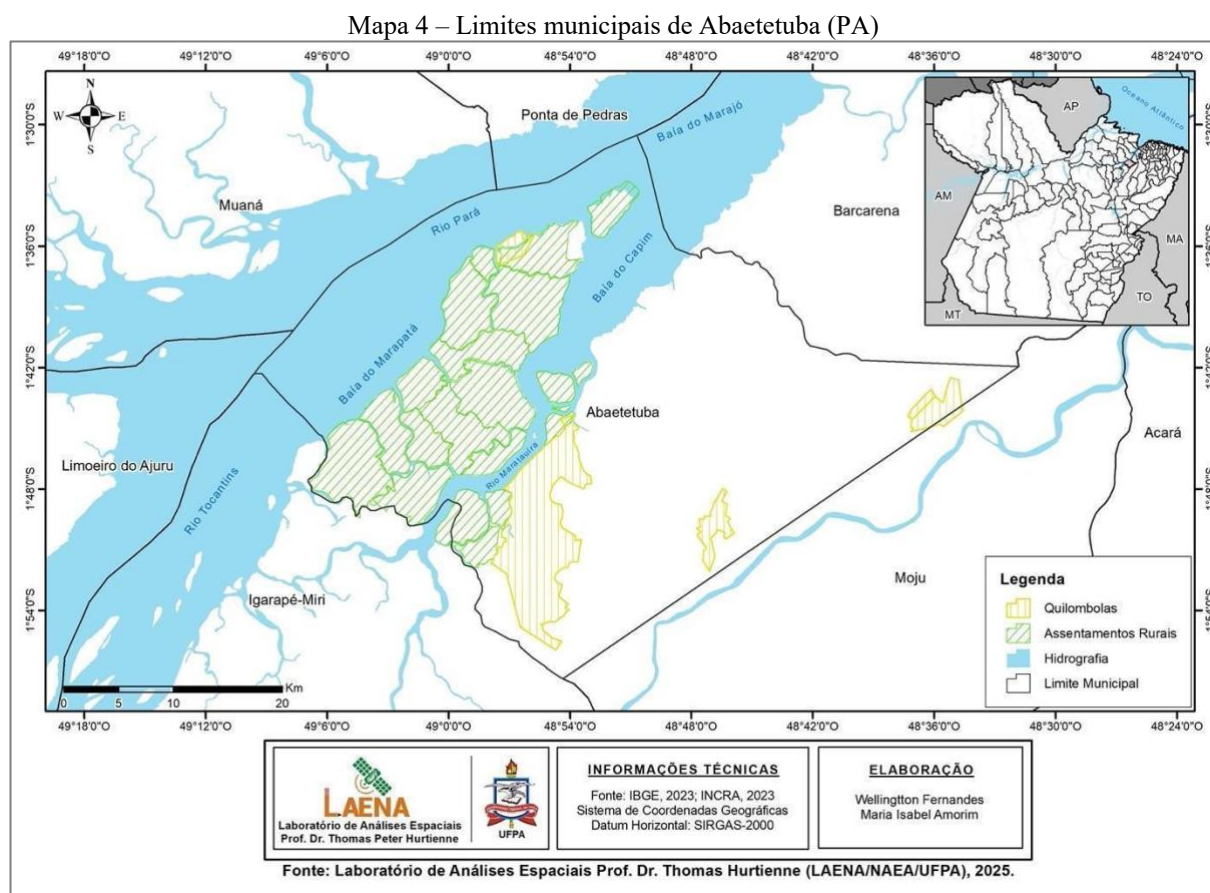


Fonte: Acervo da autora (2022).

Destaco também outro marco durante o processo ao ouvir as histórias do igarapé Vilar (Mapa 3 e Fotografia 16), os relatos apontavam preocupação para o risco de desaparecimento do furo onde vivem as comunidades, em função de processos erosivos associados ao tráfego de barcas e à expansão de infraestruturas portuárias e de projetos de carbono. Apontando preocupação com a vulnerabilidade territorial.

A política do carbono, ao tentar ser universal, sufoca composições. Ela produz um mundo unívoco, ordenado pelo CO₂, que pretende englobar todos os outros. Isabelle Stengers,

ao reivindicar a slow science, oferece o método necessário para que essas confluências possam ser percebidas. Para que um rio seja rio, é preciso acompanhá-lo e para que um território seja compreendido, é preciso habitar seus ritmos. A política do carbono, ao contrário, opera pela aceleração, pois para ser lucrativa ela precisa medir, classificar, validar e vender rapidamente. Essa aceleração rompe confluências, produz ruídos e impõe silenciamentos.



Para introduzir as denúncias preciso falar sobre alguns grandes temas que foram recorrentes em Abaetetuba: o projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill e os projetos de crédito de carbono ofertados, bem como mudanças associadas.

Os projetos de crédito de carbono começaram a cercar os territórios na Amazônia, os cercamentos não são inéditos, mas as formas sempre mudam. Os desenvolvedores de projetos de carbono, não à toa, buscam se instalar no território justificando com o alto potencial de armazenamento de carbono. Reproduzindo o mote de “terra vazia” dos europeus desembarcaram na costa ou o slogan dos militares durante a ditadura. A terra é vivida por seres humanos e outros que humanos com direitos e modos de vida que agora entram em conflito com a nova corrida pelo carbono.

A aparente distinção entre os projetos de crédito de carbono e a instalação do TUP da Cargill se dissolve quando ambos são compreendidos como momentos complementares de um mesmo regime de “*greening*”¹¹ da economia política regional. Se, por um lado, os projetos de carbono operam pela financeirização do território e pela antecipação de futuros ambientais como ativos negociáveis, por outro, grandes empreendimentos logístico-portuários como o TUP materializam a intensificação dos fluxos de commodities que sustentam esse mesmo regime. Tal articulação evidencia como a transição verde não implica uma ruptura com a lógica extrativa, mas sua reconfiguração: territórios são simultaneamente mobilizados como zonas de compensação e como corredores de escoamento, deslocando os custos socioambientais para regiões específicas enquanto garantem a continuidade da acumulação.

Longe de constituírem dinâmicas desconectadas, a proliferação de contratos de crédito de carbono e a expansão de infraestruturas como o TUP da Cargill revelam uma mesma racionalidade de governança territorial. Enquanto empresas “assediam” comunidades para capturar áreas como reservas de carbono e transformá-las em ativos compensatórios, esses mesmos ativos passam a alimentar cadeias globais que viabilizam e legitimam grandes empreendimentos intensivos em emissão. Assim, a compensação não atua como limite, mas como condição de possibilidade da expansão logística e agroexportadora. Nesse sentido, o que emerge é uma geografia funcional em que certas áreas são convertidas em “zonas de sacrifício verde”, absorvendo impactos e garantindo a fluidez dos fluxos de capital e mercadorias, em

¹¹ O termo *greening of empire* é utilizado por Vela Almeida et al. (2023) para descrever o processo pelo qual agendas ambientais, em especial o European Green Deal, reconfiguram e atualizam relações históricas de poder de caráter colonial e capitalista, sem necessariamente transformá-las. Nesse enquadramento, o “esverdeamento” não implica uma ruptura com a lógica de acumulação e extração, mas sua reformulação por meio de instrumentos como financeirização climática, padronização tecnocrática e externalização de impactos socioambientais para territórios fora da Europa.

linha com o que a literatura crítica identifica como a externalização sistemática dos custos da transição ecológica

Os modos de uso da terra e projetos de vida das comunidades tradicionais são salvaguardados no âmbito dos direitos socioambientais. E nesse contexto, cumpre analisar impactos de projetos sejam públicos ou privados aos ecossistemas e às comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais. Nessa parte do texto, utilizo um vocabulário que está presente na legislação brasileira ambiental e em convenções internacionais, por isso em alguns parágrafos aparecerá a dicotomia natureza e cultura.

Os povos indígenas e comunidades locais deveriam ter sua participação plena e efetiva na elaboração de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em seus territórios garantida. Os desenvolvedores desses projetos necessitam identificar e abordar potenciais impactos ambientais e sociais negativos como avaliação de risco minuciosa a ser realizada antes de iniciar o projeto. A regra e a prática nem sempre estão alinhados. E é por isso que eu busco a razão ontológica para isso.

Com a crescente pauta dos créditos de carbono e regulação, os grandes emissores, vão precisar compensar suas emissões por meio de créditos de carbono gerados em projetos próprios ou pela compra de créditos de outros projetos, públicos ou privados. Essas iniciativas podem ser programas de REDD+, por exemplo, contudo, apesar de existir uma Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), não existem regras federais para projetos e programas de REDD+ e outras iniciativas de armazenamento de carbono.

O Acordo de Paris (artigo 5º) vigente no tema fala sobre a adoção de medidas para implementar e apoiar atividades de redução de emissões por desmatamento e degradação, inclusive por meio de pagamentos por resultados, além de destacar a importância do reforço dos estoques de carbono das florestas nos países em desenvolvimento.

Porém não existe uma regulação para esse setor e os governos estaduais têm liberdade de montar seus projetos e programas, inclusive com a iniciativa privada. Os projetos de carbono normalmente apresentam problemas de consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades tradicionais. O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) acompanham as negociações e apuram denúncias sobre irregularidades em projetos do mercado voluntário de carbono, e, em 2023, foi emitida nota técnica com recomendações a respeito da proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no mercado voluntário de carbono, reafirmando o que está previsto em lei.

Importante frisar em meio a esse tema é que, regulado ou não, o mercado de projetos aparece hoje como um mecanismo-fim em si mesmo na seara ambiental. Quando na verdade desvia do assunto mais importante: compensar emissões não é o mesmo que as reduzir.

O mercado de carbono foi estabelecido pelo Acordo de Paris (2015) e prevê que o país que emite menos GEE fica com um saldo, chamados créditos de carbono, que podem ser vendidos aos países que emitem mais. O mesmo vale para empresas. Assim, quem vende um crédito “assume” a dívida de emissões do comprador, correspondente à quantidade negociada de carbono.

Outro ponto de taxonomia que precisa ser esclarecido é sobre a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+): O REDD+ foi criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para incentivar a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal em países em desenvolvimento. A questão de imputar a responsabilidade nos chamados países em desenvolvimento também se insere na discussão e coloco como adendo a tese defendida no artigo “Greening of Empire” que argumenta que o European Union, por meio do European Green Deal, não rompe com as estruturas históricas de poder que sustentaram o colonialismo e o capitalismo global, mas as reconfigura sob uma nova linguagem ambiental. Os autores defendem que a chamada transição verde funciona como uma estratégia contemporânea de “esverdeamento” do império, na medida em que transforma crises ecológicas em oportunidades de acumulação, reforça a autoridade moral europeia na governança climática, universaliza soluções tecnocráticas e securitiza o acesso a recursos naturais e mercados. Esse processo desloca os custos socioambientais para territórios fora da Europa, produzindo novas “zonas de sacrificio verde”, enquanto preserva as hierarquias globais e a centralidade econômica e política europeia (Vela Almeida *et al.*, 2023).

Os países recebem pagamentos de fundos internacionais por conservar tais estoques, fazer o manejo sustentável de florestas e aumentar os estoques de carbono florestal. O mercado estabelece regras de compensação para setores que mais emitem gases de efeito estufa e são comuns as violações das salvaguardas socioambientais em projetos de carbono. Não existe mercado de regulação de crédito de carbono, nem existem instituições, mas empresas que criam metodologias de modo autorregulamentado estipulando os critérios para valorizar os créditos de carbonos, advindas de qual atividade e sua quantidade. Todos esses critérios criados no setor privado, ou seja, a taxonomia sobre critérios para avaliar o que tem nos territórios não vem da realidade do território. E para falar dele, passo ao próximo item.

Em 2022, houve a denúncia de um projeto em um território quilombola em Abaetetuba, no Pará, em que a empresa Amazon Carbon não consultou as comunidades antes de iniciar o projeto, bem como iniciou tratativas sem o aval de boa parte das famílias, sendo esse o ponto de partida para o convite a visitas aos territórios da região.

A partir dos relatos e eventos que presenciei, precisamos falar sobre o tempo, sobre as articulações no território e as investigações a partir dele. O grupo Reexisterra também acompanhou, além das audiências no processo judicial que versa sobre consulta prévia em relação a esse empreendimento, as oitivas que seguiram ainda na instância estadual.

As denúncias também apontam para uma insistência no processo de regularização fundiária e estratégia sobre a área que a empresa atua como cercamento na área de assentamento (PAE Santo Afonso).

Cumprе ressaltar que nos anos de 2020 e 2021 não havia autorização para conviver presencialmente por conta da pandemia de Covid-19.

Baixo Itacuruçá, 14 de março de 2022

A partir da demanda das comunidades para entender e ter mais informações sobre mercado de carbono após tentativas de aproximações de algumas empresas, a prof. Dra. Marcela Vecchione foi convidada para esclarecer dúvidas que os moradores do território tinham sobre projetos de crédito de carbono. Nesta oportunidade, foi debatido como se organizam os projetos de carbono de forma geral. Pude observar uma certa angústia de vários moradores sobre o que significa gerar créditos de carbono, onde pode ser feito, gerada principalmente pela entrada (sem consulta) de pessoas de fora do território para fazer reuniões sobre contratos de crédito de carbono e solicitações de documentação ou cadastros.

A desinformação começou a gerar conflitos e ofertar falsas soluções, confusões sobre serviços ambientais (divulgados amplamente no discurso estatal), sobre possíveis contratos, o que havia culminado em uma denúncia junto ao Ministério Público do Pará. Durante a conversa, um dos moradores fez referência a cláusulas de um contrato, contudo outros moradores relataram que nenhuma ata de contrato havia sido apresentada para a comunidade.

A conversa que acontecia durante o debate de forma não muito objetiva ora mencionava hectares de terra sem esclarecer quem havia realizado, ou ainda o contrato que o grupo dizia nunca ter visto. A preocupação durante a reunião cresceu justamente por parecer que já estavam em curso discussões com a empresa, e como nessas reuniões, supostamente estavam sendo negociadas as condições. Como não era o momento oportuno, membros da comunidade

lembraram que aquele não era o espaço para debater cláusulas de um contrato que não havia sido apresentado, nem reuniões que não se sabia da realização nem havia registro de ocorrido.

Aqui, o primeiro parêntese oportuno ao diálogo sobre o contrato que verse sobre crédito de carbono é feito para lembrar que este não pode ocorrer sem aval da comunidade por conta da Convenção 169 da OIT, a qual estabelece que qualquer dispositivo precisa ser discutido antes de qualquer negociação com a comunidade, bem como o contrato ou projeto precisa ser construído coletivamente (ver 3.3.1.2).

Nesse primeiro contato, chamou muita atenção as dúvidas que os moradores apresentaram e a distância não geográfica, mas do acesso à informação. O assédio foi denunciado e a partir dali pude acompanhar uma estratégia identificada que tem como base a desinformação e o dano consolidado.

A seguir, o Ministério Público foi acionado, comecei a acompanhar as audiências e protestos relacionados a instalação do TUP da Cargill que também se insere na mesma dinâmica de cercamento da região e fiz o levantamento de legislações correlatas no mercado de carbono estadual e nacional para consultoria da FASE.

Para compreender essa dinâmica, proponho analisar a interseção entre dois processos que incidem simultaneamente sobre o território: a aproximação de empresas ofertando contratos de projetos de créditos de carbono e a instalação de infraestruturas logísticas, como o Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill. Ainda que operem por meio de dispositivos distintos, ambos se articulam na produção de uma mesma racionalidade territorial, na qual a terra é convertida em ativo e reorganizada segundo lógicas de controle, mensuração e valorização. No caso dos projetos de carbono, essa transformação ocorre pela estabilização da floresta como estoque e unidade de cálculo climático. No caso da infraestrutura portuária, pela integração do território a fluxos globais de circulação de commodities. A interseção entre esses processos evidencia como diferentes instrumentos, aparentemente desconectados, convergem na consolidação do monocultivar.

Nos projetos de carbono, a floresta é estoque, convertendo processos vivos, cíclicos e incertos em unidades mensuráveis projetadas no futuro. Trata-se de uma captura do tempo, na medida em que a variabilidade das dinâmicas ecológicas é traduzida em previsibilidade e cálculo. Já as infraestruturas portuárias operam na direção oposta, ao intensificar a circulação de mercadorias e integrar o território a cadeias globais de escoamento, promovendo a aceleração dos fluxos. Esses dois movimentos não são contraditórios, e via de regra são articulados, já que um imobiliza para gerar valor e o outro mobiliza para realizá-lo. Juntos,

reorganizam o território segundo uma lógica que alterna entre fixação e circulação, ambas fundamentais para a produção.

Essa articulação se torna ainda mais evidente nas estratégias empresariais que conectam diretamente esses dois campos de atuação. Em contextos como o do Baixo Tocantins, empresas e intermediários têm se aproximado de comunidades ribeirinhas e tradicionais propondo contratos de projetos de carbono, frequentemente apresentados como oportunidades de geração de renda e conservação. No entanto, esses créditos, uma vez gerados, passam a circular em mercados que abastecem grandes empreendimentos da região, permitindo que atividades intensivas em impacto ambiental sejam mantidas sob a lógica da compensação. Assim, territórios são simultaneamente mobilizados como áreas de extração e como áreas de compensação, inserindo comunidades em circuitos que reconfiguram suas relações com a terra. Esse movimento evidencia que não se trata de iniciativas isoladas, mas de uma engrenagem mais ampla, na qual diferentes instrumentos operam de forma integrada na consolidação do monoculturar.

Outra ponta do monoculturar foram as propostas de alteração nos planos diretores em Abaetetuba que tentam expandir o que é área urbana para desafetar e, aumentando, o limite no plano amplia-se a possibilidade de existência e tamanho para instalação de empreendimentos e instalações como portos.

Analisar essas mudanças legislativas correlatas aos eventos e denúncias fez perceber o movimento que não estavam se materializando fisicamente na minha frente, mas de forma institucional formulando uma infraestrutura que assegure a circulação imaterial, ou seja, legitimar e legalizar é algo que acompanha e faz parte do monoculturar.

Essa possibilidade concreta de instalação da Cargill na época podia ser encontrada no site da Cargill uma cartilha direcionada às comunidades (Anexo D). E entre os portos que operam já estava no site TUP Abaetetuba codificando o fato consumado, entre as várias estratégias para dificultar a ação e mobilização para reverter.

A cartilha “Navega Abaeté”, produzida pela empresa como instrumento de comunicação sobre o terminal, explicita de forma exemplar a dimensão discursiva do monoculturar. Ela é toda estruturada em linguagem ilustrada e aparentemente acessível, com cenas cotidianas, cores infantis em que o empreendimento é introduzido como continuidade natural da vida local, diluindo conflitos e antecipando consentimento. Os personagens ribeirinhos aparecem conversando sobre o projeto em tom informal, enquanto informações técnicas são traduzidas em uma gramática simplificada que enfatiza benefícios, segurança e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a cartilha afirma que o empreendimento ainda se encontra

em fase de licenciamento e não está autorizado, mas já apresenta suas estruturas, fluxos logísticos e impactos já como dados estabilizados, produzindo um efeito de inevitabilidade.

Essa distorção entre o status jurídico e a narrativa construída revela uma operação e uma decisão bem direcionada, e, sobretudo, comunicada como fato antes de ser efetivamente deliberada. Além disso, o material reforça a ideia de que a participação ocorre por meio de canais institucionais previamente definidos, como audiências públicas e acesso ao RIMA, ao mesmo tempo em que simplifica o próprio conteúdo desses instrumentos, sugerindo que são plenamente compreensíveis e suficientes para informar a população.

Essa representação contrasta com os relatos de campo, nos quais o acesso aos documentos é limitado e os processos de consulta são fragmentados ou antecipados por abordagens informais. A cartilha também reproduz uma leitura restrita do território ao sugerir a inexistência de moradores na área diretamente afetada, alinhando-se a uma lógica que reconhece apenas ocupações formalizadas e desconsidera formas coletivas de uso e circulação. Nesse sentido, o documento não apenas informa, mas produz uma determinada ontologia do território, na qual o espaço aparece como disponível, ordenado e pronto para ser integrado aos fluxos logísticos globais.

Por fim, ao destacar benefícios econômicos, geração de empregos e programas socioambientais, o material inscreve o empreendimento em uma narrativa de desenvolvimento sustentável que neutraliza a violência dos processos em curso.

A paisagem é apresentada como cenário estável e compatível com a infraestrutura proposta, enquanto os conflitos, deslocamentos e transformações já vivenciados pelas comunidades permanecem ausentes. A cartilha opera, assim, como dispositivo políticopedagógico feito para a reorganização das percepções, produzindo um campo de inteligibilidade no qual o monoculturar se torna não apenas possível, mas até desejável.

O empreendimento descrito na cartilha aparece como seguro, compreensível e benéfico, quando a experiência no território revela um processo marcado por incerteza, pressão, despossessão e desinformação. Na cartilha, o projeto já é apresentado como algo em curso, bem organizado e transparente. E na minha experiência em campo, foram inúmeros relatos manifestando abordagens sem anuência e circulação de informações incompletas e ausência de consulta efetiva. Na cartilha de novo se reafirma ou se sugere um território disponível, em uma paisagem com uma rede densa de relações, usos e dependências que não são reconhecidas. Esse descompasso não é comunicacional, ele expressa a operação do monoculturar.

Outrossim, isso se conecta com a discussão do mercado de carbono na região, a qual evolui de duas formas na região: como uma possibilidade de compensação dos efeitos sociais

e ambientais do porto diretamente; e segundo, pelas pessoas das comunidades que querem que esse tipo de projeto vingue e avance, onde se assimila essa estratégia como noção de desenvolvimento e caso não seja viabilizado e acelerado, haveria uma perda de oportunidade.

Outro fato importante foi a desafetação do PAE Santo Afonso, projeto agroextrativista vizinho ao quilombo Bom Remédio que, na verdade, estão sobrepostos e de fato tem titulação como quilombo (Anexo C).

A exclusão de áreas do Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso evidencia como a desafetação opera também como dispositivo jurídico de reconfiguração territorial voltado à produção de disponibilidade da terra. No caso analisado, a retirada de parcelas do PAE para viabilizar a instalação do empreendimento portuário não se dá apenas como ajuste administrativo, mas como intervenção sobre regimes de existência já reconhecidos, uma vez que o assentamento foi constituído para assegurar o uso coletivo por comunidades tradicionais.

A própria ação judicial revela a disputa em torno dessa operação, ao apontar vícios na cadeia dominial e a sobreposição indevida de interesses privados sobre território de uso coletivo. Nesse contexto, a desafetação não atua apenas no plano jurídico formal, mas como prática que desconstitui vínculos territoriais, fragmenta usos compartilhados e redefine o que conta como ocupação legítima. Trata-se de um movimento típico do monoculturar, que simplifica territórios complexos em unidades apropriáveis, convertendo relações em propriedade e modos de vida em obstáculos administrativos. Se a terra é vista como ativo disponível, a desafetação antecipa e legitima a entrada de infraestruturas logísticas, ao mesmo tempo em que relega à invisibilidade as formas de existência que não se enquadram nos critérios cadastrais e dominiais do Estado.

4.2 Consulta prévia livre e informada

Como base para falar desse assunto, o ponto de partida jurídico é a consulta livre, prévia e informada das comunidades, prevista pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção 169. Existem, portanto, parâmetros que protegem as comunidades caso haja um projeto que afete o território, e muitos equívocos acontecem em relação a Consulta, ao que pode ser considerado Consulta, como, quando deve acontecer e o processo de consulta.

A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989, sendo promulgada e incorporada no ordenamento jurídico brasileiro por meio do decreto n. 5.051 de 19 de abril de 2004. Neste

documento, resta assegurado o direito das comunidades a serem consultadas antes de qualquer iniciativa, empreendimento ou projeto que possam vir a afetá-la.

A convenção 169 prevê, no seu art. 6º, que as comunidades tradicionais devem ser consultadas na tomada de qualquer medida que possa afetá-las, seja ela legislativa ou administrativa. A consulta deve ser realizada sempre que se tenha a intenção de realizar obra, projeto ou atividade que vá interferir no modo de vida dessas comunidades e deve, ainda, estar prevista na elaboração do projeto, levando em conta aspectos inclusive orçamentários, já que os custos dessa consulta são arcados integralmente pelo interessado.

No que tange à consulta prévia, livre e informada e culturalmente apropriada, o Estado deve comunicar a intenção de consultar e deve fazê-lo conforme as regras comunitárias, respeitando a sua organização interna. Dá-se ênfase aqui aos sujeitos da relação: quem tem a obrigação de realizar a consulta é o Estado, enquanto os povos e comunidades tradicionais serão os consultados. Em relação às empresas e aos interessados no projeto, estes podem informar o processo, mas não consultar, pois estariam agindo conforme interesse próprio, o que já configuraria pressão, descaracterizando o caráter livre da consulta. Por isso, cabe ao Estado o papel de intermediar.

A comunidade deve ser informada de forma livre, completa e previamente. Deve, assim, ter o direito de se expressar sobre a proposta, incluso aqui o direito de veto, sob pena de se transformar tal prerrogativa em simples formalidade. O dever de consultar as comunidades não corresponde apenas a informá-las, como se já houvesse uma decisão pré-definida; a comunidade deve fazer parte de todo o processo, sendo a consulta adequada a cada situação, observando a língua e o procedimento próprio de tomada de decisão estabelecido pela comunidade.

As comunidades tradicionais nos seus modos como usam a terra, se estruturam política e socialmente, geralmente desmobilizam a lógica do padrão ocidental. A cultura ocidental, de forma recorrente, vê a terra como mercadoria, enquanto as comunidades tradicionais se relacionam com seu entorno, uma vez que dele tiram o alimento, a moradia e o lazer, reproduzindo o modo como aprenderam e passando adiante às futuras gerações.

Desse modo, exercem sua autonomia ao definir suas próprias prioridades e, sempre que forem afetados em suas vidas, crenças e bem-estar, devem ser ouvidos, para se autodeterminar no seu próprio processo de desenvolvimento econômico, social e cultural. O Estado, assim, deve respeitar a forma de decisão estabelecida pela comunidade e o tempo que levem para entender, estudar e debater. A consulta não é um evento, mas um processo, no qual as propostas devem ser explicadas de forma clara e na linguagem adequada.

Sem a audiência e consentimento das comunidades tradicionais, não há que se falar em acesso aos seus conhecimentos. Portanto, a comunidade detém direito de veto a partir do julgamento que tiver por mais acertado, uma vez que, ao inviabilizar a reflexão e debate pelos próprios titulares do direito, deixa-se esvaír sua autonomia.

No caso de falha, não sendo respeitado o direito à consulta prévia, livre e informada, ou se houver o intento de ludibriá-lo por meio desta, podem advir graves problemas sociais e ambientais, agravando a marginalização e isolamento, ou mesmo gerando o esvaziamento destas comunidades.

Ao incorporar conhecimentos e práticas conhecidos por essa tradição, quem quer que tenha interesse (Estado, indústria ou outra nação) deve realizar essa incorporação mediante a concordância da comunidade. Para tanto, deve haver acordo livre, consciente e motivado entre as partes para, apenas depois desse processo, se vislumbrar posterior acesso e repartição dos benefícios gerados.

Estes são os patamares estabelecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica, apresentada durante a Eco-92 e em vigor desde 29 de dezembro de 1993, sendo ratificada pelo Brasil através do Decreto Nº 2.519 de 16 de março de 1998. A CDB trata da proteção dos conhecimentos tradicionais, do acesso aos recursos genéticos e repartição dos benefícios provenientes de sua exploração. Ao discorrer sobre a proteção e do uso da diversidade biológica em cada país signatário, a CDB trouxe três objetivos principais: a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

O seu texto possui 42 artigos e dois anexos e hoje conta com dois acordos suplementares, que regulamentam aspectos específicos da CDB: o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (2000) e o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização (2010). Os documentos reconhecem a importância dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade e pretendem considerar sua relevância nos aspectos econômico, social, científico e ambiental, cumprindo a função de resguardar o equilíbrio ecológico, base para o exercício de diversas faculdades individuais.

A CDB também é base para todas as discussões sobre biodiversidade que se seguem, pois foi responsável por fomentar o debate sobre o acesso adequado ao patrimônio genético e cultural. Assim, entende-se que o uso sustentável e a conservação da biodiversidade passam, necessariamente, pela efetivação de garantias às comunidades tradicionais, bem como pela repartição de benefícios oriundos da utilização dos conhecimentos tradicionais.

A discussão sobre a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) não pode ser reduzida a um procedimento formal, tampouco a um rito jurídico. No Baixo Tocantins, a CPLI aparece como campo intensificado de disputa ontológica e epistemológica, porque os critérios que definem o que é consulta, quem deve ser consultado e o que constitui informação suficiente dependem da forma como o território é entendido. Quando as empresas portuárias e industriais interpretam a CPLI como mera etapa administrativa, frequentemente comprimida em audiências públicas pontuais, conduzidas em tempo acelerado e com instrumentos técnicos pré-formatados, elas produzem uma deformação do próprio sentido da consulta. Essa deformação não é acidental: ela decorre diretamente da lógica do monoculturar, cuja operação mais sofisticada consiste em controlar o tempo e a linguagem do diálogo para torná-lo compatível com seus objetivos de expansão.

Os protocolos comunitários e as consultas precisariam compreender formas de consulta que reconhecem o território como sujeito. Assim, quando a CPLI entra em cena, ela não inauguraria a consulta, mas se alinharia com práticas pré-existentes que possuem ritmos e critérios próprios. O conflito que se dá é entre temporalidades, modos de saber e ontologias divergentes.

A consulta ancorada na temporalidade acelerada das licenças e dos cronogramas de implantação, parte do pressuposto de que a informação necessária deve ser transmitida de forma técnica, sistematizada e padronizada. A consulta, entretanto, exige que a informação seja situada, situada no território e nos ritmos que lhe pertencem. Como lembra Isabelle Stengers (2015, p. 47), a política só emerge quando se cria “tempo para hesitar”. Esse espaço de hesitação é incompatível com formulários pré-preenchidos, slides de impacto projetados em audiências de duas horas ou relatórios técnicos que antecedem e estruturam a fala das comunidades antes mesmo que elas possam se posicionar.

Dessa forma, a CPLI no Baixo Tocantins se torna palco de uma disputa profunda: o que pode ser considerado informação? Para a empresa, a informação legítima é aquela que pode ser quantificada ou traduzida em tabelas. Para as comunidades, informação é também a mudança na cor da água, a alteração na subida do peixe, a maré que perde sua respiração, o barulho do rebocador que afugenta espécies frágeis, a reprodução alterada do açaí e outras espécies comestíveis. A hierarquia dos saberes, produzida pelas infraestruturas do monoculturar, transforma essas informações em ruído. E é exatamente por isso que as comunidades insistem que a consulta não pode ser apenas informada: ela precisa ser informada pelos modos de saber do território.

Ailton Krenak (2019, p. 32) argumenta que o Estado brasileiro e, por extensão, os empreendimentos que se comportam como extensões desse Estado, só reconhece a consulta quando ela opera dentro de sua lógica de gestão, ou seja, quando os territórios são tratados como objetos administráveis. Essa lógica contrasta radicalmente com a concepção de território como parente, no qual a água, o mangue, a várzea e as ilhas participam da decisão. A consulta, para fazer sentido, deve escutar também o que o território diz e essa escuta não se faz em uma tarde.

A exigência de que a consulta seja livre implica que ela não pode ser conduzida sob a sombra da pressa. A empresa frequentemente condiciona a consulta ao ritmo do empreendimento, afirmando que “atrasos impactam o cronograma”, ou que “a janela de operação exige celeridade”. Essa forma de acelerar é instrumento de despolitização: uma consulta rápida é uma consulta que não consulta. A liberdade exige tempo, e tempo é precisamente o bem que o monoculturar tenta controlar.

A exigência de que a consulta seja informada implica que a informação deve circular de forma bidirecional, e não apenas como transmissão da empresa para a comunidade, nunca apenas comunicando uma decisão unilateral. No Baixo Tocantins, as comunidades mobilizam imagens, cadernetas agroecológicas, registros de campo e conhecimentos situados para produzir um regime próprio de informação. Essa produção não é reconhecida como equivalente pela empresa, porque ela antecipa quais tipos de evidência podem ser aceitos. A consulta é previamente enquadrada pela epistemologia do empreendimento. Aqui, novamente, vemos o motor da simplificação: produzir contextos onde apenas certos modos de vida e certos modos de saber são considerados válidos.

A exigência de que a consulta seja prévia, isto é, realizada antes da tomada de decisão, torna-se um campo de disputa conflituoso. A prévia não se refere apenas à cronologia, mas ao reconhecimento de que a decisão não pode estar tomada antes do processo consultivo. No entanto, no Baixo Tocantins, frequentemente inicia-se obras, negociações com órgãos públicos, contratações e estudos técnicos como se a consulta fosse mero rito a ser cumprido. A consulta já chega tarde, não por calendário, mas porque o mundo que ela deveria transformar já foi parcialmente desenhado pela empresa. A empresa decide antes porque já decidiu o que o território é.

O que se observa, portanto, é que a CPLI, quando tratada de forma restrita e tecnicista, funciona como parte da infraestrutura do monoculturar. Ela se converte não em ferramenta de participação, mas em ferramenta de legitimação e legalização da apropriação. E isso só é possível porque a empresa controla as premissas epistemológicas da consulta: o que conta como

impacto, quem é comunidade, o que é território, quais saberes são válidos, quanto tempo é aceitável.

As comunidades do Baixo Tocantins, contudo, ao mobilizarem suas próprias práticas de protocolos, oitivas, cadernetas, mobilização de imagens, produzem uma inflexão importante. Elas reterritorializam a CPLI, abrem espaço para que o território se pronuncie. Assim, a consulta deixa de ser instrumento jurídico e se torna prática ontológica. O “prévia” ganha sentido porque se insere em temporalidades que não se regem pela urgência do empreendimento e o “livre” se reconfigura porque emerge de processos decisórios que seguem a ética da escuta. Por fim, o “informada” é redefinido porque incorpora conhecimentos que não cabem nos indicadores técnicos, mas fazem sentido para quem vive nos territórios.

A consulta, portanto, só se torna verdadeiramente livre, prévia e informada quando o território é reconhecido como parte do processo. E isso implica reconhecer o direito à complexidade, um direito que o monoculturar não consegue tolerar.

A CPLI não falha por desenho jurídico inadequado, mas porque muitas vezes é atravessada por violências ontológicas, epistemológicas e políticas que antecedem e moldam sua aplicação. A CPLI como campo de disputa ontológica não advém de um problema de design legal, mas de mundos em conflito.

A Consulta no Brasil não tem diagnóstico de insuficiência formal ou de lacunas na Convenção 169 da OIT, mas de um conflito mais profundo entre ontologias políticas incompatíveis, pois a CPLI é tecnicamente robusta e juridicamente clara.

A consulta, para ser efetiva, exigiria um campo de neutralidade impossível: exigir que sujeitos territorialmente situados, cujos modos de vida são inseparáveis de seu território, participem de um procedimento que já vem pré-formatado pelo Estado e pelos empreendimentos significa supor que eles possam abandonar suas ontologias para caber dentro de um rito administrativo. A consulta, ao ser praticada sob lógica empresarial, converte-se num “mecanismo assimétrico”: a empresa e o Estado não precisam alterar seus modos de ser, enquanto as comunidades são pressionadas a traduzir seus mundos para o vocabulário técnico dominante. Trata-se, portanto, de uma assimetria ontológica, não de uma falha jurídica.

A CPLI, quando administrada por empresas como a Cargill, opera precisamente assim: converte a multiplicidade dos mundos ribeirinhos, sua temporalidade, seus modos de escuta, suas práticas coletivas, em “participação” delimitada por cronograma, ata e relatório. O rito de consulta torna-se dispositivo de simplificação. A própria condição de pluralidade é tratada como ineficiência. O problema não é que a CPLI tenha sido “mal desenhada”, mas que ela é deformada no momento em que é inscrita no terreno da monocultura jurídica e administrativa.

Ao analisar processos políticos envolvendo territórios andinos, de la Cadena observa que o Estado moderno só reconhece aquilo que cabe em sua ontologia política, e o resto é relegado ao campo da crença, da cultura ou da subjetividade. São deslocadas para fora da política. Mas as enunciações como “os peixes não vão conseguir subir” são desconsideradas como enunciações válidas, porém como observado anteriormente, trazem conhecimento eco-hidrológico sensível, que escapa às categorias técnicas. É precisamente essa exclusão que torna a CPLI um dispositivo insuficiente: ela é incapaz de reconhecer que a política, nesses territórios, envolve mais do que humanos.

Ao separar territórios de modos de viver, o Estado cria uma política que não cabe nas formas de vida que pretende regular. A consulta, portanto, opera dentro de mundos que não se correspondem. E é essa não correspondência, que explica a reprodução da monocultura, não a falta de regulamentação ou de clareza jurídica, mas a existência de uma infraestrutura de poder que antecede a consulta e define seus contornos.

O mais significativo é que a CPLI só falha para um lado. E falha porque a consulta é convocada dentro de um campo já colonizado por infraestruturas do monoculturar. Quando as empresas realizam audiências públicas em horários impraticáveis ou com apresentações técnicas herméticas, com estudos de impacto de milhares de páginas, com mapas que fragmentam territórios integrados, e não se trata de erro administrativo. Trata-se de ação ontopolítica: a consulta é moldada para confirmar o projeto da empresa. A condição prévia para que a CPLI opere seria o reconhecimento da diferença ontológica entre o Estado/empresa e os povos consultados e esse reconhecimento nunca é concedido.

Essa assimetria fica ainda mais evidente quando se analisa a temporalidade. As comunidades operam com temporalidades que seguem a maré, o ciclo do peixe, o tempo da várzea, o período de colheita, o deslocamento por rios estreitos que só são navegáveis em certas horas do dia. A empresa opera com temporalidade gerencial que segue cronogramas, prazos contratuais, janelas de operação, tabelas de risco. Impor uma temporalidade a outra é forma de violência. No contexto da CPLI, essa violência se manifesta na urgência artificial imposta às comunidades, transformando a consulta em formalidade apressada. E a discrepância temporal é um dos principais fatores que inviabilizam a consulta, porque ela é administrada sob temporalidade industrial, não territorial.

A consulta só é possível se há equivalência ontológica mínima entre sujeitos que participam do processo. No Baixo Tocantins, essa equivalência é sistematicamente negada. Esse é o ponto central: o problema não é jurídico, é ontológico. E, portanto, a solução não pode ser jurídica, ela vai precisar ser relacional, territorial, cosmopolítica.

O que as comunidades fazem ao elaborar protocolos de consulta, ao mobilizar imagens, ao produzir cadernetas agroecológicas, ao realizar o Grito das Águas é justamente reconstruir a os modos de escuta dentro de seu próprio mundo. A consulta, nesse sentido, só pode ser legítima quando emerge das práticas que a antecedem.

A reflexão de Isabelle Stengers sobre o “direito à hesitação” oferece uma chave conceitual decisiva para compreender os limites estruturais da Consulta Prévia, Livre e Informada no Brasil. Stengers (2015, p. 36) argumenta que a política moderna, ao naturalizar a urgência do progresso, suprime a possibilidade de “hesitar diante do que se apresenta como inevitável”. Essa supressão opera como forma de violência: impede que coletivos humanos e não-humanos participem da decisão. No contexto do Baixo Tocantins, essa lógica é evidente na maneira como a CPLI é conduzida para ocorrer no tempo gerencial da empresa, que exige respostas rápidas, decisões alinhadas e, sobretudo, concordância que possa ser registrada documentalmente. A urgência é performada como dado objetivo, quando na verdade é instrumento político para impedir o exercício da hesitação territorial.

A hesitação, como entendida por Stengers, não é indecisão. É um modo de proteger a possibilidade do comum, um tempo necessário para que emergências cosmopolíticas se manifestem. As comunidades ribeirinhas, ao recusarem a pressa, reintroduzem a hesitação como gesto político e justamente por isso são tratadas pela empresa como obstáculos ao desenvolvimento. Esse movimento revela que a CPLI, ao contrário do que pressupõe sua formulação jurídica, não cria simetria entre as partes: ela é convocada dentro de um campo já colonizado por temporalidades industriais que tornam a hesitação ilegítima. E a urgência empresarial não é técnica, ela está ali para naturalizar a ideia de que o progresso não pode esperar.

Se as comunidades precisarem expressar suas preocupações em forma de “impactos”, “afetações mensuráveis”, “zonas de influência”, categorias que não fazem parte de suas ecopolíticas, a consulta operaria como dispositivo violento, pois tudo aquilo que não cabe na linguagem técnico-estatal e gestão técnica é despolitizado. A empresa controla o tempo, o formato da apresentação, o vocabulário autorizado e, sobretudo, o que entra no documento final.

Em Barcarena e Abaetetuba, as audiências realizadas para expansão portuária reiteram essa dinâmica. Os estudos de impacto ambiental têm milhares de páginas e são disponibilizados a poucos dias da audiência, inviabilizando leitura. A linguagem técnica exclui os habitantes do debate, a empresa recusa integrar conhecimentos locais e a apresentação é conduzida de forma a minimizar riscos. A audiência, nesse formato, é convertida em uma performance que confirma a viabilidade do empreendimento, ainda que produza efeitos graves e irreversíveis. As empresas

frequentemente alegam que “não há impacto direto” para evitar a obrigação de consulta. Esse argumento é utilizado em Barcarena para afirmar que comunidades ribeirinhas “não são diretamente afetadas”, mesmo quando a expansão portuária altera marés, compromete áreas de pesca, aumenta risco de contaminação e provoca assoreamentos. A fragmentação territorial é estratégia para esquivar-se da CPLI.

A consulta acaba sendo instrumentalizada para legitimar projetos e só reconhece direitos formais, não mundos divergentes. Contudo, as comunidades devem ser consultadas mesmo quando impactos são indiretos, pois a consulta só funciona quando há reconhecimento da pluralidade ontológica dos territórios. Quando a consulta é tratada como checklist, ela se converte em ferramenta de despolitização.

No Baixo Tocantins, essa despolitização encontra resistência nas temporalidades insurgentes do território. A insurgência não aparece apenas em atos públicos, mas nos tempos longos do rio e nas práticas cotidianas de cuidado. A consulta empresarial exige respostas imediatas e o território exige observação prolongada das águas, escuta dos ciclos, analisam as raízes, o que o clima daquele ano está dizendo. As comunidades formam suas decisões não por consenso rápido, mas por conversas prolongadas, por circulação entre casas, por escutas cruzadas de experiências e narrativas, pelo tempo necessário para que o território responda. Trata-se de um tempo político que não cabe na administração do licenciamento, mas que produz decisões que incorporam seres humanos e não-humanos.

A consulta precisa permitir que os seres-terra entrem na decisão com seus próprios ritmos e formas de existir, contudo, se seguimos o tempo institucional, ao padronizar o tempo, elimina-se a política e reforça o monoculturar temporal que sustenta os grandes empreendimentos.

Protocolos próprios são elaborados não apenas como instrumento jurídico, mas como afirmação de mundo. Aqui, estão em voga as práticas culturais da própria comunidade, bem como a perpetuação do seu conhecimento e a possibilidade de inovações que dele possam emergir. É nesta seara que as diretrizes trazidas pela CDB estão inseridas. De acordo com essas diretrizes, no momento do acesso ao patrimônio, agora tutelado pelo Estado soberano, deve haver repartição equânime e justa dos benefícios oriundos desta exploração. Este acesso apenas se configurará de forma justa se a comunidade estiver previamente consciente dos termos em que se dará a utilização do seu patrimônio e, ao ser consultada, poderá ou não consentir o seu uso.

A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB trata do direito ao meio ambiente complexo e íntegro no Art. 225, e, dispondo sobre patrimônio genético no art. 225,

II, CFRB/88. O tema foi regulamentado no Brasil primeiramente pela Medida Provisória no 2.186-16, substituída pela Lei Federal 13.123/2015.

A comunidade não pode arcar com os custos desse processo e em hipótese nenhuma pode haver a supressão dessa etapa por parte dos desenvolvedores. Existe, portanto, a obrigatoriedade de realizar as consultas e os custos são arcados pelo interessado. Quem vai arcar e quem vai realizar a consulta são duas coisas distintas. Juridicamente, existe a previsão que no processo haverá a participação e a supervisão do Ministério Público, mas quem dita a metodologia do processo de consulta é a própria comunidade que pode estabelecê-la por meios dos seus protocolos comunitários de consulta prévia, livre e informada. A limitação de custos por parte do desenvolvedor não deve gerar interferências, pois o risco cabe a parte interessada a implementar a atividade ou projeto.

Tabela 1 – Direitos previstos na Convenção 169 da OIT e os respectivos artigos/incisos onde eles são tratados

Direito	Artigo(s) / Inciso(s)	Descrição resumida
Reconhecimento da identidade cultural	Art. 1, 2, 3	Reconhecimento dos povos indígenas e tribais como grupos distintos com suas próprias culturas e instituições.
Direito à terra e aos territórios	Art. 13, 14, 15, 16, 17, 18	Direito ao reconhecimento e proteção das terras tradicionalmente ocupadas, incluindo uso e usufruto de recursos.
Consulta prévia, livre e informada	Art. 6, 15, 16	Consulta obrigatória antes de qualquer medida legislativa ou administrativa que possa afetar os povos.
Participação na formulação de políticas	Art. 6	Direito de participar em processos decisórios sobre políticas que afetem suas vidas e territórios.
Direito à auto-organização	Art. 4	Direito de organizar instituições políticas, sociais, econômicas e culturais próprias.
Preservação dos costumes e instituições	Art. 4, 8, 9	Proteção das tradições, costumes e instituições sociais, econômicas e culturais dos povos.
Educação culturalmente adequada	Art. 27	Direito a educação que respeite e valorize suas culturas e línguas.
Direito à saúde	Art. 24	Direito ao acesso a serviços de saúde que respeitem suas práticas culturais e necessidades específicas.
Direito ao trabalho	Art. 7, 15	Proteção das condições de trabalho e do emprego, respeitando práticas tradicionais e modos de vida.
Proteção contra deslocamentos forçados	Art. 16	Restrições ao deslocamento forçado, exceto em casos excepcionais e com consulta e compensação.
Uso e gestão dos recursos naturais	Art. 15, 16, 17	Direito de conservar, proteger e administrar seus recursos naturais segundo suas tradições.
Direito à assistência jurídica	Art. 9	Garantia de acesso à justiça e assistência jurídica para proteger seus direitos.
Garantia de consulta em projetos de desenvolvimento	Art. 16	Consulta e participação em projetos que possam afetar diretamente seus territórios e modos de vida.

Tabela 2 – Marco legal sobre consulta prévia

Marco legal	Foco	Ponto central	Jurisdição	Aplicação	Mandatário ou Voluntário
Convenção 169 da OIT	Direitos indígenas e tribais	Reconhecimento, proteção e consulta prévia em territórios	Internacional	Países signatários	Mandatário para países signatários
Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP)	Direitos humanos indígenas	Direito à autodeterminação, territórios, cultura e consulta	Internacional	Recomendada para países membros da ONU	Voluntário (não vinculante)
Constituição Federal do Brasil (1988)	Direitos territoriais e culturais indígenas	Reconhecimento dos direitos originários sobre terras indígenas	Nacional (Brasil)	Brasil	Mandatário
Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973 - Brasil)	Proteção dos direitos indígenas	Regula posse e uso das terras indígenas	Nacional (Brasil)	Brasil	Mandatário
Lei nº 11.645/2008 (Brasil)	Educação indígena e direitos culturais	Inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar	Nacional (Brasil)	Brasil	Mandatário
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José)	Direitos humanos gerais	Proteção de direitos territoriais como parte dos direitos humanos	Regional (América Latina)	Países signatários	Mandatário para países signatários
Lei de Terras (Lei nº 4.504/1964 - Brasil)	Regulação fundiária	Regularização e controle de posse e uso de terras rurais	Nacional (Brasil)	Brasil	Mandatário
Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012)	Uso sustentável do solo e proteção ambiental	Regras para preservação de vegetação nativa em propriedades	Nacional (Brasil)	Brasil	Mandatário
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)	Conservação da biodiversidade	Proteção e uso sustentável dos recursos naturais	Internacional	Países signatários	Mandatário para países signatários
Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar dos Povos Indígenas	Direitos indígenas africanos	Reconhecimento de direitos territoriais e culturais	Regional (África)	Países signatários	Mandatário para países signatários
Lei de Proteção Ambiental (National Environmental Policy Act - NEPA - EUA)	Avaliação ambiental	Exige avaliações ambientais em projetos que afetem territórios	Nacional (EUA)	Estados Unidos	Mandatário

4.3 Estratégia de cercamento das terras: conexão Santarém-Abaetetuba

Abaetetuba reflete de forma emblemática as dinâmicas territoriais que atravessam o estado do Pará, estabelecendo uma conexão direta e simbólica com o Baixo Amazonas, especialmente com a região de Santarém. Essas duas localidades, embora distantes geograficamente, estão ligadas por processos de expansão econômica e territorialização que operam com lógicas semelhantes, pautadas na apropriação, privatização e fragmentação de territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

No contexto dessa conexão Santarém-Abaetetuba, o fenômeno do cercamento das terras se apresenta como uma estratégia articulada, que ultrapassa o espaço físico para englobar múltiplas escalas e dimensões legais, econômicas, sociais e ambientais. O cercamento, neste sentido, não se limita ao ato material de delimitar propriedades, mas envolve um conjunto de práticas e dispositivos institucionais que visam controlar fluxos, restringir o acesso e apropriar-se da sociobiodiversidade presente nesses territórios.

Em Abaetetuba, essa estratégia expressa-se por meio de infraestruturas físicas como hidrovias, estradas e grandes empreendimentos agroindustriais, que alteram radicalmente a paisagem e impõem uma lógica monocultural à região. Esses equipamentos facilitam a circulação de mercadorias e insumos, mas também promovem o cercamento simbólico e prático das comunidades locais, que veem seus modos de vida tradicionais ameaçados pela imposição de regimes produtivos e formas de gestão territorial alheias à sua cultura e necessidades.

Paralelamente, o uso de ferramentas legais e institucionais como os processos de licenciamento ambiental fragmentado e os marcos regulatórios que flexibilizam critérios ambientais e fundiários atua como um mecanismo de legitimação do cercamento e da expropriação. Essa conjugação entre infraestrutura material e legal cria um mosaico territorial que segmenta o espaço em unidades privatizadas, tornando cada vez mais difícil a manutenção do convívio e da gestão comunitária dos recursos.

A conexão entre Santarém e Abaetetuba exemplifica, portanto, como a estratégia de cercamento se manifesta em múltiplas frentes, reproduzindo padrões que se estendem por toda a Amazônia paraense e que reforçam a lógica do monocultivo. Esta lógica promove a homogeneização da paisagem, a exclusão de formas de vida tradicionais e a imposição de um modelo produtivo pautado pela extração e exportação de recursos, cuja centralidade reside na maximização do lucro e no controle territorial.

Desse modo, compreender essa conexão é fundamental para revelar os contornos dessa estratégia de cercamento, identificar os atores envolvidos, as resistências que emergem das

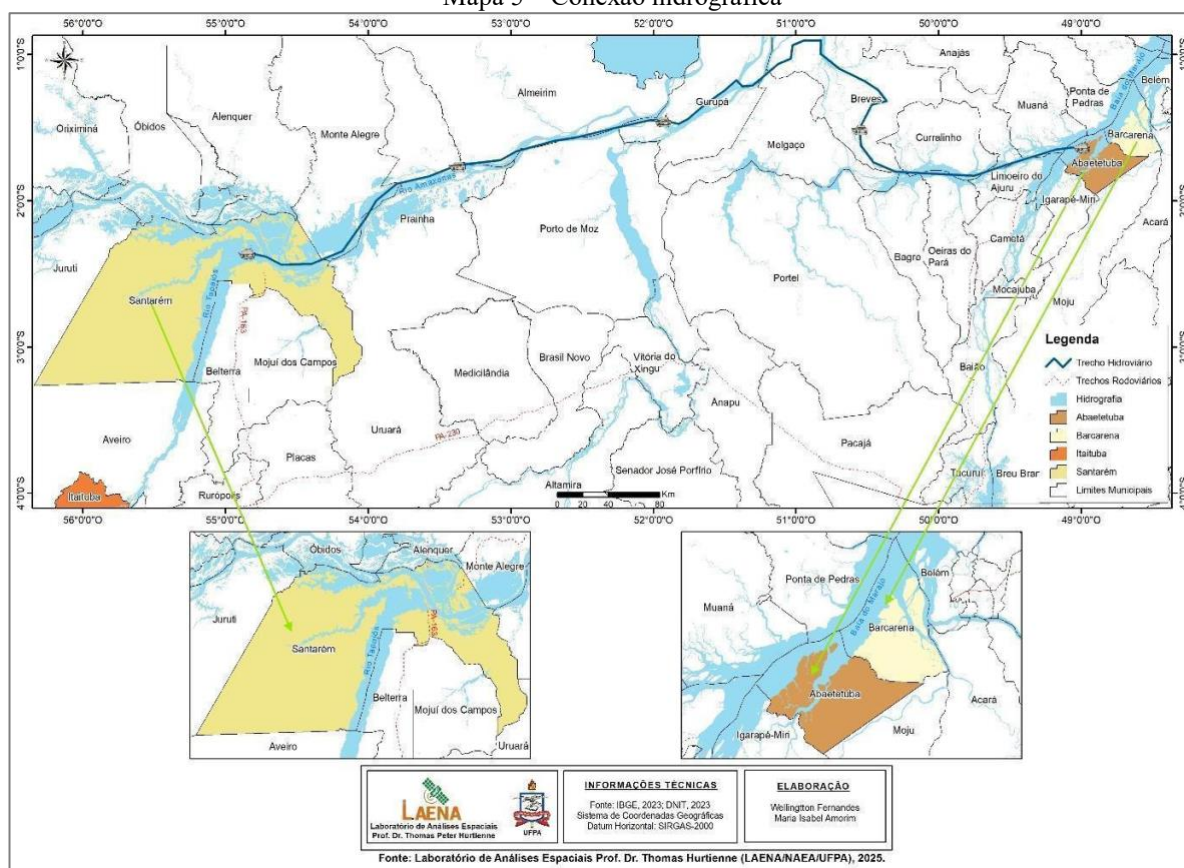
comunidades e as formas de denúncia e anúncio que buscam proteger a sociobiodiversidade ameaçada. O estudo do eixo Santarém-Abaetetuba permite evidenciar os impactos territoriais que reverberam para além dos limites locais, configurando um quadro complexo e interligado de disputas por terra, cultura e modo de vida na Amazônia contemporânea.

Um exemplo claro dessa semelhança está na expansão do agronegócio e na construção de grandes hidrovias e rodovias que cortam ambas as regiões. Em Santarém, a implantação da Hidrovia do Tapajós e a expansão das monoculturas de soja e milho têm impulsionado processos intensos de desmatamento e expropriação de terras de comunidades tradicionais, que sofrem com a perda do acesso a seus territórios e recursos naturais. Da mesma forma, em Abaetetuba, a construção e ampliação da Hidrovia do Tocantins, aliada à expansão do monocultivo de soja e à instalação de infraestruturas portuárias e agroindustriais, geram impactos socioambientais comparáveis.

Além disso, tanto em Santarém quanto em Abaetetuba, observa-se a fragmentação dos processos de licenciamento ambiental, que favorece a aprovação rápida e segmentada de projetos, dificultando a análise integrada dos impactos territoriais e a participação efetiva das comunidades afetadas. Esse mecanismo legal serve para institucionalizar o cercamento territorial, legitimando a privatização e o controle sobre os territórios que historicamente foram ocupados por populações tradicionais.

Assim, ambos os casos ilustram como a articulação entre infraestruturas físicas e jurídicas alimenta a estratégia de cercamento, intensificando a homogeneização da paisagem e reduzindo a sociobiodiversidade, ao mesmo tempo em que enfraquece as resistências locais e impõe uma lógica econômica que desconsidera os modos de vida e as relações sociais estabelecidas nessas regiões.

Mapa 5 – Conexão hidrográfica



Fonte: LAENA (2025).

Os vereadores do município de Santarém (PA) incluíram emenda à minuta do Plano Diretor do Município (2019-2019) que permite a implantação de terminais de uso privado e estações de transbordo de cargas no Lago do Maicá, área de preservação ambiental.

Como habitual nesse tipo de prática, os vereadores o fizeram no encerramento das atividades legislativas e sem espaço para participação da população. O projeto de revisão do Plano Diretor seguiu para sanção do prefeito em que pese tal inclusão contrariar decisão popular validada em Conferência Municipal realizada em 2017 para atualização do Plano Diretor Participativo (2006) - após 13 oficinas e seis audiências públicas nas zonas urbana e rural de Santarém. O Plano Diretor de 2006, e o texto da consulta popular não definiam a região do Lago do Maicá como área de alongamento do complexo portuário.

No Estatuto das Cidades, o Plano Diretor aparece como um documento referência para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana de um município. Ao identificar as demandas, o Plano deve ser elaborado a partir da consulta à população. Depois de debate e construção coletiva, a minuta é entregue à Câmara dos Vereadores. Juridicamente, as alterações no texto do Plano Diretor pela Câmara dos Vereadores só ocorrem quando há problemas jurídicos na minuta ou ações que não são parte deste tipo de documento. Isso para

evitar que a gestão municipal penda para beneficiar grandes empresas, em detrimento da população, meio ambiente e comunidades tradicionais.

A decisão precisaria ser popular e participativa, sob pena de desrespeitar a Convenção 169 da OIT, vez que o Lago do Maicá é fonte de subsistência para dezenas de pescadoras e pescadores, quilombolas e indígenas, não podendo ser alterado sem a consulta desses povos. Assim, ampliar a área portuária, convenientemente onde há planos para a construção de portos privados voltados ao escoamento da soja e permitir a construção de prédios e empreendimentos turísticos significa violência contra os povos e comunidades locais.

Cercar o território é um *modus operandi* que atua de forma ampla através da grilagem, da plantação de soja, do uso de agrotóxicos, da implantação e expansão dos portos, ferrovias; contaminação do solo e das águas, especulação imobiliária, expulsão de famílias quilombolas, indígenas e de pequenas e pequenos agricultores para as periferias da cidade, com ameaças e assédios. Tudo isso está interligado no monoculturar.

A região do Baixo Tocantins é estratégica para o transporte por estar muito próxima dos mercados dos Estados Unidos, mercado europeu, ou, através do canal do Panamá, dos países asiáticos. Construir um porto nessa região permitiria que embarcações de grande calado possam chegar e escoar a produção de outras regiões conectadas (mapa 6). A integração de Abaetetuba às redes globais de commodities a partir da projeção das rotas comerciais evidencia a inserção do território em circuitos globais de circulação.

Um outro paralelo que precisa ser destacado seria Santarém (mapa 5 e 7), onde existe a atuação da empresa Cargill e de lá a produção poderia vir para embarcar em navios maiores. Importante frisar, portanto, que o conflito relatado na região pode ser mais um entre outros e aos outros se conecta.

Mapa 6 – Conexões e expansões logísticas projetadas

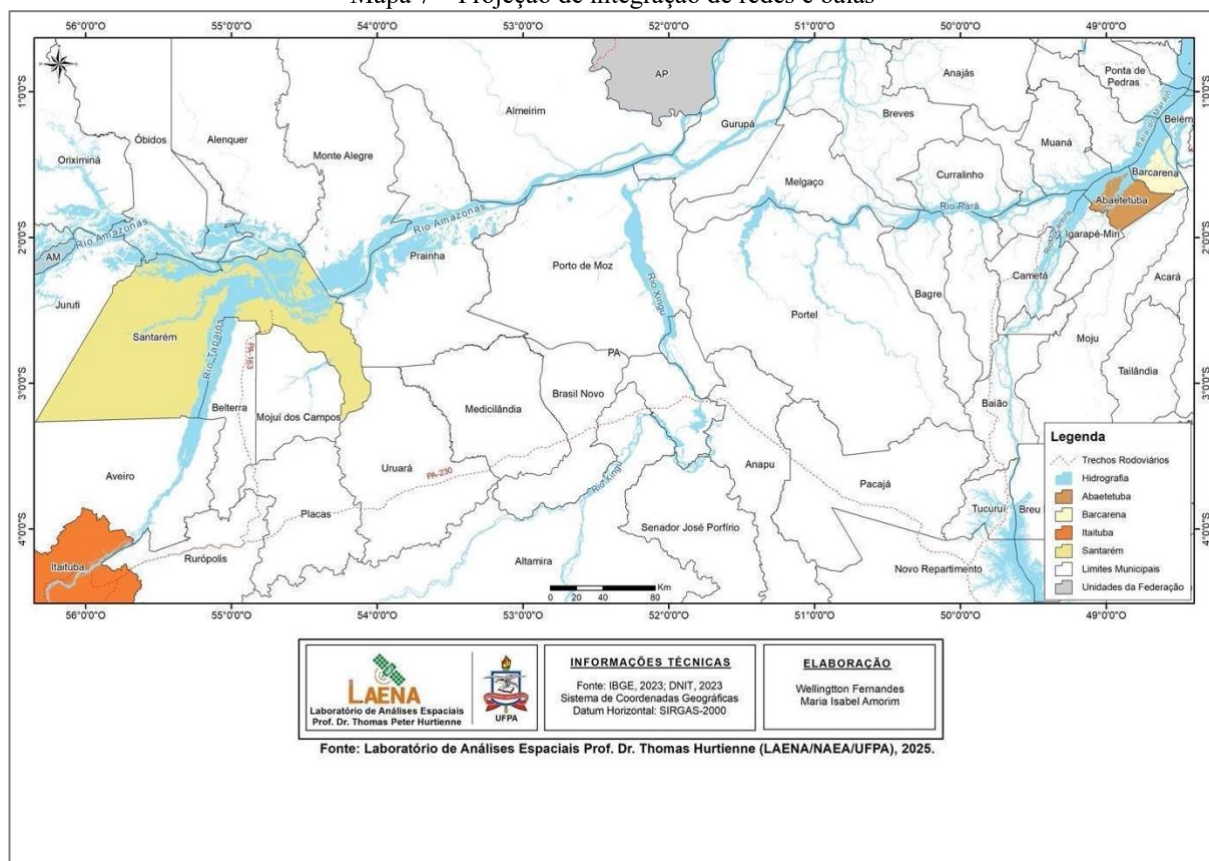


Fonte: Elaborado por LAENA (2025).

Observar a conexão com infraestruturas nacionais e infranacionais pode ser um desafio, mas o esforço precisa ser feito pois elas se expandem de forma articulada ainda que sutilmente invisível ou transparente. Cowen chama atenção para o efeito “*seamless*” que poderia ser traduzido para transparente, integrado, contínuo, uniforme, homogêneo, ininterrupto, sem costura, inteiriça, liso. Trago tantos sinônimos não para ser redundante, mas porque acredito que cada um oferece uma camada do que precisamos observar. A autora fala de *seamless* para as estruturas que parecem se integrar sem esforço, quando na verdade, muita energia é alocada para transformar e facilitar essa movimentação entre países.

As empresas que têm interesse em exportar commodities como a soja, desejam instalar-se na região para que navios de grande calado possam receber a mercadoria de Itaituba e Santarém, comportando embarcações que não conseguem aportar em outros portos. A bacia conecta-se com as bacias do Xingu, Madeira e Tapajós (ver mapa).

Mapa 7 – Projeção de integração de redes e baías



Fonte: Elaborado por LAENA (2025).

Cada vez que se estabelece tal crescimento em escala surgem os conflitos afetando quem mora nas ilhas, mas também no continente porque só vai fazer o acercamento do território se aumentar a produção dos grãos. Na mesma costa, havendo a projeção de explorar petróleo, existe a possibilidade de pressão para alocar infraestrutura para essas empresas também, então além da instalação de porto, aponta-se a disputa para instalar empresas que queiram construir barcaças.

Em visitas e levantamento da situação das comunidades, a denúncia de empresas como Cargill e Amazon Carbon eram recorrentes e um exemplo do que essas infraestruturas representam em termos de assédios e ameaças.

Em Abaetetuba, existem indícios de mudanças já com a infraestrutura de investimentos alocadas na alça viária como estrutura logística modal que integra rodovias e hidrovias. Para garantir essas instalações, houve o envolvimento secretarias do governo do estado, os financiadores, estado brasileiro, como via de escoamento da região norte e centro oeste. Esse poder, portanto, precisa ser vislumbrado como algo que não é local, mas age localmente.

Desassociar cada item dessa articulação dificulta entender as diferentes escalas desse processo de monoculturar.

O papel dos estados e municípios é muito importante de ser analisado para observação, por isso cumpre fazer leitura da lei de terras, das flexibilizações ambientais e captação de recurso internacional em benefício das empresas para essa estrutura e empréstimos. Tudo isso opera em pressão para expropriação dos territórios e exploração dos recursos na região e expansão de alguns modelos de futuro em detrimento de outros.

A revisão do plano diretor pretende estabelecer mudanças para o ordenamento territorial e assim o PAE próximo de Abaetetuba pode se transformar em bairro para descaracterizar-se como território coletivo, o que torna possível a titulação individual. Assim, a prefeitura de Abaetetuba é um agente importante para cercamento dos territórios e a câmara de vereadores tem papel para auxiliar a administração pública nessa seara. Por isso é primordial analisar a atuação das prefeituras com empresas cercando os territórios.

Entre as dificuldades encontradas, reside analisar essas diferentes escalas em conjunto e pensar como resistir em diferentes escalas, vez que para as empresas existe uma assimetria e é mais fácil transitar e atuar no plano municipal, estadual e internacional, academia, etc.

Na transformação de áreas comunitárias, a estratégia implementada em Santarém é parecida, ela foi usada na época do porto, mas ainda é usada porque querem mais terras para aumentar a produção. Por isso é importante pensar a expansão do monocultivar na Amazônia e articular-se em confluência. O movimento social aponta estratégias na mobilização no território, no mobilizar no local e urbanizar a luta, no saber porque elas estão se mobilizando para educar, para resistir. Assim, olhar para os anúncios, com as articulações dos territórios se apresentam, tendo a arte como fluxo através do furo cocriando imagens e paisagens.

4.4 Processos de resistência e anúncios

As práticas organizativas das comunidades do Baixo Tocantins com oitivas, protocolos de consulta, cadernetas agroecológicas, processos de regularização territorial, mobilização de imagens e o Grito das Águas constituem um modo de fazer política que escapa às formas convencionais de participação previstas pelos mecanismos institucionais e pelos dispositivos corporativos das grandes empresas operantes na região. Longe de se configurarem como respostas pontuais a impactos recentes, essas práticas expressam uma ontologia territorial própria, tecida na relação prolongada e historicamente sedimentada entre pessoas, águas, várzeas e ilhas. Tal ontologia não se limita à representação cartográfica do território, mas o compreende como corpo vivo e relacional, cuja integridade depende tanto da continuidade ecológica quanto da continuidade das relações humanas e não humanas que o constituem. É

neste sentido que a crítica ao monoculturar aqui se articula necessariamente com uma crítica às formas corporativas de fragmentação territorial.

Ailton Krenak argumenta que a separação moderna entre humanidade e território é resultado de um processo civilizatório que retira a terra de sua condição de parente e a transforma em recurso (Krenak, 2019). Tal separação é coerente com o monoculturar, entendido aqui como operação de simplificação que busca reduzir paisagens complexas a unidades funcionais. O monoculturar age não apenas sobre objetos ou ecossistemas, mas sobre relações.

A linguagem corporativa tende a transformar processos participativos em procedimentos que visam à coleta rápida de opiniões, de modo a encerrar o rito antes que ele se torne efetivamente político.

Os protocolos comunitários de consulta não se limitam a estabelecer diretrizes procedimentais. Eles afirmam que a consulta legítima só ocorre quando o território é respeitado em sua integralidade, o que significa dizer que não se pode consultar apenas a comunidade “X” ou “Y”, mas todas as relações que integram aquele sistema de ilhas, furos, braços de rio, áreas de pesca, roças, várzeas e casas que se movem com a maré. Trata-se de um entendimento radicalmente diferente daquele empregado pelas empresas, que tratam o território como um mosaico fragmentado de áreas de influência direta, indireta ou potencial. O território integral não é a soma de parcelas, mas um modo de vida articulado pela água. No Baixo Tocantins, a tentativa da Cargill de fragmentar o território, separando Barcarena, Abaetetuba, ilhas e várzeas como unidades desconectadas, constitui precisamente esse esforço de simplificação.

As consultas territoriais aprofundam ainda mais essa contraposição. Elas não se limitam à escuta das pessoas, mas incorporam sinais do território: a cor da água, a época do peixe, a direção dos ventos, as mudanças no ciclo do açaí e a saúde das plantas. Esses sinais são interpretados como informação política. Essa forma de escuta não é análoga à coleta de dados ambientais, portanto, trata-se, antes, de reconhecimento da agência territorial. Ao considerar a água como sujeito e não como recurso, a consulta territorial interrompe a operação do monoculturar, que depende da redução do território à função utilitária.

Fotografia 17 – Placa com dizeres “Território não é mercadoria”



Fonte: Acervo da autora. Pirocaba, Abaetetuba (PA).

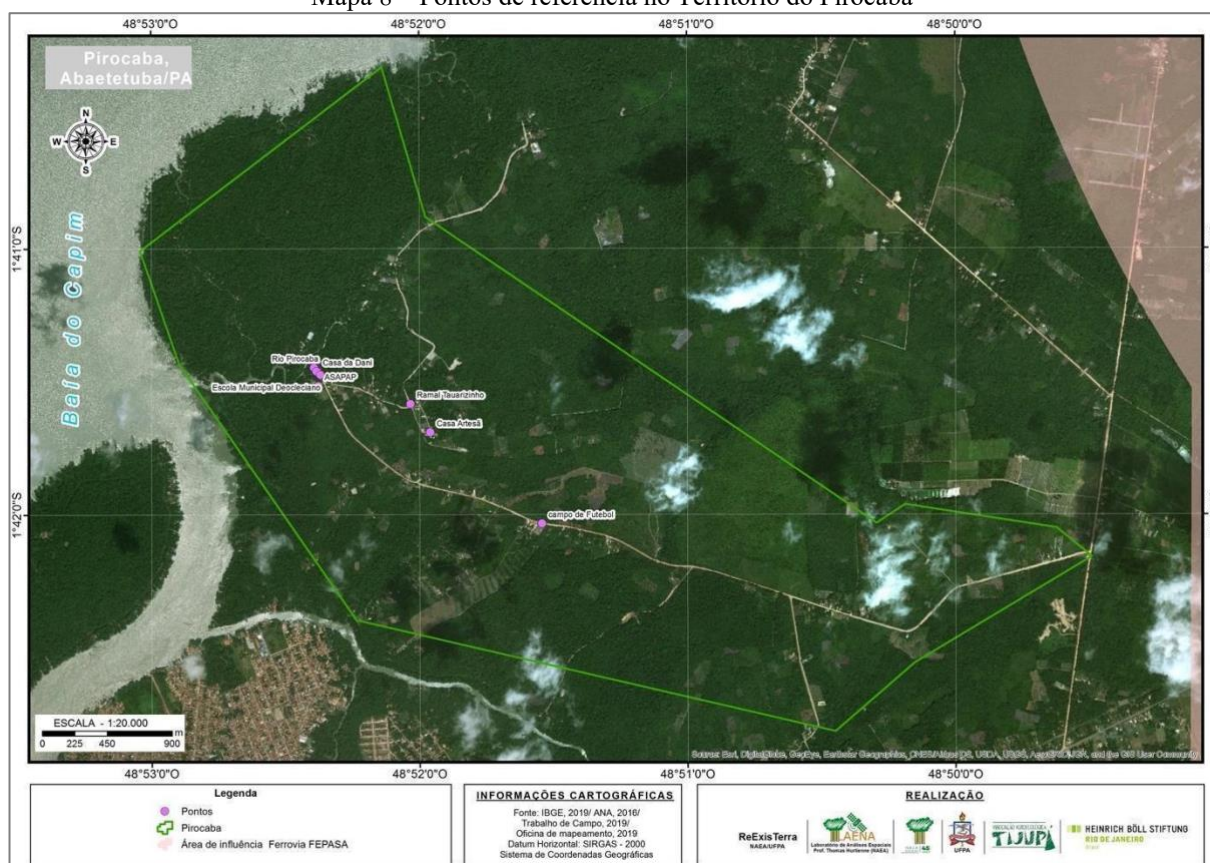
O Grito das Águas emerge como momento em que o território ganha voz pública. Não se trata apenas de manifestação política, mas de ritual que transforma o sofrimento do rio em denúncia coletiva. O Grito das Águas, ao mobilizar a dor do território, confronta diretamente a monocultura da narrativa empresarial, que busca encapsular danos como eventos isolados e tratáveis tecnicamente.

Outro exemplo de anúncio são as cadernetas agroecológicas, utilizadas por mulheres extrativistas e agricultoras da região. Elas documentam variações sazonais, técnicas de manejo, ciclos de reprodução, volumes de extração, práticas culinárias, saberes de cuidado, relações

entre espécies e transformações ambientais. Funcionam como arquivo vivo da ecologia local, registrando uma multiplicidade de relações que o EIA fracassa em reconhecer. Enquanto o estudo ambiental busca estabilizar o território em recorte momentâneo, as cadernetas registram temporalidades múltiplas e contínuas, que se estendem para além dos limites projetados pelo licenciamento. Como observa Tsing (2021) os saberes locais não apenas sobrevivem, mas ganham papel central para reconstituir mundos. As cadernetas são infraestruturas de memória e cuidado, que permitem às comunidades acompanhar processos de degradação e regeneração que o monoculturar tenta obscurecer.

As cadernetas agroecológicas contribuem para esse processo ao registrarem minuciosamente variações ambientais cotidianas. Elas constituem uma prática de “ciência lenta” que contrasta com a lógica dos indicadores técnicos usados nos estudos de impacto. A escrita da caderneta produz continuidade e memória, fortalecendo vínculos entre temporalidades sazonais e transformações recentes. Elas funcionam como arquivo comunitário, reforçando a economia e política feita no território, contra a volatilidade dos discursos empresariais que frequentemente se apoiam na falta de registros para negar impactos. Esse gesto de registrar é também uma forma de resistência ao monoculturar, pois restitui a complexidade ecológica e social que a empresa tenta reduzir.

Mapa 8 – Pontos de referência no Território do Pirocaba



Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: O mapa indica locais relevantes para a organização social e o uso do território pelas comunidades.

Os processos de regularização territorial articulam essa complexidade em outra escala. A regularização não é buscada apenas para assegurar propriedade formal, mas para garantir que o território seja reconhecido como extensão da vida.

Assim, a organização comunitária no Baixo Tocantins produz uma política territorial que se opõe frontalmente ao monoculturar. Essa política, que não separa humanos e territórios, é a própria condição de sobrevivência num ambiente continuamente pressionado por lógicas de extração, logística e redução ontológica. A análise aqui apresentada construída a partir da convivência e das referências teóricas que ajudam a interpretar essa convivência mostra que a resistência territorial não é mero enfrentamento, mas criação contínua de mundos que o monoculturar tenta, sem sucesso, reduzir.

Assim, ao mobilizar temporalidades e processos vários para garantir que seu tempo tivesse valor e prioridade, traz-se a integridade territorial e o que significa o território integralmente para quem o vive, respeitando as diversas territorialidades.

Fotografia 18 – Manifestação na praça de Abaetetuba



Fonte: Acervo da autora.

Um dos grandes exemplos de anúncios nesse processo são os protocolos construídos para demonstrar como se quer que se faça a consulta. Após acompanhar e observar as oitivas organizadas pela DPE e como a comunidade se organiza pode entender como o processo judicial movido pelas comunidades do Baixo Tocantins contra a Cargill representou não apenas um litígio formal, mas um conflito ontopolítico sobre quem tem o direito de definir o que é território, quem pertence a ele, e qual temporalidade orienta decisões sobre seu futuro a partir da luta contra a fragmentação formal do território. Quando o Ministério Público e as comunidades ingressaram com ação judicial exigindo a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), não se tratava apenas da legalidade procedimental, o que se judicializava

era o próprio reconhecimento da existência de mundos incompatíveis que a empresa insistia em reduzir a um conjunto de “áreas de influência” mensuráveis.

A Cargill, como tantas empresas que atuam na Amazônia, sustentava que seus empreendimentos portuários em Abaetetuba não afetavam “diretamente” as comunidades extrativistas, ribeirinhas, pesqueiras e quilombolas da região. Essa alegação, padrão em litígios que envolvem grandes infraestruturas, é menos um erro técnico e mais uma estratégia ontopolítica. Fragmentar o território em compartimentos isolados é um modo de negar a interdependência ecológica e sociocultural que caracteriza a vida no Baixo Tocantins. Tal fragmentação produz invisibilidades úteis: se cada comunidade é recortada como unidade isolada, se cada afetação é tratada como “localizada”, se cada risco é avaliado sem considerar as conexões hídricas, fluviais, culturais e econômicas, então a exigência de consulta desaparece e os obstáculos parecem contornáveis. A consulta se torna “desnecessária” não porque não há impacto, mas porque o impacto foi desmembrado até tornar-se administravelmente pequeno.

A resposta das comunidades que resultou nos protocolos comunitários de consulta e na mobilização judicial consistiu precisamente no movimento contrário: recusar a fragmentação e reconstruir a totalidade do território a partir de seus próprios modos de existência. Esse ato, que se expressa tanto jurídica quanto politicamente, corresponde ao que Isabelle Stengers descreve como gesto cosmopolítico: não tentar traduzir o mundo para a linguagem do adversário, mas impor a necessidade de uma hesitação, o freio capaz de reabrir o campo do possível (STENGERS, 2015). Os protocolos surgem como mecanismo contra a urgência gerencial da empresa. Ao formular seus protocolos, elas afirmam explicitamente que a consulta só pode ocorrer no tempo da maré, no tempo da comunidade, no tempo do rio, e não no ritmo acelerado das audiências empresariais.

Os protocolos elaborados afirmam o tempo como bem coletivo. Exigem que reuniões respeitem os deslocamentos fluviais, que cada comunidade tenha tempo próprio para deliberar internamente e que a informação circule de modo compreensível, e que decisões não sejam tomadas em cronogramas impostos. Esse ponto é central: ao mobilizar temporalidades próprias, as comunidades reivindicam algo maior que o tempo cronológico, reivindicam tempo como dimensão ontológica do território. Aqui, a temporalidade não é acessório, mas condição de possibilidade para que mundos apareçam.

Se a fragmentação empresarial reduz o território a polígonos, superfícies e perímetros, o movimento feito pelas comunidades compreende o território como conjunto vivo e interdependente de águas, pessoas, ciclos ecológicos, saberes, fluxos fluviais, lugares de pesca, mangues e práticas cotidianas. A integridade territorial apresentada judicialmente, mas gestada

nas práticas de vida, expressa que o território não pode ser recortado em setores estanques sem destruir o próprio tecido que o mantém vivo. Integridade territorial, nesse contexto, significa reconhecer que o território só existe integralmente: como paisagem fluida e feito de relações.

Os povos indígenas e tradicionais não defendem apenas “território” como recurso ou espaço físico, mas mundos que não estão separados daquilo que a ontologia moderna chama “natureza”. A fragmentação empresarial, portanto, não destrói apenas coerência espacial, destrói a coerência cosmológica.

Assim, ao ingressarem com ação judicial, as comunidades não reivindicam apenas aplicação formal da Convenção 169 da OIT, reivindicam reconhecimento de que suas temporalidades são legítimas formas de política. O processo judicial culminou no reconhecimento de que as comunidades possuem direito de decidir o modo como serão consultadas, e que seus protocolos têm força normativa dentro da CPLI. Esse reconhecimento tem implicações profundas: significa que a consulta não pode ser reduzida à audiência pública, e não pode ocorrer sem antes reconhecer a integridade territorial e as temporalidades comunitárias. A empresa, ao insistir na fragmentação, perde a possibilidade de decidir unilateralmente quem é “afetado”. O território e seus fluxos passam a ser autoridade política.

4.5 O *modus operandi* do monoculturar

Para desvelar o *modus operandi* do monoculturar ou como esse processo se manifesta, quais são suas principais etapas, atores, infraestruturas e racionalidades que o sustentam é preciso lembrar que o monoculturar não é um ato isolado, mas um processo contínuo de simplificação, apropriação e padronização da paisagem e das relações socioambientais. Ele atua desassociando territórios complexos, plurais e dinâmicos, para, em seguida, reapropriá-los segundo uma lógica econômica única, fundamentada na produtividade, eficiência em lucro e escala.

Este processo envolve, portanto, a fragmentação do território com o desmembramento e a reorganização das terras, que desconsideram os usos tradicionais e coletivos. De forma recorrente o cercamento e privatização para gerar controle e delimitação física e jurídica do espaço, restringindo o acesso e uso pelas comunidades locais. Outro fator comum está na escala e padronização da produção com a implantação de sistemas agrícolas homogêneos, como a soja ou cana-de-açúcar, com alto uso de tecnologia e insumos químicos. E o que se analisa com mais esforço no presente trabalho, as infraestruturas do monoculturar: a construção de estradas, hidrovias, silos, portos e sistemas de armazenagem, que permitem escalar a produção e integrar

mercados globais. Outrossim, existe também o controle institucional e discursivo no uso do aparato jurídico, regulatório e midiático para legitimar e perpetuar o processo, minimizando resistências e impactos sociais e ambientais.

O processo pode iniciar-se com a apropriação por meio da compra, grilagem, concessão ou pela pressão institucional e econômica. Seguida da desarticulação dos modos de uso do território tradicionais e coletivos, seja por meio da expulsão física, da burocratização do acesso, ou da criação de obstáculos legais e econômicos. Aqui, o desmonte das redes e criação de conflitos é comum para eliminar resistências. Seguido da construção de estradas, hidrovias, portos, silos, instalações para maquinário pesado e sistemas de irrigação. Essas infraestruturas transformam a paisagem e viabilizam a produção em larga escala, integrando a região a fluxos econômicos globais.

Outrossim, por meio de processos de licenciamento ambiental fragmentados, alterações para flexibilização nas leis fundiárias e ambientais, e políticas públicas direcionadas, o monoculturar se consolida juridicamente. Discursos oficiais frequentemente minimizam impactos e enfatizam ganhos econômicos, e a expansão do monoculturar ocorre por meio da replicação do modelo em novas áreas, formadas através do mesmo modo operandi, mas com aparente desarticulação, em que pese aplicar o mesmo modo de atuação e por vezes os mesmo atores, a integração das estratégias tenta ser feita de forma que não chame atenção, pois aprovar projetos isolados é mais simples. Passam assim a formar uma malha crescente e interligada que reforça o controle e limita alternativas de uso do território.

Podemos destacar nesse processo diversos atores e as infraestruturas materiais (rodovias, ferrovias, hidrovias, silos, maquinário) e imateriais (leis, licenças, discursos) como base para manter e expandir o monoculturar, atuando em conjunto para a lógica de controle e escala.

Entender o *modus operandi* do monoculturar é essencial para desvelar as lógicas estruturantes que estão por trás da expansão e conectar a operação em outras regiões. Essa compreensão permite problematizar não apenas os impactos evidentes, mas também as formas sutis e institucionais pelas quais o território, as comunidades e as paisagens são transformados. O monoculturar, como processo, faz repensar as relações entre humanos, territórios e modos de vida em um mundo marcado pela crise socioambiental.

O monoculturar não é apenas um sistema produtivo, é uma forma de organizar vidas, os territórios, as relações e presente e futuro. Ele opera menos como técnica agrícola e mais como infraestrutura ontopolítica, um modo de produzir homogeneidade por meio da eliminação ou desqualificação da diversidade. Para entender seu funcionamento, é preciso descrevê-lo não como categoria metafórica, mas como um regime prático: uma racionalidade que opera através

de simplificações ativas, padronizações violentas e dispositivos de gestão que reduzem a complexidade dos territórios para torná-los administráveis e apropriáveis.

A monocultura não se limita a culturas vegetais, ela implica a criação de ambientes governados por uma única lógica, uma única espécie, uma única temporalidade, uma única narrativa de valor. O monoculturar, nesse sentido, é uma forma de administrar o mundo “como se” ele pudesse ser reduzido a um conjunto de insumos e fluxos previsíveis. Essa redução é sempre violenta e produz fragilidades ecológicas, precariedades humanas e mundos que sobrevivem apenas como resíduos administráveis do que já foi destruído.

No Baixo Tocantins, o monoculturar se materializa não apenas por meio das monoculturas agrícolas que alimentam o porto da Cargill, mas também por meio das infraestruturas que tornam possível sua existência e expansão, como estradas, portos, zonas industriais, rotas fluviais reconfiguradas, licenças fragmentadas e estudos de impacto que recortam o território em compartimentos isoláveis. O monoculturar tem três movimentos fundamentais: simplificar, acelerar e descartar.

Simplificar significa reduzir mundos plurais a unidades homogêneas de cálculo. As águas se tornam “recursos hídricos”, os rios passam a ser “vias de escoamento”, as comunidades são classificadas como “populações potencialmente afetadas”, e os impactos se transformam em números e tabelas. Esse movimento é epistemologicamente violento, porque cancela formas de conhecimento que não se deixem traduzir. Nesse processo, o que se apaga é a própria existência do rio como ente, como sujeito, como agente político. A simplificação performa um mundo onde apenas o que pode ser administrado importa.

Acelerar é impor ao território uma temporalidade extrínseca, própria das empresas, no qual tudo o que não se ajusta ao ritmo do “progresso” é descartado como obstáculo. A aceleração é tecnologia de controle. Esse tempo acelerado tenta converter a consulta em etapa administrativa pré-definida.

Descartar é parte desse processo: descartar é dispositivo de especulação de valor. A lógica do desenvolvimento só existe porque transforma territórios em superfícies de extração. No Baixo Tocantins, descartar significa inviabilizar pesca, comprometer qualidade da água, gerar riscos permanentes, desarticular redes socioterritoriais que não se ajustam à racionalidade portuária. Descarta-se também a política: aquilo que não cabe no rito da audiência, na linguagem técnica ou na gestão escalonada, simplesmente não entra na decisão.

O monoculturar se sustenta em infraestruturas que dão forma a esses três movimentos. Não são apenas portos, dutos, estradas e silos: são infraestruturas cognitivas, jurídicas e cartográficas. Os estudos de impacto que fragmentam o território, por exemplo, são

infraestruturas epistemológicas que ocultam conexões como a relação entre mudanças de maré e reprodução dos peixes entre circulação de embarcações e degradação e contaminação das águas. Ao afirmar que “não há impacto direto” sobre comunidades que vivem a poucos metros da zona de influência real, a empresa se apoia em infraestrutura jurídica que lhe permite separar fluxos inseparáveis.

É isso que torna o monoculturar tão eficaz, pois ele não se impõe apenas pela força econômica, mas pela força de mundos inteiros que ele institui. Ele cria categorias que naturalizam seu domínio, produz documentos que o tornam legítimo, codifica o território em mapas que o tornam administrável.

O Baixo Tocantins mostra confluências contra essas infraestruturas: as cadernetas agroecológicas, os registros comunitários de uso do território, os mapas participativos, os protocolos de consulta e os modos de decidir. Elas operam como antídotos contra a simplificação, afirmando que o território é um todo articulado, contra a aceleração, afirmando que o tempo do território é mais que cronograma e contra o descarte, afirmando que nenhuma vida é substituível.

A monocultura visa eliminar riscos e variáveis, mas os territórios resistem porque são, por natureza, friccionados: compostos por relações, temporalidades, seres, fluxos e histórias. A ação no Baixo Tocantins, ao judicializar a consulta e construir protocolos, é uma forma de reabrir a política. O monoculturar é poderoso porque tenta apagar as alternativas. Mas sua supremacia é sempre frágil já que depende de manter invisíveis as continuidades territoriais que tenta fragmentar. Quando essas continuidades ressurgem por meio de mobilizações, memória ecológica, ou pelo simples fato de as águas seguirem falando, o monoculturar fica frágil. Ele só existe enquanto consegue destruir o que o contraria.

O monoculturar pode ser compreendido como uma formação histórico-material e epistêmica que ultrapassa o domínio agrícola para se consolidar como regime de governamentalidade dos territórios. Ele opera por meio de um conjunto de racionalidades e dispositivos que convertem a heterogeneidade ecológica, social e ontológica em superfícies legíveis ao cálculo e à administração. Sua eficácia depende da redução ativa da complexidade territorial, da padronização de temporalidades e da produção de descartabilidade humana e não-humana. O monoculturar, portanto, não descreve apenas um sistema técnico, mas constitui uma forma específica de produção de mundo: uma ontopolítica que determina o que pode existir, o que pode contar como conhecimento e o que pode aspirar à continuidade.

A literatura sobre regimes logísticos contemporâneos demonstra como o monoculturar se articula com a expansão infraestrutural de corredores de exportação, particularmente na

Amazônia. Essas paisagens não emergem espontaneamente, e a operação do monoculturar no Baixo Tocantins se insere nesse movimento mais amplo. Aqui, a expansão portuária e a consolidação do Corredor Norte de exportação produzem um processo que reduz rios, marés, mangues e práticas tradicionais de manejo a unidades discretas de impacto. A fragmentação administrativa e cartográfica do território não é contingencial, mas sim condição para que a logística se viabilize. A racionalidade monocultural necessita delimitar quem é “afetado direto” e quem é “afetado indireto”, quem é comunidade “tradicional relevante” e quem não é, quais áreas fazem parte da “mancha de impacto” e quais podem ser desconsideradas.

É igualmente necessário compreender que o monoculturar atua por meio da aceleração temporal. Vez que a temporalidade das empresas guiada por cronogramas, janelas operacionais e métricas de produtividade é projetada sobre temporalidades que não se deixam comprimir. A Cargill tenta disciplinar o tempo do território. Essa aceleração constitui forma de governar e compromete a possibilidade de uma consulta prévia legítima, pois o tempo da decisão é capturado antes mesmo de a decisão existir.

Contudo, o monoculturar depende de ocultar seu próprio caráter destrutivo, ele se legitima ao performar neutralidade técnica. Estudos de Impacto Ambiental constituem o modo pelo qual a decisão é fabricada e o licenciamento ambiental não falha por falta de norma, mas porque é atravessado por assimetrias ontológicas estruturais e feito para ser dispositivo de pacificação. Seu objetivo é produzir uma aparência de consenso que sustente a narrativa de inevitabilidade da obra.

Todavia, a presença dos povos do Baixo Tocantins introduz fricções que desestabilizam o monoculturar. As comunidades articulam saberes, práticas ancestrais e temporalidades que desestabilizam o que o projeto pretendia acelerar. Protocolos próprios de consulta, cartografias participativas, cadernetas agroecológicas e registros comunitários constituem contra-estruturas que demonstram que o território é mais que um suporte operacional. O que demonstra que o monoculturar nunca é total, justamente por depender da supressão do que não pode capturar, e é justamente o que ele tenta suprimir que interfere na sua lógica.

O Baixo Tocantins revela que o monoculturar, para se manter, exige continuamente a fragmentação daquilo que insiste em se recompor. As águas, as marés, os ventos, os saberes, os percursos e a reciprocidade entre comunidades formam tecidos que não podem ser separados sem violência.

O estudo do monoculturar exige uma abordagem metodológica que reconheça a natureza múltipla, dispersa e ontopolítica desse fenômeno. Diferente de categorias clássicas que permitem delimitação precisa, o monoculturar se manifesta como racionalidade, regime de

governo, dispositivo técnico, imaginário de desenvolvimento e forma de vida. Ele não reside em um único lugar, nem no campo da economia, nem no da ecologia, nem no da política, mas atravessa todos eles simultaneamente.

A técnica e o direito são partes da maneira como o monoculturar se legitima, mas não revelam o campo epistemológico que o sustenta. Seguindo Stengers (2015), é necessário desconfiar da “pretensão de neutralidade” que os dispositivos modernos mobilizam. O monoculturar só se apresenta como racionalidade eficiente porque apaga as controvérsias que o constituem e produz um mundo onde a destruição aparece como consequência natural do progresso. O método, portanto, precisa tornar visível o que esses dispositivos invisibilizam. Para isso, o trabalho de campo não pode ser pensado apenas como coleta de narrativas ou observação participante, ele deve ser compreendido como experiência de copresença com mundos que o monoculturar tenta desqualificar. A compreensão do território como corpo fluido e como conjunto de relações só se torna possível porque a pesquisa emerge da escuta prolongada e da circulação entre comunidades.

Ao mesmo tempo, é necessário estudar o monoculturar a partir de suas próprias infraestruturas, os portos, estradas, hidrovias, licenças ambientais, relatórios técnicos, mapas, procedimentos de audiência pública. Essas infraestruturas não são acessórios do sistema, ali estão sua própria materialização.

O estudo do monoculturar no Baixo Tocantins exige ainda que o pesquisador reconheça a insuficiência de dicotomias como urbano/rural, humano/natureza, ambiente/economia. De la Cadena (2015) demonstra como tais separações são efeitos da ontologia moderna e não correspondem às formas de existência de povos que vivem territorialidades contínuas. A pesquisa, portanto, deve operar em regime de suspensão das categorias modernas. O rio não pode ser tratado apenas como “recurso hídrico”, assim como a maré não pode ser vista como “variação do nível d’água”. O método atento ao território reconhece que esses elementos são agentes políticos, que participam da decisão e que reclamam modos próprios de existência.

Ademais, estudar o monoculturar implica enfrentar sua dimensão jurídica. A consulta prévia, livre e informada está no centro dessa disputa ontopolítica. Argumento que não há um problema de design legal, mas de assimetria entre mundos. A pesquisa precisou acompanhar casos judiciais, falas institucionais, decisões administrativas e rotinas do licenciamento, ao mesmo tempo em que presta atenção aos protocolos comunitários e às práticas territoriais de consulta.

Outro aspecto metodológico central é considerar como as infraestruturas do monoculturar fabricam temporalidades. A aceleração contínua, é materialmente observável nos

fluxos logísticos, nos cronogramas das empresas, nos prazos impostos às comunidades e na forma como audiências públicas são organizadas. Precisei também registrar como decisões são tomadas em ritmos incompatíveis com o tempo do território, como as marés determinam deslocamentos e como as comunidades mobilizam seu próprio tempo decisório.

Finalmente, a pesquisa sobre o monoculturar não se limita a denunciar suas formas de violência. Ela deve, ainda, falar sobre os anúncios para além das denúncias. Acompanhar as vivências comunitárias como dispositivos que rearticulam a política desde o território. Essas infraestruturas insurgentes são também epistemologias. Elas produzem conhecimento, e o método deve tratá-las como tal.

Estudar o monoculturar, portanto, é estudar um campo de tensão entre mundos. É investigar como uma forma de governamentalidade se impõe, como ela organiza saberes e tempos, como ela produz descartabilidade, e como, apesar disso, ela nunca é total. É acompanhar as fricções e, sobretudo, reconhecer que a pesquisa não é exterior ao processo, ela se torna parte da cosmopolítica que descreve. Nesse sentido, o método é também uma prática ética, que exige responsabilidade com os mundos que se revelam.

O enfrentamento ao monoculturar no Baixo Tocantins não se dá apenas por meio de mobilizações formais ou litígios judiciais, mas pela produção contínua de vivências comunitárias que rearticulam o território a partir de suas próprias ontologias. Se as infraestruturas logísticas, sejam elas portos, estradas, estudos ambientais, cartografias institucionais, funcionam como tecnologias de simplificação e captura, o território se constitui como tecnologia de complexificação e reconexão, pois nele mesmo se encontram as condições para se sustentarem como sujeitos plurais, irreduzíveis à administração fragmentada do território.

A maré, enquanto agente ecológico e político, institui ritmos que não podem ser acelerados para se ajustarem ao cronograma corporativo. A maré permite o deslocamento das pessoas, em determinado tempo do dia ela para e volta, quando o vento baixa favorece a travessia. Esse tempo não é lido como obstáculo, ele é fundamento e ensina a viver. O tempo do território introduz a possibilidade de pausa, cuidado e dos fazeres coletivos.

Um ponto importante a ser observado são os protocolos comunitários de consulta, produzidos pelas comunidades do Baixo Tocantins diante da expansão portuária. Diferentemente dos ritos da audiência pública, os protocolos são documentos que exprimem ontologias territorializadas. Eles não apenas exigem procedimentos formais, mas descrevem o que significa decidir coletivamente em um território composto por águas, caminhos de água, vínculos de parentesco, modos de escuta e responsabilidades intergeracionais. Os protocolos

estabelecem que a consulta deve ocorrer em tempo adequado, respeitar ciclos ecológicos, garantir que todas as comunidades possam se deslocar, e assegurar que as informações sejam traduzidas para as categorias significativas para o território. Assim, os protocolos funcionam como dispositivos de recusa ao regime de simplificação imposto pelo monoculturar, pois insistem na integridade territorial e na pluralidade de mundos que habitam a região.

Os mapas comunitários e cartografias afetivas também contestam a fragmentação institucional. Enquanto os mapas empresariais recortam o território em manchas e polígonos, os mapas comunitários redesenham o território a partir dos fluxos de vida, falando sobre locais de pesca, caminhos de escola, áreas de coleta, rotinas de navegação, lugares sagrados, movimentos da maré. Esses mapas revelam a integridade territorial que o monoculturar tenta invisibilizar. Eles lembram que o rio é um corpo e que a maré é mais que uma variação, é o próprio tempo. Revelam como a pesca não é só uma atividade, mas uma relação entre espécies que compõem uma paisagem inscrita em cuidados e responsabilidades.

A política aqui se faz em pequenos gestos que pode se dar na troca de relatos sobre o comportamento da maré, na memória compartilhada de enchentes, no reconhecimento de trajetórias de pesca, na escuta de narrativas dos mais velhos, no debate paciente sobre riscos e possibilidades, isso serve como circulação de afetos, saberes e temporalidades. Constituem, assim, fundamento para reivindicações jurídicas, contestação de licenças, produção de evidências territoriais e rearticulação da consulta prévia como processo baseado em ontologias múltiplas.

O processo judicial movido contra a Cargill no Baixo Tocantins constitui um marco não apenas jurídico, mas ontológico e político. Ele expõe tensões fundamentais entre o monoculturar, com suas racionalidades temporais e infraestruturais, e as territorialidades ribeirinhas, com seus modos de vida, saberes e temporalidades próprias. Mais do que litígio, trata-se de um encontro entre mundos. A judicialização da disputa emerge quando as comunidades começam a perceber que o processo de licenciamento das novas estruturas logísticas, especialmente as previstas no Corredor Norte de exportação de grãos se estrutura por uma série de fragmentações produzidas para dissolver a integridade do território. A estratégia corporativa consiste em fatiar espacial e administrativamente a zona de influência, reduzindo os efeitos cumulativos e indiretos, e transformando uma região integrada em uma coleção de “pontos de impacto” isolados. Esse é o gesto típico do monoculturar: dissolver continuidades para administrar pedaços manejáveis, isso significa converter águas, marés, ciclos de pesca, mobilidades fluviais e interdependências ecológicas em índices dispersos e desconectados.

A reação comunitária a essa fragmentação é o reconhecimento de que o território não existe como parcelas, mas como trama interdependente de fluxos, temporalidades, espécies e relações. A integridade territorial não se limita ao argumento jurídico pois advém da experiência situada no território, articulada pela prática cotidiana de viver nos territórios, os quais não são únicos nem homogêneos, mas compostos por múltiplas presenças e agências.

O processo judicial questiona diretamente a ausência de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), reivindicando que o empreendimento, apesar de alegar inexistência de povos tradicionais diretamente afetados, produz impactos significativos sobre modos de vida, mobilidades, atividades pesqueiras, dinâmica das ilhas e sistemas ecológicos interligados. A ausência de consulta não é falha procedimental, mas uma consequência direta da ontologia simplificadora do monoculturar.

A judicialização se intensifica quando as comunidades começam a elaborar seus protocolos comunitários de consulta. Os protocolos são instrument de suma importância que reordenam o campo jurídico. Eles descrevem, com profundidade, o que significa consultar cada comunidade nos seus próprios termos. Os protocolos reivindicam que a consulta não pode ser acelerada ou comprimida, pois as decisões comunitárias só podem emergir na temporalidade própria.

No processo contra a Cargill, os protocolos revelam que o tempo da corporação sempre linear, urgente e acelerado é incompatível com o tempo necessário para que as comunidades possam deliberar. O processo judicial revela precisamente essa lógica: a empresa busca transformar a consulta em ato pontual e as comunidades insistem que ela é processo.

A argumentação jurídica desenvolvida pelas comunidades converge com aportes teóricos que vêm problematizando a democracia participativa em contextos de assimetrias ontológicas. A CPLI, tal como formulada no sistema internacional, parte do pressuposto de que é possível traduzir mundos distintos dentro de um formato procedimental único. Contudo essa neutralidade é ilusória: a forma da consulta já carrega uma ontologia moderna que privilegia a fala, a temporalidade linear e a individualização dos sujeitos. As comunidades amazônicas, ao contrário, fazem política por meio da escuta, da oralidade, da pausa, da circulação de informações, da presença dos corpos e das águas, uma política que, para aparecer, exige condições materiais e temporais incompatíveis com o modelo empresarial.

Além disso, a ação judicial mobiliza jurisprudências brasileiras recentes que reconhecem que a ausência de CPLI válida invalida processos de licenciamento de grande porte. O processo do Baixo Tocantins dialoga com essa jurisprudência, argumentando que a Cargill avançou com estudos e obras preliminares sem garantir consulta adequada. Ao

reivindicar a nulidade do licenciamento e a obrigação de iniciar um processo de CPLI, as comunidades inserem a Amazônia oriental em um debate mais amplo sobre a democratização ontológica da tomada de decisão.

O litígio também revela uma disputa profunda sobre o que é considerado “impacto”. Para a empresa, impacto é aquilo que pode ser medido, quantificado e atestado por especialistas. Para as comunidades, impacto é aquilo que altera a continuidade da vida, o som e movimento do navio que espanta o peixe e camarão, o aumento da turbidez que modifica o fundo do rio, a ameaça às casas. A ação judicial produzida no Baixo Tocantins demonstra que a luta não é apenas por consulta, mas por reconhecimento epistemológico.

Por fim, o processo contra a Cargill reorganiza as relações entre comunidades. Ao exigir consulta, os territórios articulam solidariedades inter-ilhas, conectando lugares antes isolados administrativamente. Estudar o monoculturar exige deslocar-se não apenas em direção ao objeto, mas também às condições ontológicas que tornam esse objeto possível. O monoculturar não se apresenta apenas como prática agrícola ou logística, ele inscreve a racionalidade ambiental como gramática de mundo, e como infraestrutura de simplificação que reorganiza territórios, corpos, espécies, tempos e modos de vida para torná-los compatíveis com uma economia baseada em escala, linearidade, produção acelerada e extração contínua. Por isso, estudá-lo requer uma metodologia que recuse as categorias modernas que o sustentam e, simultaneamente, se deixe afetar pelos territórios e mundos que ele tenta desestruturar.

A primeira premissa metodológica adotada aqui é a necessidade de pensar com os territórios, e não apenas sobre eles. Pensar “sobre” frequentemente reproduz a distância analítica que as empresas, instituições e modelos de licenciamento mobilizam para estabilizar o território como paisagem passiva. Pensar “com”, ao contrário, implica aceitar que o território é agente, que a água tem agência, que a maré é método, que a terra se pronuncia, que as relações ecológicas não são contexto.

Para observar o monoculturar, é preciso entender que a estrada PA-150, os portos de Barcarena, a hidrovia Tocantins-Araguaia, os navios que cruzam a baía, os dutos, as balsas e as poligonais de impacto não são meras obras, eles são agentes que produzem a realidade ontológica do monoculturar, dispositivos que fazem aparecer certas formas de vida e apagam outras.

A abordagem metodológica adotada nesta tese compreende ainda que a pesquisadora não é observadora externa, mas corpo implicado. As entradas em campo, as esperas pela maré, as travessias noturnas, as conversas longas, os silêncios compartilhados, formam a pesquisa. Deixar-se afetar pelo território é reconhecer, como sugere Krenak (2019), que sem o corpo, não

há pensamento possível. Assim, esta metodologia assume explicitamente o compromisso ético e epistêmico de produzir conhecimento com o território e com as pessoas que dele dependem. Assim, o estudo do monoculturar precisa recusar a simplificação metodológica que o monoculturar exige. É produzir conhecimento comprometido com a pluralidade da vida e com as paisagens que insistem em sobreviver à pressão devastadora da escala.

5 VIVER-CONFLUIR E IMAGINAR PAISAGENS

No presente capítulo, discorro sobre o intuito de trabalhar com a mobilização de imagens a partir do processo, para que a partir dos olhares pudéssemos falar na monocultura e de direitos. Esse capítulo também se pauta na produção epistemológico no e do território como contraponto ontológico direto ao monoculturar.

O pensamento de Célia Xakriabá nos permite afirmar que o monoculturar não é apenas um regime produtivo, constituindo uma operação que recai diretamente sobre as condições de possibilidade do conhecimento. Ao evidenciar que o saber se produz no entrelaçamento entre corpo, memória e território, a reflexão da autora explicita como a simplificação operada pelas infraestruturas atinge os modos de uso da terra, bem como desorganiza formas de aprender, transmitir e sustentar mundos. Ou, de outro modo, expande a apreensão de que o uso da terra informa as outras dimensões não materiais.

A monoculturação reconfigura a inteligibilidade dos mundos, produzindo um ambiente no qual apenas determinados modos de conhecer são reconhecidos como legítimos. Por outro lado, a centralidade da memória e da oralidade no fazer epistemológico evidenciado por Xakriabá demonstra que os territórios são arquivos vivos, nos quais o conhecimento segue sendo continuamente atualizado nas práticas e nas relações. Essa dinâmica tensiona diretamente a lógica do monoculturar, que depende da estabilização e da captura para operar.

Ao contrário da aceleração imposta pelos regime monocultural, a reativação da memória, proposta por Célia, reintroduz o tempo como condição constitutiva do conhecimento, recusando sua compressão em cronologias lineares e produtivistas. Nesse caminho, as práticas territoriais podem ensinar o conhecer como sinônimo de cuidar e sustentar relações. É precisamente nessa dimensão que se torna possível compreender as limitações do monoculturar, pois existem furos encontrados nas próprias formas de vida que ele tenta extinguir.

No presente capítulo, apresento vivências e relatos do território a partir das proposições de práticas sensíveis para perceber/fazer/vi-ver mundos outros apesar do estoque monocultural. Essas vivências foram um recorte de práticas selecionadas pautadas na metodologia de Miguel Chikaoka e Paula Sampaio.

Fotografia 19 – Recorte do Bordado coletivo feito no território Pirocaba



Fonte: Acervo da autora (2025).

Depois do caminho percorrido nos capítulos anteriores, percebi que depois desse momento restaria uma lacuna e a fotografia para desenhar e captar os olhares sobre monoculturação me deu espaço metodológico para pensar a oficina e olhar a paisagem por meio apreensão da luz, como se posiciona e o que é visibilizado, como iluminar e a quantidade de luz, ressaltando que a fotografia é observar a paisagem em sentido amplo e não apenas físico, como o resultado de relações e relacionalidades, sujeitos interespecies e relações de poder que desencadeiam em monoculturação e não há o intuito voltar a prática a um resultado ou produção de imagens.

Destaco ainda a oficina-vivência “Fotografia Imaginária”, conduzida por Paula Sampaio no âmbito do projeto *Máquinas para Filosofar* no Sesc-Pará¹² como um ponto estruturante na minha trajetória e pesquisa. O trabalho da artista ao conduzir a atividade dá enfoque em suspender a centralidade do dispositivo técnico e recolocar a imagem no campo da imaginação, da memória e da escuta.

Ao conduzir a oficina, Paula propõe exercícios nos quais a fotografia é construída antes do dispositivo/captura/clique, por meio de narrativas, descrições e percepções compartilhadas,

¹² Participei da vivência Fotografia Imaginária em 2018 no Sesc Pará.

ela apresenta a ideia de imagem sem se limitar ao registro técnico/tecnológico. Nesse processo coletivo, ver é um processo óptico, mas principalmente um exercício de atenção, no qual para fotografar é preciso implicar o corpo, o tempo e a experiência, pois são esses elementos que se tornam constitutivos daquilo que pode aparecer como imagem. A fotografia emerge do diálogo com aquilo que se vive e se memora.

Essa experiência dialoga diretamente com o percurso teórico-metodológico desta tese ao afirmar a pesquisa como prática situada e implicada. O exercício da fotografia imaginária evidencia que perceber a imagem abre espaço para formas de percepção que escapam aos regimes de visibilidade dominantes. A experiência da câmera imaginária também permite trabalhar com aquilo que ainda não é visível ou que foi tornado invisível. A proposta de Paula Sampaio amplia o campo do pensamento da fotografia e contribui para pensar a arte e pesquisa, ensinando o imaginar, narrar e escutar como formas de produzir conhecimento.

A arte surge então como forma de compor e sentir e pensar o cenário junto com a forma de fazer. Após esse percurso de observações e imersão dessa relacionalidade, percebi que isso daria um elemento que as outras coisas não são capazes de oferecer. O jeito que me relaciono com a literatura tem a ver com o encontro com o território e como o que experienciei a partir daquelas relações formulou. Aqui a arte é fonte de produção do campo teórico-metodológico com outros olhares e criando conceito pela prática da arte. A possibilidade metodológica e de observação que a fotografia traz não é um dado objetivo da realidade, é um processo, uma caminhada e um modo de pensar.

A fotografia no fazer-pensar é um disparador de diálogo e não se reduz a produzir imagens, e por isso se conecta com a arte de notar. Pois ao coletar pelo caminho, usamos o que está ao redor de modo a pensar o território, atentar-se. O olhar atento praticado nas atividades de observação como na câmera obscura em silêncio é feito no intuito de a partir dali disparar conversas sobre memórias, afetos e fotografar com a memória. Pensar nossas memórias com a luz nos permite sentir e olhar sobre a profunda transformação que busco analisar. A narrativa sobre essa transformação surge como uma cocriação feita através de poéticas visuais. Para assim poder falar sobre, mas de uma forma não violenta, nem extrativista, abandonando olhar colonial e se comprometendo com o saber-fazer localizado e responsável em rede-relações.

As práticas artístico-culturais na construção de imaginários e caminhos se localizam de modo político, pois abandonam também a compreensão de uma ciência hierárquica, imparcial e neutra, que exclui o que não vem do método comumente socializado como científico.. Aqui, se tem o espaço para pensar mundos e fluir pelos rios de memórias e outras viragens.

Em um mundo saturado com a produção excessiva de imagens, a presente proposta e trajetória metodológica busca utilizar a observação da luz para pensar conceitos e abordagem de fazer-sentir-pensar. O aporte teórico do debate sobre monoculturação de mundos se conecta com a cocriação de paisagens por meio da fotografia e construção da imagem como forma metodologia não predatória para ler o que não está escrito.

No presente trabalho, a questão metodológica se propõe a evidenciar o fazer mundos. A fotografia aqui não é usada como técnica ou tecnologia, muito menos se resume a reproduzir fotos. Nesse processo, uma das vivências destacadas para diferentes momentos é a construção da câmera obscura, feita de forma coletiva, em silêncio, como forma de observar a luz. Assim como a música, os gestos podem ser universais.

A câmera escura ou obscura é um tipo de aparelho óptico que explica o princípio da fotografia. A sua construção consiste em uma "caixa" preta (espaço escuro) com um pequeno orifício/furo por onde entra a luz. A imagem se forma dentro da caixa de forma "invertida" e ao fazê-lo de forma simples, de modo geral, surpreende quem experimenta. A simplicidade e poucos recursos do fazer foram também motivos da escolha. O material necessário se resume a papel vegetal, cartolina preta, fita adesiva, cola e papel alumínio. O método que Chikaoka emprega utiliza o próprio corpo na construção do dispositivo, sempre olhando para o que temos à nossa disposição.

A prática de Miguel Chikaoka não limita a fotografia como técnica de representação e suas oficinas não se estruturam como ensino técnico, pois suas propostas práticas sensoriais e corporais buscam entender a imagem como meio de aproximação com o mundo. Como destacado, trata-se de "práticas artesanais, experimentações perceptivas e relações corporais, nas quais a fotografia era o meio, o condutor, uma espécie de bússola para compreender visualmente o mundo" (Mokarzel, 2014, p. 7). A produção da imagem não é um fim em si mesma, mas importa o processo de construção do olhar, entendido como exercício de atenção e envolvimento.

Ao privilegiar o processo sobre o resultado e ao recusar a centralidade da técnica, a prática de Chikaoka se coloca em contraste com lógicas que buscam transformar a imagem em instrumento de controle. Suas proposições abrem espaço para a indeterminação e para o sensível no qual o olhar se constrói na experiência e na partilha. É precisamente essa dimensão que aproxima sua prática de uma metodologia não predatória, capaz de sustentar outras formas de percepção e de produzir conhecimento sem reduzir o território a objeto.

É também nessa matriz que se apresenta o projeto *Paneiro Luminoso*¹³, ao transformar a fotografia em dispositivo educativo ancorado na experiência e no território. Inspirado na Pedagogia dos fluxos, idealizada por Chikaoka, o projeto retoma essa dimensão processual ao propor práticas que não partem da técnica como fim, mas da relação com o ambiente, com os materiais disponíveis e com os sujeitos envolvidos. Ao articular escola e comunidade, o *Paneiro Luminoso* atualiza essa concepção de fotografia como meio de ativação do olhar, no qual a imagem e as vivências propostas emergem do encontro e não da imposição de um método pré-definido. Por isso mais do que ensinar a produzir imagens, o projeto visa pensar o território, pensar memória e identidade.

As atividades propostas em Abaetetuba se inserem como desdobramentos dessas premissas. Os exercícios propostos que envolvem caminhar, escutar, bordar, construir dispositivos simples de imagem e compartilhar narrativas, nos guiam no encontro com o território e com os seres que o habitam. Assim como nas proposições de Chikaoka a imagem não pode anteceder a experiência, justamente por ser atravessada pelas relações, pelas memórias e pelas diversas temporalidades que constituem aquele lugar. O encantamento também é dar lugar ou abertura ao imprevisto, permitindo que aquilo que não é imediatamente visível possa emergir.

Através de um pequeno furo feito com espinho coletado, começamos a observar a formação de imagem e a imagem em transformação. O fenômeno da luz acontece a todo momento sem qualquer interferência ou controle, assim como a respiração. Ao isolar uma fração de luz, podemos tentar nos conectar com o que está acontecendo ao nosso redor e nos reconhecemos na/como/através da natureza.

¹³ O projeto *Paneiro Luminoso*, concebido em parceria entre a Maison de la Photographie Guyane-Amazone e a Associação Fotoativa, visitou escolas no Pará apresentando essas técnicas ao corpo docente e entendendo com o projeto pedagógico um dispositivo educativo que articula arte, fotografia e território a partir da Pedagogia dos fluxos, desenvolvida por Miguel Chikaoka. Ao propor o aprendizado por meio da experiência direta com o ambiente, o projeto também abandona a fotografia como um regime de produção de imagens para um campo de investigação sensível, no qual ver implica estar em relação. A luz é mediadora de encontros, convocando uma atenção que se constrói no contato com o lugar, com os materiais disponíveis e com as pessoas presentes. O projeto voltado a escolas e comunidades promove um processo de conhecimento que emerge da experiência situada, em diálogo com as especificidades de cada território.

Essa perspectiva se alinha diretamente ao percurso teórico-metodológico desta pesquisa ao afirmar a imagem como processo e não como produto, recusando a lógica de captura e estabilização que orienta grande parte dos dispositivos técnicos contemporâneos. O *Paneiro Luminoso* constrói uma prática na relação e na experimentação, com as técnicas continuamente reformuladas a partir do contexto. Ao trabalhar com materiais acessíveis e ao enfatizar o fazer coletivo, o projeto prioriza a centralidade da experiência. Nesse sentido, o *Paneiro Luminoso* é uma metodologia que não separa arte, educação e vida.

Fotografar é pensar. E, ao imergir na câmera obscura, voltamos a pensar na luz e como pintar com ela. Essa vivência pensada juntos também me conecta a experiência, a profundidade está em permanecer aberta a ouvir sem saber o que vai acontecer *a priori*.

Para isso, colocamos o corpo primeiro e a experiência que leva ao que falo (a teoria), mas é na experiência que se desperta a sensibilidade. Por isso, viver juntos é o disparador. Se o que a monocultura faz é isolar a experiência e desmobilizar os sentidos e os diferentes sentimentos, é fazendo o oposto que se pode fazer um furo e voltar ao olhar diverso.

Nesses métodos, pretende-se construir, sem impor uma resposta ou solução, com o ímpeto de utilizar a memória/arquivos para construir narrativas. O convite a estar presente e observar a luz permite conectar o sentir e pensar, juntos compondo o pensamento e reflexão. O território é onde a percepção e relações da percepção e produção de sentimento geram memória e arquivo. Essa metodologia permite outra maneira de arquivar o que é a transformação da paisagem pela expansão monocultural e o que significa expansão monocultural. Outrossim, permite dizer o que significa sem que se imponha um único meio de dizer, nem sou eu que vou traduzir o que foi dito. Entendo a arte como um processo vivo, que se dá a partir das relações, assim, vejo a arte em viver e na arte de notar. A arte não se reduz ao resultado ou uma obra, ou mesmo na representação, se anima em um processo vivo por ser propriamente uma forma de conhecer mundos, de estar no mundo, por nascer do encontro, da atenção e da transformação mútua que se dá na criação imersa no mundo ao redor. E nada é mais poderoso e transformador.

Para além de uma perspectiva não predatória, o interesse de pesquisa é acessar arquivos e memórias de forma a coconstruir narrativas através da observação e do imaginar. Se diariamente, somos expostos a imagens e objetos, na maioria delas não estamos atentos ou sensíveis a elas. Em mundo de produção excessiva, inclusive de imagens, a ideia de colher imagens e histórias é baseada no potencial narrativo que a observação da luz pode propiciar.

O furo feito em uma câmera obscura amplia-se em imagens em movimento, e apenas um pequeno furo na realidade também possibilita abertura a novas realidades e criam-se brechas para novos pontos de vista e olhares. Desse modo, pretendo utilizar a imagem como disparador de narrativas e reflexões, um lugar de troca e abertura para os efeitos e resultados da experimentação artística e da imagem.

Partindo da ideia de colaborar e compartilhar, com a minha abordagem metodológica busco para além de uma perspectiva não predatória, o interesse de pesquisa em acessar arquivos e memórias de forma a coconstruir narrativas através da observação e do imaginar. Se diariamente, somos expostos a imagens e objetos, na maioria das vezes não estamos atentos ou

sensíveis a elas. As vivências fotográficas, como exercício metodológico, serão utilizadas como método de escuta sensível para experienciar.

O fluxo da vida corre nas brechas para romper domesticações, muros, hegemonias e certezas. Ao refletir sobre paisagens e culturas, formas de estar no mundo e as relações da natureza “não podemos nos render à narrativa de fim do mundo que tem nos assombrado, porque ela serve para nos fazer desistir dos nossos sonhos, e dentro dos nossos sonhos estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais” (Krenak, 2022).

Tendo como premissa a possibilidade de imaginar afetos e pertencimento, as artes visuais e nelas inserida a produção imagética, pensa-se poder criar um espaço de reflexão sobre relações e interações para assim permitir que as inquietações que nos atravessam encontrem potência.

O sentir e pensar fazem parte da investigação, bem como afetos. Arte é conhecer pessoas, ouvir histórias, observar perspectivas. Os futuros possíveis passam por todas as produções de conhecimento para no compartilhamento esperar, pois a perda do espaço de ter e sentir também leva a criação de conceitos e guerra entre mundos.

O sentido de pertencimento com a (T)erra é fundamental para olhar para o fluxo vital presente em folhas, raízes, filamentos, membranas, agricultura, na economia ou na arte. A arte fala de pessoas e por isso nela vemos janela para entender o mundo por outro olhar.

A minha pesquisa sobre monoculturação de mundos se conecta com a cocriação de paisagens por meio da fotografia e construção da imagem como forma de metodologia não predatória. A presente proposta também é desinteressada por soluções tecnocráticas ou hierarquização de saberes, a intenção é menos a dependência na técnica pela técnica e mais na relação desta com o conteúdo. A tentativa de escolher um método criativo tem por trás algumas inspirações. A obra de Ozu, a observação de Miyazaki e o Hagakure de Chikaoka.

Essas referências, articuladas, não apontam para uma técnica a ser aplicada, mas para um modo de construir imagens que se implica com o mundo, recusando a captura predatória e abrindo espaço para uma metodologia que se faz na relação com o tempo e na atenção aos mundos ao redor.

A observação necessariamente precede à criação. E na obra de Miyazaki, a observação da humanidade é o que emociona em sua arte. Em suas delicadas animações, consegue, por exemplo, contrastar a beleza dos maquinários aéreos com os seus usos horripilantes, evidenciando a beleza e a liberdade de voar contra a frieza e rigidez da indústria, promovendo uma reflexão a respeito das destruições e consequências das ações humanas.

O trabalho do diretor japonês permite que o vazio e o silêncio ganhem espaços de destaque. E se a ausência faz parte da composição, assim como o espaço ou o vazio não construído fazem parte da arquitetura, o vazio presente na animação (ausência de cor, de preenchimento, de som) e os momentos de pausa em que a história não necessariamente avança, em um momento em que nada extraordinário acontece, “apenas” a passagem de tempo, permitem a contemplação, digerir o que vê, refletir e parar.

O vazio e a pausa são contraponto a busca incessante de acelerar e capturar tudo aquilo que existe. Em contraste com os regimes de fluxo e estoque que orientam as infraestruturas contemporâneas, nos quais o fluxo deve ser continuamente intensificado e convertido em valor e o estoque estabilizado para fins de controle, esses intervalos introduzem uma outra temporalidade, na qual nem tudo precisa ser imediatamente apreendido. O vazio torna-se condição de possibilidade para que outras formas de percepção e relação emergjam, escapando à captura e à mensuração. É nesse espaço de suspensão que se abre a possibilidade de coexistir com a paisagem sem reduzi-la, permitindo que ela se manifeste em sua complexidade e em seus próprios ritmos. É o momento de coexistir, sensibilizar a partir e nas paisagens e com os sujeitos humanos e não humanos que compõem esse lugar.

5.1 Descrição das vivências imagéticas do sentir e do viver para dialogar sobre as paisagens

A pedagogia dos fluxos de Miguel Chikaoka foi escolhida para evidenciar o deslocamento do olhar para perceber e sentir o que está fora do monoculturar. E, assim, a partir dos fluxos, e o pensar tudo o que com elas dialoga. O cuidado, o afeto e acolhimento não são distantes do que eu escrevo, inclusive metodologicamente. Aqui passo a apresentar os relatos das oficinas: diversidade do olhar, os fluxos e o que não é monoculturar.

A recusa de Miguel Chikaoka à centralidade da autoria e à lógica da obra como produto acabado permite aprofundar a compreensão da fotografia como prática relacional e processual. Seus objetivos estéticos, culturais e políticos não se orientam pela originalidade ou pela assinatura individual, e sim na construção de um campo de interações no qual o processo se torna elemento central, promovendo trocas de afetos e percepção (Mokarzel, 2014). Por isso, no pensamento de Chikaoka a imagem deixa de ser propriedade, ela é produzida na interseção de saberes e experiências. A ênfase no sustentar a demora e a abertura ao que emerge, articula dimensões sensíveis e conceituais sem reduzir o mundo a categorias fixas.

“Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende”. A confluência, de acordo com o pensamento filosófico de Nego Bispo, é uma mistura de seres que dialogam em uma cosmologia na qual árvores, frutos e todas as vidas podem propagar o viver em um encontro no qual não se deixa de existir, mas há um fortalecimento.

Em contextos marcados por processos de arruinamento, a pesquisa deixa de ser apenas um exercício analítico e passa a exigir formas colaborativas de produção de conhecimento que desestabilizem a separação entre natureza e cultura e questionem o excepcionalismo humano que sustenta tanto a academia quanto os projetos de desenvolvimento (Cardoso *et al.*, 2021).

Neste item apresento relatos das experiências com pesquisa colaborativa em contextos de paisagens em construção atravessadas pela expansão do monocultivar e diferentes projetos de futuro, nelas se observam as políticas assimétricas de gestão pública e pressão por empreendimentos de commodities. Quintais e territórios foram nosso ponto de partida para observar os anúncios em meio a esses relatos como alternativas e resistências. Em meio às águas grandes, emergem diferentes propostas de experiências de colaboração entre pesquisadores e comunidades, humanos ou de não humanos. Aqui, minha intenção era que o encontro guiasse pois acredito na confluência e no propósito que aqueles carregam. A reflexividade se apresenta para o pesquisador, na abertura para notar as sutilezas do olhar, da interdisciplinaridade, da necessidade de métodos inovadores e horizontalidade nas trocas e partilha com as comunidades vivenciadas.

Aqui a água e o tempo são grandes personagens e levo eles para as oficinas, abaixo apresento o que foi observado.

Pirocaba, 22 fevereiro de 2025

O inverno paraense tem uma suavidade de luz e sombra. Estive no território para acompanhar e registrar a gravação de um dos episódios do podcast Vozes do Pirocaba, feito com o apoio de uma das pesquisadoras do Reexisterra. Esse episódio falava dos impactos já sentidos pelas mudanças climáticas como a seca. Quando eu cheguei as mulheres estavam reunidas na sede da associação para construir coletivamente e revisar o roteiro antes da gravação.

Nesta oportunidade de reunião de lideranças da ASAPAP, foi debatido a minuta que eu apresentei como proposta de visita. Conversamos sobre as atividades, quem participaria, as datas e horários.

Ficaram acordados dois dias de atividades, nos quais realizaríamos as seguintes dinâmicas: costurando nossas histórias (abrir um bordado juntas), construção de câmera obscura, câmera de brinquedo, pincel de luz e câmera híbrida.

Pirocaba, 21 de março de 2025

A ASAPAP solicitou que a oficina fosse adiada por conta da agenda coletiva. Para atender a demanda, a oficina foi adaptada em materiais, no tempo e a caminhada por conta da chuva.

A primeira atividade proposta foi sentar ao redor de uma tira de juta para juntas experimentar com linhas (Fotografia 19) e tomar café. No começo senti uma certa resistência ao convite, algumas pessoas falando que não sabiam, algumas observando de longe, as crianças a princípio foram designadas para sentar em outra área para não atrapalhar. Refiz o convite, afirmando que era seguro para todos, pois as agulhas eram sem ponta e os furos da juta não apresentam resistência. No final, todos os presentes se sentiram à vontade para experimentar e eu ia repetindo que não existiam regras, nem certo, nem técnica exigida. Foi nessa roda que pudemos nos apresentar e conversar sobre imagens.

O convite para bordado coletivo, produzido durante a vivência em que participantes foram convidados a bordar livremente como forma de expressão e construção compartilhada, sem técnica a priori, toma a prática como forma de expressão. O bordado deixa de ser técnica a ser dominada pois o mais importante é o tempo e a atenção implicadas. A presença gesticulada com a linha não requer treinamento, pois a intenção é estar em grupo deixando o corpo agir.

A incorporação do bordado como prática na pesquisa foi inspirada nas proposições de Valéria Scornaienchi, que compreende o bordado como um espaço de encontro e convivência. A artista “abre” bordados em diferentes localidades com a condição em seus convites da regra de “não precisar saber bordar”, a artista afirma o bordado como espaço de convivência com materiais e pessoas, propondo um campo de experimentação sensível.

Fotografia 20 – Construção coletiva de câmera obscura



Fonte: Acervo da autora (2025).

A segunda atividade coletiva proposta foi a construção de câmera obscura (Fotografia 20), de novo crianças e adultos eram encorajados a fazer junto e se auxiliavam mutuamente. O material era compartilhado e as instruções eram dadas com gestos. A construção da câmera obscura foi feita a partir do método criado por Miguel Chikaoka e utiliza papel cartão, cola, papel vegetal e papel alumínio. Para cortar e medir, utilizamos as mãos. É a partir dessa atividade que começamos a pensar como a imagem se forma e a imaginação como a principal ferramenta para fotografar.

Na construção coletiva da câmera obscura, a observação da luz e a experimentação da imagem se dão por meio de práticas simples e compartilhadas, deslocando a fotografia de um regime de captura para um campo de experiência.

Fotografia 21 – Perceber a imagem ao redor



Fonte: Acervo da autora (2025).

A terceira atividade foi feita com a câmera imaginária (Fotografia 25), atividade que aprendi com Paula Sampaio, na qual entrego uma câmera feita apenas de um furo no pedaço de cartolina e peço que saiam para fotografar. A atividade com a câmera imaginária aprofunda a percepção pela produção de imagens antes de qualquer mediação técnica. Partindo de um dispositivo mínimo para acionar processos sensoriais, convida-se os participantes a construir imagens a partir da memória, da experiência e da relação com o entorno. A foto não tem como ser, nessa vivência, o resultado de um aparato, pois ela necessariamente vai ser mediada e elaborada pelo corpo e pela imaginação. Ao mobilizar o cotidiano e as memórias, a atividade consegue evidenciar que a imagem não está fora, ela se forma dentro e pelo encontro entre seres e território. Voltar à base da imagem, é trazer o tempo de atenção que antecede o registro.

Fotografia 22 – Autorretrato assistido feito pela D. Paula com câmera híbrida



Fonte: Acervo da autora (2025).

Depois do almoço, começamos a atividade do pincel de luz (Fotografias 23, 24, 26, 27 e 28) que tecnicamente consiste em emulsionar papel fotográfico com químicos de laboratório como o revelador e interruptor, mas como dinâmica serve para pensar a imagem como um modo de realmente pintar com a luz, vez que utilizamos papéis fotográficos já velados (expostos a luz) e ao pincelar o revelador, uma imagem surge aos poucos. Essa atividade também elucida o processo que é utilizado dentro do laboratório para revelação de filme.

Fotografia 23 – Pincel de luz no Pirocaba



Fonte: Acervo da autora (2025).

Nessa atividade, havia alguns temas para os desenhos como território e água.

Por fim, antes de escurecer fizemos a atividade da câmera híbrida (Fotografia 22), na qual utilizamos uma câmera obscura de grande formato (construída com papelão e lupa no lugar do papel cartão e papel alumínio) e um celular para fazer o registro.

Ao final das atividades, os participantes destacaram como aspecto central a possibilidade de estarem juntos, especialmente na interação com as crianças.

5.2 Imaginar: a arte como ferramenta para acessar mundos

Diante dos processos de monoculturação que comprimem territórios, homogenizam paisagens e invisibilizam modos diversos de existir, imaginar torna-se uma prática insurgente. A arte, nesse contexto, não foi utilizada como mero recurso estético ou comunicativo, mas como uma tecnologia de relação, um método de escuta e uma ferramenta de invenção do mundo. Imaginar, aqui, é insistir em ver os rastros da vida que resistem no entrever do monoculturar.

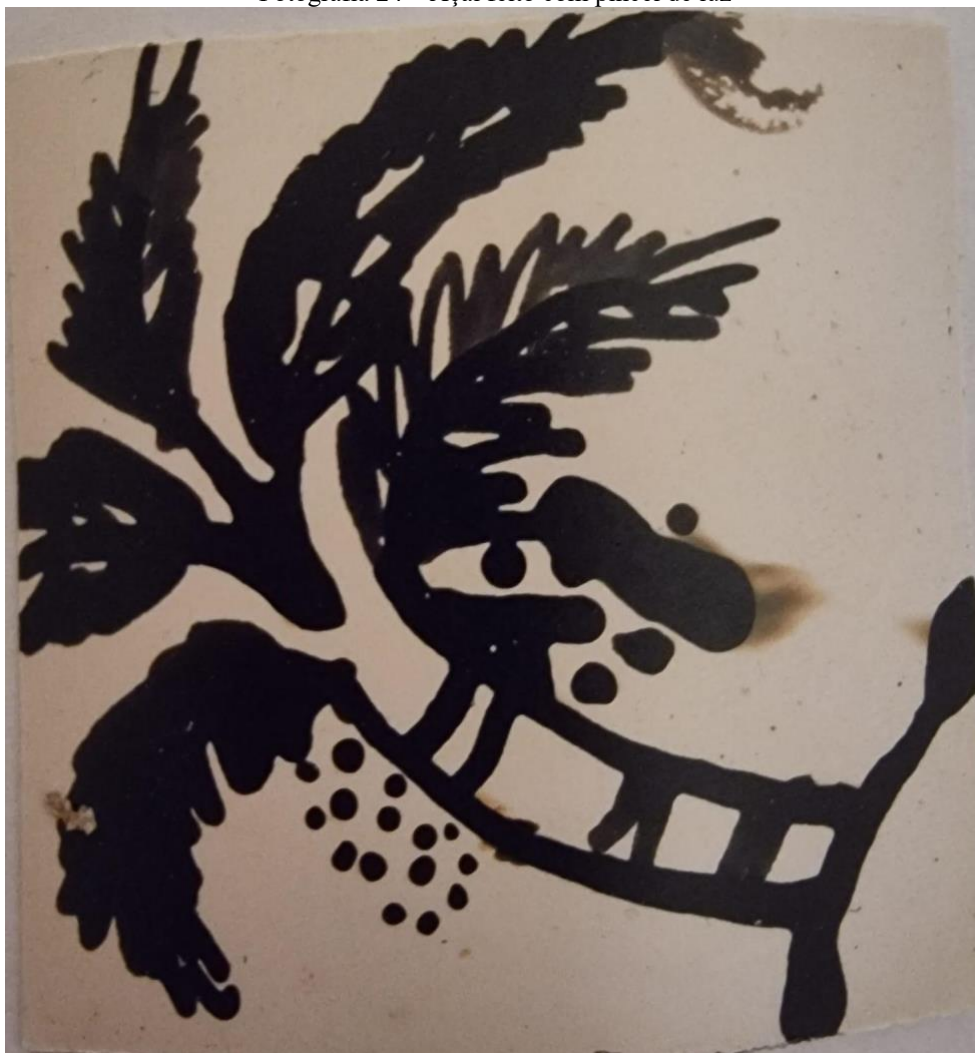
A arte como ferramenta metodológica permite acessar camadas do sensível que a linguagem técnico-institucional não abarca. Por meio de práticas artísticas como a fotografia

torna-se possível desestabilizar o olhar hegemônico sobre o território, abrindo espaço para múltiplas formas de ver, sentir e significar a paisagem. Nesse sentido, imaginar é também reconfigurar afetos, construir outras narrativas e disputar a própria ideia de realidade.

No percurso metodológico desta pesquisa, a arte foi convocada como prática epistêmica. As mesas de trabalho, os registros imagéticos, os encontros multiespécies e as produções visuais que emergiram nos processos de campo documentam a paisagem, mas não somente, pois a reconstroem enquanto experiência sensível e memória compartilhada. Através da arte, as marcas da monoculturação nos silos, cercas e os rios contaminados podem ser traduzidas em outras formas de fala e escuta.

Entender a arte como uma ferramenta de acesso a mundos implica reconhecer que vivemos em um planeta marcado por múltiplas ontologias, onde humanos e não-humanos coabitam e constroem realidades emaranhadas. A paisagem, vale lembrar, não é apenas cenário, é coautora da experiência, pois imaginar com a paisagem é também deixar-se atravessar por seus tempos e suas memórias.

Fotografia 24 – Açaí feito com pincel de luz



Fonte: Acervo da autora (2025).

A arte nos conduz, portanto, a imaginar futuros possíveis, quando uma comunidade pinta um mapa afetivo de seu território, nomeando árvores, rios, trilhas e saberes não reconhecidos oficialmente, ela reivindica a legitimidade de um modo de existir. Essas ações ativam o mundo, convocam atenção e afirmam o direito de imaginar outras formas de vida.

Se monoculturar é um verbo que opera pela redução, imaginar é o verbo que expande. A monocultura pauta-se sempre pela repetição, pela escala e a eficiência. A arte pode propor o desvio, o erro, a diferença, a escuta e a experimentação. Assim, a prática artística se inscreve nesta pesquisa como gesto político, como modo de pensar com o corpo e como mediação entre mundos que insistem em existir mesmo quando sufocados por cercamentos materiais ou simbólicos. Imaginar, portanto, é uma forma de insistência ontológica. É uma maneira de continuar existindo em tempos de expropriação e silenciamento. É, sobretudo, um convite ao cuidado e à cocriação de mundos menos solitários e mais vivos.

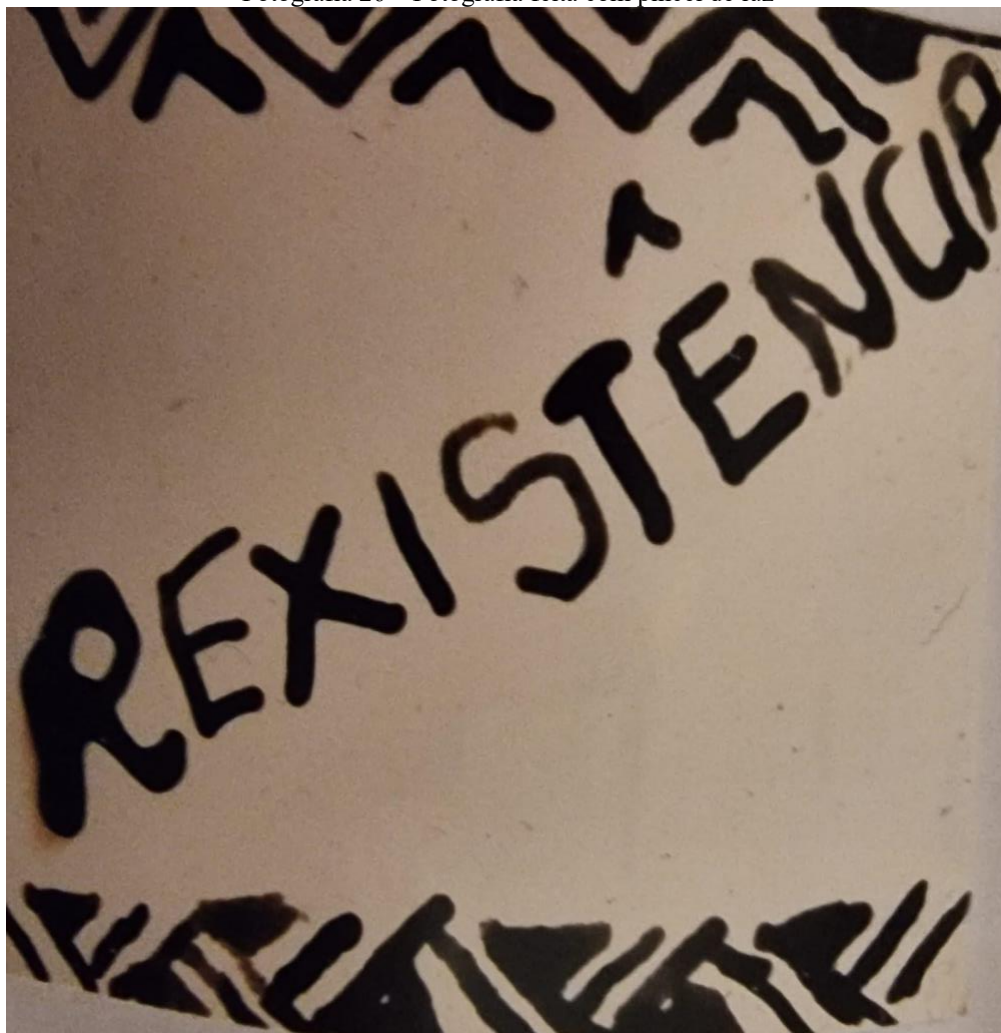
Fotografia 25 – Foto feita com a câmera imaginária



Fonte: Acervo da autora (2025).

Umas das imagens mais recorrentes no território, é o açaí (Fotografia 18 e 24), não só ao olhar os quintais, mas ao ouvir sobre o que se gosta de comer, o que é importante colher, a espera da safra, o que é oferecido com hospitalidade para quem chega. No dia da realização do pincel de luz, pela primeira vez das inúmeras que estive no território, essa foi a primeira que não me ofereceram açaí no almoço. A palavra foi invocada inúmeras vezes e apareceu nas linhas e imagens elaboradas.

Fotografia 26 – Fotografia feita com pincel de luz



Fonte: Acervo da autora (2025).

No pensamento de Nêgo Bispo, confluência diferente da “influência”, que opera pela lógica da captura, da conversão e da sobreposição hierárquica, a confluência é a política dos encontros que preservam diferenças. É a possibilidade de mundos caminharem juntos sem precisarem tornar-se um só. É tecnologia social, filosofia política e ética do território. Ao afirmar que “a vida é confluência e não influência”, Bispo desloca o modo como o pensamento ocidental aprendeu a imaginar relações, pois prescinde de fusão e assimilação (forças essas coloniais), mas reside na coexistência.

Este capítulo adota o conceito de confluência como lente para compreender e imaginar paisagens amazônicas a partir da arte, especialmente pelos métodos de Paula Sampaio e Miguel Chikaoka. Esses artistas não registram o território como objeto, eles o ativam como relação. São criadores que operam no entre, nos atravessamentos. E é nesse sentido que suas práticas se aproximam da confluência: não procuram capturar o território, mas caminhar com ele, permitindo que o rio, o vento, o gesto, a luz, a memória, o deslocamento e o tempo sejam

coautores da imagem. As Amazônias retratadas por esses artistas não são cenário nem paisagem estática. Para imaginar a paisagem pela arte é necessário abandonar a ideia de paisagem como vista externa. As imagens de Paula Sampaio, fotojornalista com trabalho contundente sobre a Transamazônica, acompanha por décadas estradas, rios, cidades, feiras, portos e deslocamentos amazônicos que operam como mapas de relações além de registros documentais. Suas fotografias da Transamazônica e de deslocamentos ribeirinhos são atos de escuta visual. Elas tornam visíveis confluências que o olhar acelerado não apreende: o encontro entre o corpo e a estrada, o rio em chamas, entre a memória das casas arrastadas pelas águas e o gesto de reconstruir. Ao fotografar, Sampaio não se coloca fora da paisagem, ela se insere no fluxo que a compõe. Sua obra é um modo de estar com, e não sobre.

Fotografia 27 – Pincel de luz sobre fluxo de rio e outros seres



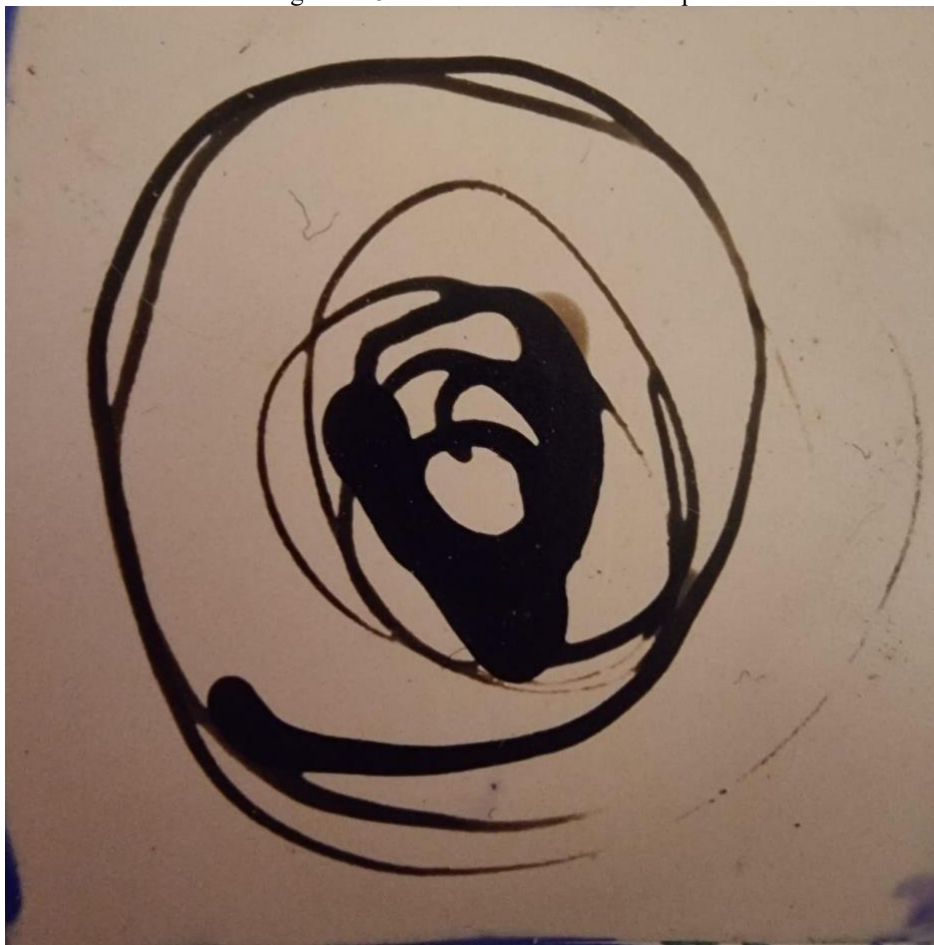
Fonte: Acervo da autora (2025).

Miguel Chikaoka, por sua vez, radicaliza a confluência ao trabalhar com a luz como agente e não como recurso. Seus dispositivos artesanais (câmeras obscuras, oficinas de experimentação, objetos ópticos produzidos coletivamente) revelam que a imagem é sempre encontro entre corpo, matéria e atmosfera. Chikaoka não busca a imagem como produto. Ele faz da fotografia uma forma de coabitar: o gesto de aguardar que a luz diga quando é possível ver, o corpo que precisa se ajustar ao tempo da exposição e a presença do outro que aparece no

movimento. A imagem, aqui, é negociação, acolhimento e presença, sempre nela, na observação atenta que reside na imagem.

As confluências entre águas, memória, trabalho e modos de vida, na arte são traduzidas em luz, gesto, movimento e política. As paisagens que emergem dessas obras não são monoculturas, não foram desenhadas para caber em escalas de produção, fluxos logísticos, representações turísticas ou cenários do desenvolvimento. São paisagens que recusam simplificações.

Fotografia 28 – Pincel de luz sobre o tempo



Fonte: Acervo da autora (2025).

A monocultura, como já se argumentou, opera apagando variações, impondo escalas, achatando temporalidades, convertendo ecologia em logística. A arte, ao contrário, reintroduz variação, devolve à paisagem a sua densidade sensível. A obra de Chikaoka permite que a luz retenha o tempo. Paula Sampaio permite que o movimento apareça como história. Nesse sentido, imaginar paisagens a partir da arte é também imaginar políticas e ensinam que paisagem é relação, ensinam também que ver é um gesto.

A confluência fala de um encontro que não exige assimilação, é uma relação que não suprime as diferenças e não busca um universal comum. A confluência, enquanto conceito político e ontológico, desloca a própria ideia de paisagem: ela deixa de ser superfície visível e passa a ser processo contínuo entre seres, forças, águas, memórias, gestos e presenças. Se a confluência é método de mundo, então a fotografia pode ser compreendida como uma das formas mais potentes de instaurar essa relação. Não a fotografia utilitária, documental ou extrativa, que captura imagens como quem coleta dados. Mas a fotografia que se deixa afetar, que hesita diante da luz e que reconhece sua própria parcialidade, acontecendo ao convocar a presença do outro sem violentá-lo. Essa fotografia é apresentada por Chikaoka e Paula Sampaio e opera como uma tecnologia de confluência. Eles não tem a intenção de traduzir o mundo, mas ela abre o furo para que o mundo se manifeste.

Miguel Chikaoka ensina que fotografar é aceitar que o mundo tem seu próprio tempo. Suas câmeras artesanais com caixas de madeira, papelão, latas e papéis sensíveis manipulados coletivamente instauram a fotografia como ritual. Fotografar exige estar ali, inteiro, com a luz, com o corpo, com o outro. Não há automatismo possível. Ao ensinar crianças, jovens e comunidades a construírem suas próprias câmeras, Chikaoka produz não apenas formação técnica: ele restitui à imagem sua dimensão relacional, e a fotografia deixa de ser produto para se tornar encontro.

Paula Sampaio amplia essa confluência deslocando-se pelas estradas amazônicas, sua fotografia é feita caminhando, escutando, conversando, atravessando ruínas. A arte, portanto, torna-se ferramenta para acessar mundos não porque os traduza, mas porque os acompanha. Como afirma Anna Tsing (2021), para compreender paisagens marcadas pela fricção e pela ruína, é necessário prestar atenção às pequenas vidas, aos gestos imperceptíveis, às alianças momentâneas, às continuidades frágeis que sustentam o possível. A fotografia é precisamente esse gesto de atenção. Nesse sentido, a arte torna-se uma forma de diplomacia ontológica.

Ao aproximar Bispo, Stengers, Tsing, Chikaoka e Paula Sampaio, é possível afirmar que a paisagem não é fenômeno visual: é forma de relação. A fotografia, como método, devolve ao olhar essa relacionalidade. Ela impede que a paisagem seja reduzida a fundo, cenário ou recurso. A arte torna-se instrumento para reconstituir aquilo que o monoculturar tenta apagar: a densidade do território, sua complexidade ontológica, sua multiplicidade de temporalidades. A fotografia permite que a água apareça como sujeito, que a luz se torne agente, que a lama seja reconhecida como memória e que o corpo que atravessa a cena seja compreendido como mundo.

A confluência torna-se prática. E fotografar, para esses artistas, é praticar confluência: é fazer imagens que não pretendem explicar o território, só ouvi-los. Essa prática rouba do monoculturar sua pretensão de definir o que conta como paisagem. A arte fura o visível, devolve textura ao que foi achatado, repõe ritmo ao que foi acelerado, reinscreve vida ao que foi esquematizado. Assim, na fotografia e confluência exige-se presença, tempo, corpo, escuta, relação. É nesse gesto que a arte se torna ferramenta para acessar mundos, pois não busca representar, apenas participar.

A floresta é corpo porque respira, pulsa, comunica e responde. Mas é também corpo porque se faz com outros corpos: o corpo-floresta é sempre múltiplo, sempre relacional, sempre composto. No pensamento ribeirinho, a água é uma linha de vida. Cada braço de rio, cada igarapé, cada virada de maré é uma forma sensível de sentir o mundo e ser sentido por ele. Quando as águas sobem, quando recuam, quando se turvam ou clareiam, as pessoas também mudam seus ritmos, ajustam seus gestos, reorganizam seus dias. Viver no território é viver no tempo desse corpo comum. O corpo humano é atravessado por ele nas suas cheias, sinais e memórias.

Trata-se de um modo de existência profundamente integrado no qual não há separação entre corpo, floresta e rio. Mas esse corpo comum está atravessado por violências. Com as infraestruturas da monoculturação e seus corredores logísticos, portos, barcaças, dutos, aterros, mecanismos de controle territorial se fraturam o corpo-floresta. Onde antes havia continuidade, proliferam fronteiras. O rio que era veia torna-se canal. A monoculturação tenta reconfigurar o corpo-floresta em partes desconexas para dominá-lo, administrá-lo e rentabilizá-lo.

Fotografar, a partir do território, é tornar-se parte do corpo-floresta. É escutar sua respiração e observar seus ritmos e ao entrar no mundo como participante fotógrafos como Miguel Chikaoka e Paula Sampaio não produzem imagens sobre o território, a fotografia torna visível o corpo-floresta, mas, sobretudo, devolve ao corpo-floresta a possibilidade de se mostrar. Essa participação é crucial em contextos de disputa territorial, violência colonial e crise climática. O corpo-floresta sofre assédios constantes: contaminação das águas, ruptura de rotas, destruição de mangues, assoreamento acelerado, pressão de grandes obras e mecanismos de expulsão simbólica e material. A fotografia convoca o olhar e o sentir. Convoca pertencimento. Porque, enquanto houver quem veja, quem sinta e quem participe, o corpo-floresta continuará a existir sem estar a serviço da especulação, mas a serviço de si mesma.

Pensar em como “não monoculturar” na fotografia exige compreender que a monoculturação, como processo ontopolítico de simplificação, também produz efeitos no modo como olhamos, enquadrados e representamos o mundo. A imagem fotográfica, em sua potência

documental e sensível, carrega o risco de repetir as violências coloniais que organizam o território se for captada sem hesitação, sem relação, sem estar-com. Miguel Chikaoka, em sua *Pedagogia dos Fluxos*, propõe justamente o contrário: fotografar como modo de participar, não como gesto de extração. Para ele, a fotografia não nasce do domínio do olhar, mas da disponibilidade para ser afetado pelo ambiente. A câmera não é instrumento de controle, ela é uma mediadora que revela o que já estava ali, esperando ser visto.

Na corporificação do ato fotográfico, ou seja, sentir a luz antes de capturá-la, ouvir o silêncio antes de rompê-lo, reconhecer o corpo como extensão da paisagem, Chikaoka recusa a colonialidade do olhar que transforma o outro em objeto. A *Pedagogia dos Fluxos* é, portanto, uma anti-infraestrutura do olhar: ela se opõe frontalmente às formas de monoculturação visual que reduzem territórios, pessoas e mundos a imagens prontas, facilmente apropriáveis, consumíveis como mercadoria estética. Fotografar, sob essa pedagogia, é exercitar o tempo, qual seja o tempo da luz, o tempo do rio, o tempo da pessoa fotografada, o tempo da relação. É deslocar o gesto fotográfico do regime da velocidade para o regime da presença, para que a fotografia não se torne captura no sentido literal e simbólico. A hesitação devolve alteridade ao mundo, não há espaço para extrair imagens como se extrai minério, tampouco para fixar identidades como se fixam fronteiras. A imagem é cocriada.

Fotografar é dar-se ao mundo e permitir que o mundo devolva algo. A fotografia é, assim, antítese da monoculturação, pois não reduz o real a uma superfície pronta para o consumo. Ela afirma, ao contrário, que cada relação é múltipla, que cada corpo é composto, que cada território é confluência. E, justamente por isso, a fotografia pode ser indiferente à pressa, aos protocolos rígidos, às demandas por uma narrativa única. Ela prefere a lentidão, a experimentação, o erro, a surpresa e aquilo que o monoculturar tenta eliminar ao impor suas lógicas de eficiência, repetição e uniformização.

Não monoculturar na fotografia é recusar a objetificação do outro. A luz que atravessa as águas, que se esconde nas sombras. A fotografia não captura, se relaciona e acompanha esse movimento. A fotografia é uma extensão dessa sensorialidade. E é justamente por emergir desse envolvimento que a imagem não explora nem domina.

Em contextos de colonialidade visual onde a Amazônia frequentemente aparece como exotismo, espetáculo ou desastre, ao fotografar desde o território, a imagem torna-se meio de resistir às fixações, às narrativas únicas, às estetizações que despolitizam. Ela reconhece que toda imagem é encontro e que todo encontro transforma. E, ao fazê-lo, oferece caminhos para imaginar outros mundos para escapar da rigidez do monoculturar.

Não há fotografia neutra, nem gesto técnico que se mantenha fora das relações que o produzem. Quando Miguel Chikaoka fala de uma pedagogia dos fluxos, ele oferece uma chave para compreender a fotografia pois os fluxos não são apenas da água ou da luz, são fluxos de sentido. A fotografia pode ser, portanto, dispositivo de reexistência. Ela reinscreve territorialidades negadas, reafirma corpos e saberes que o discurso técnico tenta apagar, devolve textura ao que o capital logístico tenta planar. Ela mostra que o território não é superfície homogênea, mas corpo comum, composto por rios, pessoas, cosmologias e relações.

Para compreender como fazê-la, é necessário primeiro deslocar a fotografia do lugar de operação instrumental para reconhecê-la como gesto relacional. Nessa perspectiva, Miguel Chikaoka oferece fundamentos metodológicos essenciais. A pedagogia dos fluxos, em vez de ensinar o domínio da técnica, ensina a disponibilidade para ser atravessado por ela. Antes de fotografar, é preciso perceber a luz sem o filtro da intenção. A luz, para Chikaoka, é presença que se move atravessando corpos, e fotografar não é controlar esse movimento, só nos resta acompanhá-lo. E para acompanhar precisamos dispor de tempo, disposição e escuta.

Em termos de prática, isso implica deslocar o foco. Cada cotidiano contém uma cosmologia. A imagem, quando produzida com responsabilidade e sensibilidade pode fortalecer vínculos e pertencimento. Ela cria memória, afirma presença, reinscreve mundos que o extrativismo tenta apagar.

Vivemos em um momento marcado não apenas pela produção incessante de imagens, e ao mesmo tempo pela sua aceleração e dispersão. A superprodução e excesso de imagens leva ao esvaziamento da observação. Fotografias tornam-se ruído ou ainda mercadoria. E é nesse contexto que a fotografia, quando praticada desde o território e como gesto político, adquire nova importância: ela restaura a atenção como forma de mundo.

Observar, neste cenário saturado, é um ato radical. É recusar a avalanche das imagens rápidas para afirmar a lentidão de uma imagem que entende que fotografar é pensar. Fotografar não é gerar mais uma imagem que será consumida e esquecida, mas instaurar uma pausa, uma vontade de permanecer. Indêpende de como é produzida, prescinde de uma câmera na sua concepção clássica.

A observação, assim compreendida, é forma de atenção às sensações que o excesso de imagens e reproduções costuma apagar. Miguel Chikaoka, ao ensinar a fotografar por meio da pedagogia dos fluxos, propõe exatamente esse deslocamento: antes de fazer uma foto, é preciso aprender a ver. Ver não é olhar, está em sentir o tempo da luz, perceber o movimento que atravessa a paisagem, acompanhar o fluxo do vento, escutar o silêncio. O gesto de observação antecede o gesto de fotografar, e, em muitos casos, substitui-o.

Em um mundo distraído por telas, a fotografia pode restaurar o gesto primordial de atenção ao detalhe, e àquilo que quase sempre passa despercebido porque não se oferece ao consumo imediato. A imagem, quando nasce de uma observação enraizada, devolve profundidade ao olhar. Ela permite perceber o que os fluxos digitais acelerados não capturam.

Nas redes, a imagem é rápida, substituível, descartável. O algoritmo estimula a produção incessante, a avalanche contínua, porém cada imagem é gesto de mundo, não produto. Contudo cada fotografia pode ser resultado de uma relação que não se repete, pode a ser extensão da convivência. Essa observação também cria responsabilidade. Ao observar, o fotógrafo se implica e não pode permanecer neutro. A fotografia como gesto de quem observa seja responsável pelo mundo que vê. A observação é gesto de respeito, em um mundo onde tudo é fotografado sem consentimento, sem relação, sem cuidado, é preciso saber que observar alguém é entrar em sua esfera de existência.

Nessa perspectiva, o excesso de imagens produz anestesia e indiferença. Por isso, fotografar como observação é se opor ao ritmo acelerado das plataformas, ao olhar apressado, ao consumo da imagem e acreditar que a imagem ainda pode ser encontro. Em última instância, fotografar como gesto de observação é reafirmar que viver é observar com cuidado e que ver é participar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que o monoculturar não pode ser compreendido apenas como um arranjo econômico ou como uma técnica de organização produtiva. Trata-se de uma racionalidade que opera sobre as condições de existência, territórios, relações e temporalidades de modo a produzir um mundo administrável e apropriável. Seu funcionamento se sustenta em movimentos articulados de simplificação, aceleração e descarte, que não apenas transformam a materialidade da paisagem, reconfigurando os modos de uso da terra. Ao reduzir a pluralidade dos mundos a unidades homogêneas de circulação, essa racionalidade produz uma violência que é, antes de tudo, ontológica.

Nesse contexto, os instrumentos institucionais que se apresentam como mecanismos de regulação, como o licenciamento ambiental e a consulta prévia, livre e informada, não operam em um campo neutro. Eles são atravessados por uma infraestrutura de poder que antecede sua aplicação e que delimita, desde o início, o que pode ser considerado válido, legítimo ou negociável. A consulta, ao ser convocada dentro de temporalidades industriais e de uma lógica que privilegia a urgência como valor, passa a funcionar em um terreno no qual as condições de simetria entre as partes não estão dadas. O que se observa, portanto, não é uma lacuna no design legal, e sim a atuação de um dispositivo que produz consenso e estabiliza decisões previamente orientadas pela ideia de inevitabilidade do desenvolvimento.

A centralidade da temporalidade nesse processo revela um ponto decisivo. Ao mobilizarem seus próprios ritmos e formas de organização do tempo, as comunidades ribeirinhas afirmam o tempo como dimensão constitutiva do território. O tempo não aparece como medida externa, e sim como mais uma das relações que se estabelecem para que mundos se sustentem. A recusa da pressa e acumulação, frequentemente interpretada como atraso ou obstáculo, constitui, na verdade, uma prática política que protege a possibilidade de continuidade dessas formas de vida.

Ao repensar relações entre mundos, modos de vida e territorialidades amazônicas em disputa no Baixo Tocantins, onde infraestruturas logísticas tentam simplificar o território, as comunidades elaboram protocolos de consulta baseados em suas temporalidades, reivindicando a confluência como prática política.

A arte e a fotografia, quando praticada como método relacional, opera como modo de acessar mundo e ativar ferramentas de imaginar de modo sensível o rio, a luz, o gesto, produzindo imagens que são encontros.

Assim, a confluência e a cosmopolítica não são conceitos abstratos, são, portanto, práticas que reorientam o modo como a pesquisa e a arte se relacionam com os territórios. Ambas exigem cuidado, presença e responsabilidade. Ambas recusam o modelo colonial de produção de conhecimento e repolitizam o sensível. E fornecem ainda chaves para compreender o conflito entre monoculturar e mundos amazônicos.

Compreender o monoculturar e suas infraestruturas como práticas que dissolvem relações e simplificam mundos me levou a analisar os mecanismos de fragmentação que a Cargill e outras empresas mobilizam no licenciamento ambiental, convertendo a região em descontínuos.

A prática fotográfica, quando realizada como processo de cocriação, pode desafiar a simplificação do monoculturar. A tese, ao acompanhar esses movimentos, deve reconhecer que estudar o monoculturar exige mais do que denunciar a devastação, exige acompanhar as práticas de recomposição do mundo que as comunidades criam. Ao acompanhar as práticas comunitárias, torna-se evidente que a resistência não é apenas reação, é criação de mundos. Os protocolos de consulta, as cadernetas agroecológicas e as mobilizações são tecnologias de confluência que recusam a captura do monoculturar. Elas restauram o território como trama viva, e não como superfície logística. Para imaginar futuros adotamos a lógica da confluência, que permite coexistir. A Amazônia, com suas águas, ritmos e relações, já sabe como fazer isso desde sempre.

O monoculturar, ao impor sua lógica de escala, aceleração, desinformação, fragmentação, estoque e descarte, tenta fabricar um mundo unidimensional onde as diferenças são tratadas como ruídos que precisam ser apagados. As comunidades, ao contrário, sustentam mundos que só existem porque são múltiplos e relacionais.

Não há política verdadeira se ela violenta o tempo dos mundos que pretende governar. A arte, aqui, torna-se ferramenta para acessar mundos que o monoculturar tenta apagar.

A conclusão desta tese é, portanto, um convite para repolitizar o sensível, para reterritorializar a política. E também para reconhecer que o caminho é tecido a todo instante, a cada curva que se acompanha. E é nesse acompanhar que reside a possibilidade de um futuro não colonizado.

Esta pesquisa buscou compreender o fenômeno do monoculturar e suas infraestruturas sob a perspectiva das territorialidades amazônicas, articulando análise empírica, etnografia, teoria crítica com abordagem integrada entre campo, arquivo, literatura e arte permitiu evidenciar que o monoculturar não atua apenas pela transformação material do território, mas pela reorganização profunda das relações entre mundos, temporalidades e saberes.

O estudo demonstrou que as comunidades do Baixo Tocantins produzem saberes, práticas e dispositivos políticos que desestabilizam a lógica de simplificação que sustenta o licenciamento ambiental, a expansão portuária e as disputas territoriais na Amazônia. A análise mostrou que a integridade territorial reivindicada pelas comunidades é incompatível com o modelo administrativo baseado em fragmentação espacial e aceleração temporal.

A tese contribui para o campo da ecologia política ao enfatizar a necessidade de reconhecer a multiplicidade ontológica dos territórios amazônicos. Ao integrá-los à teoria da confluência e à cosmopolítica, propõe uma alternativa teórica e metodológica capaz de respeitar e sustentar mundos que não cabem em moldes coloniais do pensar.

Imaginar futuros em tempos de monoculturar é tarefa delicada. O regime da escala, da velocidade e da otimização tenta nos convencer de que só há um caminho possível: o crescimento contínuo, a expansão logística, a extração infinita. As Amazônias, porém, ensinam outra coisa e fazem teoria. Nela, se aprende que tecer exige encontros, reciprocidades, ritmos lentos, alianças improváveis e exige confluências.

Futuros confluentes não são utopias abstratas, mas mundos possíveis ensaiados nas margens dos rios. Eles aparecem quando comunidades constroem protocolos de consulta para proteger seus ritmos, quando mulheres anotam nas cadernetas agroecológicas a paisagem viva. Esses gestos são sementes.

O monoculturar opera, de modo estrutural, por um princípio de apropriação via estoque e descarte. É nessa lógica que se organiza. Estocar significa retirar o mundo do seu ciclo de vida, separá-lo de suas relações, convertê-lo em unidade de cálculo, disponibilidade e controle. Descartar significa, em contrapartida, após ter estocado e servido para sua especulação, descartar para na escassez aumentar a demanda.

Esse duplo movimento reorganiza também culturas, saberes e modos de vida. A simplificação territorial que sustenta portos, hidrovias, dutos, terminais logísticos e estradas é acompanhada por uma simplificação epistemológica capaz de transformar práticas culturais em resíduos do desenvolvimento.

Nesse cenário, o estoque e o descarte funcionam como tecnologias de colonização, pois uma corporação converte um território em corredor logístico, ela converte simultaneamente a cultura local em algo calculável e apropriável como mão de obra e o saber em inferior e rudimentar. Tudo que não serve à cadeia de valor é relegado ao descarte simbólico. O saber-fazer comunitário, que é tecido através de gerações, ritmado pelo tempo da pesca, pelos modos de cuidado da terra e da água, não se ajusta ao regime de urgência. Por isso, é desvalorizado.

Se não é produzido na forma de produção de conhecimento dominante, não pode ser controlado e precisa ser inferiorizado.

A morte simbólica da cultura não ocorre apenas quando práticas desaparecem, ela acontece quando o mundo que as sustenta é reconfigurado, destruindo condições de existência e reprodução cultural. O monoculturar produz a morte simbólica como parte de sua engenharia. Ele reduz o valor do saber-fazer não porque desconhece sua importância, mas porque nela reside a autonomia. O saber-fazer reconhece a maturação da natureza, o saber dos canoeiros que leem a profundidade da água, todos esses conhecimentos constituem inteligências territoriais que precisam ser enfraquecidas.

A morte simbólica da cultura é, assim, efeito da inadequação. O monoculturar rotula como atraso aquilo que não deseja controlar. Mas a morte simbólica produz consequências materiais. A fotografia, discutida nos capítulos anteriores, oferece justamente o contramovimento: ela devolve presença ao que o monoculturar tenta descartar. Assim, conectar o estoque e o descarte ao apagamento do saber-fazer e à morte simbólica da cultura é demonstrar o monoculturar. Ao reconfigurar o mundo para que caiba no modelo extrativista, o rio é via de transporte, a floresta é biomassa, o saber-fazer não é tecnologia, é atraso. E assim não precisa destruir fisicamente, pois pode antes realiza-la por meio da reorganização ontológica.

Os métodos aqui mobilizados não são exteriores à teoria, constituem-se como práticas ontoepistêmicas, isto é, modos de conhecer que são simultaneamente modos de produzir mundo. A fotografia, o bordado, a caminhada e a escuta não são meros instrumentos de registro, eles são os dispositivos de sensibilização capazes de acessar aquilo que escapa às formas técnicas de captura dos efeitos do monoculturar. Ao se deixar afetar com os territórios, essas práticas tornam visíveis os efeitos do controle sobre os fluxos da vida, revelando que a violência do monoculturar não se limita à expropriação material, mas se estende à produção de um mundo único, no qual outras formas de existência são continuamente desqualificadas ou cercadas até o ponto de sua extinção.

Esta tese partiu da necessidade de compreender como os processos contemporâneos de transformação territorial no Baixo Tocantins não se limitam à implantação de infraestruturas ou à reconfiguração do uso da terra, mas implicam uma reorganização mais profunda das condições de existência. Ao longo do percurso, buscou-se demonstrar que o monoculturar não deve ser entendido apenas como uma prática produtiva, mas como um regime que opera simultaneamente sobre os planos material e imaterial, incidindo sobre territórios, temporalidades, relações e formas de conhecimento. Trata-se de uma racionalidade que simplifica, acelera e descarta, convertendo fluxos da vida em unidades de estoque e descarte.

O monoculturar se manifesta tanto nas infraestruturas visíveis, como portos, corredores logísticos, quanto nas infraestruturas invisíveis, como dispositivos jurídicos, instrumentos técnicos e regimes discursivos que produzem a ideia de inevitabilidade do desenvolvimento. Ao longo dos capítulos, evidenciou-se como esses processos operam por meio da produção de um território administrável, no qual a diversidade relacional é reduzida a categorias abstratas, e as formas de vida que não se enquadram nesses parâmetros são progressivamente desqualificadas ou tornadas inexistentes. A simplificação não é técnica, ela é ontológica, pois redefine o que pode existir, o que pode ser reconhecido e o que pode ser considerado legítimo.

A análise das dinâmicas de licenciamento ambiental, das tentativas de desafetação de áreas coletivas, das abordagens realizadas por empresas e consultorias, e das estratégias de antecipação do consentimento revelou que a violência desses processos não se inicia com a obra, mas com a produção de condições que tornam sua implementação possível. Na presença de instrumentos, observa-se a presença de uma infraestrutura de poder que antecede e molda seus limites de atuação.

Ao mesmo tempo, esta tese buscou demonstrar que os territórios não são apenas espaços de incidência dessas dinâmicas, pois são campos ativos de produção de mundo. No Baixo Tocantins, as práticas ribeirinhas, as assembleias comunitárias, os protocolos próprios e as formas de organização territorial evidenciam que outras temporalidades e outras racionalidades seguem operando, desafiando a lógica do monoculturar. A mobilização do tempo como dimensão ontológica do território, a recusa da aceleração e a insistência na continuidade das relações constituem formas de política e modos de existência que não se desvinculam do território.

Outrossim, a articulação entre teoria e método desenvolvida ao longo deste trabalho recusa a separação entre análise e prática, pois esta pesquisa assumiu que os modos de conhecer são inseparáveis dos mundos que produzem. Nesse sentido, os métodos mobilizados não operam como instrumentos neutros de registro, e sim como práticas ontoepistêmicas, isto é, formas de conhecimento que são simultaneamente formas de intervenção e de produção de realidade. A fotografia, o bordado, a caminhada e a escuta foram dispositivos de sensibilização capazes de acessar dimensões da experiência que escapam às formas convencionais.

As práticas que implicam corpo, tempo e atenção constroem um modo de investigação que não se coloca à distância e se insere nas relações que pretende compreender. O monoculturar não é adstrito à transformação física da paisagem, incidindo sobre a própria produção de sentido. Assim, compreender o monoculturar como uma infraestrutura ontopolítica implica reconhecer que sua operação se dá também no nível da sensibilidade. Ao capturar

fluxos da vida e convertê-los em estoque, impondo temporalidades aceleradas e ao estabilizar narrativas de desenvolvimento, o *modus operandi* do monoculturar redefine condições de percepção e de experiência.

Por fim, esta tese aponta para a necessidade de continuar aprofundando formas de pesquisa que sejam capazes de operar nesse entrelaçamento entre teoria, método e mundos. Isso implica desenvolver novas abordagens analíticas, mas também sustentar práticas de investigação que sejam colaborativas, implicadas e abertas à transformação. Os desdobramentos desta pesquisa exige a construção de modos de conhecer que não reproduzam as lógicas que pretende criticar. Este trabalho se insere como parte de um processo contínuo de engajamento com os territórios, no qual a produção de conhecimento se coloca como prática situada, relacional e comprometida com a afirmação da diversidade de mundos, apesar das tentativas sistemáticas de sua redução.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice (org.). *Dossiê soberania alimentar e sociobiodiversidade no Cerrado*. Rio de Janeiro: FASE, 2023.

ALENCAR, Edna Ferreira. *Terra caída: encanto, lugares e identidades*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2002.

ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v.5, n.1, jan.-jun., p. 7-28, 2013

ARANHA, Natália; DIAS, Susana. “Seguir os sapos” por meio das mesas de trabalho: movimentos e afetos na residência artística “Perceber-fazer floresta II”. In: *MORADA FLORESTA*. 2024, p. 208.

CARDOSO, Thiago Mota; LOSEKANN, Cristiana; BUTI, Rafael; SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; SEEGER, Natalia; LOPES, Diego Kern. Vidas precárias em águas turvas: antropologia colaborativa nas ruínas do Antropoceno. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 97–126, 2021. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e75156. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75156>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CARDOSO, Thiago Mota. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2016. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172341>

CHIKAOKA, Miguel Takao; MARÍN, Alejandra. *Fotografía estenopeica: prácticas y reflexiones*. Belém: Associação Fotoativa; Centro de Fotografia de Montevideo (CdF), [s.d.] CHIKAOKA, Miguel Takao. Hagakure. 2003. Negativos fotográficos e espinhos de tucumã em caixa de luz (madeira, acrílico e LED).

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth Beings. Ecologies of Practice Across Andean Worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.

DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (ed.). *A world of many worlds*. Durham: Duke University Press, 2018. 224 pp.

COWEN, Deborah. *The deadly life of logistics: mapping violence in global trade*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2014.

DERDYK, Edith. *O corpo da linha: notações sobre desenho*. 1. ed. São Paulo: Editora Relicário, 2024.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo; OSTERWEIL, Michal; SHARMA, Kriti. *Relacionalidad: una política emergente de la vida más allá de lo humano*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2024.

FEDERICI, Silvia. Women, Land Struggles and the Reconstruction of the Commons. *The Journal of Labor and Society*, volume 14, março 2011. Pp. 41-56

FEDERICI, Silvia. O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022. F

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p

FERREIRA, Denison da Silva. *Produção do espaço ribeirinho na Amazônia: uma análise a partir do contexto espacial em comunidades das Ilhas de Abaetetuba-PA*. 2021. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2021.

FERREIRA REIS, Tatiana Nazaré Amaral. *Re-existências de mulheres no território agroextrativista Pirocaba, Baixo Tocantins, Pará: por uma comunicação agroecológica, feminista e popular*. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

HARAWAY, Donna J. *When species meet*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2007.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene: Donna Haraway in conversation with Martha Kenney. In: DAVIS, Heather; TURPIN, Etienne (Eds.). *Art in the Anthropocene: Encounters among Aesthetics, Politics, Environments, and Epistemologies*. London: Open Humanities, 2015, p. 255–270.

HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: fazer parentes no chthuluceno. Trad. Ana Lúcia Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. *Regime global de biodiversidade: comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável – o caso Mamirauá*. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA; D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RIBEIRO, Alessandra *et al.* (org.). *Morada Floresta*. Brasil, SP: Revista ClimaCom, 2024.

Stengers, Isabelle. “A proposição cosmopolítica”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 69 (abril), 442–64, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LI, Tania Murray. *Land’s end: capitalist relations on an indigenous frontier*. Durham: Duke University Press, 2014, 240 p.

MENDES, Margarida. *Drawn by a Circle*. In: *Finding Money*. London: Open School East, 2015.

MOKARZEL, Marisa. *Navegante da luz: Miguel Chikaoka e o navegar de uma produção experimental*. Belém: Kamara Kó Fotografias, 2014.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

STENGERS, Isabelle. *The Invention of Modern Science*, Smith D.W (trans.), Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SVAMPA, M. *Las fronteras del neoextractivismo em América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências*. Bielefeld Univ. Press, 2019.

SAMPAIO, Paula. Antes do fim: itinerário de reinvenções. Fundação Cultural do Pará, Belém, 2018.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; CARDOSO, Thiago Mota; GODOI, Emilia Pietrafesa de. Antropologias da Paisagem: uma apresentação - Volume II. RURIS (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 7–17, 2022. DOI: 10.53000/rr.v14i1.17023. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17023>. Acesso em: 26 mar. 2026.

STOLL, Émilie; ALENCAR, Edna; FOLHES, Ricardo; MEDAETS, Chantal (org.). *Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos*. Belém: NAEA, 2019.

TSING, Anna . The mushroom at the end of the world: On the possibility of life in capitalist ruins. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas. 2019.

Tsing, Deger, Keleman Saxena e Zhou; Feral Atlas: The More than Human Anthropocene. Stanford University Press, 2020.

VECCHIONE GONÇALVES, Marcela. *Managing borders, nurturing life: existences, resistances and political becoming in the Amazon forest*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – McMaster University, Hamilton, Ontario, 2014.

VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Veríssimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos Indígenas do Cerrado: Caminhando e Cultivando R-Existências Diversas. In: AGUIAR, Diana; LOPES, Helena. Saberes dos Povos do Cerrado e Bio-diversidade. Rio de Janeiro: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, 2020.

VELA ALMEIDA, Diana et al. The “Greening” of Empire: The European Green Deal as the EU first agenda. *Political Geography*, v. 105, 2023.

VIEIRA, Laura Carolina. *Entre o carbono e a coerção: os efeitos da implementação de projetos de carbono REDD/REDD+ sobre a natureza e os direitos das comunidades tradicionais na Amazônia brasileira – Portel, Pará, Brasil*. 2025. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Termo de Solicitação de Visita e Autorização de Realização de Pesquisa ao Território Agroextrativista Pirocaba

Em atenção ao Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada elaborado pela Coordenação Comunitária de Consulta Livre, Prévia e Informada da Comunidade Agroextrativista do Pirocaba, submeto o presente termo de solicitação à mesma Coordenação comunitária. Tal termo tem o objetivo de expor o motivo de solicitação de visita e realização de atividade em conjunto com membros da Comunidade Agroextrativista do Pirocaba, o contexto de realização desta visita seria um exercício para coconstrução de pesquisa de doutorado caso o projeto seja visto como interessante pela comunidade. Assim, a esses três pontos colocados acima **a) motivação, b) contexto e c) proposta de construção de projeto em conjunto e com retorno para a comunidade d) participação**, segue uma ideia de programação para a visita, caso a mesma seja aprovada pela ASAPAP.

A) Motivação: Sou discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA-UFPA). Estou elaborando minha pesquisa sobre a transformação da paisagem do nordeste paraense e minha abordagem teórica-metodológica tem como intuito de, juntamente ao acompanhamento de membros da comunidade e desde a vivência no território de coproduzir este projeto de caráter interdisciplinar e de pesquisa-ação. Esta última possui esta característica de moldar o problema e as perguntas de pesquisa desde os problemas como percebidos e vivenciados pelas comunidades em vez de formular o problema de forma unilateral com a intenção de pensar uma metodologia de cocriação;

B) Contexto: É incomum que pesquisas do curso de pós-graduação interdisciplinar usem a arte na construção de projetos conjuntamente com comunidades e territórios e de forma coletiva. É mais comum que se apresente um projeto com problema e objeto pré-moldado, pergunta de pesquisa que se alinhe a um objetivo geral do projeto e perguntas elaboradas a priori no projeto antes da partilha no território. Nessa proposta de pedagogia mais voltada a cocriação no território para a construção do trabalho, proponho o seu desenvolvimento através de atividades

educativas inspiradas em leituras, experimentações e interações com o que constitui os diversos mundos da região.

Esse exercício parte, inclusive de aplicação ética, para que o projeto seja aplicado tendo como justificativa a realidade territorial das comunidades tendo em vista sua consulta e consentimento, à luz de seu protocolo; observar a percepção dos membros do território, a fim de trabalhar as distinções e verificar entendimentos e necessidades, em acordo ao protocolo e processos de autodeterminação e autogoverno; Em um processo de cocriação com membros da comunidade, com olhar avesso ao que já se faz de forma excessiva na academia. Depois da visita, espero ter textos iniciais de relato que serão retornados à comunidade para sua aprovação e ajustes, sendo do seu interesse; Tendo como foco partilhar experiências do viver para disparar debates.

C) Proposta: Realizar visita de campo de dois dias à Comunidade Agroextrativista do Pirocaba nos dias 14 e 15 de março. Nesse encontro, o objetivo é implementar oficinas de experimentação a partir de práticas artesanais de fotografia, utilizando materiais disponíveis no entorno e alguns de fácil acesso como cartolina, papel alumínio e papel manteiga. A intenção dos diálogos é abordar o território, os modos de viver e a construção de paisagens observadas pelos moradores conversando com os sujeitos humanos e não humanos que compõem esse lugar.

A partir desses encontros, pretende-se realizar uma descrição das vivências imagéticas do sentir e do viver para dialogar sobre as paisagens.

Nesta visita, a ideia é que as dinâmicas sejam organizadas nos seguintes horários (se houver concordância com a comunidades sobre os pontos sugeridos):

1. 09-10: **Roda de apresentação** de olhos vendados. Nesta apresentação, rapidamente introduzimos os representantes do grupo e a proposta do encontro. Aqui integra-se às dinâmicas da comunidade;
2. 10-12: **Construção de câmera obscura:** construção de um modelo simples de câmera obscura (câmera que ilustra o princípio da fotografia e ótica), realizado todo em silêncio através da presença do corpo e gestos, com esse dispositivo é possível experienciar a visualização de imagens na sua condição primária, ou seja, inerente à existência da luz.
3. 12-14: **Almoço:** pausa para almoço e descanso das atividades
4. 14-16: **Cartografias:** Atividade para produzir coletivamente representações da área a partir do inventário da memória, das coisas e lugares reconhecidos pelos moradores. Referências produzidas nas demais oficinas também podem ser utilizadas na construção dos mapas.

Dia 2

1. 10h-12h: Câmera de brinquedo: Atividade na qual cada participante produz sua própria câmera imaginária e desenha as imagens produzidas.

Com um varal das imagens produzidas, poderemos observar os temas recorrentes e relacionados e fazer nossa avaliação da visita coletiva com posteriores encaminhamentos para a construção de novas atividades, se for o desejo da comunidade. É importante ressaltar que a ideia não é ter um projeto fechado, mas caminhar na cocriação de um conjuntamente no e para o território, que possa ter outros momentos de troca, até chegar a sua construção final e, mais importante, sob aprovação e avaliação da comunidade.

D) Participação:

A definição de quem participa também está em aberto para definição com os integrantes do território. De modo geral, a proposta inicial é que haja um grupo de faixa etária diversa e que ocorra no tempo que melhor se adequar a dinâmica do território.

Colocando-me à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas,

Nathália Tavares de Souza Almeida

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFPA

ANEXOS

ANEXO A – Imagens produzidas em Cotijuba no projeto “No tempo das águas” e na oficina “Vi-ver Com que olhos” na Ilha do Marajó







ANEXO B – documento apresentando durante visita de campo

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA	
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO	
Alvará Nº: 2017/62757	Exercício: 2017
Insc. Municipal: 31399/3388	Válido Até: 31/12/2017
Nome / Razão Social	
Nome / Razão Social..... BRICK LOGISTICA LIMITADA	
CNPJ/CPF..... 07.651.845/0002-77	
Dados do Estabelecimento	
Nome Fantasia..... BRICK LOGISTICA	
Endereço..... ILHA XINGU, SN - FURO DO CAPIM	
Atividade(s) Econômica(s)	
7020400 ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA	
Faixa 457	
Horário de Funcionamento De : às :	
Observação :	
O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER FIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA.	
Local ABAETETUBA Data da emissão 13/07/2017	 Lucivaldo Dias Ferreira Secretário Municipal de Finanças Portaria 008/2017

ANEXO C – título emitido pela Prefeitura de Abaetetuba



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
CNPJ 05.105.127/0001-99
DEPARTAMENTO DE TERRAS PATRIMONIAIS

PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE ABAETETUBA

TÍTULO DE TRASPASSE

A Cidadã Sra. FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO, Prefeita Municipal de Abaetetuba, no uso de sua atribuição Constitucional, com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei nº 294, de 30 de Novembro de 1977, faz saber que, atendendo a requerimento de **BRICK CONSULTORIA EM GESTÃO LIMITADA**, adquirido por compra da Sra. MARIA FRANCISCA GAMA DOS SANTOS E ESPOSO. E tendo em vista o Contrato assinado pelo mesmo na Secretaria desta Prefeitura Municipal, constante às Folhas **096 (noventa e seis)** do Livro competente nº. **129 (cento e vinte e nove)** fica concedido o **TÍTULO DE TRASPASSE** requerido em favor de **BRICK CONSULTORIA EM GESTÃO LIMITADA**, um terreno situado no Furo do Capim, limitando-se pelo lado direito com Brick Consultoria em Gestão Limitada, lado esquerdo com Miguel Marques Silva e pelos fundos com Margem do Lago Piri.

Medindo 3.802:23m de largura na frente, 1.415:09m lateral direita, 1.668:29m lateral esquerda e 2.291:83m de largura nos fundos, formando uma área de 3.588.888:23M² metros quadrados, sob a obrigação seguinte: 1º - pagar os tributos incidentes sobre o presente imóvel, tais como ITBI e IPTU, previstos no Código Tributário do Município; 2º - observar as demais disposições legais reguladoras das Terras Municipais.

Para segurança e prova do respectivo contrato expediu-se o presente **TÍTULO DE TRASPASSE**, que fica averbado às Folhas **096 (noventa e seis)** do Livro competente nº. **129 (cento e vinte e nove)**.

Prefeitura Municipal de Abaetetuba, 20 de Dezembro de 2016.

PREFEITA MUNICIPAL

Francinetti Maria R. Carvalho
Prefeita Municipal

ANEXO D – Título Bom Remédio



TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, outorga em favor da **ARQUIA - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04712322 / 0001-14, área de terras localizada no município de ABAETETUBA - ESTADO DO PARÁ.



O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, representado pelo Excelentíssimo senhor Governador do Estado, **ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL** e o **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA**, representado pelo seu Presidente, **ANTONIO CARLOS DE ALBUQUERQUE DOS SANTOS**, com base no disposto dos artigos 215 e 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Leis Estaduais nº 8.165/1988, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 – ITERPA, **RECONHECE O DOMÍNIO** de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da comunidade **BOM REMÉDIO**, no município de **ABAETETUBA**, expedindo **TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO**, gravado com **CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE**, em nome da **ARQUIA - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04712322 / 0001-14, representada pelo senhor **GERCINO VILHENA DA COSTA**, portador do RG nº 1.740.274 - SEGUP-PA, seu representante legal.

A área de terras objeto deste reconhecimento, foi apurada na demarcação administrativa através do processo nº 2001/274.554, localizada no município de ABAETETUBA, com área total de **588,1670 ha**, perímetro de **11.903,91 m**, forma do polígono **IRREGULAR** de 25 lados, tendo como limites e confrontações: **Ao Norte:** Da estação M-8 chega-se na estação M-1, por uma linha quebrada de nove (09) elementos totalizando uma distância de 5.326,35 metros, confrontando com a margem direita do rio Pará. **A Leste:** Da estação M-1 chega-se a estação M-2 por uma linha reta de 2.309,19 metros, confrontando com a margem direita do igarapé Aníngal. **Ao Sul:** Da estação M-2 chega-se a estação M-3, por uma linha reta de 2.469,71 metros, confrontando com a margem esquerda do rio Xingu. **A Oeste:** Da estação M-3 chega-se a estação M-1, por uma linha quebrada de quatorze (14) elementos, totalizando uma distância de 7.125,01 metros, confrontando com o furo do Açacu. **Descrição topográfica:** Partindo do marco M-1, definido pela coordenada geográfica de Latitude 1°35'21,34" Sul e Longitude 48°55'41,32" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.824.223,000m Norte e 730.509,000m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, seguindo com uma distância de 2.309,19 metros e com o azimute plano de 208°40'26", chega-se no marco M-2; deste, seguindo, com uma distância de 2.469,71 metros e com o azimute plano de 248°49'39", chega-se no marco M-3; deste, seguindo, com uma distância de 311,21 metros e com o azimute plano de 350°34'05", chega-se no marco M-4; deste, seguindo, com uma distância de 106,98 metros e com o azimute plano de 339°11'36", chega-se no marco M-5; deste, seguindo, com uma distância de 510,91 metros e com o azimute plano de 348°08'25", chega-se no marco M-6; deste, seguindo, com uma distância de 614,17 metros e com o azimute plano de 13°10'35", chega-se no marco M-7; deste, seguindo, com uma distância de 255,39 metros e com o azimute plano de 300°04'44", chega-se no marco M-8; deste, seguindo, com uma distância de 727,52 metros e com o azimute plano de 58°36'15", chega-se no marco M-9; deste, seguindo, com uma distância de 760,60 metros e com o azimute plano de 49°08'17", chega-se no marco M-10; deste, seguindo com uma distância de 609,79 metros e com o azimute plano de 72°38'05", chega-se no marco M-11; deste, seguindo com uma distância de 317,81 metros e com o azimute plano de 18°43'12", chega-se no marco M-12; deste, seguindo com uma distância de 797,68 metros e com o azimute plano de 82°34'52", chega-se no marco M-13; deste, seguindo com uma distância de 430,01 metros e com o azimute plano de